

A utopia urbana esquecida na floresta: Cidade Científica de Humboldt (MT) na Amazônia da Ditadura Militar

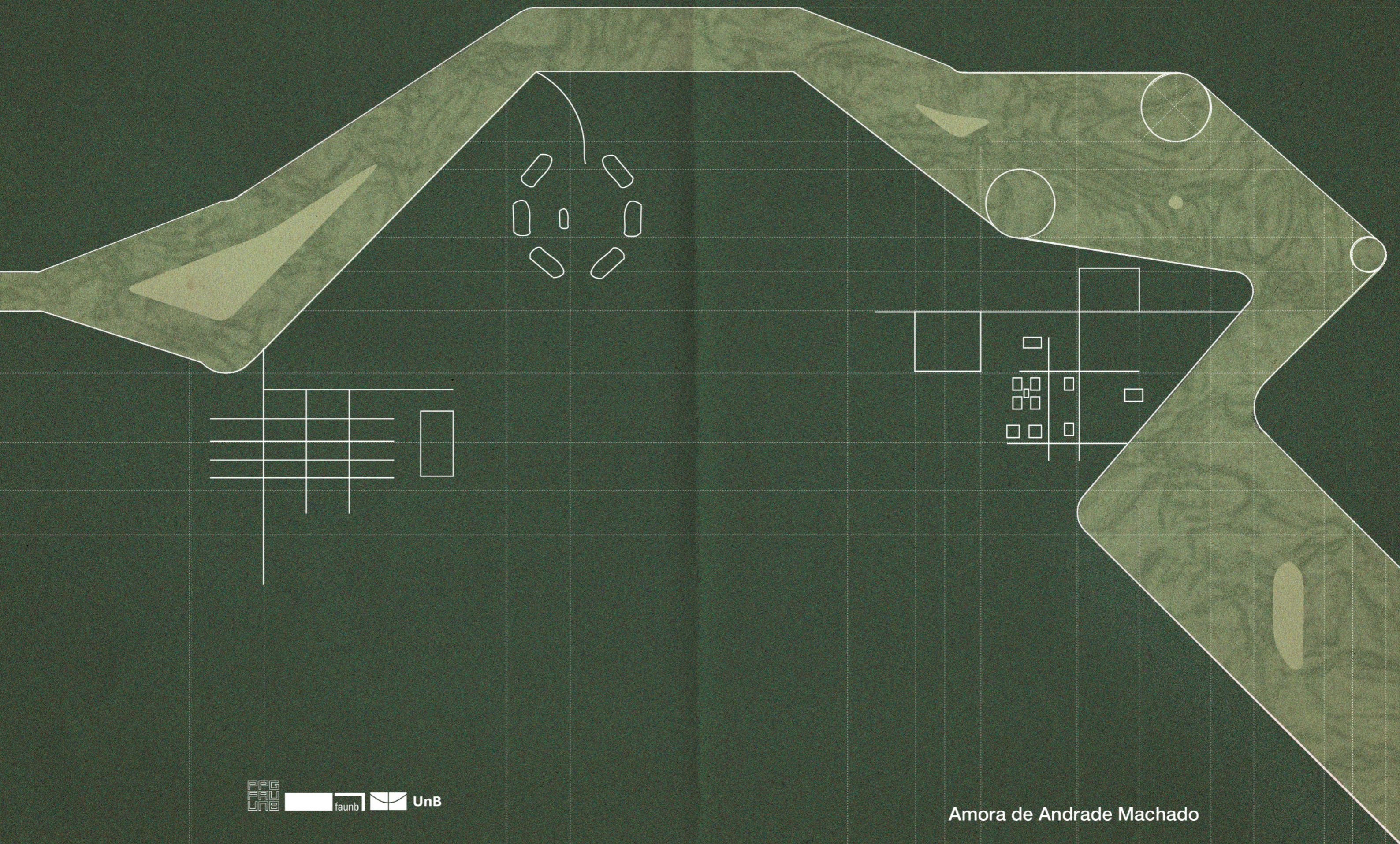




Foto aérea do Núcleo Pioneiro da Cidade Científica de Humboldt. Fonte: Planejamento & DESENVOLVIMENTO. Aripuanã. v.2, n.15, p.30, set.1974.

Universidade de Brasília
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Área de concentração: Território, Cidade e Arquitetura – TCA
Linha de pesquisa: Paisagem, Projeto e Planejamento – PPP

A utopia urbana esquecida na floresta: Cidade Científica de Humboldt (MT) na Amazônia da ditadura militar

Autora: Amora de Andrade Machado
matrícula: 240511624 | e-mail: amora.b.andrade@gmail.com | bolsista CAPES

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Trevisan
e-mail: prof.trevisan@gmail.com

Brasília, 2026.



A utopia urbana esquecida na floresta:

Cidade Científica de Humboldt (MT) na Amazônia da Ditadura Militar

Amora de Andrade Machado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, como requisito à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na Linha de Pesquisa “Paisagem, Projeto e Planejamento” da Área de Concentração “Território, Cidade e Arquitetura”.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).



Dissertação defendida em 26 de março de 2026 perante a banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Ricardo Trevisan
Presidente da banca, orientador, PPG-FAU/UnB

Profa. Dra. Carolina Pescatori Candido da Silva
Membro interno, PPG-FAU/UnB

Prof. Dr. Raul da Silva Ventura Neto
Membro externo, PPGAU-UFPA

Prof. Dr. Carlos Henrique Magalhães de Lima
Membro suplente, PPG-FAU/UnB



Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

DA554u De Andrade Machado, Amora
A utopia urbana esquecida na floresta: Cidade Científica de Humboldt (MT) na Amazônia da ditadura militar / Amora De Andrade Machado; orientador Ricardo Trevisan. Brasília, 2026.
207 p.

Dissertação(Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)
Universidade de Brasília, 2026.

1. História do Planejamento Urbano e Regional;. 2. Território;. 3. Urbanização;. 4. Cidades Novas;. 5. Aripuanã-Humboldt;. I. Trevisan, Ricardo , orient. II. Título.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe, Samária Andrade, professora de universidade pública. Ela sempre me incentiva nos estudos e sempre luta por um ensino público de qualidade, desde a escola pública do interior do Piauí onde foi aluna até a universidade em que atua hoje. Primeira da família a obter o título de doutora, abriu caminhos para que eu me tornasse a primeira de minha geração a conquistar o mestrado. Obrigada por me ensinar a sonhar. Sem o seu incentivo e a liberdade que me deu para voar, nada disso seria possível.

Viva o ensino público de qualidade e os caminhos que ele nos permite conhecer e alcançar.

AGRADECIMENTO

Agradeço, primeiramente, à minha família e, em especial, à minha mãe, Samária, ao meu pai, André, à minha irmã, Amina, e minha madrinha, Karla, que não mediram esforços para que eu pudesse realizar este mestrado. Obrigada por todo o apoio, pelo incentivo constante, por me fazerem acreditar que daria certo e por celebrarem comigo cada etapa desse percurso.

Aos meus amigos de Brasília, minha família escolhida, que acompanharam de perto o cotidiano dessa trajetória, oferecendo acolhimento nos momentos difíceis e compreensão nas ausências necessárias para a escrita de artigos, as idas a acervos e arquivos e as viagens para congressos. Em especial agradeço Isa, Sophia e Natália.

Aos meus amigos do Piauí, que são minha família onde quer que eu esteja, obrigada pelo apoio. Em especial, agradeço a Amanda, Jordânia, Luana e Carol pelo orgulho que demonstram pelo caminho que venho trilhando. Saibam que o sentimento é recíproco: também me orgulho muito de cada uma de vocês.

Ao meu namorado, Léo, agradeço pelo amor, pelo apoio constante e pela parceria ao longo de todo o processo. Estendo minha gratidão à sua família, que sempre acreditou em mim e me incentivou com generosidade.

Aos meus amigos que o mestrado me deu e àqueles com quem estreitei ainda mais os laços nesse período, meu muito obrigada: Julyana Morais, Júlia Tássila, Constanza, Luiza Ceruti, Carol Guida, Bruna Leite, Mari Verdolin, Leonardo Nóbrega, Raysa e Marcus. Vocês foram essenciais para tornar essa caminhada mais leve e bonita.

Aos meus amigos do trabalho, que compreenderam os dias de cansaço, e, em especial, a Talita Rabelo, Pedro Marcelo, Mário Pacheco, Lucas, Elliel, Juliana Ozelim, Jéssica e Rubens, que tantas vezes seguraram minha mão e confiaram que daria certo, mesmo em meio ao turbilhão da revisão do Plano Diretor de Brasília.

Agradeço o João Brentano, meu amigo, que me ajudou a idealizar a ilustração da capa da dissertação. E ao Irineu Santiago que fez uma ilustração especialmente para o tema do mestrado. Muito obrigada por terem dedicado um tempo de vocês para transformar essa pesquisa em arte. Sou fã do trabalho de vocês.

Agradeço também aos funcionários dos acervos e arquivos históricos que frequentei ao longo da pesquisa, sempre solícitos, acolhedores e respeitosos com a documentação consultada.

À banca examinadora: Carolina Pescatori Candido da Silva, Prof. Dr. Raul da Silva Ventura Neto e Prof. Dr. Carlos Henrique Magalhães de Lima, agradeço pelas leituras atentas e pelas valiosas contribuições ao trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação da FAU/UnB e à CAPES, agradeço pela infraestrut-

tura e pelo apoio que possibilitaram a realização de viagens de pesquisa e a participação em congressos no Brasil e no exterior, ampliando o alcance e a qualidade desta investigação.

Por fim, mas de maneira muito especial, agradeço ao meu orientador, Ricardo Trevisan, por todos os ensinamentos ao longo desses dois anos. Obrigada pelas orientações, pelos conselhos, pelos necessários puxões de orelha e pelo incentivo constante. Sua orientação foi fundamental para a realização deste trabalho.

“O que constitui o futuro depende de como ele é imaginado, suscetível de ser reinventado e aberto por um horizonte de possibilidades.” (Miraftab, 2016, p.374)

“Até recentemente a Amazônia era uma ilha. Vivia sua vida mitológica desligada do continente brasileiro e não tinha importância aparente para o mundo. De repente o isolamento rompeu-se de forma dramática.” (Revista Realidade, 1971, p.98)

“Com a presença do Homem sobre a Terra, a Natureza está, sempre, sendo redescoberta, desde o fim de sua História Natural e a criação da Natureza Social, ao desencantamento do Mundo, com a passagem de uma ordem vital a uma ordem racional. Mas agora, quando o natural cede lugar ao artefato e a racionalidade triunfante se revela através da natureza instrumentalizada, esta, portanto domesticada, nos é apresentada como sobrenatural.” (Santos, 1994, p. 4)

RESUMO

Durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), inúmeros planos, programas e ações governamentais foram formulados com intuito de desenvolver e integrar a região amazônica, promovendo processos de ocupação territorial mediante a migração direcionada e o incentivo a processos urbanizatórios da Amazônia Legal. Neste panorama, este estudo objetiva captar essa apropriação territorial pelos diversos mecanismos estatais implementados que possibilitaram, dentre os inúmeros resultados, a criação da Cidade Científica de Humboldt, ao norte de Mato Grosso, durante a década de 1970, no âmbito dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs). Influenciado por paradigmas desenvolvimentistas e ecológicos, o projeto estatal, ao reunir cientistas no meio da floresta, refletia tanto o contexto global da militarização da ciência, quanto a emergência das preocupações ambientais. Nessas condições, a utopia urbana enfrentou desafios operacionais e práticos, levando ao seu abandono precoce, culminando no seu esvaziamento e arruinamento. O trabalho, a partir de investigação histórica por fontes primárias e orais, referências bibliográfica e iconográfica, buscará, em seu percurso, investigar pelo estudo de caso – a Cidade Científica de Humboldt – as tensões entre a visão desenvolvimentista do governo e a necessidade de conservação ambiental, assim como o dilema entre progresso econômico e impactos socioambientais.

Palavras-chave

História do Planejamento Urbano e Regional; Território; Urbanização; Cidades Novas; Aripuanã-Humboldt; Ruínas.

ABSTRACT

During the Brazilian military dictatorship (1964-1985), numerous government plans, programs, and actions were formulated with the aim of developing and integrating the Amazon region, promoting territorial occupation processes through targeted migration and encouraging urbanization processes in the Legal Amazon. In this context, this study aims to capture this territorial appropriation through the various state mechanisms implemented that enabled, among countless other results, the creation of the Humboldt Scientific City, in northern Mato Grosso, during the 1970s, within the scope of the National Development Plans (PNDs). Influenced by developmentalist and ecological paradigms, the state project, by bringing together scientists in the middle of the forest, reflected both the global context of the militarization of science and the emergence of environmental concerns. Under these conditions, the urban utopia faced operational and practical challenges, leading to its early abandonment, culminating in its emptying and disappearance. Based on historical research using primary and oral sources, bibliographic and iconographic references, this work seeks to reveal how Humboldt's Scientific City expresses the tensions between developmentalist ideas and environmental preservation, as well as the conflicts between economic growth, territorial occupation, and conservation of the Amazon biome. By revisiting this experience in the forest, the research contributes to the debate on the limits and contradictions of state developmentalist policies for the Amazon, whose effects and dilemmas remain present today.

Keywords

History of Urban and Regional Planning; Territory; Urbanization; New Cities; Aripuanã-Humboldt; Ruins.

LISTA DE FIGURA

Figura 1 – Foto aérea do Núcleo Pioneiro da Cidade Científica de Humboldt	22
Figura 2 – Matéria sobre a Cidade Científica de Humboldt e a falta de investimento público	24
Figura 3 – Mapa com a localização da Cidade Científica de Humboldt, no estado do Mato Grosso	25
Figura 4 – Distância entre a Cidade Científica de Humboldt e a capital do estado, Cuiabá	26
Figura 5 – Mapa brasileiro de 1948, da Fundação Coimbra Bueno pela Nova Capital do Brasil (1939)	43
Figura 6 – Cartaz do programa “Marcha para Oeste”, com imagem de Getúlio Vargas....	44
Figura 7 – Mapa com as rotas aéreas do Brasil, possivelmente anterior a 1931	45
Figura 8 – Mapa com as rotas aéreas do Brasil, possivelmente anterior a 1931	46
Figura 9 – Mapa da malha aérea regional constituída pela FBC	47
Figura 10 – Delimitação da área mapeada pela Expedição Roncador Xingú, anos 40	48
Figura 11 – Recortes de jornal sobre a Expedição Roncador Xingu. Jornal Correio do Amanhã, Rio de Janeiro, década de 1940.....	49
Figura 12 – Projeto Rodovia Belém-Brasília	51
Figura 13 – Mapa da extensão da Amazônia Legal - delimitação da extensão territorial da Amazônia Legal fornecida no site do IBGE.....	52
Figura 14 – Capa da revista SUDAM, outubro de 1971	57
Figura 15 – Colagem de imagens sobre a Amazônia presentes no documento “Amazônia modelo de integração” - SUDAM, 1973.....	59
Figura 16 – Colagem de imagens sobre a Amazônia presentes no documento “Amazônia modelo de integração” - SUDAM, 1973	60
Figura 17 – Mapa da SUDECO com as rodovias para a integração da região ao Norte e Sudeste por eixos rodoviários.	61
Figura 18 – Propaganda da Petrobrás sobre a Amazônia em 1971	64
Figura 19 – Recorte da entrevista de Francisco Meirelles delegado da Funai (RO) à Revista Realidade, 1971.....	66
Figura 20 – Capa da Revista Realidade, edição especial sobre a Amazônia, 1971, foto de Claudia Andujar	67
Figura 21 – Recorte da Revista Realidade com informação da SUDECO	68
Figura 22 – Filhos de missionário na Amazônia, os “loirinhos sardentos”. Fotografia de Amancio Chiodi.....	69
Figura 23 – Propaganda veiculada durante o governo Médici	72

Figura 24 – Publicidade veiculada no contexto Ditadura Militar brasileira, com forte teor nacionalista.....	72
Figura 25 – Lema “Brasil, ame-o ou deixe-o”	72
Figura 26 – Publicidade da Volkswagen sobre sua fazenda no estado do Pará, na imprensa de massa	73
Figura 27 – Extrato de documento da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar distorções ocorridas na execução dos Planos de Desenvolvimento da Amazônia	74
Figura 28 – Propagandas e matérias jornalísticas sobre a Amazônia no período da Ditadura Militar	76
Figura 29 – Propagandas e matérias jornalísticas sobre a Amazônia no período da Ditadura Militar	77
Figura 30 – O patriotismo a partir de subterfúgios, mascarando a realidade vivenciada neste período.....	78
Figura 31 – Propagandas e matérias jornalísticas sobre a Amazônia no período da Ditadura Militar	79
Figura 32 – Foto com deputados discutindo o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) com o General Dirceu Araújo Nogueira - Ministro dos Transportes do Brasil entre 1974 e 1979 - com os mapas de alguns projetos futuros impressos	84
Figura 33 – Apresentação do documento emitido pelo Governo do Estado do Pará sobre a Operação Amazônia, 1967.....	86
Figura 34 – Capa do relatório Operação Amazônia, 1966, apresentado pelo Marechal Oswaldo Cordeiro de Farias.....	87
Figura 35 – Mapa com as rodovias Cuiabá-Santarém (eixo vertical) e a Transamazônica (eixo horizontal) como obras do PIN	89
Figura 36 – Mapa das distintas áreas urbanas e a serem urbanizadas do país – regiões Centro-Oeste e Norte (II PND, 1975)	91
Figura 37 – Mapa com indicação dos polos agropecuários, agrominerais e urbanos na área da Amazônia Legal (II PND, 1975)	91
Figura 38 – Recorte de Jornal Diário do Paraná - 14 de setembro de 1974	92
Figura 39 – Composição com recortes de propagandas e notícias sobre o Polamazônia, anos 1970.....	95
Figura 40 - Polamazônia e suas cinco áreas-programa no Centro-Oeste	96
Figura 41 – Processo de avanço da agropecuária e da urbanização dirigida na floresta pelo Polamazônia.....	97
Figura 42 – Mapa das rodovias federais do Brasil em 1977	99

Figura 43 – Mapa rodoviário do estado do Mato Grosso	100
Figura 44 – Delimitação municipal de Aripuanã em 1971, em 1971. Território a cobrir quase todo noroeste do estado do Mato Grosso.....	101
Figura 45 – Recorte com localização da antiga sede de Aripuanã, Mato Grosso, 1971....	101
Figura 46 - Mapa com os polos do Polamazônia com administração da SUDECO, dentre eles: Aripuanã.....	102
Figura 47 – Localização do município de Aripuanã, em 1945, o qual representava quase 14% do território e 1% da população do estado do Mato Grosso.....	103
Figura 48 – Mapa com recorte da região norte do estado do Mato Grosso feito pela CODEMAT.....	104
Figura 49 – Detalhe das anotações sobre o mapa da CODEMAT. Localização da antiga sede do município, às margens do Rio Roosevelt.....	105
Figura 50 - Capa do livro Aripuanã, a terra esquecida.....	106
Figura 51 – Imagem de satélite de 2025: a marcação da velha sede de Aripuanã (mais acima) e da localização da Aripuanã atual (mais abaixo), com os vestígios da Cidade Científica.....	107
Figura 52 – Mapa com a indicação do Programa Aripuanã	109
Figura 53 – Quadro resumo das pesquisas desenvolvidas no Projeto Aripuanã	110
Figura 54 – Diagrama contendo os ciclos de pesquisas a serem desenvolvidas na Cidade Científica de Humboldt.....	111
Figura 55 - Matéria de 1975 indicando aproximação e cooperação Brasil-Alemanha.....	114
Figura 56 - Organograma com a distribuição de atividades previstas para a Cidade Científica de Humboldt.....	115
Figura 57 - Resumo publicado no documento Dados história de Aripuanã, 2001.....	115
Figura 58 - Foto aérea da construção do Campus da UFMT, na década de 1970.....	116
Figura 59 - Montagem com fotos de Campo Abaeté, Cametá, Alcobaça, Baião, Remansão, Marabá - todas no estado do Pará (momento que as fotos foram tiradas).....	119
Figura 60 - Colagem da Cidade Científica de Humboldt a partir de reportagens dos jornais O Estado de São Paulo, Opinião, O Globo e das revistas Manchete e Planejamento & Desenvolvimento.....	120
Figura 61 - Recorte da Revista Realidade de 1971 com matéria sobre a Amazônia.....	122
Figura 62 - Destaque em matéria sobre as desigualdades regionais do Brasil à época, 1970.....	123
Figura 63 - Pedro Paulo Lomba vestindo uma blusa com a logomarca do Projeto Aripuanã (uma árvore e a letra “A” em suas raízes) e abraçado a alguns indígenas da Aldeia Cinta-	

-Larga que já habitavam a região.....	128
Figura 64 –Matéria jornalística sobre Mato Grosso e seu reposicionamento geopolítico.....	129
Figura 65 – Localização do núcleo pioneiro da Cidade Científica de Humboldt, ao lado da Cachoeira Dardanelos.....	133
Figura 66 - Vista aérea da Cidade Científica de Humboldt.....	133
Figura 67 – Foto-montagem: Imagem 1: Vista da pedra fundamental na Cidade Científica. Imagem 2: Placa na pedra fundamental da Cidade Científica de Humboldt. Imagem 3: Criança ao lado da pedra fundamental da Cidade. Imagem 4: A pedra fundamental de Humboldt com edificação ao fundo.....	135
Figura 68 – Frames retirados da reportagem sobre a Cidade Científica para a Televisão Alemã, 1973	136
Figura 69 - Recortes de jornais e revistas sobre o início do projeto da Cidade.....	137
Figura 70 - Recortes de jornais e revistas sobre a Cidade Científica de Humboldt.....	138
Figura 71 – Reportagem sobre Johan van Lengen e a Cidade Científica de Humboldt	140
Figura 72 – Distintas edificações para moradias (fotos acima) e para laboratórios (foto abaixo), presentes em Humboldt	141
Figura 73 – Detalhes construtivos das edificações presentes em Humboldt - cortes, fachadas e detalhe da estrutura em madeira	141
Figura 74 – Vista aérea da Cidade Científica com pista de pouso e implantação das primeiras edificações	142
Figura 75 – Planta esquemática da Cidade Científica de Humboldt e sua setorização funcional	143
Figura 76 – Planta da Cidade Científica de Humboldt (1) e perspectiva do núcleo original (2).....	144
Figura 77 – Relação do rio Aripuanã com a Cidade Científica e seu potencial como gerador de energia elétrica.....	144
Figura 78 - Vazão do rio Aripuanã, antes (1) e depois (2) da UHE Dardanelos (2011).....	145
Figura 79 - Propaganda comemorativa da empresa Neoenergia sobre a Usina Hidrelétrica Dardanelos.....	146
Figura 80 - Extrato do mapa rodoviário do centro-oeste brasileiro, evidenciando a localização de Humboldt, próximo à sede de Aripuanã.....	146
Figura 81 - Mapa rodoviário do centro-oeste brasileiro, 1977.....	147
Figura 82 - Mapa de área de atuação da SUDECO, 1987.....	148
Figura 83 – Extrato do mapa de área de atuação da SUDECO, evidenciando a cidade de	

Aripuanã, 1987, sem a indicação de Humboldt.....	148
Figura 84 - Legenda do mapa de área de atuação da SUDECO, 1987.....	149
Figura 85 – Recorte de matéria sobre o Projeto Aripuanã na Revista Manchete, 1974.....	151
Figura 86 - Taba próxima à Cidade de Humboldt, com indígenas na cobertura da oca, observando a passagem de avião.....	151
Figura 87 – Planta esquemática da região onde se inseriu a Cidade de Humboldt, no Parque Indígena de Aripuanã, e a proximidade com a taba dos indígenas Cinta Largas.....	152
Figura 88 – Reportagens sobre o colapso da Cidade Científica de Humboldt.....	154
Figura 89 – Cidade de Aripuanã e sobreposição do plano urbanístico da Cidade Científica de Humboldt.	156
Figura 90 – Técnicos da Secretaria Estadual de Cultura do Mato Grosso em frente à ruína da única edificação em madeira remanescente da Cidade Científica de Humboldt, em 2016.	157
Figura 91 – Ruína remanescente da Cidade Científica, julho de 2024.....	157
Figura 92 – A pedra fundamental (em primeiro plano) com edificação, hoje arruinada, ao fundo.	157
Figura 93 - Antes (1984, acima) e depois (2020, abaixo) na mesma escala de cada região de Aripuanã, com núcleo urbano ao centro.....	158
Figura 94 – Sede do município de Aripuanã hoje (indústria e plantação)	159
Figura 95 - Reportagem sobre “mineração sustentável” em Aripuanã.....	160

LISTA DE TABELAS E ESQUEMAS

Tabela 1 – Tabela com a sistematização dos arquivos e acervos consultados ao longo da pesquisa	35
Esquema 1 – Diagrama com a relação entre as políticas de interiorização e a Cidade de Humboldt	27
Esquema 2 – Organograma de entidades que participavam dos processos e execuções dos programas de desenvolvimento do país à época e como elas eram organizadas e subordinadas hierarquicamente à Presidência da República. Posteriormente, em 1990, o Ministério do Interior foi extinto	55
Esquema 3 - Organograma com a estrutura das superintendências e estados em que elas administram o programa Polamazônia.....	96
Esquema 4 - Breve linha cronológica da Cidade Científica. Nesse período histórico: além do Brasil (1964- 1985), países como Paraguai (1954-1989), Bolívia (1964-1982) e Peru (1968 e 1980) também vivenciavam regimes militares. Em 1976, houve Golpe Militar na Argentina.....	131

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

BASA – Banco da Amazônia S.A.

BNH – Banco Nacional da Habitação

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEPAL – Comissão Económica para a América Latina e o Caribe

CME – Coordenação de Mobilização Económica

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNPU – Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Políticas Urbanas

CODEMAT – Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso

COP – Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

FAB – Força Aérea Brasileira

FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

FBC – Fundação Brasil Central

FNDU – Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

IPEA – Instituto de Pesquisa Económica Aplicada

ITP – Instituto Tecnológico de Pesquisas

MAB – Programa Homem e Biosfera (Man and the Biosphere)

MECOR – Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais

MIDR – Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

MINTER – Ministério do Interior

MMA – Ministério do Meio Ambiente

Opep – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PIN – Plano de Integração Nacional

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

POLAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

PPG – Programa de Pós-Graduação

PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste

RADAM – Projeto Radar na Amazônia

RODOBRÁS – Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília

SECOMM – Secretaria de Comunicação e Mídias da UFMT

SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

SINOP – Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUDESUL – Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul

UHE – Usina Hidrelétrica

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

UFPA – Universidade Federal do Pará

UnB – Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
CAPÍTULO 1	
“UTOPIAS” EM MARCHA: DITADURA MILITAR E A INTEGRAÇÃO TERRITORIAL	39
1.1 Ditadura Militar brasileira e o contexto de disputas globais.....	40
1.2 Esforços do Estado brasileiro rumo às regiões centro e norte do país pré-Ditadura Militar.....	42
1.3 Ditadura Militar, Amazônia e os atores na interiorização do país.....	53
1.4 Planejar para conquistar: a invenção do território nacional nos discursos oficiais e na mídia.....	71
Considerações sobre este capítulo.....	80
CAPÍTULO 2	
TERRITÓRIO PLANEJADO: O ESTADO AUTORITÁRIO E A AMAZÔNIA COMO PROJETO	83
2.1 Ditadura Militar e os projetos políticos para a Amazônia.....	83
2.2 Ditadura Militar e o Polamazônia.....	93
2.3 Amazônia mato grossense e Aripuanã: a terra esquecida.....	98
2.4 O Projeto Aripuanã-Humboldt.....	108
2.5 Ciência, progresso e preservação: o discurso da sustentabilidade frente ao imperativo do crescimento econômico.....	117
Considerações sobre este capítulo.....	124
CAPÍTULO 3	
A CIDADE CIENTÍFICA DE HUMBOLDT	126
3.1 Da Utopia à Cidade.....	126
3.2 Um novo futuro: o início da Cidade pela imprensa.....	132
3.3 A Cidade esboçada: o projeto arquitetônico e urbanístico.....	139
3.4 A Cidade em território indígena.....	149
3.5 A utopia em ruínas.....	152
CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	169
APÊNDICES	174
ANEXOS	199

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo tem como tema a urbanização na Amazônia brasileira durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), concentrando-se no recorte temporal da década de 1970. Já o recorte temático volta-se ao objeto de estudo, a Cidade Científica de Humboldt, localizada na região Amazônica, ao norte do estado do Mato Grosso (Figura 1). Assim, a pesquisa se ramifica em duas escalas de atenção: a do planejamento regional, abordando os Planos de Desenvolvimento para a Amazônia instituídos pelo governo militarizado, e que possibilitaram a implementação de tal núcleo urbano, e a escala do urbanismo, voltada para o estudo do objeto, uma cidade nova.

A Cidade Científica de Humboldt, também chamada de Cidade Laboratório, foi um produto do Projeto Aripuanã-Humboldt, inserido no Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), cujo objetivo era de interiorização e integração territorial a partir dos Planos Nacionais de Desenvolvimento - I PND (1972-1974) e II PND (1975-1979) –, implementados pelos governos dos presidentes: general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) e general Ernesto Beckmann Geisel (1974-1979). De antemão, destaca-se que história de Humboldt foi breve: de sua gênese ao seu arruinamento não passou mais de uma década, porém a sua existência possibilita trazer à tona informações e interpretações para maior compreensão da atuação estatal no campo do Planejamento Urbano e Regional nesta região amazônica naquele período.



Figura 1 - Foto aérea do Núcleo Pioneiro da Cidade Científica de Humboldt. Fonte: SECOMM/UFMT in Bertholini De Castro, 2020, p.119.

O experimento em conjugar uma ação colonizadora a medidas mitigadoras a exploração indiscriminada dos recursos naturais embasaram a origem do Projeto Aripuanã-Humboldt. O Projeto foi lançado em 1972, pelo Governo Federal na esfera dos Programas Especiais desenvolvidos no âmbito do Ministério do Interior (Minter, 1980). Assinado pelo professor, economista e ambientalista Pedro Paulo Lomba, tinha como proposta criar uma cidade nova¹ para pesquisas na Amazônia, a Cidade Científica. Seu intuito era “criar um modelo de desenvolvimento adaptado às condições amazônicas, uma nova forma de conquista dos trópicos que permita vida harmoniosa com o meio ambiente” (Becker, 2015, p.110).

Assim, os estudos acerca do objeto dessa pesquisa estão imersos no contexto da urbanização da Amazônia a partir dos anos 1960, abrangendo os discursos, os instrumentos e as entidades governamentais e privadas envolvidas nesta empreitada. Esta investigação histórica dá suporte à compreensão dos meandros e etapas da articulação política para a criação de um plano de pesquisas “florestais, de solos, de recursos naturais e outros de interesse científico para os trópicos úmidos” (II PND, 1976, p.99). Além disso, busca-se entender como esses esforços colapsaram e culminaram com o arruinamento da cidade.

Ademais, para além dos interesses estatais e da missão ecológica, a Cidade Científica de Humboldt traz em si características de um modelo ideal de cidade e de produção do espaço na floresta. Neste sentido, aproximou-a ao conceito de Utopia, aquele de uma “cidade ideal” formulada como uma crítica política, social e ambiental à realidade presente, como um sonho a ser buscado e materializado. Ao considerar que toda cidade nova vem com uma bagagem utópica (Trevisan, 2024), no caso da Cidade Científica de Humboldt não foi diferente. Porém, essa utopia teve breve período de materialização e suas ruínas a levaram de volta para o universo dos sonhos.

Se para Walter Benjamin (2006), cada cidade é um enigma, uma pluralidade de diferentes fragmentos urbanos, que são processualmente montados, desmontados e remontados, é pela junção das peças que compõem a história da Cidade Científica que se pretende montar o quebra-cabeça – mesmo que provisório – a fim de desvendar o enigma desta cidade em plena Floresta Amazônica, levado a cabo durante a Ditadura Militar. Mas, para maior apreensão sobre ela e o contexto que a envolve, faz-se necessário alguns esclarecimentos contextuais e metodológicos preliminares.

1 O conceito de Cidade Nova foi desenvolvido por Ricardo Trevisan em seu livro *Cidades Novas* (2020). O autor define, mediante seis atributos estruturadores (desejo, função, lugar, profissional, projeto e tempo), uma nova tipologia urbanística. Esses núcleos urbanos são amálgamas montadas por essas seis peças, que se encaixam durante a formação de um novo assentamento.

Aproximação ao tema e objetivos

Esse estudo teve início ainda na graduação da FAU-UnB (2018-2024) quando realizei investigação sobre os projetos especiais do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) como jovem pesquisadora de iniciação científica (bolsista CNPq, 2022-2023). À época, em pesquisa em acervos online, encontrei uma matéria de jornal com a manchete: “A Cidade Científica perdida no meio da mata” (Figura 2), publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em julho de 1975. A partir desse contato, com o passar da pesquisa e idas a acervos diversos, dados dispersos sobre a cidade foram se acumulando, ratificando e/ou contradizendo hipóteses acerca da narrativa de uma Cidade Científica no meio da Floresta Amazônica. Aos poucos, o objeto em questão foi sendo apreendido a partir da convergência de diferentes registros, demonstrando como a história se mantém em constante reelaboração diante do surgimento de novas evidências.



Figura 2 - Matéria sobre a Cidade Científica de Humboldt e a falta de investimento público no desenvolvimento da ciência e do meio ambiente. Fonte: *Jornal O Estado de S. Paulo*, 25 de julho de 1975. Disponível para consulta em: Acervo ISA - Instituto Socioambiental.

Frente à curiosidade dos fatos encontrados e muitas questões em aberto, o interesse em pesquisá-la se tornou cada vez maior. Por exemplo, em reportagem consultada, teve-se contato com a breve história de Humboldt como um novo núcleo urbano implantado em plena Floresta Amazônica mato-grossense nos anos 1970, inserido em área do

município de Aripuanã², a 800 km de Cuiabá (Figuras 3 e 4), capital do estado do Mato Grosso, sendo um experimento do governo militar para desenvolver pesquisa e ciência natural. A reportagem afirma que a existência da cidade foi curta e logo vieram sinais de sua decadência:

As casas construídas sobre palafitas no meio da mata estão vazias. Na vila decadente, pouco mais de 30 famílias ainda resistem ao projeto pioneiro. A cidade científica de Humboldt é hoje um sonho abandonado (Gaspar, OESP, 1975, s/p).

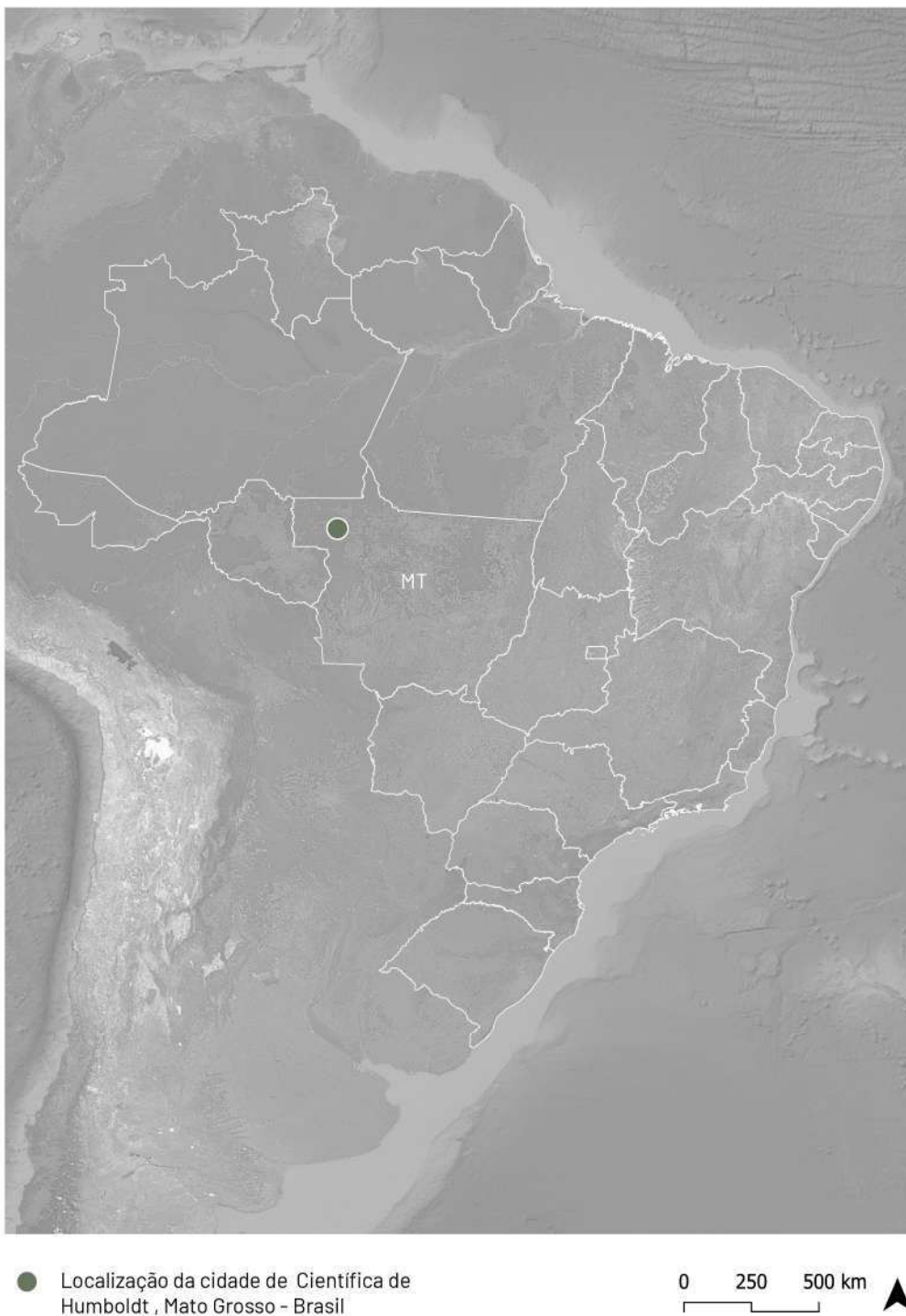
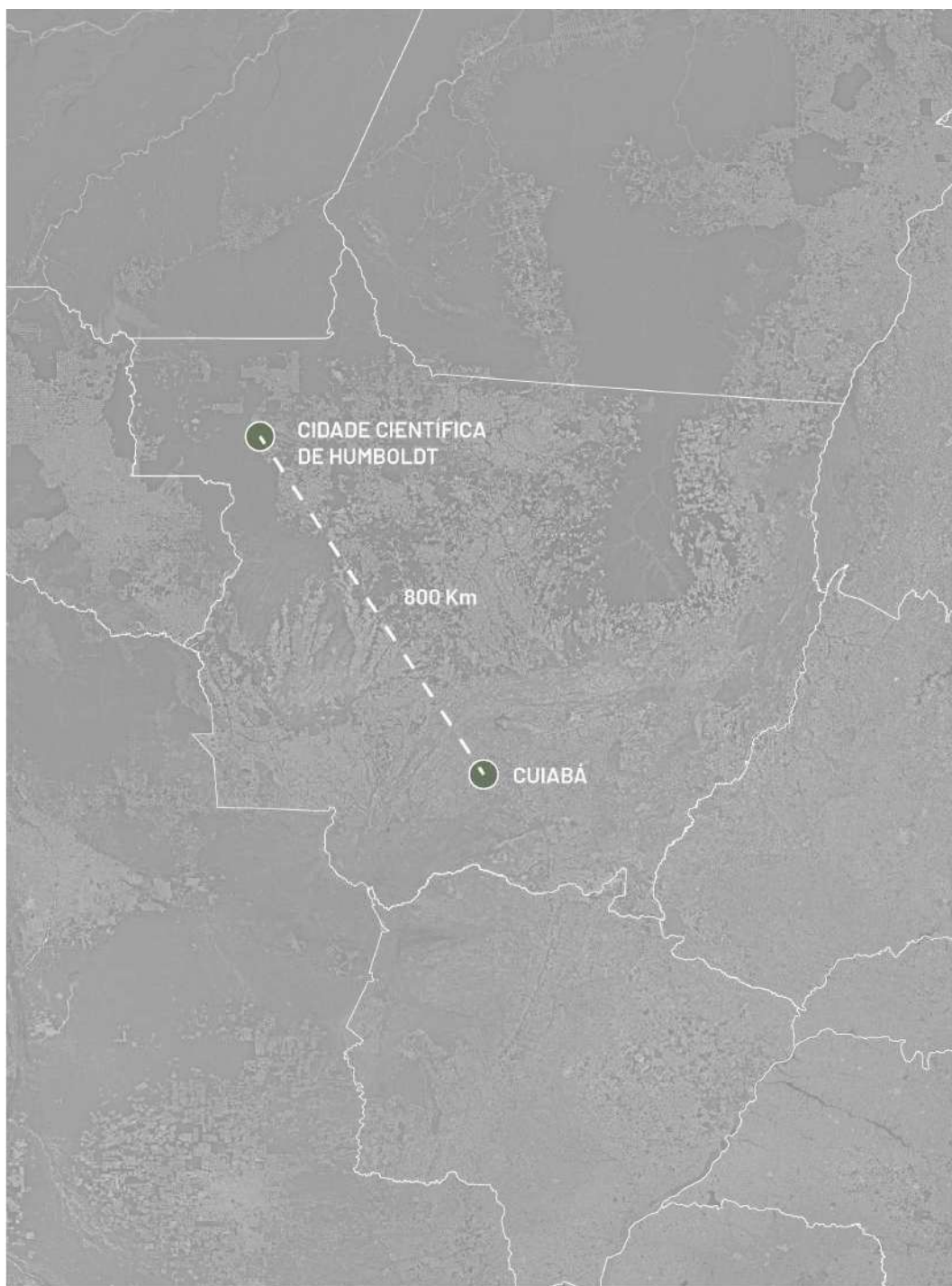


Figura 3 - Mapa com a localização da Cidade Científica de Humboldt, no estado do Mato Grosso. Fonte: Autora a partir de imagem do Google Earth no software de geoprocessamento QGIS, 2025.

2 O nome Aripuanã tem origem indígena (Apiacá) e seu significado é “Água de Pedra”, referindo-se à região com características de águas claras em meio a solo pedregoso, indicando as belezas naturais como rios cristalinos e presença de cachoeiras.



Localização da Cidade Científica de Humboldt em relação à capital Cuiabá, MT

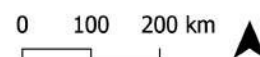


Figura 4 - Distância entre a Cidade Científica de Humboldt e a capital do estado, Cuiabá. Fonte: Autora a partir de imagem do Google Earth no software de geoprocessamento QGIS, 2025.

O nome Humboldt faz homenagem ao geógrafo alemão Friedrich Wilhelm Heinrich Alexander Von Humboldt (1769-1859) – reconhecido como o pai da Ecologia, aquele a descrever o fenômeno e a causa das mudanças climáticas induzidas pela humanidade já em 1800. A pequena cidade buscou, em sua origem, articular os propósitos econômico-desenvolvimentistas do Estado autoritário com os cuidados e as inovações na exploração da flora e fauna local. Mas em que contexto esta empreitada ocorreu?

Por meio de múltiplas fontes é possível relacionar o contexto político dos anos 1970 ao nosso objeto em tela (Esquema 1). A Ditadura Militar e suas políticas de interiorização territorial, seus planos e programas de desenvolvimento econômico, tendo a Amazônia no centro das atenções tanto brasileira como estrangeira, são fatos que ajudam a compor o cenário de surgimento dessa cidade nova. Assim, mesmo que o período de sua existência – menos de uma década – seja um “suspiro”, a breve história desta cidade pode contribuir para uma leitura mais ampla das dinâmicas territoriais e das contradições inerentes ao processo de ocupação e planejamento da Amazônia durante este período.



Esquema 1 - Diagrama com a relação entre as políticas de interiorização do país na década de 1970 com a Cidade Científica de Humboldt. Fonte: Autora, 2025.

Tais planos, programas e ações governamentais foram formulados com intuito de desenvolver e integrar a região Amazônica, e, por conseguinte, fomentar processos de ocupação territorial mediante a migração direcionada e o incentivo a processos urbanizatórios da Amazônia Legal³.

Neste panorama, tem-se a criação da Cidade Científica de Humboldt, em 1972, influenciada por paradigmas desenvolvimentistas e ecológicos em voga à época. O projeto estatal, ao reunir cientistas e investigadores no meio da floresta, refletia o contexto global da militarização da ciência e a emergência das preocupações ambientais. Mas em que contexto geopolítico-econômico este experimento se enquadra?

Para Celso Furtado (1978), com o poder da globalização, tudo o que acontece no Brasil tem relação com o contexto externo. Portanto, para se compreender o que ocorria

3 O conceito de Amazônia Legal foi instituído em 1953 e seus limites territoriais decorrem da necessidade de planejar o desenvolvimento econômico da região, atualmente, corresponde a cerca de 59% do território nacional. Compõem a Amazônia Legal os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, além de parte do Maranhão.

em termos econômico-social-cultural no país nos anos 1970 é importante verificar condicionantes externas que impactaram, de algum modo, nossa realidade nesse período. Além da Guerra Fria⁴ influenciando decisões políticas globalmente e dos regimes ditatoriais presentes em vários países latino-americanos, a partir de 1973, o mundo era impactado pela Crise do Petróleo⁵. Como tentativa de contornar tal crise e prosseguir com o desenvolvimento econômico em processo no Brasil – o chamado “Milagre Econômico”⁶ –, o governo adotou medidas e ações que promovessem a produção nacional e, por conseguinte, integrassem nossa economia na dinâmica global.

Para isso, o Estado articula órgãos federais e regionais, como: Ministério do Interior (Minter), Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Políticas Urbanas (CNPNU), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Superintendências de Desenvolvimento Regionais (Sudam, Sudene, Sudeco e Sudesul), em busca de promover diversos planos, programas e ações que subsidiassem os avanços da economia e efetivassem metas econômicas e sociais, abarcados pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs).

Quanto ao planejamento urbano, coube diretamente aos órgãos federais SERFHAU (1964-1975) e, posteriormente, à CNPU (1974-1979), estabelecerem os mecanismos necessários à implementação da política urbana, bem como os meios e incentivos à ocupação territorial brasileira através da dinamização dos centros médios ou núcleos de apoio à ocupação – em especial daqueles localizados nas regiões de fronteira (Tolosa apud Toledo & Cavalcanti, 1978, p.43-44).

O SERFHAU, criado em 1964, operou em parceria com o Ministério do Planejamento e o Ministério de Coordenação dos Organismos Regionais, tendo dentre seus principais objetivos elaborar e coordenar políticas de planejamento local integrado, assessorar en-

4

A Guerra Fria foi um conflito político-ideológico entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União Soviética, ocorrido de 1947 a 1991, caracterizado pela tensão, corrida armamentista e espacial, e pela divisão global em dois blocos de poder. Suas causas principais incluem a rivalidade ideológica entre capitalismo e socialismo. Entre suas consequências, destacam-se o estabelecimento do capitalismo neoliberal como ordem mundial, a dissolução da União Soviética em 1991 e a criação de novos países na Ásia e no Leste Europeu.

5 A crise petrolífera teve início em outubro de 1973 quando os membros da Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo, que compreende os membros árabes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), além de Egito e Síria, proclamaram um embargo petrolífero. Os preços do barril de petróleo atingiram valores altíssimos, chegando a aumentar até 400% em cinco meses, o que desestabilizou a economia mundial, provocando recessão nos EUA, na Europa e, posteriormente, no Brasil (extinguindo o “Milagre Econômico”).

6 O “Milagre Econômico” brasileiro, ocorrido entre 1968 e 1973, foi um período de rápido crescimento econômico, marcado por aumento do PIB, queda da inflação, redução do desemprego e superávit comercial. Suas causas incluem as políticas econômicas do governo Castelo Branco (1964-1967), a modernização da máquina pública e o fortalecimento do Estado, que investiu em infraestrutura. Entre as consequências, destacam-se o aumento da desigualdade social, a ampliação da dívida externa, o arrocho salarial e a criação de um mercado consumidor interno e externo. A crise mundial do petróleo de 1973 marcou o fim deste boom econômico.

tidades públicas e privadas, realizar pesquisas e supervisão. O surgimento do SERFHAU ocorreu dentro do processo de institucionalização do planejamento urbano e regional no Brasil, iniciado nos anos 1930, e foi influenciada pelo contexto político do Golpe de 1964 e pelo regime militar. Foi durante a operacionalidade desta autarquia que o I PND foi implementado, durante a gestão do presidente-general Emílio Médici (1969-1974). O plano focava na execução prática e tinha como propósito ambicioso tornar o Brasil uma potência mundial, além de definir metas estratégicas setoriais, promover o crescimento econômico por meio da competição e integração de regiões, e coordenar cerca de 200 projetos prioritários. O plano visava, hipoteticamente, garantir a participação social no desenvolvimento, aumentar as exportações, modernizar a indústria nacional, mobilizar o sistema financeiro, implementar uma política tecnológica e regional, além de expandir setores como siderurgia e petroquímica. O I PND buscava também otimizar o uso dos recursos humanos como fator de produção e consumo.

Em 6 de junho de 1974, a partir do Decreto n. 74.156, a CNPU, em substituição ao SERFHAU, aparece com caráter interministerial, reunindo representantes dos Ministérios do Planejamento, Fazenda, Transportes, Indústria e Comércio, e Interior. Suas principais atribuições incluíam a proposição de uma política nacional de desenvolvimento urbano, o acompanhamento da implementação de Conselhos nas metrópoles, a definição de diretrizes para o planejamento regional e o estabelecimento de parâmetros para o uso dos recursos do recém-criado Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano (FNDU). A CNPU formulou o II PND, já na gestão do presidente-general Ernesto Geisel (1974-1979), que, em tese, visava promover uma distribuição mais equilibrada da população e dos recursos no território, evitando o crescimento desproporcional de áreas como Rio de Janeiro e São Paulo e estimulando o desenvolvimento mais equilibrado em outras regiões, como o Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte. Propuseram-se ações graduadas de controle, dinamização e promoção, com programas específicos para as regiões Norte e Centro-Oeste, integrando núcleos urbanos ao planejamento urbano nacional. Para sua concretização, previu-se um grande investimento em obras infraestruturais do território (rodovias, aeroportos e portos, usinas e barragens, linhões de transmissão de energia etc.), somado a processos de urbanização do centro-norte brasileiro.

De modo a subsidiar os dois PNDs, o INCRA desempenhou papel-chave, juntamente com o apoio das Superintendências de Desenvolvimento Regional, amparados no Plano de Integração Nacional (PIN). Implementado em 1970, o PIN visava promover a ocupação produtiva da Amazônia por meio de diversas iniciativas estruturantes. Entre suas principais ações estavam a construção de eixos rodoviários para facilitar o acesso e a ocupação da região, o aumento da oferta de energia para grandes núcleos urbanos e a implementação

de um sistema de telecomunicações moderno para conectar a Amazônia ao restante do país. O programa também buscava revitalizar a navegação fluvial, utilizar sensoriamento remoto para a prospecção de recursos naturais no subsolo e realizar projetos de colonização oficial e dirigida.

Além disso, dezenas de projetos agropecuários, industriais e agroindustriais foram formulados e, de certo modo, executados, com o apoio da iniciativa privada, que se beneficiava de incentivos fiscais e financeiros. Neste âmbito, temos projetos e programas específicos de ordenamento e (re)estruturação territorial (Minter, 1980), como:

1. Projeto Radar na Amazônia (Radam), de 1970;
2. Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra), de 1971;
3. Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodoeste), de 1971;
- 4. Projeto Aripuanã-Humboldt, de 1972;**
5. Programa Especial do Vale do São Francisco (Provale), de 1973;
6. Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), de 1974;
7. Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (Prodeplan), de 1974;
8. Programa de Desenvolvimento de Áreas do Cerrado (Polocentro), de 1975;
9. Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (Pergeb), de 1975;
10. Programa de Recuperação Sócio-Econômica do Nordeste Paraense (Pronorpar), de 1976;
11. Programa de Desenvolvimento do Mato Grosso (Promat), de 1979;
12. Programa de Desenvolvimento do Mato Grosso do Sul (Prosul), de 1979; e
13. Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (Polonoroeste), de 1982.

Os projetos citados acima compartilham um eixo comum: a intenção estatal de promover o chamado “progresso” em regiões classificadas pelo governo como pouco integradas ou carentes de desenvolvimento. Embora distintos em escala e alcance, esses programas se apoiaram em uma mesma lógica desenvolvimentista, que compreendia o território como espaço a ser ocupado, ordenado e integrado à economia nacional.

Diante disso, o recorte desta pesquisa concentra-se nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (I e II PND) e no Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), por serem diretamente articulados entre si e por estruturarem o Polo Aripuanã. É nesse polo que se insere o Projeto Aripuanã e a Cidade Científica de Humboldt, objeto central da dissertação, permitindo analisar a materialização – ou a tentativa – dessas políticas no território amazônico.

De particular interesse a esta pesquisa, o Programa Aripuanã-Humboldt teve apoio dos Ministérios do Planejamento e do Interior, da Força Aérea Brasileira (FAB), do IPEA, da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). A cidade, inaugurada simbolicamente em 1973 e com função científica, teve uma breve existência, passando pelas tentativas de sua operacionalidade e seu desenvolvimento, até chegar ao seu esquecimento, sem aporte de financiamentos públicos e privados. Em 1975, matérias em jornais já pontuavam seu declínio e esvaziamento.

Em Humboldt, idealizava-se que os estudos seriam voltados a compreender o contexto local e criar estratégias mitigadoras dos impactos econômicos, sociais e, principalmente, ambientais, gerados pelos projetos em voga no período de integração centro-norte, assegurando a manutenção de reservas naturais importantes do país. Seu idealizador, o cientista Pedro Paulo Lomba, relata como seria a ocupação planejada em etapas para a nova cidade:

Para a primeira etapa do Projeto foi prevista a implantação de três clareiras gigantes, sendo a primeira, (clareira pioneira) ao lado dos saltos de Dardanelos e das Andorinhas (10° 19' 42" Sul - 59° 12' 30" Oeste), na zona central do Município, que abrigará um centro de planejamento dinâmico (econômico, tecnológico e ecológico): a cidade-laboratório de HUMBOLDT, dimensionada para 1.000 habitantes, a ser ocupada por técnicos, cientistas, trabalhadores locais e pequenos agricultores, atuando com o ponto de apoio à navegação aérea e fluvial para lançamento e recolhimento das expedições terrestres. As outras duas clareiras foram projetadas em função da estrada BR-172, uma à margem esquerda do Juruena, e a outra na área interpolar. (Lomba, 1973, p.75).⁷

A partir desse panorama, a pesquisa busca resposta à questão: como a Cidade Científica de Humboldt, estabelecida brevemente na Amazônia durante a ditadura militar na década de 1970, ilustra as práticas e planos de apropriação territorial na região?

De modo a guiar os estudos, a pesquisa tem como objetivo principal investigar a Cidade Científica de Humboldt, um dos resultados das políticas de apropriação territorial da região Amazônica brasileira, identificando suas particularidades, contrassensos e materialidades (urbanismo e arquitetura).

Visando alcançar tal objetivo geral, foram estipulados os seguintes objetivos específicos:

- estudar e sistematizar o contexto geopolítico-econômico do recorte histórico, sobretudo as ações voltadas à ocupação da Amazônia, os discursos e atores envolvidos na política de interiorização e o que esses discursos nos revelam sobre a história política brasileira;
- articular estudos conceituais (utopia, cidade científica, desenvolvimentismo, integra-

⁷ Quando se refere: “ao lado dos saltos de Dardanelos e das Andorinhas”, trata-se das cachoeiras existentes ao lado do sítio escolhido para implantação do projeto, localizadas no Rio Aripuanã.

ção, cidade nova), de modo a ler a história da Cidade Científica de Humboldt por outras lentes;

- investigar a história de criação da Cidade Científica de Humboldt, seus atores, seus projetos, abrangendo seu período de existência na década de 1970; e
- avaliar as implicações do projeto Aripuanã-Humboldt na ocupação urbana e rural da Amazônia brasileira (Mato Grosso).

Procedimentos metodológicos

A pesquisa, de caráter exploratório e qualitativo, adota como princípio metodológico o estudo histórico, combinando a observação indutiva e análise documental dedutiva. Neste sentido, está lastreada por três conjuntos de procedimentos: estudo histórico, consulta a fontes primárias e secundárias, e processamento de dados.

Quanto ao estudo histórico, a partir da perspectiva do teórico Hayden White (1992), o qual argumenta que a linguagem utilizada na historiografia não é objetiva, neutra ou transparente, mas sim uma construção narrativa, busca-se nesta Dissertação (re)construir a história da Cidade Científica de Humboldt. Considerando que esse objeto de estudo não teve sua trajetória amplamente narrada, a pesquisa recorreu a múltiplas fontes – extraídas de documentos oficiais, relatos orais e registros teóricos e iconográficos – reunidas ao longo do processo investigativo, com o objetivo de ampliar a compreensão sobre sua existência e suas implicações.

Compreender a cidade pela história, sob os pontos de vista do planejamento regional e urbanístico, permite-nos compreender o contexto no qual os fatos ocorreram, permite-nos entender a configuração atual do território, criticá-la e projetar seu desenvolvimento. Permite-nos ainda olhar caso a caso, analisar suas peculiaridades e suas inovações e criar narrativas e saídas alternativas. A pesquisa histórica não se restringe apenas em entender o processo de desenvolvimento de uma região e de suas cidades, como pode também trazer à tona exemplos de apropriação da paisagem, de recursos urbanísticos e arquitetônicos que nos auxiliem no planejamento do território.

Neste sentido, o historiador suíço André Corboz (2001) compreende que em várias situações o território pode ser apreendido como um *palimpsesto*⁸, ou seja, uma sobreposição de várias camadas que, ao serem “raspadas”, revelam vestígios de sua conformação. Assim, esse método historiográfico pode ser aplicado ao estudo da Cidade Científica de Humboldt, permitindo a compreensão de sua existência por meio da sobreposição de dife-

8 Palimpsesto refere-se a um material de escrita reusado, onde o texto original é apagado e um novo é escrito sobre ele, mas ainda pode manter vestígios do texto anterior. Na História, o termo é usado metaforicamente para descrever como camadas de eventos, culturas ou práticas passadas ainda influenciam o presente, mesmo quando novas camadas ou mudanças ocorrem. Ou seja, a História é vista como um processo contínuo, onde o passado deixa marcas que continuam a afetar o presente.

rentes fontes, dados e fatos. Assim, reportagens de jornais e revistas da década de 1970, registros iconográficos, depoimentos, desenhos dos projetos urbanístico e arquitetônico da cidade, narrativas já realizadas sobre Humboldt, como os trabalhos do historiador José Amílcar Berthonili de Castro e da geógrafa Bertha Koiffmann Becker, constituem as camadas a serem “raspadas” e, aqui, reveladas.

Em acréscimo, o escritor espanhol Javier Marías, em *Sobre a dificuldade de contar*, aponta que “os historiadores (...) sempre estão expostos ao risco de surgirem novas informações, novos documentos, testemunhos enterrados. Sempre estão expostos a ter que acrescentar ou retificar alguma coisa em suas versões” (2020, p. 200). Essa ideia se aplica ao processo de investigação desta pesquisa, no qual a narrativa da Cidade Científica de Humboldt foi sendo construída e revisada à medida que novas fontes eram encontradas.

O uso de documentos históricos, como registros e arquivos oficiais, é uma prática crucial na pesquisa histórica. Essas fontes primárias, que podem incluir documentos governamentais, relatórios de órgãos envolvidos no projeto, correspondências, leis e regulamentações etc., fornecem informações autênticas e não interpretadas sobre a Cidade Científica e ao período em estudo, possibilitando assim a produção de uma interpretação dos discursos envolvidos no contexto histórico da pesquisa. Para o historiador Thiago Perpétuo, a partir da investigação historiográfica de fontes primárias é:

[...] possível apresentar não uma nova verdade dos fatos, mas possibilidades de novas interpretações [assim como a] desconstrução da ideia de valor imanente dos objetos culturais, buscando informar que eles não devem ser cristalizados enquanto cânone, podendo, a bem das comunidades que neles se referenciam, ser oportunamente revisitados. (Perpétuo, 2016, p.52).

O discurso posto em textos carrega sempre uma carga ideológica. Neste sentido, o filósofo Jason Stanley (2020) argumenta que o principal objetivo do discurso não é apenas difundir seu conteúdo, mas sim consolidar a narrativa que o sustenta. Essa perspectiva é essencial para a compreensão da narrativa dominante sobre a ocupação territorial da Amazônia no período, amplamente veiculada por meio de propagandas da época, por exemplo, em meio a um regime autoritário.

Portanto, este estudo não busca apenas reconstituir a cronologia de Humboldt, mas investigar os modos como o projeto foi concebido, representado e, posteriormente, esquecido. Inspirado nas proposições de Mortimer e Costa (2025, p. 163), o trabalho propõe “deslocar e desaprender” as narrativas lineares do desenvolvimento, articulando fragmentos – os documentos oficiais, os registros iconográficos, os relatos orais e os vestígios materiais – em uma (re)construção crítica da memória de Humboldt.

Para além das fontes primárias, a consulta a fontes secundárias, por meio de uma revisão sistemática da literatura, mostrou-se também essencial para a contextualização da pesquisa e para a construção de uma compreensão acerca do objeto de estudo. Esse

procedimento envolveu a análise de livros, artigos acadêmicos, matérias de jornais e revistas, bem como outros materiais publicados que abordaram a urbanização da Amazônia, as políticas públicas implementadas durante a Ditadura Militar e temas correlatos.

As buscas concentraram-se em diferentes acervos e bases documentais, entre os quais se destacam o Instituto Socioambiental (ISA), o Arquivo Nacional, a Hemeroteca Digital, o Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, entre outros, totalizando dezoito acervos consultados ao longo do percurso no Mestrado (Tabela 1). A pesquisa incluiu ainda duas viagens para consultas presenciais a acervos no Rio de Janeiro (RJ) e em Cuiabá (MT), além de levantamentos realizados em acervos localizados em Brasília (DF) e em São Paulo (SP) – Instituto Moreira Salles (IMS). Para além disso, ressalta-se que não foi possível, no período de realização desta pesquisa, efetuar visita de campo às ruínas da Cidade Científica de Humboldt, situadas no município de Aripuanã, no estado de Mato Grosso, pelas dificuldades de acesso ao local e alto custo de deslocamento.

A pesquisa também se dedicou a uma investigação de imagens, incluindo reportagens e anúncios publicitários, durante o período de concepção da cidade de Humboldt. Acredita-se que imagens, assim como textos, são evidências históricas importantes e podem refletir o passado (Burke, 2004). Ao analisar fotografias, desenhos, mapas e anúncios promocionais da época, foi possível obter esclarecimentos valiosos sobre os desafios envolvidos no planejamento e na materialização dessa nova cidade. Como aponta o historiador Peter Burke, “da mesma forma que outras formas de evidência, fotografias [e outras iconografias] podem ser consideradas ambas as coisas: evidência da história e história. Elas são especialmente valiosas, por exemplo, como evidência da cultura material do passado.” (Burke, 2004, p.29). Essas fontes iconográficas permitem auxiliar na compreensão das características físicas da Cidade em pauta, sua infraestrutura e como a paisagem se alterou ao longo do tempo, incluindo os vestígios do que restou hoje: poucas ruínas, documentando sua existência.

Similar importância é dada ao contato direto com personagens vinculados ao projeto da Cidade Científica de Humboldt, bem como com pesquisadores e conhecedores da história da Amazônia. A partir de depoimentos e conversas com testemunhas oculares do projeto e estudiosos de outras ocupações na Amazônia (ver Apêndices), tem-se a contribuição para a elucidação de dimensões subjetivas do processo histórico e possibilidade de acesso a perspectivas que não se encontram registradas nas fontes documentais escritas.

No âmbito desta pesquisa, prestaram depoimentos: João Moreira Salles (1962-atual), cujo livro *Arrabalde: em busca da Amazônia* (2022) constitui referência importante para a análise (entrevista: 08/11/2025); Fernando Tadeu de Miranda Borges (1958-atual), atu-

Nome do Arquivo/Acervo	Local	Modalidade de consulta realizada	Link
Acervo Abelardo Coimbra Bueno	Brasília, DF	presencial	https://www.topospaisagem.org/
Acervo da ASCOM, hoje SECOMM da UFMT	Cuiabá, MT	presencial	ufmt.br/secretaria/secomm
Acervo da Prefeitura de Aripuanã	Aripuanã, MT	online	https://www.aripuana.mt.gov.br/#/home (entrei em contato via WhatsApp)
Acervo FAB	Rio de Janeiro, RJ	presencial	https://www2.fab.mil.br/afa/index.php/bibli-acervo
Acervo ISA (Instituto Socioambiental)	São Paulo, SP	online	https://acervo.socioambiental.org/
Acervo Ricardo Cardim	São Paulo, SP	online	https://memoriasdaditadura.org.br/fundo-fotografias/acervo-ricardo-cardim/
Arquivo Nacional	Brasília, DF	presencial	https://www.gov.br/conarq/pt-br/servicos-1/consultas-entidades-custodiadoras-de-acervos-arquivisticos-cadastradas/entidades-custodiadoras-no-distrito-federal/arquivo-nacional-coordenacao-regional-no-distrito-federal
Arquivo Público do Mato Grosso	Cuiabá, MT	presencial e online	https://www.apmt.mt.gov.br/consulta-ao-acervo
Biblioteca da Câmara dos Deputados	Brasília, DF	presencial	https://www.camara.leg.br/biblioteca-e-publicacoes/
Biblioteca da Presidência da República	Brasília, DF	online	https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/
Biblioteca da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia)	Belém, PA	presencial (aluno Mateus Moraes Dias, da UFPA, fez a consulta presencial desse acervo para mim) e online	http://biblioteca.sudam.gov.br/BibliVre4/
Biblioteca do Ministério da Economia - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	Brasília, DF	online	https://bibliotecadigital.gestao.gov.br/handle/777/24
Biblioteca do Senado Federal	Brasília, DF	presencial	https://www12.senado.leg.br/institucional/biblioteca
Biblioteca Mário Ypiranga Monteiro	Manaus, AM	online	https://cultura.am.gov.br/espacos-culturais/bibliotecas/biblioteca-mario-ypiranga-monteiro/
Biblioteca Nacional	Rio de Janeiro, RJ	presencial e online	https://antigo.bn.gov.br/visite/horarios-facilidades
Biblioteca Pública Arthur Vianna	Belém, PA	online	https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/
Mapoteca Histórica do Itamaraty - MRE / Ministério das Relações Exteriores - Itamaraty	Rio de Janeiro, RJ	presencial	https://www.gov.br/mre/pt-br/ererio
Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR	Cuiabá, MT	presencial	www.ufmt.br/ndihr/hemeroteca/

Tabela 1 - Tabela com a sistematização dos arquivos e acervos consultados ao longo da pesquisa. Fonte: Autora, 2026.

almente professor de economia da UFMT e estudante da instituição no período em que a Cidade Científica de Humboldt era idealizada e construída (entrevista: 21/09/2025); e Jorge Bodanzky (1942-atual), cineasta que visitou e registrou, em 1973, a Cidade Científica em reportagem realizada para uma emissora de televisão alemã (entrevista: 25/04/2024). As entrevistas ocorreram em formato online; entretanto, houve um encontro presencial com o professor Fernando Tadeu na UFMT e dois encontros presenciais com Jorge Bodanzky, ocasiões nas quais foi possível complementar informações, confirmar dados e realizar

questionamentos de caráter informal.

Por fim, diante dos dados, se fez necessário sua sistematização, articulação e escrita. A princípio, adotou-se agrupamentos temáticos para facilitar a compreensão, como: i.) conceitos relevantes; ii.) contexto geopolítico-econômico; iii.) urbanização na Amazônia na segunda metade do século XX; iv.) Cidade Científica de Humboldt.

Com o objetivo de situar o objeto de pesquisa em diálogo com conceitos considerados importantes para sua interpretação, especialmente aqueles relacionados ao território, à urbanização da floresta e à produção do espaço, mobilizam-se diferentes referenciais teóricos. As contribuições de André Corboz, Milton Santos, Bertha K. Becker, Henri Lefebvre, João Moreira Salles e Carlos Nelson dos Santos, entre outros, fundamentaram as discussões e interpretações acerca do território. As leituras de Carlos Fico e Marilena Chauí subsidiam a análise das noções de utopia e de seus usos no contexto político estudado, enquanto Ricardo Trevisan oferece aportes conceituais para a compreensão das cidades novas. Para o entendimento da concepção da Cidade Científica, recorre-se a estudos sobre a influência da ideologia positivista nas Forças Armadas. As relações entre globalização e geografia política são abordadas a partir das reflexões de Celso Furtado, Paul Singer e Milton Santos. Já as perspectivas críticas sobre território e futuro são enriquecidas pelas leituras do indígena Ailton Krenak e do quilombola Antônio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo). Por fim, a análise dos discursos presentes nas propagandas, políticas e narrativas do período em estudo apoia-se nos aportes teóricos de Jean Baudrillard e Michel Foucault.

Portanto, a metodologia adotada nesta pesquisa compreende a reconstrução da narrativa histórica como um processo interpretativo, no qual os fatos não são tomados como dados fixos ou definitivos, mas como elementos passíveis de organização, leitura e ressignificação. Conforme aponta Trevisan (2020, p.32), a multiplicidade de acontecimentos mobilizada por um intérprete é necessariamente filtrada por seu repertório individual e pelo contexto espacial e temporal a partir do qual interpreta, resultando na criação de um objeto analítico singular e provisório. Essa perspectiva reconhece que toda narrativa histórica é atravessada por revisões constantes, seja pela incorporação de novas fontes, seja pelas reinterpretações produzidas por diferentes agentes ao longo do tempo.

Ao reunir documentos oficiais, matérias de imprensa, mapas, depoimentos e bibliografia crítica, esta pesquisa não busca uma versão totalizante ou definitiva dos processos analisados, mas sim contribuir para uma leitura plural e situada, em que a sobreposição e a contraposição de interpretações ampliam a compreensão do objeto estudado, no caso, os projetos de ocupação e produção do espaço na Amazônia nos anos 1970 e a experiência da Cidade Científica de Humboldt em Mato Grosso.

Estruturalmente, a dissertação organiza-se em três capítulos, além da Introdução

e das Considerações Finais. O primeiro capítulo contextualiza o recorte histórico a partir de uma perspectiva geopolítica, analisando o projeto estatal de interiorização do território brasileiro, anterior à Ditadura Militar, mas intensificado de modo sistemático após 1964, bem como os agentes, narrativas e conceitos que sustentaram esse processo, marcado por traços utópicos e autoritários. O segundo capítulo examina os principais projetos de escala macro voltados à (re)organização e ocupação do território nacional, com ênfase na Amazônia: Operação Amazônia, PIN, I e II PND, com especial atenção ao Programa Polamazônia e ao Polo Aripuanã, no âmbito do qual se insere o Projeto Aripuanã e, consequentemente, a Cidade Científica de Humboldt. Este capítulo também discute a noção de sustentabilidade presente nos discursos oficiais sobre a ocupação “racional” da floresta. Por fim, o terceiro capítulo dedica-se à trajetória da Cidade Científica de Humboldt, desde sua concepção como projeto ideal que articulava ciência, desenvolvimento e preservação ambiental até seu arruinamento, evidenciando os conflitos institucionais, políticos e socio-ambientais que marcaram sua breve existência.



AMAZÔNIA: ...
UMA CONQUISTA
DE NOSSO TEMPO

**CAPÍTULO 1
“UTOPIAS” EM MARCHA:
DITADURA MILITAR E A
INTEGRAÇÃO TERRITORIAL**

Luiz Nassif

CAPÍTULO 1

“UTOPIAS” EM MARCHA: DITADURA MILITAR E A INTEGRAÇÃO TERRITORIAL

Ao longo da história, as utopias manifestam-se com maior recorrência em períodos de transição e em contextos marcados por profundas incertezas (Mumford, 1969). Diante de um mundo polarizado pela oposição entre capitalismo e comunismo, governado, em diversas regiões, por regimes autoritários, como as ditaduras militares na América do Sul, e atravessado por intensas transformações econômicas, decorrentes do processo de globalização e da emergência do neoliberalismo, a projeção de cenários futuros idealizados converteu-se em estratégia recorrente de determinados governos.

No Brasil, com o intuito de angariar o respaldo da opinião pública por meio de discursos nacionalistas, sustentados pela promessa de um país grandioso e apto a alcançar uma posição de destaque frente às nações desenvolvidas, o regime militar passou a mobilizar tal imaginário utópico. Nesse contexto, a integração da Amazônia ao território nacional configurou-se como um de seus eixos centrais. Em consonância com a lógica do capitalismo global, foram implementadas políticas nacionais de desenvolvimento que deslocaram a floresta para o centro dos debates político-econômicos.

Sob o véu da utopia, o projeto almejava promover a ocupação e a exploração econômica da Amazônia como condição para a construção do “país do amanhã”, conforme ilustrado, inicialmente, pelo projeto da Cidade Científica de Humboldt. Todavia, os ideais anunciados ocultavam os meios e os processos por meio dos quais tais iniciativas foram, de fato, operacionalizadas, resultando em impactos socioambientais irreversíveis. Desse modo, por trás das utopias projetadas, revelam-se realidades profundamente violadas.

Com vistas a uma melhor compreensão desse cenário, este capítulo apresenta o contexto histórico, político e ideológico que fundamentou o intenso dispêndio de energia e de capital político do governo brasileiro na região amazônica durante a Ditadura Militar (1964-1985), orientado pela política de interiorização e integração ao território nacional. Busca-se, ainda, analisar as estratégias e os discursos que nortearam as políticas de desenvolvimento regional do regime, bem como as ações que antecederam esse período. No âmbito interno, serão examinados os múltiplos e antagônicos atores sociais que coexistiram no território amazônico: de um lado, os agentes institucionais do Estado, representados por órgãos, instituições e superintendências como a SUDAM e a SUDECO, além de construtoras, empresas colonizadoras e do aparato militar; de outro, os povos indígenas, seringueiros, ribeirinhos, garimpeiros e demais comunidades tradicionais que já habitavam a região e que foram diretamente afetados pelas políticas de ocupação e exploração da floresta.

1.1 Ditadura Militar brasileira e o contexto de disputas globais

A Ditadura Militar⁹ brasileira constituiu um período de intensas transformações ideológicas, sociais, políticas e territoriais no país. Em seu contexto histórico, a trajetória política brasileira é marcada por recorrentes tentativas e efetivações de golpes de Estado. Conforme aponta Carlos Fico em *Utopias Autoritárias* (2025, p.377), o Brasil registra anos das “tentativas fracassadas de golpe”: 1904, 1922, 1924, 1956, 1959, 1961 e 2023 e outros em que “os golpes foram bem-sucedidos”: 1889, 1930, 1937, 1945, 1954 e 1964, demonstrando como o autoritarismo reaparece ciclicamente na política brasileira. Tal recorrência de rupturas e ameaças de ruptura revela não apenas a instabilidade política do país, mas também a permanência de uma cultura de exceção, na qual o autoritarismo surge reiteradamente como resposta às crises institucionais. O regime instaurado em 1964 pode ser compreendido dentro de um contexto mais amplo, no qual, em escala global, diversos países experimentaram a ascensão ou o declínio de regimes autoritários.

O período da Ditadura Militar brasileira, entre 1964 e 1985, inseriu-se em contexto global marcado pelas tensões da Guerra Fria (1947-1991), que opunha os Estados Unidos à União Soviética em um embate ideológico, político e militar. Esse conflito bipolar dividiu o mundo entre as esferas capitalista e socialista, influenciando diretamente as políticas internas de inúmeros países, inclusive do Brasil, que buscava se alinhar ao bloco ocidental sem romper completamente com uma posição de relativa autonomia e com a soberania nacional. A disputa geopolítica atravessava todos os campos da vida social, da corrida armamentista e espacial à cultura e à ciência, gerando um clima de vigilância e desconfiança em escala mundial.

Nas décadas de 1960 e 1970, a América do Sul tornou-se um dos principais palcos da expansão de regimes militares. Golpes de Estado derrubaram governos democraticamente eleitos em países como Bolívia (1964), Argentina (1966) e Chile (1973), instaurando ditaduras que, em aliança com os Estados Unidos, buscavam conter o avanço do socialismo na região. Esse processo de articulação culminou, em 1975, na criação da Operação Condor – uma aliança político-militar entre as ditaduras do Cone Sul (Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Brasil), voltada à repressão coordenada de opositores políticos e à perseguição transnacional de militantes de esquerda. A participação brasileira, em consonância com essa engrenagem repressiva, não se limitou a reproduzir práticas autoritárias, mas contribuiu para consolidar a lógica de violência institucional característica do período.

9 Muitas abordagens têm optado pelo termo “Ditadura civil-militar” ou “ditadura empresarial-militar”, em alusão à participação de outros agentes no processo de endurecimento do regime militar no Brasil neste período. Neste trabalho, usaremos preferencialmente o termo “Ditadura Militar”, considerando a preponderância do segmento militar nesse processo, sem ignorar as demais definições e a participação de setores empresariais e da sociedade civil no endurecimento do regime antidemocrático.

Como observa Marcelo Ridenti em *A ditadura que mudou o Brasil*, “o governo brasileiro não hesitou em prender, torturar, matar e exilar seus adversários, especialmente aqueles ligados a organizações clandestinas, armadas ou não” (Ridenti, 2014, p.20).

Nesse contexto, somava-se ainda a “economia americana crescentemente ‘dependente’ de recursos não renováveis produzidos no exterior”, dinâmica que impulsionou a abertura econômica dos Estados Unidos e o fortalecimento de grandes empresas norte-americanas, “capazes de promover a exploração de recursos naturais em escala planetária” (Furtado, 2024, p.26). Essa lógica global de expansão e busca por matérias-primas (muitas delas localizadas em estados da ex-URSS) intensificou o interesse sobre regiões detentoras de vastos recursos naturais, como a Amazônia brasileira, ampliando sua exploração por diferentes agentes econômicos, nacionais e estrangeiros. Como sintetiza João Moreira Salles, “seria ingenuidade imaginar que uma região de tamanha riqueza estaria imune à disputa econômica” (Salles, 2022, p.81).

No entanto, esse crescimento ocorreu à custa do aumento das desigualdades sociais e do aprofundamento da dependência econômica (Reis, 2014, p.5). Pautado pela ideologia do progresso e da modernização – cenários utópicos –, tais políticas, planos e ações serviam como justificativa para projetos de ocupação territorial, especialmente na Amazônia, marcados por pautas desenvolvimentistas que negligenciavam questões ambientais e sociais, como será discutido ao longo desta pesquisa. Essa contradição entre crescimento e destruição marcou a experiência brasileira do desenvolvimento sob a guarda do regime milico-autoritário.

A partir da Crise do Petróleo de 1973, que provocou forte recessão global, o modelo econômico adotado pelo regime militar começou a se deteriorar. A dependência de importações energéticas e o aumento dos custos externos levaram o Brasil a contrair vultosos empréstimos internacionais, ampliando o endividamento e comprometendo as finanças públicas. Durante os governos Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985), o regime buscou administrar a crise com uma política de abertura lenta, gradual e controlada, visando preservar o protagonismo militar na transição. Entretanto, ao longo dos anos o desgaste econômico e social impulsionou os movimentos pela redemocratização, como as Diretas Já, que culminaram na eleição indireta de Tancredo Neves em 1985 e no fim do regime militar.

Desse modo, a Ditadura Militar brasileira não se restringe à sua inserção em uma conjuntura internacional marcada por autoritarismos e intensas tensões ideológicas, mas configura-se também como a expressão de um projeto interno de industrialização, articulado à integração do país ao mercado capitalista global e a estratégias sistemáticas de controle territorial, social e político, cujos efeitos ainda se fazem perceptíveis nas configu-

rações contemporâneas do Estado brasileiro e nas dinâmicas de ocupação da Amazônia.

Outra característica indissociável do período da Ditadura Militar foi a censura, compreendida como um instrumento central de repressão à imprensa e de controle da circulação de informações. Por meio desse mecanismo, os meios de comunicação passaram a difundir, prioritariamente, discursos oficiais do Estado e posicionamentos de grandes grupos empresariais alinhados ao projeto desenvolvimentista e à ideologia do regime. Tal material, amplamente produzido e veiculado sob rigorosa vigilância institucional, constituiu uma fonte recorrente para esta pesquisa, na medida em que possibilitou apreender não apenas os conteúdos explicitamente divulgados, mas também os silenciamentos, as omissões e as narrativas legitimadas no interior do contexto autoritário.

Como pontua o historiador Rodrigo Sá Motta, o “regime militar é fenômeno próximo de nós. Ele faz parte do espaço de experiência de muitos brasileiros, e o seu legado marca mesmo quem não viveu aqueles anos ou ignora completamente esse passado recente” (Motta, 2014, p.28). Quarenta anos após o encerramento formal da ditadura, em 1985, o país permanece atravessado por disputas políticas e simbólicas que reatualizam narrativas autoritárias e colocam em tensão a própria estabilidade democrática. Diante disso, compreender criticamente esse passado recente não constitui apenas exercício historiográfico, mas um imperativo político e ético. Revisitar as políticas, discursos e contradições da ditadura permite identificar as condições que possibilitaram a emergência do autoritarismo e reconhecer seus efeitos duradouros sobre o país. Trata-se, portanto, de uma tarefa necessária para fortalecer a memória histórica e evitar a repetição dos erros e violências que marcaram aquele período.

1.2 Esforços do Estado brasileiro rumo às regiões centro e norte do país pré-Ditadura Militar

A Ditadura Militar brasileira foi marcada pela formulação de um amplo conjunto de políticas, planos e projetos voltados à interiorização do território, com o objetivo de integrar as regiões economicamente consolidadas do litoral às áreas consideradas periféricas ou pouco articuladas à economia nacional. Para compreender por que essa política de penetração territorial assumiu dimensão expressiva durante o regime, é necessário retomar os movimentos anteriores dessa trajetória. Ao longo da história brasileira, a Amazônia foi alvo de várias iniciativas estatais de ocupação e exploração, ainda que de formas descontínuas. Entender esses passos anteriores permite situar a intensificação promovida pelos militares como parte de um processo mais amplo de tentativa de adentramento, controle e transformação da floresta.

A política de integração da Amazônia constitui um dos eixos centrais da constru-

ção do território brasileiro ao longo do século XX. Apesar de seu aparente isolamento geográfico e da retórica de “vazio demográfico” e “terra de ninguém” que a acompanhou (Figura 5), a região amazônica sempre esteve no horizonte estratégico do Estado brasileiro, tanto por seu potencial econômico quanto por sua relevância geopolítica. Desde as primeiras décadas do século passado, a presença estatal manifestou-se por meio de políticas de exploração de recursos naturais, ocupação territorial e incorporação administrativa, configurando um processo que culminaria, durante o regime militar, na formulação de um projeto sistemático de integração nacional. O lema “Amazônia, integrar para não entregar”, proferido pelo presidente-general Humberto Castello Branco (1964-1967), sintetizou de modo eloquente essa concepção: integrar o território amazônico à economia nacional seria condição indispensável para garantir a soberania e o progresso do país.



Figura 5 - Mapa brasileiro de 1948, da Fundação Coimbra Bueno pela Nova Capital do Brasil (1939). Fonte: Acervo Abelardo Coimbra Bueno, LUPA-FAU/UnB, 2025.

As origens desse projeto remontam ao ciclo econômico da borracha (1879-1912), período em que a extração do látex inseriu a Amazônia no circuito mundial do capital, conferindo-lhe temporário protagonismo na economia brasileira. Esse contexto impulsionou a formulação de diversos empreendimentos, inclusive de capital estrangeiro, a modernização das principais cidades – por exemplo, Manaus e Belém – e a criação de cidades novas, algumas das quais persistem até hoje, enquanto outras desapareceram ao longo do tempo. Entre os casos malogrados estão Fordlândia e Belterra, no estado do Pará, fundadas em 1923 e 1934 respectivamente, pelo industrial estadunidense Henry Ford, cuja intenção era estabelecer uma cidade destinada ao cultivo de seringueiras visando a produção de borracha para atender a produção de pneus para a indústria automobilística estadunidense.

Contudo, além dos desafios logísticos e operacionais inerentes à implantação de cidades planejadas em plena floresta amazônica, o empreendimento enfrentou outros entraves, dentre eles o não acultramento da mão de obra brasileira aos hábitos estadunidenses e não adaptação das seringueiras ao modo de cultivo escolhido (apartado da floresta), frustrando as expectativas do projeto. Como sintetiza Greg Grandin no livro *Fordlândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva*, “a natureza recusou-se a ser dominada” (Grandin, 2010, p.325). Hoje (2025), em Fordlândia, encontram-se apenas ruínas desse empreendimento, com poucos moradores e a tentativa, a passos lentos, de seu tombamento enquanto patrimônio industrial.

Já na década de 1930, numa escala mais abrangente, o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) retomou o interesse pelo interior do país ao instituir a política da “Marcha para o Oeste” (Figura 6 e 7), em 1938, cujo objetivo era promover o desenvolvimento, a modernização e a ocupação de regiões até então consideradas marginais à dinâmica econômica nacional.



Figura 6 - Cartaz do programa “Marcha para Oeste”, com imagem de Getúlio Vargas. Fonte: Memorial da Democracia.



Figura 7 - Mapa com as rotas aéreas do Brasil, possivelmente anterior a 1931. Fonte: Arquivo Histórico da Força Aérea Brasileira - FAB, Rio de Janeiro.

Na consulta ao Arquivo Histórico da Força Aérea Brasileira, realizada no âmbito do levantamento de imagens aéreas de cidades e infraestruturas urbanas na Amazônia, foi identificado apenas um mapa (Figura 8) entre os materiais fotográficos disponíveis. O documento, que representa as rotas aéreas no território brasileiro¹⁰, revela um expressivo vazio cartográfico referente à região Norte. Embora não apresente datação explícita, é possível inferir que sua elaboração seja anterior a 1931, ano em que o Decreto nº 20.108¹¹, promulgado pelo então presidente Getúlio Vargas, oficializou a substituição da grafia com

10 A primeira companhia aérea do Brasil foi a Viação Aérea Rio-Grandense (VARIG), fundada em Porto Alegre, em 7 de maio de 1927, pelo alemão Otto Ernst Meyer, que viu potencial no transporte aéreo no Brasil. A VARIG marcou o início da aviação comercial brasileira.

11 O Decreto nº 20.108, assinado pelo presidente Getúlio Vargas, em 15 de junho de 1931, oficializou a adoção da ortografia simplificada, promovida pelo acordo entre a Academia Brasileira de Letras (ABL) e a Academia de Ciências de Lisboa, para unificar o idioma português em repartições públicas e estabelecimentos de ensino brasileiros.

“z” pela grafia com “s” em nomes próprios nacionais, como “Brasil”. Tal inferência fundamenta-se na presença, no mapa, de topônimos como “Goiáz” e “Terezina”, bem como na ausência de Goiânia – fundada em 1933 e oficializada como capital de Goiás em 1934. Trata-se, portanto, de um registro anterior à implementação da política da “Marcha para o Oeste” (1938), o que reforça a interpretação de que, naquele contexto, a região Norte permanecia pouco integrada e relativamente marginal ao projeto de integração territorial nacional.

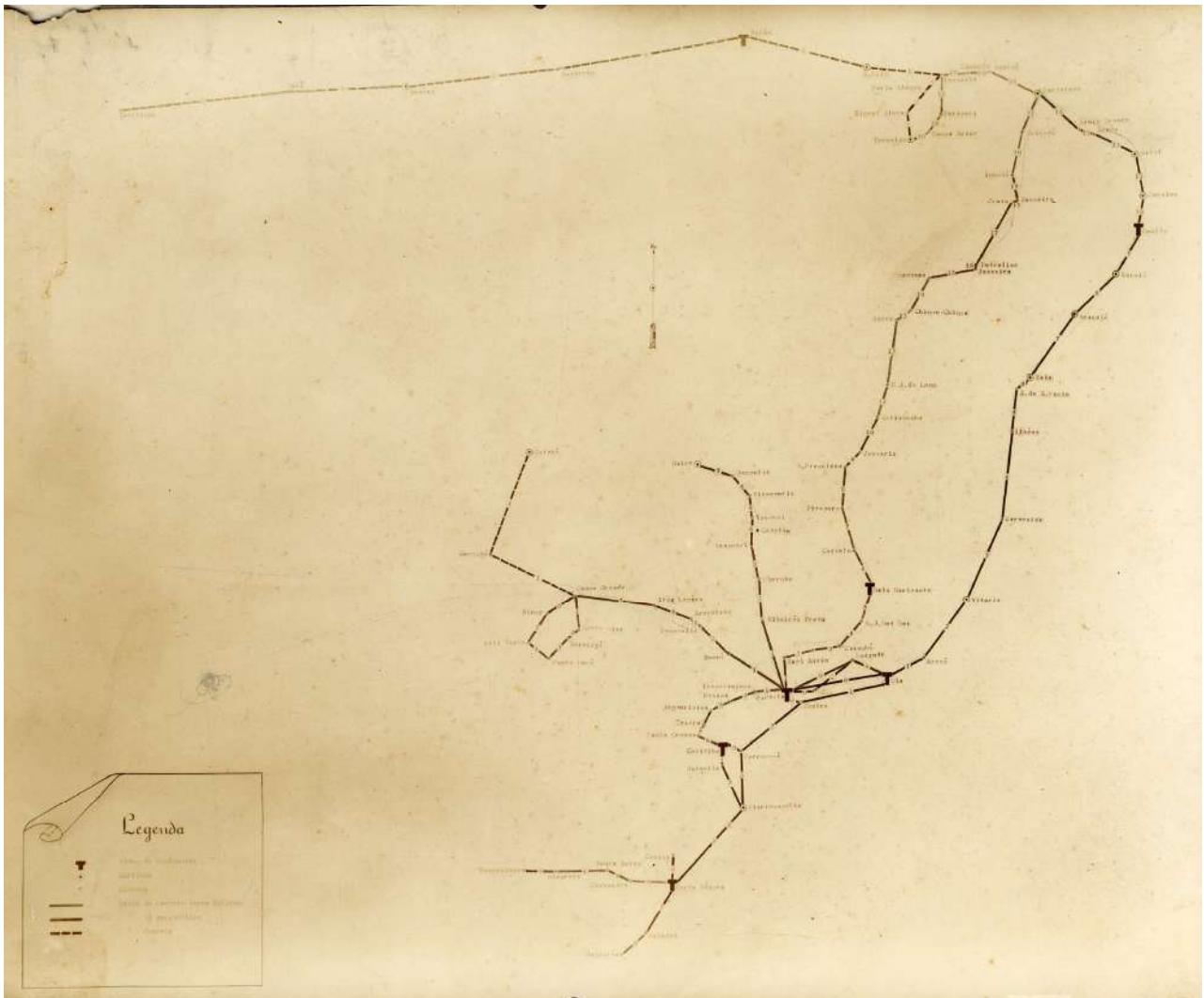


Figura 8 - Mapa com as rotas aéreas do Brasil, possivelmente anterior a 1931. Fonte: Arquivo Histórico da Força Aérea Brasileira - FAB, Rio de Janeiro.

Nas décadas subsequentes, essa configuração territorial passou por transformações significativas, sobretudo a partir da intensificação das políticas de interiorização e integração nacional durante a Segunda Guerra Mundial (1939–1945). Nesse contexto, determinadas capitais da região Norte passaram a assumir papel estratégico, figurando entre os principais pontos de comunicação direta com os Estados Unidos após a assinatura dos Acordos de Washington, em 1942¹². Essa comparação evidencia a rapidez das mudanças

12 Os Acordos de Washington (1942) foram um conjunto de acordos firmados entre o Brasil e os Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, que estabeleceram cooperação econômica, política e militar entre os dois países. Entre seus principais objetivos estavam o fornecimento de matérias-primas estratégi-

ocorridas em um intervalo relativamente curto, período no qual a região amazônica foi progressivamente incorporada às redes nacionais de transporte e comunicação, refletindo transformações profundas nos modos de imaginar, planejar e ocupar o território amazônico (Figura 9).



Figura 9 - Mapa da malha aérea regional constituída pela FBC. Fonte: Arquivo Nacional - Superintendência DF.

No mesmo contexto de fortalecimento da presença estatal, em 1943 foram instituídos os territórios federais do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguazu, medida que reforçou a atuação da União nas fronteiras setentrionais e ocidentais do país (Trevisan, 2024, p.10). Ainda nesse ano, o governo federal criou a Fundação Brasil Central (FBC), por meio do Decreto-Lei nº 5.878, de 4 de outubro de 1943, assinado por Getúlio Vargas. A legislação autorizava a constituição de uma fundação “destinada a desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia, Xingu e no Brasil Central e Ocidental” (Brasil, 1943). Dessa forma, a FBC foi concebida como instrumento estatal voltado à viabilização de projetos de ocupação e colonização, assegurando recursos e estrutura organizacional

cas, como a borracha amazônica, a modernização de setores da economia brasileira e a ampliação da infraestrutura logística e de comunicações, em troca de apoio financeiro, tecnológico e militar norte-americano, além do alinhamento diplomático do Brasil ao bloco aliado.

para a realização de expedições, além de assumir a responsabilidade pelo planejamento, coordenação e gestão da Expedição Roncador–Xingu (Figura 10).



Figura 10 - Delimitação da área mapeada pela Expedição Roncador Xingú, anos 1940. Fonte: CPDOC/FGV.

Instituída em 3 de junho de 1943, por meio da Portaria nº 77 da Coordenação de Mobilização Econômica (CME), a Expedição Roncador–Xingu constituiu um marco no projeto estatal de ocupação e desenvolvimento econômico da Amazônia. De acordo com a referida portaria, cabia à expedição “estabelecer vias de comunicação com o Amazonas pelo interior do país”. Após a abertura desses caminhos, previa-se a implantação de “núcleos de civilização”, o que incluía a construção de acampamentos, a criação de campos de pouso e a instalação de estações radiofônicas (Brasil, 1943).

Para além de sua dimensão logística e territorial, a Expedição Roncador–Xingu assumiu relevância no debate nacional sobre o contato com os povos indígenas, especialmente no que diz respeito à violência inerente às políticas de assimilação forçada. A incorporação dos irmãos Villas Bôas – Cláudio, Orlando e Leonardo – à liderança da expedição consolidou uma inflexão nesse debate. Ao estabelecerem relações diretas com diversas etnias, passaram a defender a preservação das culturas e dos territórios indígenas, em contraposição ao modelo então dominante de integração compulsória à sociedade nacio-

nal. Orlando Villas Bôas (1914-2002) atuou, posteriormente, na criação do Parque Indígena do Xingu, em 1961, no estado de Mato Grosso, e dirigiu-o por 17 anos (Roda Viva Retrô, 2017). A repercussão pública da expedição pode ser observada nos registros da imprensa da época (Figura 11).

ATRAVESSANDO OS SERTÕES MAIS BRAVIOS

A expedição Roncador-Xingú reiniciu sua marcha

A Expedição Roncador - Xingú, que se encontrava acampada à margem do rio Kuluene, reiniciou, hoje sua marcha para as cabeceiras do Xingú, através dos mais bravios sertões do Brasil. Como se sabe, essa patriótica expedição obedece ao comando do coronel Matos Vanique. Deve-se ressaltar que, ao partir, a expedição deixou, no local em que esteve acampada durante alguns meses, um magnífico campo de pouso para aviões. A partida da vanguarda da expedição, composta de 20 homens, foi assistida por grande número de indí-

A Expedição Roncador-Xingú e a conquista do Oeste

OS TRABALHOS E O OBJETIVO DA FUNDAÇÃO BRASIL-CENTRAL - HISTÓRIA DE UM RIO SANGRENTO - OS GARIMPEIROS LEMBRAM O "GOLD RUSH" DOS AMERICANOS

(por HILARY MALCOLM)

FILADEFIA, março — (S. I. H) — Não há muito, um avião brasileiro voltou de um voo sobre a misteriosa região do Rio das Mortes com uma seta cravada na fuselagem. Não havia mistério algum sobre a questão de saber como a flecha chegara ali. O piloto tinha voado sobre a aldeia dos selvagens e indomitos Chavantes. Algum arqueiro da tribo, dotado de braço forte, lançou às alturas um desafio ao "passaro trovão". E neste estranho contraste de um avião varado por uma flecha temos a crônica do Brasil — país que apresenta ao mesmo tempo a bela



EXPEDIÇÃO RONCADOR

Goiania, 27 (Asp.) — Informam de Barra de Garças que a expedição Roncador Xingú não usará quaisquer espécies de armas para entrar em contato com os índios chavantes. A missão desses vanguardeiros parece que não será desincumbida facilmente pelos componentes da expedição, os quais já estão sendo selecionados entre aqueles que se tem mostrado até agora mais cautelosos e conhecedores do terreno ocupado pelos selvícolas. Sabe-se que a Fundação Brasil Central expediu ordens severas à chefia da expedição para, na medida do possível, evitar qualquer choque sangrento ou criar casos que possam futuramente ser objeto de revide dos chavantes, pois a Constituição de 1937 assegura aos índios o direito de propriedade das terras onde habitam.

AVANÇA A EXPEDIÇÃO RONCADOR-XINGU

GOIANIA, 21 (Argus) — Uma rádio recebida do posto avançado da Expedição Roncador Xingú informa que seus componentes iniciaram a marcha para o curso médio do rio Xingú, pisando locais ainda inexplorados pela civilização. O objetivo da expedição na cabeceira do Xingú é estabelecer um novo posto, como de Chavantina, para servir de ponto de apoio ao futuro desen-

Índios xavantes e mateiros no corpo da Expedição

Já em plena atividade a Missão da Aero-náutica ao Brasil Central

Empenhada nas construções de campos de pouso e de emergência para o estabelecimento da ortodrômica Rio-Manaus, a For-

ao Brasil Central. A expedição seguiu ontem para o S. Domingos, com destino à Serra do Roncador, sob a chefia do brigadei-

CATEQUESE RELIGIOSA NAS MARGENS DO ARAGUAIA

A indomabilidade dos Chavantes

Figura 11 - Recortes de jornal sobre a Expedição Roncador Xingu. Jornal Correio do Amanhã, Rio de Janeiro, década de 1940. Fonte: Hemeroteca Nacional, Biblioteca Nacional.

Paralelamente às iniciativas de ocupação territorial, a viabilização da exploração econômica da Amazônia exigiu a criação de instrumentos financeiros específicos. Nesse sentido, durante a Segunda Guerra Mundial, foi instituído, em 1942, o Banco de Crédito da Borracha, por meio do Decreto-Lei nº 4.451, de 9 de julho de 1942. Conforme estabelece o Art. 1º do decreto, o banco tinha como finalidade:

O desenvolvimento da produção da borracha e sua defesa econômica, bem como para execução do convênio celebrado em Washington, a 3 de março de 1942, entre o Governo Brasileiro e a Rubber Reserve Company, representante do Governo dos Estados Unidos da América. (Brasil, 1942).

A instituição surgiu, portanto, diretamente vinculada aos interesses geopolíticos do período, em especial à demanda estadunidense por borracha amazônica e sua aplicação na indústria bélica. No pós-guerra, já na década de 1950, o Banco de Crédito da Borracha foi reorganizado e passou a denominar-se Banco de Crédito da Amazônia S.A. (Basa), ampliando o financiamento para outras atividades produtivas na região amazônica (Banco da Amazônia S.A., 2025). Conforme evidenciam os mapas das rotas aéreas de 1962 (Figura 9), já se observam conexões com cidades estratégicas do Norte do país, como Manaus e Belém, fundamentais para o controle de fronteiras, a circulação e o planejamento regional. Em 1966, no contexto da Ditadura Militar, a instituição foi novamente reestruturada pela Lei nº 5.122, de 28 de setembro, passando a denominar-se Banco da Amazônia S.A., com o objetivo de “executar a política do Governo Federal na Região Amazônica relativa ao crédito para o desenvolvimento econômico-social” (Brasil, 1966).

Ainda na década de 1950, foi instituída a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), por meio da Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953. O artigo 1º da legislação estabelecia que a SPVEA consistia em:

[...] um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras, destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do País. (Brasil, 1953).

Desde seus primeiros anos de funcionamento, a SPVEA atuou em projetos estruturantes, entre os quais se destaca a construção da Rodovia Belém–Brasília, iniciada em 1958 (Figura 12). Essa obra, articulada à edificação de Brasília e à consequente transferência da capital para o interior do país, contribuiu para reorientar o olhar do Estado brasileiro em direção às regiões Norte e Centro-Oeste. Em relatório apresentado à SPVEA, Waldir Bouhid, presidente da Comissão Executiva da Rodovia Belém–Brasília (RODOBRÁS), afirmou:

A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia foi chamada em consequência, a incorporar-se ao extraordinário Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek cabendo ao povo da Amazônia a honra de contribuir com a parcela de trabalho mais marcadamente histórico, pela intrepidez com que já se encontra e persistirá no desbravamento da compacta floresta equatorial, o

trecho mais difícil, por onde avança a rodovia Belém-Brasília. (Brasil, 1958, p.35).

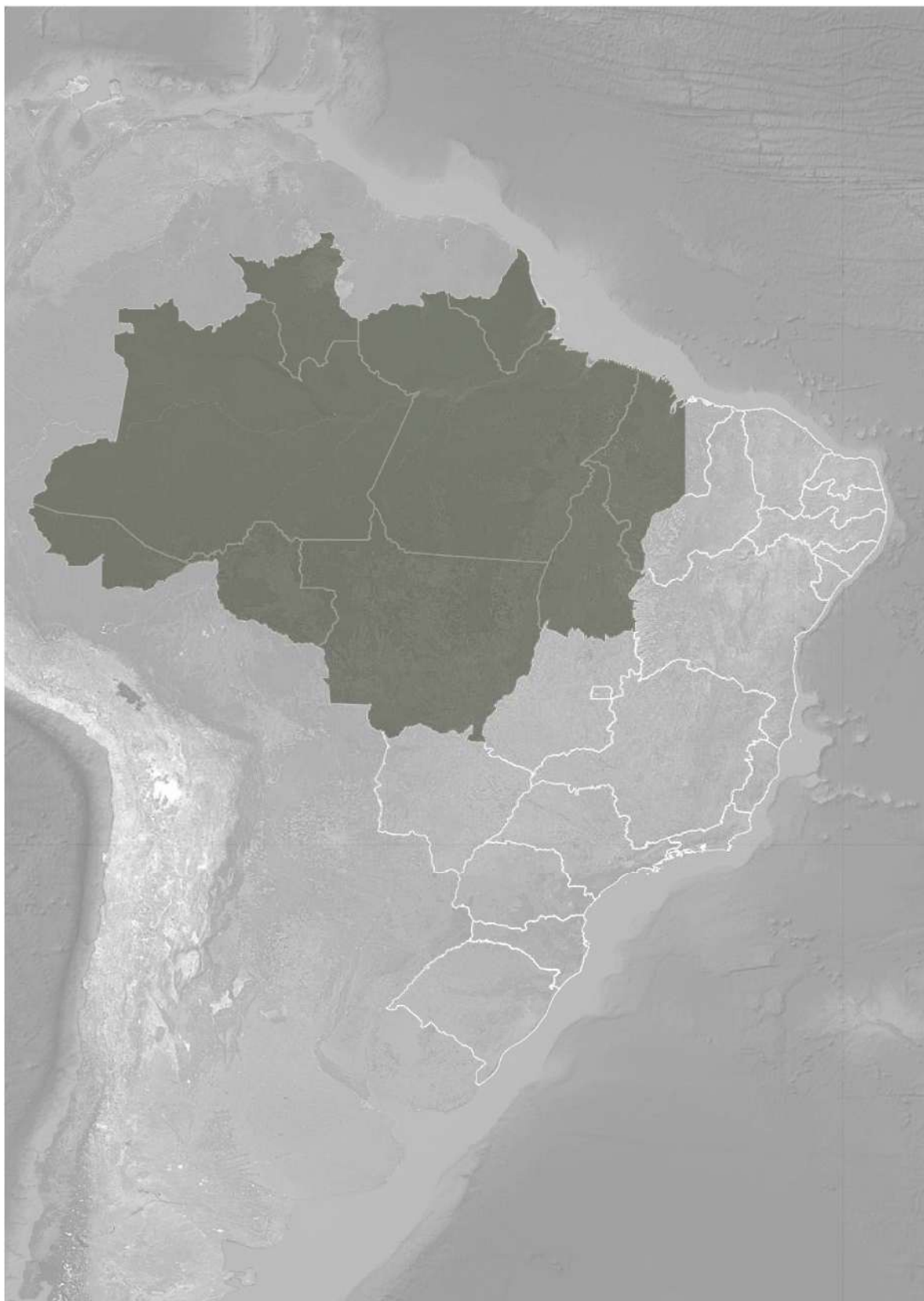


Figura 12 - Projeto Rodovia Belém- Brasília. Sem data. Fonte: Mapoteca Histórica do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores - Itamaraty - Rio de Janeiro.

A partir desse marco institucional, consolidou-se o conceito de Amazônia Legal¹³(Figura 13), definido não por critérios estritamente geográficos, mas como uma construção político-administrativa voltada a orientar o planejamento estatal e a promoção do desenvolvimento regional. Conforme a delimitação estabelecida pela SPVEA, a Amazônia Legal abrangia os estados do Pará e do Amazonas; os territórios federais do Acre, Amapá,

13 A delimitação da área correspondente a Amazônia Legal passou por várias atualizações legislativas, como a Lei nº 5.173 de 1966 e a Lei Complementar nº 124 de 2007, que redefiniu e atualizou a área de atuação da então recriada Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Guaporé e Rio Branco (hoje, os estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima); além de parcelas dos estados de Mato Grosso, Goiás e Maranhão (SUDAM, 1967b, p.14).



Amazônia Legal, 2025

Figura 13 - Mapa da extensão da Amazônia Legal - delimitação da extensão territorial da Amazônia Legal fornecida no site do IBGE. Fonte: Autora, 2025.

Atualmente, segundo Bonini *et al.* (2013), a Amazônia Legal corresponde a 5.217.423 km², aproximadamente 61% do território brasileiro. Trata-se da maior floresta sob jurisdição administrativa do Estado brasileiro e, simultaneamente, de uma das últimas grandes extensões de floresta tropical do planeta. Por essa razão, compreender os projetos políticos voltados à sua transformação torna-se fundamental para o debate contemporâneo sobre desenvolvimento e preservação, bem como para a análise histórica dos usos do território ao longo do século XX, especialmente na década de 1970.

A análise dos projetos de penetração na floresta amazônica anteriores à Ditadura Militar revela, contudo, que grande parte dessas iniciativas era orientada por uma lógica que atribuía à região um valor essencialmente econômico. Nesses projetos, conhecer o território significava identificar seu potencial de exploração e conversão produtiva, alinhando a floresta a um imaginário desenvolvimentista de base capitalista. Essa racionalidade é sintetizada por João Moreira Salles ao afirmar que “a natureza agora vale apenas por sua utilidade econômica” (Salles, 2022, p.96), evidenciando a centralidade de uma visão instrumental da paisagem, na qual a floresta é concebida como recurso a ser apropriado, e não como ecossistema a ser preservado.

Esse predomínio de uma leitura economicista da Amazônia relaciona-se, ainda, ao fato de que as instituições responsáveis pela formulação de políticas ambientais no Brasil são relativamente recentes. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) foi criado apenas em 1989, pela Lei nº 7.735, enquanto o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) foi instituído em 2007, por meio da Lei nº 11.516. O próprio Ministério do Meio Ambiente¹⁴ foi criado somente em 1992, influenciado pelos desdobramentos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92 (Silveira, 2021, p.7). Assim, durante as décadas anteriores – incluindo o período da Ditadura Militar, como exposto a seguir –, a ausência de uma institucionalidade ambiental robusta favoreceu a consolidação de políticas orientadas quase exclusivamente pela exploração econômica, em detrimento de projetos consistentes de preservação ou manejo sustentável da floresta amazônica.

1.3 Ditadura Militar, Amazônia e os atores na interiorização do país

Ailton Krenak, líder indígena, ambientalista, filósofo, poeta, escritor brasileiro, aponta que “o capitalismo precisa de uma plataforma – que é urbana” (Krenak, 2022, p.30).

14 O Ministério do Meio Ambiente possui uma história institucional recente. Sua origem remonta ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDUMA), criado em 15 de março de 1985 pelo Decreto nº 91.145. Essa estrutura, contudo, teve curta duração: ao longo dos anos seguintes, as competências relacionadas ao meio ambiente foram redistribuídas entre diferentes órgãos governamentais. Somente em novembro de 1992, no contexto pós-Rio 92, foi oficialmente instituído o Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Sob essa perspectiva, a incorporação da Amazônia ao circuito econômico nacional e ao sistema capitalista global pressupunha a expansão, modernização e fundação de cidades, a partir da implantação de redes de infraestrutura (rodovias, portos, aeroportos, usinas, barragens, campos de extração mineral etc.) e, de modo mais amplo, a transformação da organização territorial da região. Urbanizar a floresta – sua tecnificação – significava, portanto, criar as condições materiais para sua exploração: estabelecer eixos de circulação e comunicação e fundar núcleos urbanos a fim de promover polos e rede urbana capazes de fixar populações, dar suporte à produção (extração de minério e madeira, agricultura extensiva, atividade pecuária etc.) e consolidar a presença estatal e os interesses do capital privado (nacional e internacional).

Compreender o processo de interiorização do país e urbanização da floresta durante a Ditadura Militar exige, assim, reconhecer os múltiplos atores que coexistiram – e frequentemente colidiram – na Amazônia. De um lado, os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e beiradeiros, cujas formas de vida já estruturavam aquele território muito antes da intervenção estatal. De outro, agentes políticos, instituições governamentais, militares e agentes do capital privado (empresários, colonizadores, investidores, fazendeiros, “pioneiros”, madeireiras, garimpeiros etc.) que passaram a atuar de maneira articulada para viabilizar os projetos de ocupação, industrialização e urbanização da floresta. É na interação entre esses grupos que se delineia o cenário da interiorização durante o regime militar e se compreendem as transformações impostas à região.

Para viabilizar o amplo conjunto de ações estatais voltadas à interiorização e ao desenvolvimento regional, o Governo Federal estruturou um aparato administrativo a fim de gerir os investimentos previstos para a Amazônia e outras regiões estratégicas do país. Além de instituições já mencionadas anteriormente, como a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), consolidou-se, ao longo das décadas de 1950 e 1960, um sistema de superintendências regionais voltado à coordenação das políticas de desenvolvimento. Nesse contexto foram criadas a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), ainda nos anos 1950, e, posteriormente, já no período da Ditadura Militar, a Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM, em substituição à SPVEA), do Centro-Oeste (SUDECO) e do Sul (SUDESUL) (Esquema 2).

Em 1956, ainda no governo de Juscelino Kubitschek e sob liderança do economista Celso Furtado (1920-2004), a partir de seu contato com os estudos de planejamento urbano e regional obtido durante sua passagem pela Comissão Econômica para a América

Latina e o Caribe (CEPAL)¹⁵, no âmbito da Operação Nordeste para combate às secas e

15 Celso Furtado atuou na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em Santiago do Chile, entre 1949 e 1957, período no qual exerceu as funções de economista e diretor da Divisão de Desenvolvimento Econômico, consolidando-se como um dos principais formuladores do pensamento estruturalista latino-americano e defensor da centralidade do Estado como agente do desenvolvimento; ao

processos migratórios, foi criado o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), cuja experiência resultou, em 1959, na fundação da SUDENE (Monteiro Neto et al., 2016, p.9). Criada com a publicação da Lei no 3.692, de 15 de dezembro de 1959, de acordo com o Art. 2º da mesma Lei, cabia à instituição: estudar e propor diretrizes de desenvolvimento, supervisionar e controlar projetos federais na região, executar diretamente projetos que lhe forem atribuídos e articular programas de assistência técnica, nacionais ou internacionais, destinados ao desenvolvimento regional (Brasil, 1959).



Esquema 2: Organograma de entidades que participavam dos processos e execuções dos programas de desenvolvimento do país à época e como elas eram organizadas e subordinadas hierarquicamente à Presidência da República. Posteriormente, em 1990, o Ministério do Interior foi extinto. Atualmente, 2025, o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) ocupa as mesmas funções administrativas. Fonte: Autoria própria de acordo com a leitura das leis e decretos de criação de cada instituição.

Dando continuidade às políticas de integração territorial e desenvolvimento regional, e já no contexto do regime militar, foi instituída, em 1966, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia¹⁶ (SUDAM), por meio da Lei nº 5.173, de 27 de outubro daquele ano, em substituição à antiga SPVEA. Conforme o Art. 10 da referida lei, cabia à SUDAM exercer funções estratégicas de planejamento, coordenação e fiscalização das ações federais voltadas à promoção do desenvolvimento da Amazônia Legal. Entre suas atribuições, destacam-se: a elaboração e revisão anual do Plano de Valorização Econômica da Amazônia; a coordenação de programas e projetos executados por órgãos públicos federais; a prestação de assistência técnica; a fiscalização da execução física e financei-

integrar a instituição desde sua criação, acrescentou à teoria do desenvolvimento uma abordagem histórica e estrutural, por meio da qual analisou a formação do subdesenvolvimento brasileiro, cujas interpretações exerceram influência decisiva sobre as políticas de industrialização e o planejamento econômico no país, culminando, entre outros desdobramentos, na criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959, tendo deixado a CEPAL em 1957 para realizar estudos em Cambridge e, posteriormente, assumir funções no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

16 A SUDAM foi criada no contexto da chamada “Operação Amazônia”, conjunto de medidas do Governo Federal voltadas à reorganização institucional e ao estímulo do desenvolvimento econômico da região que será melhor elucidado no capítulo seguinte.

ra das iniciativas regionais; e a definição de prioridades para empreendimentos privados candidatos a incentivos fiscais. Além disso, competia à Superintendência promover estudos e pesquisas sobre as potencialidades regionais e propor ajustes institucionais para aperfeiçoar as políticas desenvolvimentistas, com ênfase na industrialização baseada em matérias-primas amazônicas (Brasil, 1966).

O documento *Amazônia: modelo de integração* (SUDAM, 1973)¹⁷, elaborado com o objetivo de apresentar o balanço das ações da Superintendência em seus primeiros sete anos de atuação, expõe a narrativa oficial sobre a situação da região antes da criação do órgão. Segundo o relatório, a Amazônia antes da atuação da SUDAM na área “continuava praticamente isolada do Brasil”, dispondo de apenas uma via terrestre de integração nacional, a rodovia Belém–Brasília, descrita como “uma estrada de terra vermelha e em deficiente estado de conservação” (*Ibid.* p.18). O documento amplia esse diagnóstico ao afirmar que, à época, a Amazônia apresentava graves carências estruturais: ausência de serviços de telecomunicações; portos subequipados, como Belém e Manaus; aeroportos com pistas reduzidas e infraestrutura precária; quadro sanitário fragilizado, marcado por elevada mortalidade infantil e endemias; oferta insuficiente de educação básica e superior; raridade de pesquisas sobre recursos naturais; e sistemas de crédito incipientes. Soma-se a isso, segundo o relatório, a inexistência de planejamento integrado, de incentivos fiscais e de políticas eficazes de colonização, fatores que teriam contribuído para prolongar o “marasmo” econômico e social instaurado desde a crise da borracha no início do século XX (*Ibid.* p.18).

No documento analisado, a SUDAM apresenta a Amazônia como uma espécie de solução estratégica para desafios sociais de escala global, como “a fome que ameaça a humanidade” (*Ibid.* p.74), atribuindo à região um potencial agropecuário supostamente ilimitado. Segundo o relatório, “a atividade agropecuária encontra um ambiente propício para a formação de rebanhos selecionados e culturas diversas” (*Ibid.* p.74), mesmo tratando-se de uma floresta tropical densa e ecologicamente complexa, uma afirmação que revela o caráter paradoxal da pauta desenvolvimentista da época.

Esse discurso é reforçado pela descrição da Amazônia como um vasto território caracterizado pela “rarefação demográfica” e por “amplas faixas de terras férteis e de preços puramente simbólicos, isenta das secas e das geadas que castigam outras regiões do Brasil” (*Ibid.* p.74). Mesmo assim, o documento afirma que tais iniciativas agropecuárias seriam “baseadas numa política sadia de conservação dos recursos naturais renováveis”, e que o avanço das pastagens ocorreria de forma “ordenada e cuidadosamente orientada no sentido da imediata cobertura das áreas desmatadas com pastagens adequadas” (*Ibid.*

17 Documento consultado presencialmente no acervo de Obras Gerais da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

p.74).

O que efetivamente se materializava, entretanto, era a representação sintetizada na capa da revista da SUDAM de 1971 (Figura 14), na qual a Amazônia é apresentada por meio de uma narrativa temporal linear e progressiva. Nessa imagem, o “ontem” aparece associado a uma paisagem densamente florestada; o “hoje”, à presença do trator – técnica – e à redução visível da cobertura vegetal; e o “amanhã”, à completa supressão da floresta, substituída por uma indústria em pleno funcionamento. Tal representação visual nos apresenta o imaginário desenvolvimentista então vigente, sem qualquer avaliação crítica, de um futuro promissor no qual o avanço da industrialização e da infraestrutura era concebido como sinônimo de progresso, com um “amanhã” de um Brasil industrializado, mais próximo dos países desenvolvidos, ainda que às custas da eliminação integral da floresta amazônica.



Figura 14 - Capa da revista SUDAM, outubro de 1971. Fonte: Revista Piauí. Nossos sonhos passados e presentes para o futuro da Amazônia. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-que-queremos/>

Ainda sobre essa perspectiva do Estado, o documento da SUDAM reforça a pecuária como eixo estruturante da política de ocupação territorial, apresentando-a simultaneamente como vetor de desenvolvimento econômico e como instrumento de povoamento

da floresta amazônica. Conforme registrado:

Surge, assim, a pecuária, não somente como nova riqueza, mas também como alternativa válida para ocupação dos espaços vazios e formação de novos centros populacionais em plena selva equatorial. Mais de 300 projetos agropecuários, a cargo da iniciativa privada, estão sendo implantados na Amazônia, com recursos dos incentivos fiscais administrados pela SUDAM. (SUDAM, 1973, p.74).

Essa perspectiva reflete o diagnóstico formulado por João Moreira Salles, para quem o processo de ocupação da Amazônia, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, foi marcado pela lógica da “riqueza privada e devastação pública” (Salles, 2022, p.97). Os benefícios econômicos oriundos da exploração do território foram majoritariamente apropriados por agentes privados, enquanto o desmatamento, a degradação dos ecossistemas e a desestruturação dos modos de vida locais permaneceram como um passivo coletivo, socializado e duradouro para os brasileiros e o mundo.

A leitura do documento evidencia que a Amazônia era sistematicamente concebida como um território a ser convertido em diversas modalidades de exploração econômica. Tal visão se expressa de maneira explícita em seções como “Turismo é a nova indústria na Amazônia” (SUDAM, 1973, p.79), na qual a região é promovida como espaço que possuiria:

Além do luxo e do conforto das grandes cidades, a Amazônia pode proporcionar a aventura dos safáris e da pesca e a oportunidade rara de um turismo em contato com a natureza em seu primitivo estado de pureza, longe da poluição, no envolvimento pleno da floresta. (SUDAM, 1973, p.79).

A floresta é apresentada, assim, não como território habitado por povos e ecossistemas complexos, mas como recurso disponível para a criação de novas “indústrias”, reforçando o imaginário desenvolvimentista que orientou a ação estatal no período. Isso se evidencia e se materializa ao se observar o conjunto de imagens que acompanha o referido documento da SUDAM de 1973. As representações imagéticas reiteram uma leitura da Amazônia essencialmente orientada pela lógica da exploração econômica, na qual predominam atividades produtivas e grandes infraestruturas a partir das quais se daria a urbanização e, portanto, a mudança da paisagem de floresta. As imagens reunidas a seguir, organizadas em forma de colagem (Figuras 15 e 16), exemplificam essa narrativa visual construída pelo órgão. Diante desse repertório iconográfico e discursivo, impõe-se a seguinte indagação: qual lugar era atribuído à floresta – enquanto ecossistema, território vivido e espaço de sociobiodiversidade – no projeto de governo então em curso? Onde estava a Floresta nessas imagens?

sudam ano-7
sudam year seventh



**amazônia
modelo de
integração**

**the amazon
region
a model of
integration**

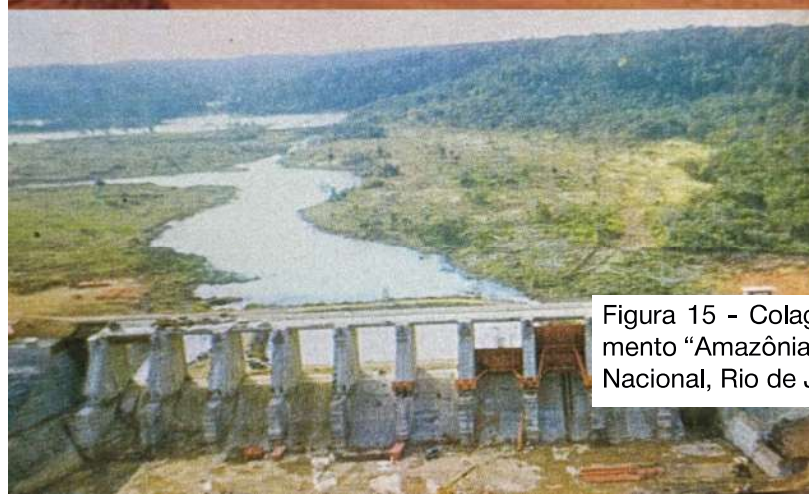


Figura 15 - Colagem de imagens sobre a Amazônia presentes no documento "Amazônia modelo de integração" - SUDAM, 1973. Fonte: Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (2025). Colagem elaborada pela Autora, 2026.

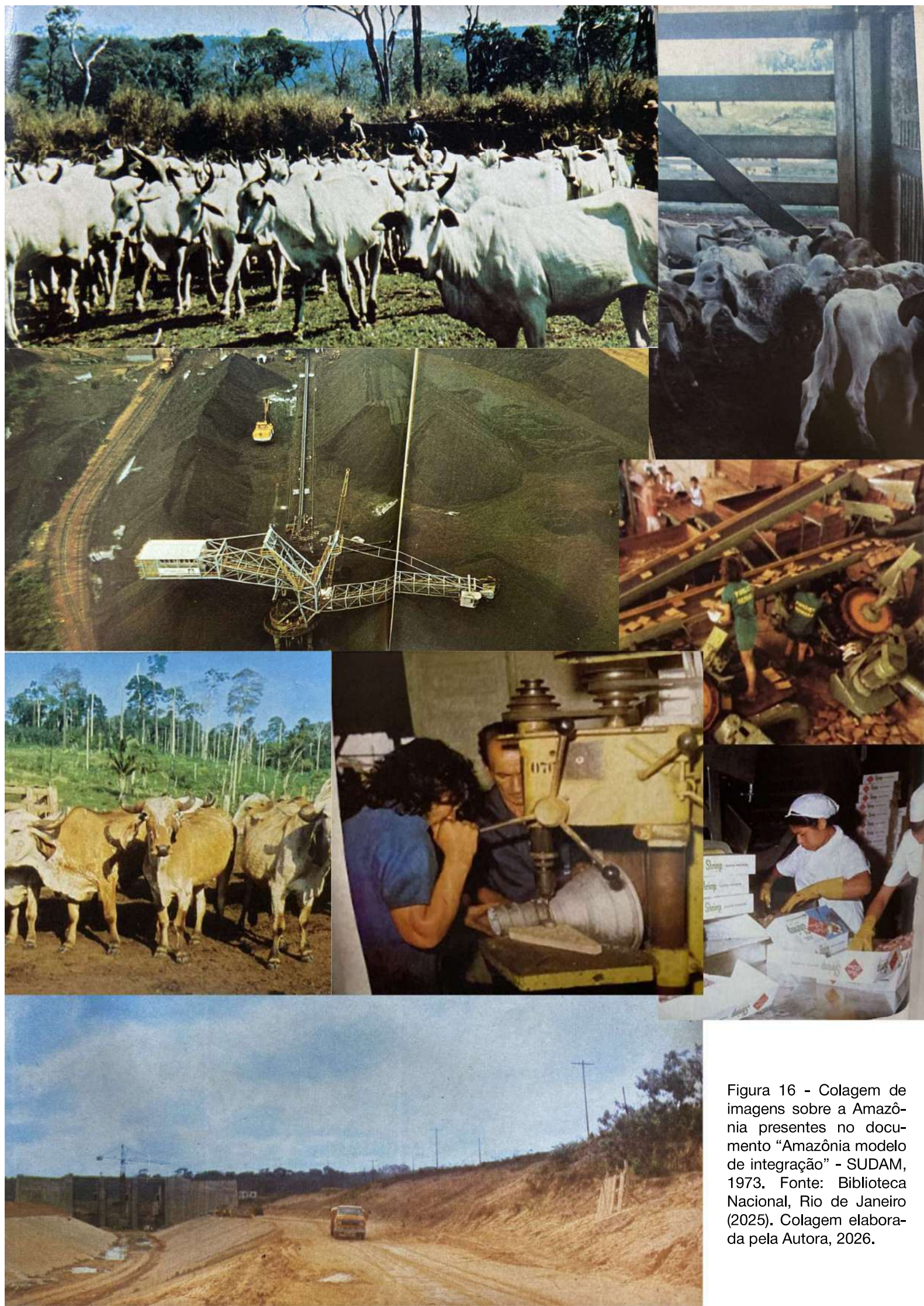


Figura 16 - Colagem de imagens sobre a Amazônia presentes no documento "Amazônia modelo de integração" - SUDAM, 1973. Fonte: Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (2025). Colagem elaborada pela Autora, 2026.

No ano seguinte à criação da SUDAM, em 1967, foi instituída a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), por meio da Lei nº 5.365, de 1º de dezembro de 1967. Conforme estabelece o Art. 2º dessa legislação, a SUDECO tinha como atribuição central a elaboração dos Planos Diretores de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, em articulação com ministérios e órgãos federais e em consonância com as diretrizes gerais do planejamento governamental. Para o cumprimento dessa finalidade, competia-lhe realizar pesquisas e levantamentos sobre o potencial econômico regional; definir espaços prioritários para o desenvolvimento planejado, com a criação de polos de crescimento; concentrar recursos em áreas selecionadas; promover a fixação e a formação de grupos populacionais estáveis, inclusive em zonas de fronteira (Amazônia Legal e Pantanal); incentivar atividades agropecuárias, a piscicultura e a exploração ordenada dos recursos naturais; ampliar a formação de mão de obra especializada; coordenar a aplicação de recursos públicos e privados; e articular a ação governamental nas tarefas de pesquisa, planejamento, implantação e expansão da infraestrutura econômica e social (Figura 17), reservando à iniciativa privada as atividades produtivas consideradas rentáveis, como atividades agropecuárias, industriais e mercantis (Brasil, 1967).



Figura 17 - Mapa da SUDECO com as rodovias para a integração da região ao Norte e Sudeste por eixos rodoviários. Fonte: Revista Realidade, São Paulo, n. 52, p. 266-267, Julho, 1970.

Essas superintendências, em específico na atuação sobre a Amazônia Legal, atuaram com muita força política e econômica durante a Ditadura Militar. Elas buscavam promover o “desenvolvimento e o progresso” para o interior do país, no entanto, traziam em seus discursos uma retórica ideológica que classificava tal área como “vazia” ou “caracterizada pela ausência quase total de população”, conforme divulgado pela própria Sudeco na *Revista Realidade*, em 1970 (Sudeco, 1970, p.267). Esse discurso, ao invisibilizar a presença de populações indígenas e comunidades tradicionais, legitimava intervenções estatais e empresariais que desconsideravam as formas de ocupação pré-existentes e reforçavam a lógica de apropriação territorial voltada ao capital produtivista, sobre a justificativa de produção de alimentos para a população que estava crescendo. Assim se referia em documento oficial:

O outro lado da Nação, o Centro-Oeste e a Amazônia, 8% de nossa população em 64% de nossa área territorial, tem problemas completamente diversos. O da Amazônia se caracteriza pela ausência quase total de população e é área de conquista e ocupação.

Região a ser conquistada e mobilizada, representa sério desafio. Não podemos, e nenhuma Nação pode, manter áreas vazias, não mobilizadas num processo de produção, ante o problema crescente de aumento da população no mundo. No fim deste século, essa população terá dobrado e na mesma intensidade não cresce a capacidade de produção de alimentos. (Sudeco, 1970, p.267).

O geógrafo Milton Santos (2011) afirma que cada pessoa “vale pelo lugar onde está” e que “a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está” (Santos, 2011, p.161). Ou seja, as desigualdades estruturais no acesso a direitos básicos e à própria condição de cidadania variam conforme a inserção territorial dos indivíduos e grupos sociais.

A partir dessa perspectiva, é possível estabelecer um paralelo com as populações que historicamente já ocupavam a região amazônica, como os povos indígenas, os ribeirinhos, os seringueiros, os quilombolas, os beiradeiros, os garimpeiros, que, por longos períodos, foram sistematicamente ignoradas ou marginalizadas pelas políticas públicas estatais. Apesar de sua presença ancestral e de seus modos próprios de organização social e relação simbiótica com o território, esses grupos permaneceram à margem dos projetos de desenvolvimento e integração nacional, sendo frequentemente tratados como obstáculos à ocupação econômica da região, e não como sujeitos de direitos.

O acervo disponibilizado pela Biblioteca da Câmara dos Deputados Federal, referente à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar distorções ocorridas na execução dos Planos de Desenvolvimento da Amazônia, cujo relatório foi apresentado pelo deputado paraense Jader Barbalho em 1980, explicita algumas contradições das políticas estatais implementadas na região. O documento aponta que, para os governantes, não havia interesse político significativo em direcionar investimentos voltados a benefícios

sociais na Amazônia, uma vez que tais ações se destinariam a uma população considerada numericamente reduzida e de “peso político inexistente” (Brasil, 1980, p.14). O próprio modelo agropecuário adotado mostrava-se ineficiente em cumprir o objetivo de geração de empregos, sendo classificado como “inconcebível e inconsistente” frente à realidade socioeconômica regional (*Ibid.*).

Não havendo investimento por parte do empresariado nem da administração pública, e se a população está incapacitada de gerar poupança, a região da pecuária, por via de consequência, estará fadada à estagnação social. Face a esta realidade, o objetivo de gerar emprego através do modelo agropecuário é inconcebível e inconsistente (Brasil, 1980, p.14).

Para o indígena Ailton Krenak, “todos os nossos assentamentos humanos, na Europa, na Ásia, na África, por todos os lados, sempre foram atraídos pelos rios” (Krenak, 2022, p.8). Essa ideia aplica-se ao contexto amazônico: historicamente, inúmeras comunidades se estabeleceram às margens dos rios, tanto povos indígenas quanto populações ribeirinhas e beiradeiras¹⁸.

Com o avanço do processo de interiorização do território durante a Ditadura Militar, essa lógica espacial começou a ser tensionada por novas infraestruturas impostas à paisagem. A implantação de pistas de pouso, a ampliação do transporte aéreo e, sobretudo, a construção de grandes rodovias destinadas a rasgar a floresta redefiniram os eixos de ocupação e mobilidade na região. Pode-se compreender que o conceito de beiradeiro também se ressignifica, passando a incluir comunidades que se fixaram ao longo das estradas recém-construídas ou em construção, reproduzindo, em certa medida, a lógica de assentamento antes associada aos cursos d’água. Muitas das cidades novas criadas nesse período (por exemplo, Rurópolis no Pará, à beira da rodovia Transamazônica) surgiram diretamente vinculadas a esses eixos rodoviários, evidenciando como as políticas de interiorização alteraram as formas tradicionais de ocupação e organização territorial na Amazônia.

Portanto, “de alguma forma, o sentimento do beradêro é de estar à margem, dos rios, da história, das políticas públicas para o desenvolvimento do estado (...), da cultura, da mídia” (Moreira; Andrade; Caetano, 2024, p.1) e também das rodovias que começaram a cortar a floresta. Essa realidade é retratada de forma ficcional no filme *Iracema – Uma Transa Amazônica* (1974), de Jorge Bodanzky, filmado durante a construção da Rodovia Transamazônica, no contexto do estado do Pará. O longa-metragem expõe os efeitos da exploração da Amazônia, evidenciando como a abertura da rodovia esteve as

18 No texto *Exclusão social ribeirinha: um estudo de caso na comunidade de Nazaré* (Serra, 2003, p.13), o termo beiradeiro é definido como “o indivíduo nativo, caboclo autêntico que se fixou às margens dos rios da Amazônia, estabelecendo relação diferenciada com as águas, tendo sua produção e organização influenciadas pelo ritmo das águas”. Trata-se, portanto, assim como os ribeirinhos, de populações cuja forma de vida, trabalho e sociabilidade estavam vinculadas à dinâmica fluvial.

sociada ao desmatamento, à precarização das condições de vida, à prostituição e à violência de quem estava habitando a beira daquela rodovia, apresentando a vida marginalizada de personagens como a jovem Iracema e de caminhoneiros que transitavam pela região.

Ainda no que se refere aos povos tradicionais amazônicos, pode-se destacar a canção “Um Índio”¹⁹ (1976), de Caetano Veloso, como expressão artística que sintetiza algumas tensões históricas e perspectivas utópicas sobre o lugar dos povos originários no imaginário nacional. A letra sugere que, mesmo após o “extermínio da última nação indígena”, um espírito ressurgirá “mais avançado que a mais avançada das tecnologias”. Esse trecho constitui uma crítica ao etnocídio em curso à época e uma afirmação da irredutibilidade dos saberes indígenas. No verso “E aquilo que nesse momento se revelará aos povos / Surpreenderá a todos não por ser exótico / Mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto / Quando terá sido o óbvio”, a canção articula o lamento e esperança, projetando um futuro ainda distante no qual a sabedoria indígena seja reconhecida não como exotismo folclórico, mas como contribuição importante à sobrevivência da própria humanidade. Trata-se de uma perspectiva que também é defendida pelo indígena Ailton Krenak (2022), ao afirmar a centralidade dos saberes dos povos originários diante das crises civilizatórias contemporâneas.



Figura 18 - Propaganda da Petrobrás sobre a Amazônia em 1971. Fonte: Revista Realidade, 1971 - edição 67 - p.3 e 4. Disponível na Hemeroteca Nacional, Biblioteca Nacional.

19 O termo “índio” é evitado na contemporaneidade por ser uma construção colonial genérica que apaga as especificidades étnicas e culturais, além de trazer consigo uma carga histórica de preconceito e estereótipos. Em seu lugar, utiliza-se “indígena” (do latim indígena, “natural do lugar”), por expressar o pertencimento a determinados territórios e por ser amplamente reivindicado pelos próprios povos indígenas e por movimentos sociais, ao reconhecer a diversidade de mais de 300 povos distintos existentes no Brasil. No entanto, ao longo do texto aparecem referências ao termo “índio”, uma vez que ele é recorrente nas fontes históricas analisadas e no recorte temporal da pesquisa, período em que tal debate terminológico ainda não estava consolidado.

Em consonância com essas ideias, João Moreira Salles (2025), em entrevista concedida para esta pesquisa, afirma que “sempre haverá um conflito entre a exploração dos recursos naturais e a proteção da floresta”. O autor sustenta ainda que os impasses decorrentes das tentativas de urbanização e antropização da Floresta poderiam ser enfrentados e encontradas soluções a partir dos saberes dos povos que historicamente habitam o território amazônico, em especial os povos originários:

Os povos originários não só exploram a floresta como, ao longo de milênios, modificaram-na substancialmente, a ponto de alguns pesquisadores a considerarem uma floresta-jardim. Ou seja, apesar da exploração, a mata continua lá, de pé. A questão, portanto, é a pegada que se deixa, que pode ser leve ou pesada. Até hoje, optamos pela pesada. Nada impede que seja mais leve. Países nórdicos, como a Finlândia, têm uma economia florestal que não significa o fim da floresta. (Salles, 2025, entrevista).

Na edição nº 67 da Revista Realidade²⁰, publicada em 1971, tem-se uma série de entrevistas com agentes do Estado sobre temas relacionados à Amazônia. Entre elas, há a entrevista concedida por Rodrigo Octávio Jordão Ramos, à época ex-diretor da Escola Superior de Guerra e que, posteriormente, viria a ocupar o cargo de Ministro-General do Exército no Superior Tribunal Militar. No referido diálogo, ao ser questionado sobre os impactos da ocupação acelerada da Amazônia sobre as populações indígenas que ali viviam, “em estado selvagem ou semi-selvagem”, Ramos respondeu nos seguintes termos:

Não tenho elementos para afirmar que a questão esteja sendo bem ou mal conduzida, por quem de direito. Acredito que a incorporação do índio em bases racionais e humanas, através de convencimento e catequese adequados, deva ser buscada com paciência e bondade, tal como fizeram os jesuítas no passado e procura a Funai em suas atividades realizar no presente. Não acredito que os índios possam representar qualquer dificuldade para o povoamento amazônico, não só pela sua dimensão insignificante no grande vazio geográfico, como pela sua índole pacífica. (Ramos, 1971, p.9).

À luz dos debates críticos contemporâneos sobre os direitos dos povos indígenas, compreende-se que a “incorporação do índio em bases racionais e humanas, através de convencimento e catequese”, tal como evocada por Ramos (1971, p.9), revela uma perspectiva autoritária e desrespeitosa. A referência à catequese jesuítica como modelo positivo desconsidera o caráter impositivo e violento desse processo histórico, que implicou a negação das práticas religiosas e dos modos de vida originários. Tais estratégias, apresentadas como “humanas” e bondosas, configuram-se, na realidade, como formas de agressão cultural e de desrespeito à autonomia daqueles povos, ao promoverem a substituição forçada de seus sistemas simbólicos e religiosos.

Na mesma edição da Revista Realidade, o indigenista Francisco Meirelles (1914-1972), identificado como delegado da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Rondônia,

20 Esta edição da Revista Realidade consiste em um número especial dedicado à Amazônia, cuja capa apresenta a fotografia de um indígena registrada pela fotógrafa Claudia Andujar. Esta edição da Revista é uma das principais fontes documentais de pesquisa utilizadas nesta dissertação.

também concede entrevista (Figura 19). No diálogo, o estudioso reconhece as limitações do Estado brasileiro ao afirmar que o governo não possuía condições sequer de enfrentar os problemas sociais dos grandes centros urbanos, questionando, assim, como poderia resolver o chamado “problema do índio na mata” (Meirelles, 1971, p.26). Em seguida, Meirelles pondera que “ou o índio se integra rapidamente ou será exterminado” (Meirelles, 1971, p.26), o que explicita novamente a lógica autoritária predominante no período, ao submeter a existência dos povos indígenas a uma alternativa entre a integração compulsória ao modelo nacional-desenvolvimentista e a eliminação física e simbólica dessa comunidade.

MEIRELLES,
delegado da Funai,
Rondônia

Já na década de 50, Meirelles era respeitado como indianista por ter pacificado os xavantes, índios que usavam arma de fogo na região do Xingu, no rio Iriri. Aos 63 anos de idade, dedica-se agora à pacificação dos cintas-largas, de Rondônia. Seu filho, Apoena, é também indianista e chefe de um dos postos do território.



“Confinado em parques, ou integrado à sociedade, o índio só tem um destino: a marginalização.”

<p><i>P. O governo tem condições de resolver o problema do índio na Amazônia principalmente agora, quando se projeta a ocupação da região?</i></p> <p><i>R. Se o governo não tem condições para resolver o problema social dos grandes centros urbanos como é que ele vai resolver o problema do índio na mata?</i></p> <p><i>P. Diante do problema, o que faz o governo?</i></p> <p><i>R. Procura conciliar sua política de expansão e desenvolvimento</i></p>	<p>com a integração do índio. Ou o índio se integra rapidamente ou será exterminado.</p> <p><i>P. Mas a integração rápida não coloca o índio como marginal da sociedade branca?</i></p> <p><i>R. Meu filho, 90% da população brasileira está marginalizada do progresso e da sociedade. Dê uma volta aqui em Pôrto Velho e veja o estado da população. O índio não conseguirá um lugar melhor do que o dessa maioria de brasileiros.</i></p>
--	--

Figura 19 - Recorte da entrevista de Francisco Meirelles delegado da Funai (RO) à *Revista Realidade*, 1971. Fonte: *Revista Realidade* Edição 67, p. 26, 1971. Disponível: Hemeroteca Nacional Brasileira.

Ressalta-se que, entre todas as matérias e reportagens analisadas ao longo desta pesquisa, referentes ao período da Ditadura Militar, não foi identificada a realização de entrevistas ou a escuta de voz aos povos indígenas. Mesmo em veículos de ampla circulação

e reconhecida relevância jornalística, como a *Revista Realidade*, não há registros de depoimentos indígenas, apesar de a edição especial de 1971 estampar a imagem de um indígena em sua capa (Figura 20). Nesse conjunto de narrativas, os povos originários aparecem apenas como objeto de representação, e não como sujeitos de enunciação / interesse ou fontes de informação.

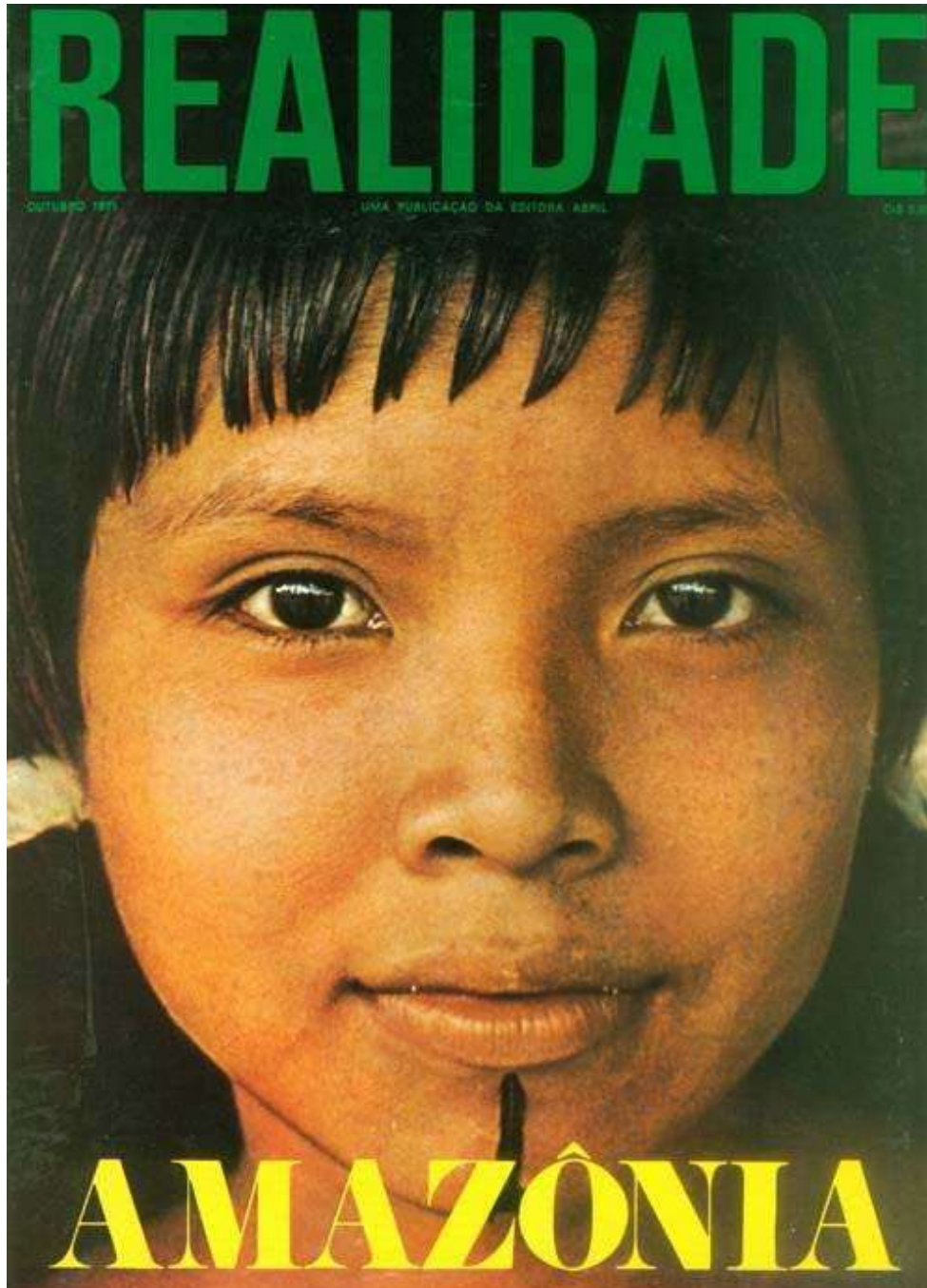


Figura 20 - Capa da Revista Realidade, edição especial sobre a Amazônia, 1971, foto de Claudia Andujar. Fonte: Revista Realidade, Edição 67, 1971. Disponível na Hemeroteca Nacional Brasileira.

Além dos povos originários que historicamente habitavam a floresta amazônica, o ciclo econômico da borracha, como já mencionado, promoveu expressivo fluxo migratório para a região, sobretudo a partir do Nordeste brasileiro. A promessa de melhores condições de vida, associada às expectativas de enriquecimento proporcionadas pela exploração da seringueira – e posteriormente de minério (ouro) –, atuou como importante fator

de atração populacional. Foram, assim, majoritariamente trabalhadores nordestinos que passaram a ocupar seringais na Amazônia durante esse período. Segundo a *Revista Realidade*, a corrida pelo látex resultou em um crescimento populacional estimado em cerca de 600% ao longo de um século (1971, p.287).

Ainda sobre o fluxo migratório nacional em direção ao que consideravam interior do país, a SUDECO registrava, em 1970, a ampliação dos deslocamentos populacionais associados às frentes econômicas de expansão produtiva, que reconfiguraram amplas áreas do Centro-Oeste e Norte brasileiro (Figura 21). Um exemplo desse processo foi o garimpo de Serra Pelada, no sudeste do estado do Pará, que, no início da década de 1980, ainda sob o regime militar, provocou um intenso fluxo migratório para a Amazônia.



Figura 21 - Recorte da Revista Realidade com informação da SUDECO. Fonte: Revista Realidade, São Paulo, n. 52, p. 266, 1970.

Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), Serra Pelada foi considerado o maior garimpo a céu aberto do mundo na década de 1980, atraindo mais de 100 mil garimpeiros e resultando na extração de mais de 42 toneladas de ouro ao longo de aproximadamente uma década (IBRAM, 2010)²¹. Em Serra Pelada, os aventureiros encontraram condições extremamente precárias, marcadas por jornadas exaustivas,

21 Serra Pelada foi oficialmente fechada pelo governo brasileiro no ano de 1992. Inúmeros impactos ambientais foram registrados no local, e a imensa área escavada hoje se encontra preenchida por água, formando um lago de 200 metros de profundidade.

ausência de segurança e retorno financeiro frequentemente aquém das expectativas criadas pelo imaginário da riqueza fácil.

Essa realidade foi retratada na reportagem Varela em Serra Pelada, exibida pela TV Gazeta em 1984, com o jornalista Marcelo Tas. Ao narrar o cotidiano do garimpo, o repórter recorre à ironia para confrontar o discurso nacionalista amplamente difundido durante o regime militar, fazendo referência às cores da bandeira nacional com os impactos ambientais e sociais do modelo desenvolvimentista então em curso. Em sua fala, Tas afirma:

São 40 mil brasileiros formigando a terra todo dia nesse buraco. A cada picaretada renasce a esperança de uma vida melhor, mais uma vez a nossa brava gente brasileira em busca das riquezas desse berço esplêndido simbolizadas nas cores dessa nossa bandeira nacional: já derrubaram o verdinho, sujaram o azulzinho e agora vamos vender os raios fúlgidos do amarelinho. (Tas, 1984, vídeo).

Por sua vez, a presença estrangeira na Amazônia constitui um tema recorrente no debate público brasileiro durante o período da Ditadura Militar, frequentemente atravessado por percepções de ameaça à soberania nacional. Essa preocupação é explicitada na matéria jornalística intitulada *Os estrangeiros (um fato) roubam a Amazônia (uma opinião). Roubam mesmo? (uma questão)*, publicada na edição especial da *Revista Realidade* dedicada à Amazônia (1971, p.174). O texto propõe investigar as percepções da população brasileira acerca do suposto interesse estrangeiro na região amazônica. Para tanto, a revista realizou uma pesquisa de opinião “nos três centros urbanos mais informados do país”: Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre (Revista Realidade, 1971, p.174). Os resultados indicaram que 68% dos entrevistados acreditavam existir “a ameaça de a Amazônia passar para o controle estrangeiro”, enquanto 31% afirmavam que “parte considerável dos minérios da região já estaria, naquele momento (1971), em mãos estrangeiras” (Revista Realidade, 1971, p.174).



Figura 22 – Filhos de missionário na Amazônia, os “loirinhos sardentos”. Fotografia de Amancio Chiodi. Fonte: Coleção particular: Vitor Marcelino. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/273/27375568023/html/>.

Para além dos atores já mencionados, tem-se um expressivo fluxo migratório do Sul do Brasil em direção à Amazônia durante o período da ditadura militar. Tal movimento esteve associado à superprodução de café, que resultou na queda dos preços, e à ocorrência de severas geadas em meados da década de 1970, fatores que impactaram a economia agrícola sulista (Barrozo, 2018, p. 207). Nesse contexto, verificou-se um crescimento significativo da presença de migrantes oriundos da região Sul na Amazônia. Como exemplo, há o caso da população gaúcha: segundo Silva (2005, p. 51), entre as décadas de 1970 e 1980, o contingente de migrantes provenientes do Rio Grande do Sul em direção aos estados do Norte aumentou, em média, sete vezes.

Esse movimento contribuiu para a criação de cidades que permanecem economicamente relevantes para a região Norte, como Sinop, no norte de Mato Grosso. O próprio nome do município deriva da sigla Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (SINOP), empresa responsável por iniciar o processo de colonização na década de 1970, promovendo a transferência de agricultores do Sul para a região amazônica.

Além dos fatores econômicos estruturais, a intensificação desse fluxo migratório também foi impulsionada por estratégias de propaganda que exaltavam as potencialidades da região e minimizavam suas adversidades. As campanhas difundidas no Sul enfatizavam as oportunidades de prosperidade, omitindo aspectos como o longo período de chuvas, que tornava a BR-163 (Cuiabá–Santarém) intransitável por meses, a estiagem prolongada e a incidência de malária (Silva, 2005, p. 19). Reforçava-se, ainda, a imagem do agricultor sulista como trabalhador resiliente, capaz de superar condições ambientais adversas. Tal discurso contribuiu para que mesmo proprietários de terras no Sul optassem pela migração, confiando nas promessas de desenvolvimento e ascensão econômica associadas à ocupação da Amazônia (*Ibid.*).

É importante incorporar à análise os sujeitos que historicamente se colocaram em defesa da floresta e dos modos de vida a ela associados. Nesse contexto, destaca-se a trajetória de Chico Mendes (1944–1988), seringueiro, sindicalista e ativista ambiental acreano, cuja atuação articulou a defesa da preservação da floresta com a garantia dos direitos dos povos da floresta, em especial seringueiros e comunidades tradicionais. Sua luta por um modelo de desenvolvimento que conciliasse sustentabilidade ambiental e subsistência econômica conferiu-lhe reconhecimento internacional. No entanto, suas denúncias contra o avanço do desmatamento e da exploração predatória resultaram em seu assassinato, em 1988, por mandantes ligados ao setor madeireiro, transformando-o em símbolo global da luta socioambiental e da justiça social na Amazônia.

A violência contra defensores da floresta não se restringe à década de 1980. Em 12 de fevereiro de 2005, a missionária e ativista Dorothy Stang (1931-2005) foi assassinada à

tiros, no município de Anapu (PA), por pistoleiros contratados por fazendeiros locais que se sentiram ameaçados por sua atuação em defesa dos direitos de comunidades assentadas e de uma proposta de reforma agrária baseada em princípios de sustentabilidade. Mais recentemente, em 5 de junho de 2022, o indigenista brasileiro Bruno Pereira (1980-2022) e o jornalista britânico Dom Phillips (1964-2022) foram assassinados em uma emboscada no Vale do Javari, no estado do Amazonas, durante expedição destinada a documentar conflitos e práticas ilegais na região, uma das maiores terras indígenas do país.

Esses episódios revelam que a defesa da Amazônia permanece associada a riscos grandes, sobretudo para aqueles que denunciam interesses econômicos ilegais e propõem alternativas sustentáveis de ocupação do território. A recorrência de assassinatos de lideranças socioambientais, missionários, indigenistas e jornalistas indica não apenas a persistência de conflitos estruturais na região, mas também a fragilidade da atuação estatal no enfrentamento dessas violências.

Portanto, a compreensão do processo de ocupação territorial da Amazônia durante a Ditadura Militar exige que o território seja analisado não apenas como suporte físico ou espaço abstrato de planejamento estatal, mas como uma construção social produzida pelas múltiplas relações estabelecidas entre os atores que nele viviam e atuavam. Como afirmam Barbosa e Silva (2013, p.3) o território somente se constituiria num conceito utilizável para análise, quando fossem considerados os atores que dele se utilizam e fazem sua experiência concreta de ser no mundo, uma vez que “o território significa, portanto, a constituição necessária de laços que se definem pela apropriação e uso das condições materiais e também dos investimentos simbólicos, estéticos e éticos, que revelam o sentido da própria sociedade instituída” (Barbosa; Silva, 2013, p.3). Sendo assim, considerar esses múltiplos atores permite compreender a Amazônia não como um espaço “vazio” a ser integrado, mas como um território já vivido, em disputa pelas políticas de interiorização do Regime Militar, como se nota a seguir.

1.4 Planejar para conquistar: a invenção do território nacional nos discursos oficiais e na mídia

No recorte histórico da Ditadura Militar brasileira, um dos fatores de influência para a decisão do governo de idealizar e tentar implementar diversos projetos de interiorização, sobretudo nas regiões Centro-Oeste e Norte do país, foi a intensa pressão internacional pela exploração da Amazônia e de seus recursos naturais. Em seus discursos oficiais, o presidente Ernesto Geisel (1974-1979) enfatizava que tais iniciativas tinham como objetivo central a proteção dessa região estratégica para o Brasil:

Contra os ensaios de internacionalização, sob a forma abrupta do passado ou da interferência sutil do presente, o melhor antídoto é a [...] proteção da área. Na Ama-

zônia, repito, compete aos países que a partilham, e a eles só, a responsabilidade exclusiva pelo seu desenvolvimento. (Geisel, 1978, p.291).

Durante o governo do presidente Emílio Médici (1969-1974), foram difundidos os célebres slogans “Brasil, ame-o ou deixe-o” e “Integrar para não entregar” (Figuras 23, 24 e 25), que se consolidaram como alguns dos principais lemas do regime militar. Tais expressões, ao enfatizarem o nacionalismo característico do período, buscavam legitimar a ideia de que caberia ao Estado (militares) e à sociedade brasileira proteger seus territórios estratégicos, em especial a Amazônia, frente a potenciais ameaças e interesses internacionais.



24



25



26

Figura 23 - Propaganda veiculada durante o governo Médici. Figura 24 – Publicidade veiculada no contexto Ditadura Militar brasileira, com forte teor nacionalista. Figura 25 - Lema “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Fontes: Figura 23: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/drops/19.139/7314>. Figura 24: Reprodução/Veja SP. Figura 25: Reprodução/Veja SP.

O discurso estatal associado ao projeto de desenvolvimentismo do interior do país carregava consigo uma dimensão de caráter utópico e autoritário, conceito abordado pelo historiador Carlos Fico (2025) no livro *Utopia Autoritária Brasileira*. Ao analisar o regime militar brasileiro, o autor emprega o termo “utopia autoritária” para caracterizar o projeto ideológico do Estado, que pretendia edificar um futuro grandioso, mas cuja realização só seria possível mediante a imposição de um regime de força, controle e exclusão. Nesse

contexto, os *slogans* oficiais atuaram como instrumentos de propaganda dessa utopia autoritária, estruturando uma visão de mundo maniqueísta: “nós contra eles”, “patriotas contra inimigos externos” e “nação contra a ameaça comunista”, por exemplo. Assim, ao mesmo tempo em que prometiam a grandeza nacional e estimulavam o sentimento nacionalista (a utopia), reforçavam a exigência de submissão da sociedade ao projeto militar (o autoritarismo).

Entretanto, é possível identificar discursos paradoxais na política da época. Ao mesmo tempo em que o regime militar difundia a retórica nacionalista sintetizada no lema “integrar para não entregar”, firmava acordos e transações com empresas estrangeiras, como no caso da Fazenda Volkswagen²² (1973), empreendimento com capital alemão. Em propagandas veiculadas em parceria com a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), publicizava-se (Figura 26) a ocupação da floresta sob o argumento da abundância e baixo custo da terra: “Toque a sua boiada para o maior pasto do mundo. Na Amazônia, a terra é barata e sua fazenda pode ter todo o pasto que seus bois precisam” (OESP, 1971, p.23). Esse cenário evidencia a contradição entre o discurso de soberania territorial e os interesses vinculados ao capital internacional, revelando uma lógica de exploração que contribuiu para a transformação drástica da paisagem amazônica.

Volkswagen produzido na Amazônia.

A Volkswagen já está na Amazônia, participando de projetos agropecuários e industriais aprovados pela Sudam, e colaborando mais ainda com o desenvolvimento do Brasil.

Mas ela não foi para lá sozinho. Ao seu lado na Amazônia encontram-se alguns dos mais poderosos grupos desse país: Mapim, Scarpa, Casparian, Alencara Machado, Saito, Lussardielli, Camargo Corrêa, Vilares, Finza, Germaine Buchard, Levy, Junqueira Vilela, Meinberg, Avelar Assunção, Orneto.

Nem todos são criadores, embora os maiores pastos do mundo estejam na área da Sudam.

Centenas de jazidas de manganês, ferro, estanho, ouro, tório, urânio, zinco, bauxita, chumbo, níquel já foram descobertas. E milhares de produtos diferentes já podem ser fabricados.

Para garantir o seu lucro, o Banco da Amazônia dá toda cobertura financeira. E o Governo Federal e os Governos Estaduais da região fazem tudo o que podem. Nada de pagar Imposto de Renda durante 10 anos.

Em algumas regiões você não paga nem Impostos Estaduais, nem Impostos Municipais, e até o terreno você pode receber de graça.

Se for preciso importar equipamento, você não paga Taxas nem Impostos de Importação.

Mostre o seu espírito pioneiro: Procure os escritórios da Sudam, as agências do Banco da Amazônia ou dos bancos autorizados.

Escolha um dos 520 projetos já aprovados pela Sudam, ou elabore o seu próprio projeto.

É só para a Amazônia.



AMINOACIDOS

SUDAM

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA SUDAM

Figura 26 - Publicidade da Volkswagen sobre sua fazenda no estado do Pará, na imprensa de massa. Fonte: O Estado de São Paulo, n. 28.296, 26 mar. 1971, p.23.

O relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar distorções

22 A Fazenda Volkswagen foi um projeto da montadora alemã de, a partir de uma grande propriedade rural estabelecida no Sudeste do Pará, iniciada em 1973, desenvolver a pecuária bovina extensiva na região. Em 2024, a Volkswagen foi condenada pela Justiça do Trabalho do Pará por sua responsabilidade na exploração de trabalho análogo à escravidão entre 1973 e 1986, devidamente comprovada.

ocorridas na execução dos projetos políticos de desenvolvimento da Amazônia (Brasil, 1980) permite estabelecer uma relação entre as políticas estatais de incentivo à pecuária na região e a atuação de grandes empreendimentos, inclusive de capital estrangeiro (Figura 27). No documento argumenta-se acerca da expansão da atividade pecuária na Amazônia ser capaz de “possibilitar a ocupação dos espaços vazios e garantir a segurança nacional” (Brasil, 1980, p.15). Mas que, “sob o ângulo da segurança interna, ela somente se estabelecerá na medida em que o País alcançar o desenvolvimento econômico e ocorrer a justa distribuição de renda” (Brasil, 1980, p.15).

O relatório reconhece a contradição entre esse discurso e os efeitos concretos das políticas adotadas. Segundo a CPI, “o que se verifica na Amazônia é a verdadeira concentração da renda, inexistindo praticamente o fenômeno da distribuição” (Brasil, 1980, p.15). Tal constatação evidencia que o modelo de desenvolvimento promovido, longe de gerar inclusão social ou equilíbrio regional, reforçou dinâmicas de concentração fundiária, econômica e política.

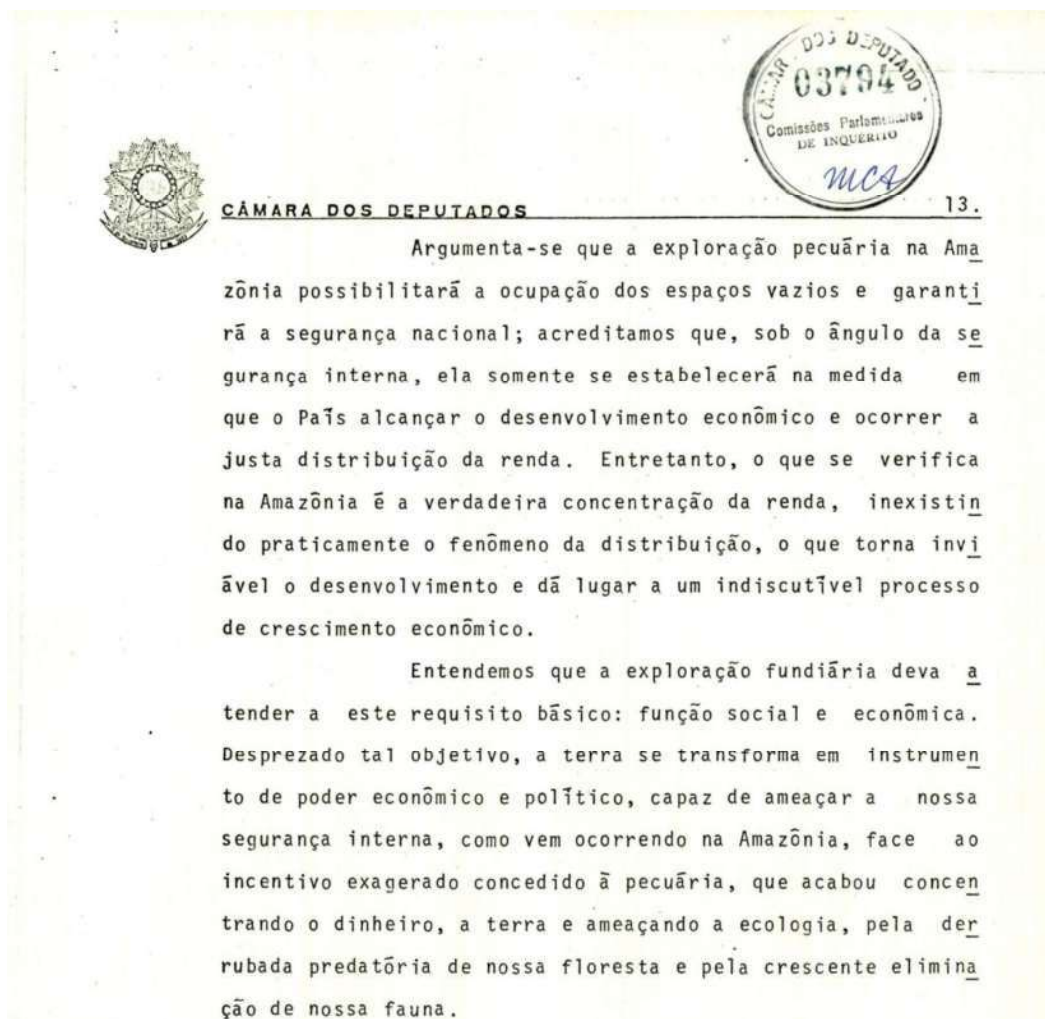


Figura 27 – Extrato de documento da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar distorções ocorridas na execução dos Planos de Desenvolvimento da Amazônia. Fonte: Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar distorções ocorridas na execução dos Planos de Desenvolvimento da Amazônia. Relator: Deputado Jader Barbalho. Brasília, DF, 1980. Disponível para consulta: Biblioteca da Câmara dos Deputados, Brasília.

O documento retoma o princípio da função social e econômica da terra – instituído juridicamente no primeiro ano da Ditadura Militar por meio do Estatuto da Terra – como requisito básico para a exploração fundiária. A CPI afirma que esse princípio vinha sendo “desprezado”, de modo que a terra passava a:

[...] se transformar em instrumento de poder econômico e político, capaz de ameaçar a segurança interna, como vem ocorrendo na Amazônia, face ao incentivo exagerado concedido à pecuária, pela derrubada predatória de nossa floresta e pela crescente eliminação de nossa fauna. (Brasil, 1980, p.15).

Essa leitura crítica expressa no relatório de 1980 revela uma dualidade no entendimento estatal acerca das políticas para a Amazônia. Enquanto, na década anterior, o próprio Governo Federal havia fomentado intensamente projetos agropecuários de grande escala – muitos deles vinculados a interesses internacionais e a empresas estrangeiras, como no caso da Fazenda Volkswagen –, a CPI passou a reconhecer os impactos sociais, ambientais e políticos desse modelo. Assim, o documento explicita as contradições internas do projeto desenvolvimentista para a Amazônia, que, ao mesmo tempo em que defendia a pecuária como instrumento de segurança e ocupação territorial, produziu concentração de renda, degradação ambiental e fragilização da soberania sobre o território.

No recorte histórico do estudo, a produção de narrativas oficiais foi sistematicamente mobilizada pelo Estado e amplamente difundida pelos meios de comunicação como instrumento de exercício do poder. Essa dinâmica dialoga com as ideias de Michel Foucault em *A ordem do discurso* (2012), ao afirmar que o discurso não apenas reflete, mas também molda a realidade social. Para o filósofo francês, as narrativas que circulam em uma sociedade são inseparáveis das relações de poder, constituindo-se como mecanismos centrais de legitimação e imposição da autoridade nas sociedades. Foucault questiona: “o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?” (Foucault, 2012, p.8).

O autor observa que, em toda sociedade, a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um conjunto de procedimentos cuja função é “conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (*ibid.*). Esse pensamento permite compreender o funcionamento do regime autoritário instaurado no Brasil a partir de 1964, no qual o controle do discurso se deu de forma sistemática e institucionalizada. A Ditadura Militar organizou rigorosamente os limites do que poderia ser dito, como seria dito e de que maneira seria veiculado, especialmente por meio dos grandes veículos de comunicação. Nesse contexto, a mídia desempenhou papel fundamental na difusão das políticas econômicas e sociais do regime, bem como na propagação de uma narrativa oficial pautada no nacionalismo, na integração territorial e na promessa de progresso. A ampla circulação

de peças publicitárias estatais com discursos ufanistas tinha, como objetivo, consolidar a imagem de um Estado-nação forte, coeso e em acelerado processo de modernização. Assim, buscava-se moldar o imaginário coletivo e legitimar a permanência dos militares no poder, apresentando o projeto autoritário como uma solução necessária e desejável para o futuro do país.

O discurso midiático sobre a Amazônia durante o regime militar esteve marcado por preconceitos, reducionismos e generalizações, frequentemente representando o território ora como um “vazio demográfico”, ora como uma fronteira hostil a ser dominada e incorporada ao projeto desenvolvimentista nacional. Expressões como “aqui vencemos a floresta” e “para unir os brasileiros, nós rasgamos o inferno verde” (Figuras 28, 29 e 30) sintetizam essa narrativa, ao reafirmar a oposição entre natureza e progresso e ao legitimar a lógica de dominação, ocupação e exploração do espaço amazônico.

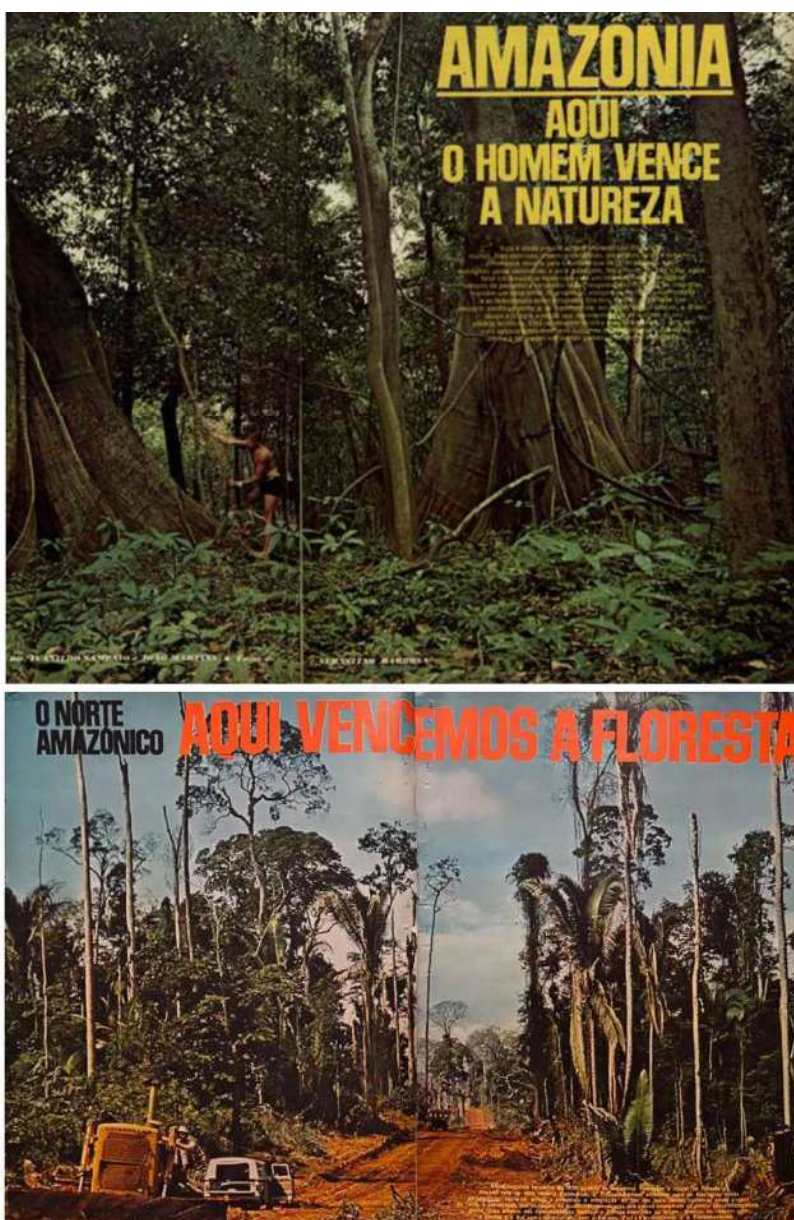


Figura 28 - Propagandas e matérias jornalísticas sobre a Amazônia no período da Ditadura Militar. Fonte: Acervo Ricardo Cardim e Hemeroteca Digital Nacional, 2026.

Pista para você encontrar a mina de ouro



Siga a Transamazônica. Essa estrada abre caminho para a exploração da região mais rica do mundo.

O Brasil está investindo na Amazônia e oferecendo lucros para quem quiser participar desse empreendimento.

Comece agora. Faça sua opção pela SUDAM. Aplique a dedução do seu imposto de renda num dos 464 projetos econômicos já aprovados pela SUDAM. Ou então apresente à SUDAM seu próprio projeto. Seja industrial, ou agropecuário, ou de serviços. Você terá todo o apoio do Governo Federal e dos governos dos Estados que compõem a Amazônia. Há um tesouro à sua espera. Aproveite. Fature. Enriqueça junto com o Brasil.

Informe-se nos escritórios da SUDAM e nas agências do Banco da Amazônia.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

SUDAM

BANCO DA AMAZÔNIA S.A.



Muitas pessoas estão sendo capazes, hoje, de tirar proveito das riquezas da Amazônia.

Com o aplauso e o incentivo da SUDAM.

Com o aplauso e o incentivo do Banco da Amazônia.

O Brasil está investindo na Amazônia e oferecendo lucros para quem quiser participar desse empreendimento.

A Transamazônica está aí: a pista da mina de ouro.

Comece agora. Faça sua opção pela SUDAM. Aplique a dedução do seu imposto de renda num dos 464 projetos econômicos já aprovados pela SUDAM. Ou então apresente seu próprio projeto (seja ele industrial, agropecuário, ou de serviços).

Você terá todo o apoio do Governo Federal e dos governos dos Estados que compõem a Amazônia. Há um tesouro à sua espera. Aproveite. Fature. Enriqueça junto com o Brasil.

Informe-se nos escritórios da SUDAM e nas agências do Banco da Amazônia.

Chega de lendas, vamos faturar!

MINISTÉRIO DO INTERIOR
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

SUDAM

BANCO DA AMAZÔNIA S.A.

PARA UNIR OS BRASILEIROS NOS RASGAMOS O INFERNO VERDE



O Brasil progride. O Brasil quer seu povo unido, trabalhando e confiante. O governo federal promove o fortalecimento dos homens e de seus ideais.

A Construtora Andrade Gutierrez S. A. participa deste esforço de afirmação nacional: é a pioneira nas grandes obras rodoviárias de integração da Amazônia.



CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S. A.

- Belo Horizonte
- Rio de Janeiro
- São Paulo
- Manaus
- Belém
- Curitiba
- Recife

ESTAMOS PRONTOS PARA CONQUISTAR UM PEDAÇO DA AMAZÔNIA PRÁ VOCÊ.

A Amazônia é a última grande reserva natural do mundo. E está sendo conquistada agora.



RONDÔNIA a luta contra a selva

Figura 29 - Propagandas e matérias jornalísticas sobre a Amazônia no período da Ditadura Militar. Fonte: Acervo Ricardo Cardim e Hemeroteca Digital Nacional, 2026.

Outros enunciados amplamente difundidos à época, como “Chega de lendas, vamos faturar!” ou mesmo “A Amazônia já era!”, reforçam a perspectiva instrumental da floresta, reduzida a um obstáculo ao desenvolvimento econômico ou a um reservatório de recursos a ser explorado. Na colagem apresentada a seguir (Figura 31), observa-se um conjunto de imagens e *slogans* que materializam esse discurso, não apenas por meio das frases empregadas, mas também pela iconografia associada. As representações visuais reiteram a ideia de que a natureza seria incompatível com a industrialização e o progresso, além de evidenciar a construção simbólica da Amazônia a partir de referenciais externos, como a figura de uma modelo branca intitulada “Miss Transamazônica”, que pouco dialoga com a diversidade sociocultural e étnica da região.

Esse processo de ocultamento da realidade social pode ser compreendido a partir do conceito de ideologia, entendido como o conjunto de representações por meio do qual os grupos dominantes legitimam as condições sociais de exploração e de dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas (Chauí, 2008). A profusão de materiais propagandísticos, tanto produzidos pelo Estado quanto por agentes privados, operava como um mecanismo de encobrimento das desigualdades sociais e dos conflitos que se intensificavam paralelamente às políticas desenvolvimentistas, muitas vezes como resultado direto delas.

Segundo Carlos Fico (2015), o Estado investiu sistematicamente na exaltação do crescimento econômico, nas grandes obras de infraestrutura, como a Rodovia Transamazônica, e em símbolos nacionalistas, como os sucessos da seleção brasileira de futebol, fomentando um sentimento ufanista amplamente difundido na sociedade, conforme evidenciado na matéria O novo ufanismo, publicada pela *Revista Realidade* em setembro de 1970 (Figura 30). Em contrapartida, os mecanismos de censura escondiam da população qualquer indício de violência e repressão praticadas pelos militares (Fico, 2015, p.80). Dessa forma, produzindo uma narrativa oficial marcada pela negação do conflito e pela naturalização da ordem autoritária.



Figura 30 – O patriotismo a partir de subterfúgios, mascarando a realidade vivenciada neste período. Fonte: Revista Realidade, setembro de 1970, ed.54, p.101. Disponível na Hemeroteca Nacional Digital, Biblioteca Nacional.

AMAZÔNIA



**AMAZÔNIA: ...
UMA CONQUISTA
DE NOSSO TEMPO**



A Amazônia já era!

ISTO É AMAZÔNIA THIS IS AMAZONIA



É isto mesmo.
A Amazônia do folclore, da selva
impenetrável, da falta de recursos de
qualquer comunicação, da imensa pobreza.
Ja era.
Hoje como cresceu.
Dia a dia o seu desenvolvimento, as
suas grandes obras, as indústrias que lá se
implantam, espantam o mundo.
É como isto nos conta.
A todos nós, é claro.

COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO ALTAIR
Rua Guilhermina
Tel. 20250

Figura 31 - Propagandas e matérias jornalísticas sobre a Amazônia no período da Ditadura Militar. Fonte: Acervo Ricardo Cardim e Hemeroteca Digital Nacional, 2026.

Marilena Chauí destaca o *verdeamarelismo* como uma estratégia de controle e influência da Ditadura Militar, definindo-o como “um pano de fundo difuso e ambíguo, significando nacionalismo espontâneo e alienação” utilizado no período e também associado à retórica do “Brasil Grande” (Chauí, 2000, p.40). Tal construção simbólica foi reiterada por meio de diversos acontecimentos, entre eles a apropriação de eventos esportivos de grande alcance popular. Conforme observa a autora, da Copa do Mundo de 1958 a de 1970 o verdeamarelismo, ainda que não tenha permanecido intacto em todos os seus aspectos, consolidou-se como uma representação interiorizada pela população brasileira, atravessando diferenças de classe, credo e etnia, e persistindo mesmo quando as condições materiais da realidade social a contradiziam (*Ibid.* p.42).

Chauí identifica, ainda, três objetivos centrais que orientaram a atuação do regime instaurado em 1964, os quais se mostram recorrentes nos projetos políticos, planos de desenvolvimento e materiais de propaganda analisados ao longo desta pesquisa: i.) a integração nacional, entendida como a consolidação da nação frente à fragmentação regional; ii.) a segurança nacional, voltada ao combate do chamado inimigo interno e externo por meio da repressão estatal; e iii.) o desenvolvimento nacional, concebido segundo os parâmetros das nações capitalistas ocidentais (*Ibid.* p.41). Esses eixos estruturaram não apenas as políticas públicas do período, mas também o aparato comunicacional do Estado, evidenciando o papel central da mídia e dos discursos oficiais na legitimação do projeto autoritário e desenvolvimentista da Ditadura Militar.

Considerações sobre este capítulo

Neste capítulo foi apresentado o contexto geopolítico que delimita o recorte histórico da pesquisa e, para além disso, apresentou-se a intenção de interiorização do país a partir do Estado, evidenciando que o projeto de ocupação do território ocidental brasileiro antecedeu a Ditadura Militar, mas foi intensificado, de forma sistemática e estratégica, a partir do golpe de 1964. Foram apresentados os principais atores e personagens envolvidos nesse processo, bem como os discursos, conceitos e narrativas que o sustentaram, revelando o caráter simultaneamente utópico e autoritário das políticas de ocupação e integração territorial implementadas no período.

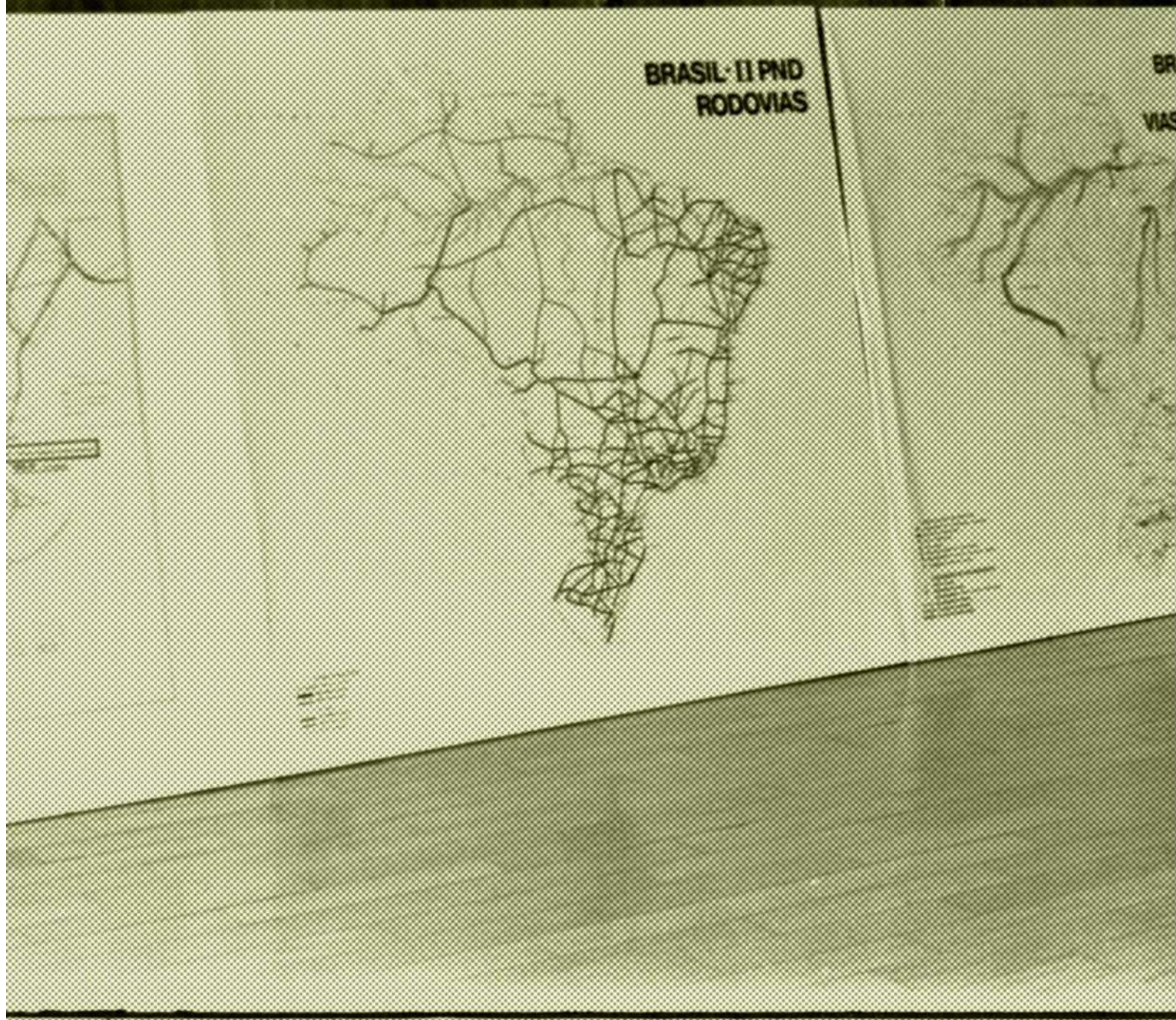
A utopia pode ser compreendida como uma potência criadora, um campo livre do pensamento no qual a arte inventa suas utopias urbanas (Caúla, 2019, p. 45). A partir dessa perspectiva, observa-se que a noção de utopia permeia os discursos oficiais do governo e de grandes empresas, amplamente reverberados pela mídia. Essas narrativas produziram imagens do que idealizavam de progresso, modernização e integração nacional, moldando a concepção de cidades novas em meio à floresta. A construção dessas utopias urbanas,

sustentadas por promessas de desenvolvimento e racionalidade, será melhor analisada nos capítulos seguintes.

Para encerrar este primeiro capítulo, torna-se importante deslocar a análise do passado histórico para uma reflexão crítica sobre o futuro da Amazônia enquanto território político. Conforme assinala Miraftab (2016, p.374), “a abertura sem fim, a pluralidade e a imprevisibilidade do futuro também o tornam um território político, um sítio de forte contestação sobre o rumo que pode tomar”. No caso amazônico, a permanência de políticas exploratórias, sobretudo aquelas consolidadas no ciclo desenvolvimentista intensificado a partir da década de 1970, tende a produzir aquilo que a autora define como a “perpetuação do presente”, ou seja, a reprodução contínua de um modelo predatório que naturaliza a devastação ambiental e as desigualdades sociais. Como alerta Miraftab (2016, p.374), “se não ousarmos imaginar o inimaginável”, aceita-se a continuidade de um futuro previamente determinado pelas lógicas de exploração que marcaram o passado recente da região.

A reflexão proposta pelo pensador quilombola Antônio Bispo dos Santos, Nêgo Bispo, contribui também para compreender a articulação temporal que atravessa esta pesquisa, ao afirmar que “o presente atua como interlocutor do passado e, consecutivamente, como locutor do futuro” (Santos, 2015, p.19). Portanto, o exame crítico das políticas de ocupação e desenvolvimento da Amazônia, realizado ao longo desta pesquisa, tendem a demonstrar como decisões e narrativas históricas continuam a estruturar o presente e a condicionar as possibilidades futuras. Reconhecer essa continuidade histórica constitui condição indispensável para a sua superação. Assim, pensar o futuro da Amazônia – e, por extensão, do Brasil e do mundo – implica enfrentar criticamente os legados do desenvolvimentismo autoritário, reposicionar sujeitos historicamente marginalizados no debate e afirmar a floresta não apenas como recurso econômico, mas como espaço de vida, diversidade e disputa política.

CAPÍTULO 2 TERRITÓRIO PLANEJADO: O ESTADO AUTORITÁRIO E A AMAZÔNIA COMO PROJETO



CAPÍTULO 2

TERRITÓRIO PLANEJADO: O ESTADO AUTORITÁRIO E A AMAZÔNIA COMO PROJETO

No século XVI, a cidade desempenhava um papel estratégico para a manutenção do sistema de controle da sociedade e do mundo. Nesse período, a Coroa portuguesa e outras instituições burocráticas fortes, como por exemplo a Igreja Católica, necessitavam da base urbana e da conquista de mais territórios para o seu poderio. O campo também mantinha relação com o território para manutenção do sistema exploratório. Além da configuração da servidão senhor-escravo existente, era comum a relação em que o peão (trabalhador nominalmente livre) se via preso à terra por endividamento ao senhor (Singer, 1973). No Brasil das décadas de 1960 a 1980, tal organização espacial se manteve nesses moldes. A urbanização e criação de cidades na região centro-norte era um mecanismo de controle do Estado para a região, até então pouco explorada.

Neste capítulo, serão analisados os principais projetos políticos de escala macro voltados à reorganização e à ocupação do território nacional, com ênfase na Amazônia, a saber: a Operação Amazônia (1966), o Programa de Integração Nacional – PIN (1970), o I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND (1971) e o II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND (1975). Em seguida, a análise se detém ao Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – Polamazônia (1974), posteriormente incorporado ao II PND, no qual foi elaborado o Projeto Aripuanã e criado o Polo Aripuanã. Tal percurso analítico permite adentrar aos processos políticos que existiram em torno do objeto central desta pesquisa: a Cidade Científica de Humboldt, concebida como produto do Projeto Aripuanã. Por fim, o capítulo examina a noção de sustentabilidade que permeava os discursos oficiais sobre uma ocupação considerada “racional” da floresta, ainda que o conceito, tal como compreendido contemporaneamente, não estivesse formalmente consolidado à época.

2.1 Ditadura Militar e os projetos políticos para a Amazônia

Os projetos de interiorização e ocupação da Amazônia na Ditadura Militar podem ser lidos à luz do conceito de mapa elaborado pelo sociólogo Jean Baudrillard. O teórico afirma que “o território já não precede o mapa, nem lhe sobrevive. É agora o mapa que precede o território” (Baudrillard, 1991, p.8). Analogamente, no período do Regime Militar brasileiro, teve-se um amplo estudo cartográfico sobre o território (Projeto RADAM²³), até

23 O Projeto RADAM (Radar na Amazônia), iniciado em 1970 pelo Ministério das Minas e Energia, foi uma iniciativa brasileira pioneira para mapear recursos naturais utilizando imagens de radar de visada lateral, capazes de penetrar a densa cobertura de nuvens da Amazônia. Expandido em 1975 para todo o país, tornando-se RADAMBRASIL, o projeto produziu relatórios cruciais sobre geologia, geomorfologia, solos e vegetação.

então não muito explorado, da Amazônia brasileira e a elaboração de mapas de planejamento futuro de ocupação territorial e extração dos recursos naturais. Portanto, os mapas elaborados não se limitavam à descrição do espaço, mas antecipavam um projeto político: neles já se delineavam as futuras frentes de ocupação, as áreas a serem “integradas” e os recursos naturais a serem explorados. Assim, no contexto dos programas de interiorização analisados neste capítulo, o mapa efetivamente precedeu o território, funcionando como matriz simbólica e técnica da intervenção estatal.

Baudrillard acrescenta que, na era da simulação, o mapa projeta um território possível antes mesmo de sua existência material, sobretudo quando este é percebido como “virgem” e disponível ao imaginário (*Ibid.* p.154). Nesse sentido, a Amazônia – frequentemente representada pelos planejadores do regime como espaço vazio, homogêneo e a ser conquistado – converteu-se em superfície para projeções desenvolvimentistas. Ainda neste sentido, quando o mapa “cobre” o território, afirma o autor, “a realidade desaparece” (*Ibid.* p.154). Pode-se fazer um paralelo dessa lógica com o planejamento de ocupação territorial durante a Ditadura Militar: a superposição de um projeto cartográfico e tecnocrático que apagava a complexidade socioambiental da floresta e dos povos que ali viviam, substituindo-a por uma imagem idealizada de desenvolvimento e progresso (Figura 32).

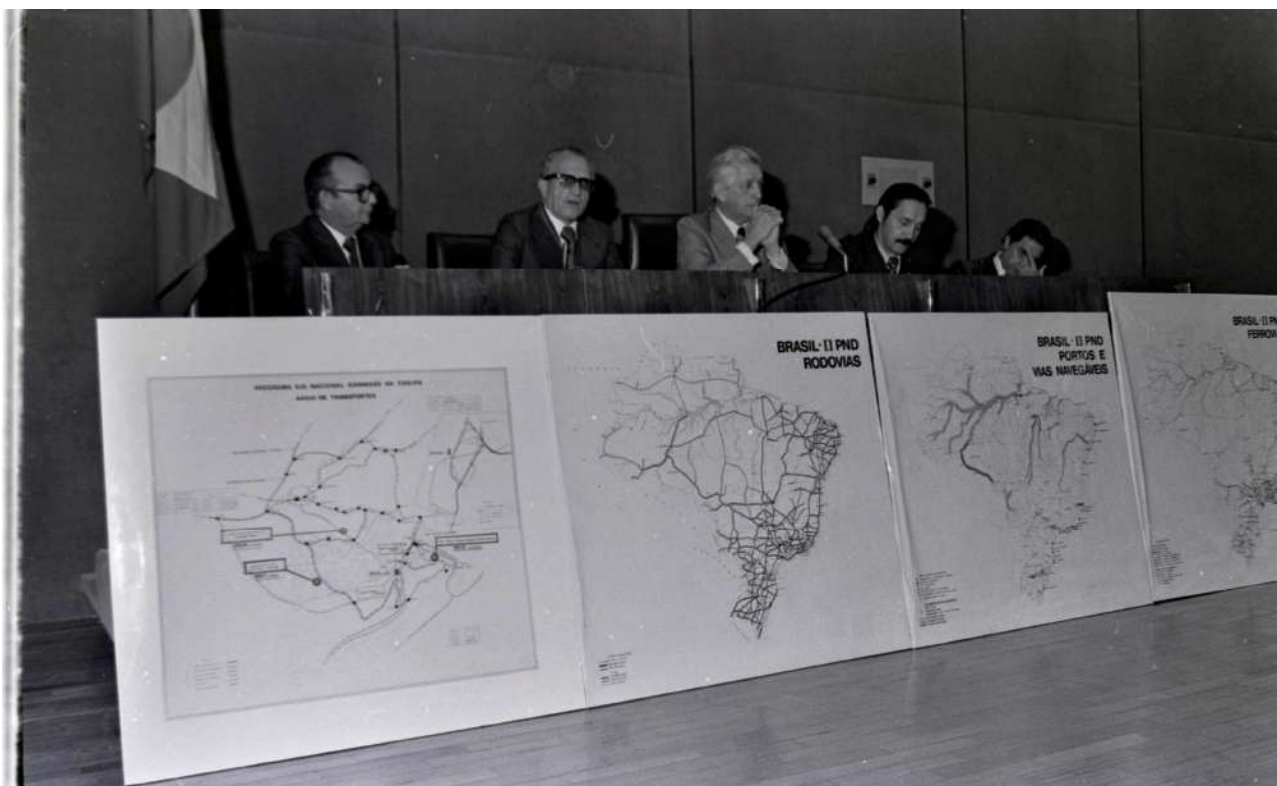


Figura 32 - Foto com deputados discutindo o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) com o General Dirceu Araújo Nogueira - Ministro dos Transportes do Brasil entre 1974 e 1979 - com os mapas de alguns projetos futuros impressos. Fonte: Acervo da Biblioteca da Câmara dos Deputados Federal, Brasília. 23 de maio de 1974.

É durante o período da Ditadura Militar (1964-1985) que a Amazônia ganha cetra-

lidade nas estratégias político-econômicas de Estado, convertendo-se em pauta de interesse nacional (Trevisan, 2024, p.10). A partir dessa inflexão, o Governo Federal estrutura um conjunto abrangente de planos, programas e projetos voltados à intensificação da ocupação e integração da região, consolidando um projeto de territorialização baseado na construção de infraestrutura, na exploração de recursos naturais, na expansão da fronteira econômica e na ocupação demográfica. Entre os principais instrumentos²⁴ dessa agenda destacam-se: a Operação Amazônia (1966), o Programa de Integração Nacional – PIN (1970), o I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND (1971), o Programa de Polos Agropecuários e Agrícolas da Amazônia – Polamazônia (1974) e o II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND (1975). Esses macro programas expressam a visão que orientou a ação estatal sobre a floresta, compreendida simultaneamente como recurso estratégico e como fronteira a ser incorporada ao projeto nacional, produzindo uma Amazônia que passou a existir, antes de tudo, como construção política e imaginação estatal.

Em termos jurídicos, as ações do Estado sobre o território amazônico, durante o recorte histórico analisado, tinham também o amparo legal do Estatuto da Terra²⁵ – Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 – promulgado no primeiro ano da Ditadura Militar pelo presidente Humberto Castello Branco (1964-1967). Essa legislação instituiu o marco legal para a intervenção do Estado na posse e uso da terra, o que foi essencial para os grandes projetos de colonização dirigida na Amazônia.

O Art. 1º, § 2º desta Lei define a Política Agrícola como o conjunto de providências para harmonizar as atividades agropecuárias “com o processo de industrialização do País”. Segundo consta,

§ 2º Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do País. (Brasil, 1964).

O Estatuto da Terra ofereceu a base para a legalização e ocupação de vastas áreas da Amazônia que, nos anos seguintes, se tornariam palco dos grandes projetos agropecuários, minerais e urbanos implementados pelo regime. Constituiu-se, assim, o prólogo legal que possibilitou, por exemplo, a criação de cidades novas, concebidas como estrutura de apoio a ações produtivistas e de controle em uma vasta fronteira agrária recém-aberta e em expansão.

Posteriormente, em 1966, foi instituída a Operação Amazônia pelo Governo Federal. Sua concepção aparece em um documento de propaganda oficial do Governo do Pará,

24 Outros projetos e programas políticos de ocupação territorial da Amazônia serão abordados no próximo capítulo, no que cabe a este capítulo foram destacados esses.

25 Com o Estatuto da Terra houve a introdução do conceito de Função Social da Propriedade, utilizado pelo regime militar tanto para justificar desapropriações em casos de “improdutividade” quanto para fomentar empreendimentos agropecuários e minerais na região.

localizado no acervo de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna²⁶, em Belém. O material expressa o discurso patriótico característico da Ditadura Militar, afirmando tratar-se de uma “conjugação de esforços que envolve os Podêres Civil e Militar, o esforço e o patriotismo de todos aqueles que amam sua terra e querem vê-la forte e pujante, despertando para a era do progresso”, ressaltando ainda o “decidido apoio e o incentivo realista dos amazônidas dignos dêsse nome” (Pará, 1967, p.7) (Figura 33).



Figura 33 - Apresentação do documento emitido pelo Governo do Estado do Pará sobre a Operação Amazônia, 1967. Fonte: Governo do Pará. Disponível para consulta: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

Em outra passagem, o documento reforça a visão ufanista do projeto ao afirmar que a Operação Amazônia “pode ser considerada o maior e mais bem coordenado esforço conjugado dos poderes federais, estaduais e municipais, visando criar condições ideais para o desenvolvimento econômico da região”, reforçando ainda a ideia, caracterizando-a novamente como um “gigantesco esforço nacional” (Pará, 1967, p.10). Soma-se a isso o fato de o documento, assim como outros documentos oficiais do período, referir-se ao golpe militar de 1964 como “Revolução de 1964”, expressão que evidencia a narrativa legitimadora promovida pelo regime e utilizada para justificar suas ações políticas.

A Operação Amazônia, lançada em dezembro de 1966 (Figura 34), consistiu em um amplo conjunto de políticas, decretos e estratégias de desenvolvimento implementado pelo governo federal, tendo como principal articulador e responsável o então presidente

26 Disponível para consulta online no endereço eletrônico: <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publication/operacao-amazonia-album/>

Humberto de Alencar Castello Branco (1897-1967). Seu planejamento e execução envolveram diversos setores do regime militar e tiveram como objetivo central a integração da região Norte ao restante do território nacional. A iniciativa foi oficialmente apresentada na I Reunião de Incentivos ao Desenvolvimento da Amazônia (RIDA), realizada em Manaus, no Teatro Amazonas, e fundamentou-se juridicamente na Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966.

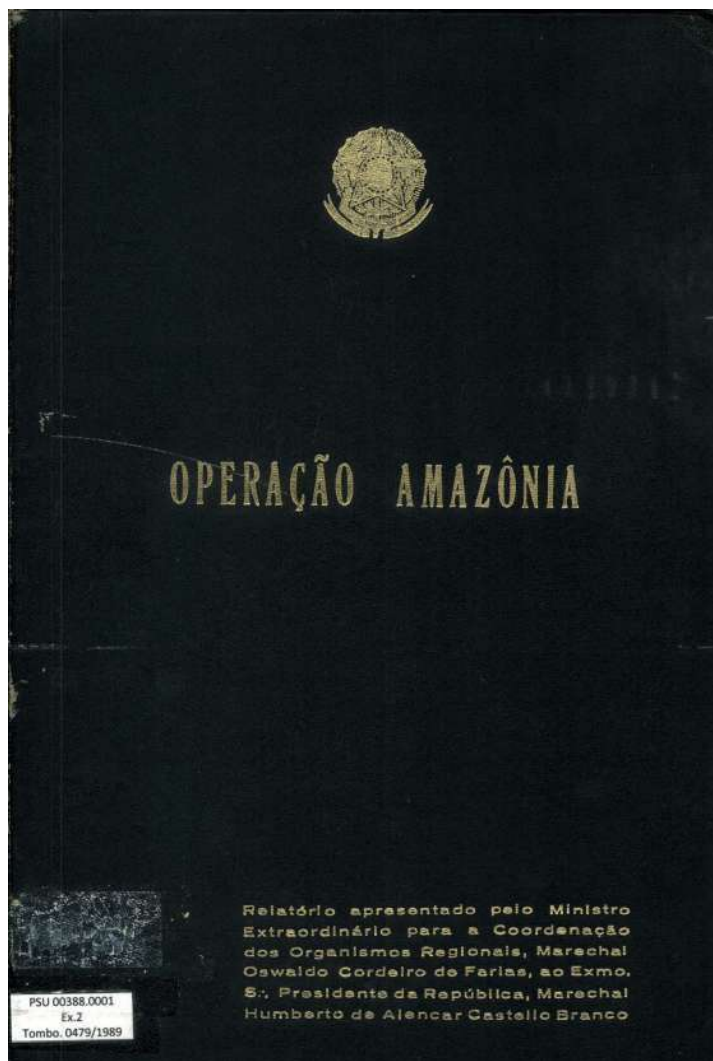


Figura 34 – Capa do relatório Operação Amazônia, 1966, apresentado pelo Marechal Oswaldo Cordeiro de Farias. Fonte: SUDAM, 1966; Acervo SUDAM, Biblioteca Inocêncio Machado Coelho.

Tal Operação deu origem à formulação de três projetos de lei posteriormente sancionados pelo presidente Castello Branco. Entre eles, tem-se: a Lei nº 5.122, de 28 de setembro de 1966, que transformou o Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia S.A. - Basa (como já mencionado anteriormente); a Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, que instituiu o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, extinguindo a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e criando a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); e a Lei nº 5.174, de 27 de outubro de 1966, que estabeleceu incentivos fiscais para a região (Pará, 1967, p.11). Juntas, essas medidas seriam uma tentativa de reorganizar a estrutura administrativa voltada ao desenvolvimento amazônico, “preparando o terreno” para os grandes programas de integração

territorial implementados nos anos seguintes.

A partir da análise do documento Operação Amazônia: relatório apresentado pelo Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, Marechal Oswaldo Cordeiro de Farias, ao Exmo. Sr. Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco (1966) (Figura 34), observa-se que já se delineavam diretrizes posteriormente presentes em políticas públicas subsequentes. Entre elas, destaca-se a proposta de “fixação de áreas preferenciais para a aplicação dos recursos disponíveis” (Brasil, 1966, p. 20), princípio que seria retomado na lógica dos polos de desenvolvimento instituídos no âmbito do Polamazônia.

O relatório também evidencia a compreensão, por parte do Estado, da necessidade de conhecer, estudar e pesquisar o território como condição para sua ocupação e exploração econômica. Nesse sentido, diante do “desconhecimento dos recursos naturais que entrava os empreendimentos pioneiros na área [Amazônia]” (Brasil, 1966, p. 20), recomendava-se como diretriz básica a aplicação de recursos em pesquisas, articulando e coordenando os órgãos já existentes na região sob a supervisão da SPVEA (*Ibid.*).

Em 1970, como consequência desta Operação, foi instituído o Programa de Integração Nacional (PIN), no âmbito do governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), por meio do Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho daquele ano. O PIN constituiu um dos programas de planejamento territorial do regime, concebido para financiar obras de infraestrutura estratégica nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM (Nordeste e Norte, respectivamente), a serem constituídos nos exercícios financeiros de 1971 a 1974 e com o objetivo de acelerar a incorporação das regiões ao circuito econômico nacional (Brasil, 1970). Entre seus oito artigos, o decreto estabelecia, no Art. 2º, a “construção imediata das rodovias Transamazônica e Cuiabá–Santarém”, eixos importantes no desenho geopolítico da integração territorial da época. Conforme ilustrado na Figura 35, o mapa constante no documento do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) apresenta as rodovias Cuiabá–Santarém e Transamazônica como os principais eixos a cortarem a região e conectarem não apenas regiões distintas (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), como também outros países.

Ainda no início da década de 1970, no mesmo contexto de consolidação do projeto desenvolvimentista da Ditadura Militar, foi instituído o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), por meio da Lei nº 5.727, de 4 de novembro de 1971, que estabeleceu as diretrizes que orientariam as políticas para o triênio 1972–1974. O documento oficial do I PND delineava um ambicioso conjunto de “realizações nacionais”, orientadas pela lógica de modernização acelerada e de transformação do Brasil em uma “nação desenvolvida em uma geração” (Brasil, 1971, p.9). Para tanto, o plano priorizava investimentos maciços

em infraestrutura, como nos setores de transportes e energia, bem como a expansão de indústrias estratégicas, como a siderúrgica, naval e petroquímica. Também enfatizava o desenvolvimento tecnológico e a formação de recursos humanos, embora o objetivo central permanecesse ancorado na promoção do crescimento econômico e na consolidação da soberania industrial (*Ibid.*).

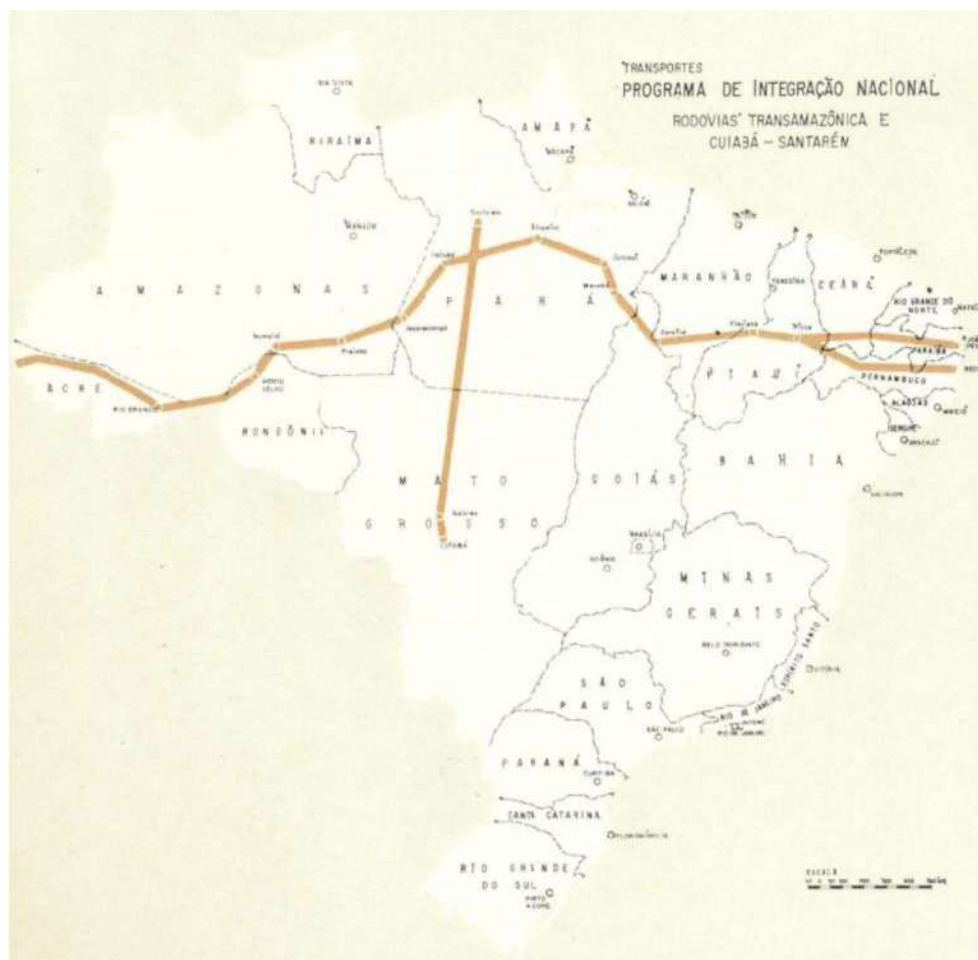


Figura 35 - Mapa com as rodovias Cuiabá-Santarém (eixo vertical) e a Transamazônica (eixo horizontal) como obras do PIN. Fonte: I Plano Nacional de Desenvolvimento - PND - 1972-1974, página 32. Brasil. Dezembro de 1971.

No campo territorial, o documento oficial do I PND reafirmava de forma explícita a diretriz de integração nacional, articulando a política regional à estratégia de desenvolvimento econômico. O plano destacava que, simultaneamente à consolidação do “núcleo desenvolvido do Centro-Sul”, com a institucionalização de regiões metropolitanas e o fortalecimento de estruturas industriais e tecnológicas, seria necessária a implantação de “novos pólos regionais” (*Ibid.*). Essa orientação integrava regiões historicamente marginalizadas, como o Nordeste e, sobretudo, a Amazônia Legal, ao projeto nacional, buscando evitar que permanecessem “à margem do processo de desenvolvimento” (*Ibid.* p.19). Nessa perspectiva, a ocupação territorial e a transformação da Amazônia surgiam como componentes estruturais da agenda geopolítica e econômica do regime.

Além das diretrizes programáticas, o I PND também funcionou como um instru-

mento de autolegitimação política do regime militar. Em tom marcadamente laudatório, o texto oficial celebrava a trajetória recente dos governos pós-1964, qualificando-a como uma “grande experiência de crescimento e de transformação”, expressa em “excepcionais indicadores quantitativos de desempenho” (*Ibid.* p.14). O plano afirmava ainda que, em diversos setores, “o realizado no período 1964/1970 ultrapassou o que se conseguira desde o início do século”, reforçando a narrativa desenvolvimentista e triunfalista que o regime buscava difundir no período.

Ao longo dos três Governos da Revolução, constituiu o desenvolvimento uma grande experiência de crescimento e de transformação, manifestados nos excepcionais indicadores quantitativos de desempenho (...) Em verdade, tudo se tornou maior no Brasil. (Brasil, 1971, p.14).

Dando continuidade ao projeto desenvolvimentista estabelecido pelo I PND, extinto com o término do governo Ernesto Geisel, foi instituído, em 1975, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), aprovado pela Lei nº 6.151, de 4 de dezembro de 1974, e vigente até 1979. A partir da análise dos documentos referentes aos dois Planos Nacionais de Desenvolvimento, observa-se que uma das principais diferenças entre o I PND (1972–1974) e o II PND (1975–1979) reside no contexto econômico nacional e internacional em que foram formulados, bem como em seus objetivos estratégicos. O I PND foi concebido no chamado Milagre Econômico, período marcado por elevadas taxas de crescimento, e tinha como finalidade consolidar a expansão econômica sustentada, sobretudo, pelo dinamismo do mercado interno e pela ampliação do consumo.

Já o II PND foi elaborado em um cenário de instabilidade internacional, especialmente em decorrência da crise do petróleo, o que exigiu redirecionamentos na política econômica nacional. Nesse contexto, o plano priorizou uma reestruturação industrial brasileira, com ênfase na substituição de importações em alguns setores e na redução da dependência externa, ainda que tal estratégia implicasse o aumento do endividamento externo - que ocorreu.

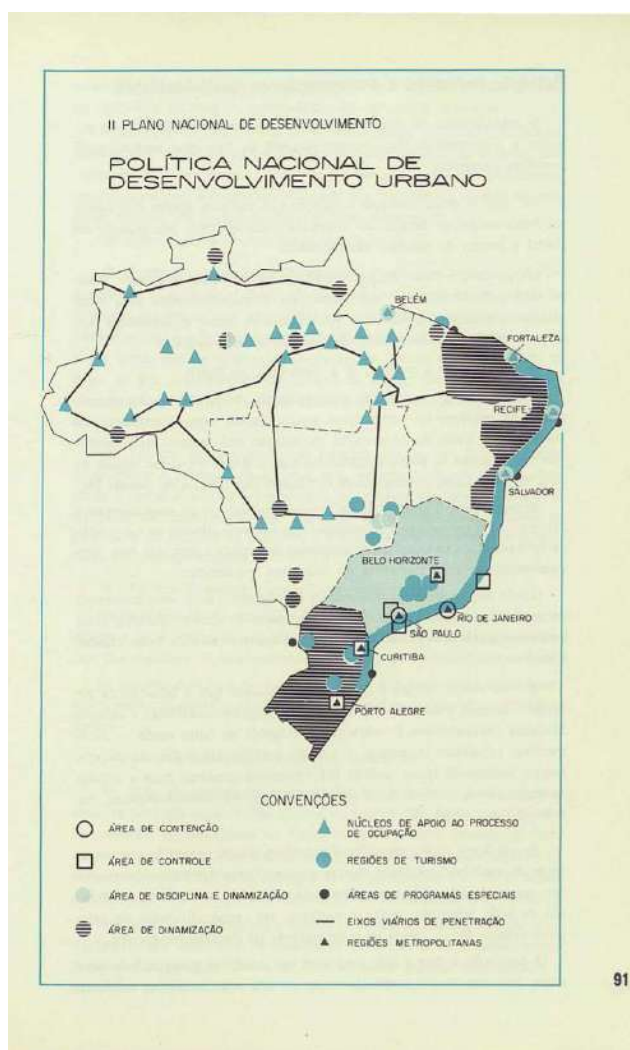
Sendo assim, o II PND configurou-se como um amplo plano econômico formulado pelo Governo Federal, cujo objetivo central era estimular a produção de insumos básicos, bens de capital, e energia, consolidando uma estrutura produtiva capaz de sustentar o processo de industrialização em curso (Mantega, 1997, p.34). O II PND buscou também responder aos efeitos estruturais da crise do petróleo de 1973, que encareceu drasticamente o custo das importações de energia e pressionou as economias dependentes do petróleo, entre elas, o Brasil, como apresentado no documento oficial:

A crise de energia já se vinha prenunciando havia pelo menos uma década, sob as vistas descansadas das nações industrializadas. A disponibilidade de petróleo barato e as políticas internas de preços irrealistas para as diversas fontes de energia, mesmo em países como os Estados Unidos, além das pressões de sentido conservacionista, levaram ao subinvestimento no setor e a despreocupação com a

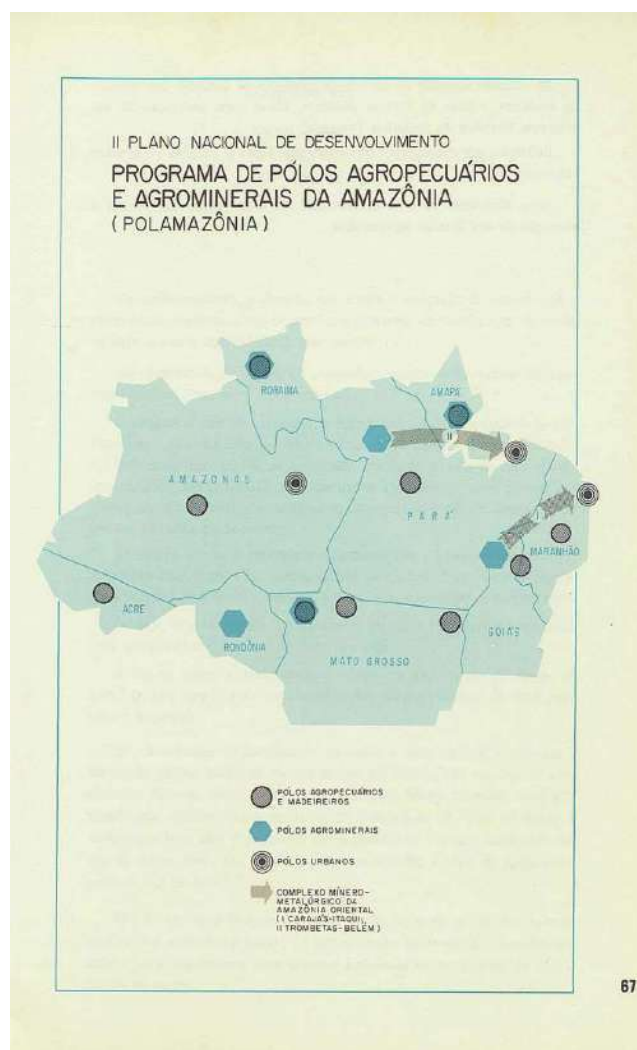
pesquisa de novas fontes de energia.

De repente, o mundo industrializado acordou, não apenas para a realidade dos preços quadruplicados do petróleo, e da dependência em relação a fontes externas de energia [...]. (Brasil, 1974, p. 18).

Os mapas a seguir são apresentados no âmbito do documento oficial do Governo sobre o II PND (1975) (Figuras 36 e 37). No mapa mais abrangente, observa-se que a maior parte dos núcleos de adensamento urbano previstos para implantação concentra-se nas regiões Centro-Oeste e, sobretudo, Norte do país, articulados por eixos viários de penetração projetados para algumas dessas áreas. Em contraste, as regiões classificadas como metropolitanas estavam restritas ao Sul e ao Sudeste: Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Já no mapa sobre a região Norte, identifica-se os polos considerados potencialmente estratégicos para a produção agropecuária e madeireira, os polos agrominerais e aqueles com a função de polos urbanos, explicitando a leitura dos territórios amazônico e Centro-Oeste como reservas de recursos e fronteiras de expansão produtiva no projeto desenvolvimentista do período.



36



37

Figura 36 - Mapa das distintas áreas urbanas e a serem urbanizadas do país – regiões Centro-Oeste e Norte (II PND, 1975). Figura 37 - Mapa com a indicação dos polos agropecuários, agrominerais e urbanos na área da Amazônia Legal (II PND, 1975). Fonte: Biblioteca do Ministério da Economia - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Portanto, no II PND, as paisagens das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, em especial da Amazônia, estavam postas como territórios de exploração de recursos. A seguir, o recorte de jornal *Diário do Paraná* evidencia quem participava nos debates acerca desses projetos: o Governo Federal e o empresariado. Conforme noticiado na matéria “*Empresários manifestam apoio e adesão ao II PND*” (1974) em um debate ocorrido no Congresso Nacional em Brasília, o presidente Ernesto Geisel afirmava que, no âmbito do II PND, as prioridades estavam voltadas ao desenvolvimento do setor de indústrias de transformação e de bens de capital, com “ênfase no fortalecimento da empresa nacional” (Figura 38). Diante desse contexto, pode ser feito o seguinte questionamento: quem, de fato, ocupava o Congresso Nacional, popularmente denominado como a “Casa do Povo”, no momento de formulação, debate e legitimação dessas políticas? A resposta aponta para os políticos e representantes dos interesses empresariais, em detrimento da ampla participação social. Trata-se de uma configuração de poder que, em muitos aspectos, permanece presente na realidade política brasileira contemporânea.



Figura 38 - Recorte de Jornal *Diário do Paraná* - 14 de setembro de 1974. Fonte: Hemeroteca digital brasileira, Biblioteca Nacional.

O II PND incorporou, em sua estrutura, o debate emergente sobre as questões ambientais, embora o tenha feito a partir de uma perspectiva fortemente marcada pela lógica desenvolvimentista. Na seção intitulada “Poluição Industrial e Preservação do Meio Ambiente”, inserida no capítulo “Desenvolvimento Urbano, Controle da Poluição e Preservação do Meio Ambiente”, o documento registra:

Não é válida qualquer colocação que limite o acesso dos países subdesenvolvidos ao estágio de sociedade industrializada, sob pretexto de conter o avanço da poluição mundialmente. Em verdade, o maior ônus do esforço a ser realizado deve recair sobre as nações industrializadas, que respondem, fundamentalmente, pelo atual estágio de poluição, no mundo, e que só mais ou menos recentemente passaram a adotar medidas efetivas de proteção do meio ambiente. (Brasil, 1974, p.92).

Esse excerto explicita, de forma paradigmática, a orientação ideológica do governo brasileiro naquele momento histórico. Ao posicionar-se contrariamente a qualquer limitação que pudesse frear o processo de industrialização nacional, o Estado justificava a interiorização e a exploração econômica da Amazônia como etapas necessárias à concretização de um projeto de modernização e de ascensão à condição de sociedade industrializada. A retórica oficial, ao transferir às nações desenvolvidas a responsabilidade maior pela degradação ambiental, legitimava políticas de ocupação territorial que desconsideravam as especificidades ecológicas e socioculturais da floresta.

Assim, o discurso da modernização tecnológica e científica servia para mascarar práticas predatórias e processos de apropriação intensiva dos recursos naturais amazônicos.

2.2 Ditadura Militar e o Polamazônia

O Arquiteto e urbanista Carlos Nelson dos Santos, em *A cidade como um jogo de cartas* (1988), observa que o território brasileiro foi historicamente produzido não por processos espontâneos, mas por decisões estatais previamente formuladas. Para o autor, “nos habituaram a acreditar [que este país foi] produzido por casualidades” (Santos, 1988, p.39) e, na verdade, para ele “nasceu pronto, foi ocupado a partir de decisões de governo pré-elaboradas” (*Ibdi.*). Sendo assim, ocupado a partir de projetos governamentais que buscaram conciliar administração e território desde os primórdios da colonização, como exemplificam as capitânicas hereditárias, traçadas “a esquadro sobre uma terra que nem se sabia como era nem o que continha”, mas que se desejava disciplinar, controlar e produzir riqueza para os colonizadores (*Ibdi.*). Essa leitura permite estabelecer um paralelo com os projetos políticos de ocupação da Amazônia na segunda metade do século XX, especialmente aqueles implementados durante a Ditadura Militar, nos quais o território amazônico foi concebido mais intensamente como espaço a ser ordenado, explorado e integrado.

A Operação Amazônia pode ser compreendida como o “guarda-chuva” político-ideológico que estruturou as diretrizes gerais de integração e ocupação da região, ao passo que os Projetos Especiais configuraram-se como instrumentos práticos de intervenção territorial. Surgidos sobretudo na transição para o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e consolidados no II PND, esses projetos consistiam em ações estatais focalizadas em áreas geográficas ou setores considerados prioritários ou emergenciais pelo governo. Em

vez de promover uma transformação homogênea de toda a Amazônia, o Estado passou a instituir programas específicos, dotados de orçamento próprio e amparo legal particular, com o objetivo de acelerar processos de ocupação e dinamização econômica. A Operação Amazônia, nesse sentido, forneceu a base jurídica e institucional que viabilizou tais iniciativas, entre as quais se insere o Polamazônia, concebido como um dos principais Projetos Especiais voltados à região.

O Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – Polamazônia insere-se como um exemplo dessa lógica de decisões pré-elaboradas para o território. Instituído no governo militar de Ernesto Geisel (Figura 39), pelo Decreto nº 74.607, de 25 de setembro de 1974. Como apresentado no Art.1º do Decreto de criação da Polamazônia: o programa tinha como finalidade promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais da Amazônia, mediante a definição de áreas prioritárias para intervenção estatal e atração de investimentos (Brasil, 1974). A estratégia baseava-se na criação de polos de desenvolvimento e na implantação de novas infraestruturas e assentamentos urbanos, reforçando a noção de planejamento territorial como instrumento de controle e indução do crescimento econômico.

Para contextualizar o pensamento político que permeava as decisões naquele momento histórico, observa-se que, no mesmo ano de 1974, Jarbas Passarinho (1920-2016), então senador pelo estado do Pará, manifestou publicamente apoio à implantação do Programa Polamazônia. Conforme registrado em matéria publicada no *Jornal do Brasil* (1974, p.7), o parlamentar aplaudiu o programa, qualificando-o como uma opção estratégica para a ocupação do território nacional. Passarinho argumentou, ainda, que o país deveria voltar sua atenção à Amazônia, uma vez que “deixar para depois” poderia comprometer a capacidade do Brasil de “garantir sua soberania sobre quase 5 milhões de quilômetros quadrados, enquanto o mundo explode demograficamente” (*Ibdi.*). Nesse mesmo discurso, o senador exaltou a Rodovia Transamazônica como uma “feliz decisão” do presidente Emílio Médici, ao considerá-la um instrumento para promover um desenvolvimento entendido como “solidário”, na medida em que teria “aberto caminho para que os excedentes demográficos do Nordeste possam ser carreados para o vazio amazônico” (*Ibdi.*).

O decreto de criação da Polamazônia, embora sucinto, com apenas seis artigos, elenca quinze polos ou áreas prioritárias e estratégicas preliminarmente selecionadas para a execução do programa, a saber: 1.) Xingu-Araguaia; 2.) Carajás; 3.) Araguaia-Tocantins; 4.) Trombetas; 5.) Altamira; 6.) Pré-Amazônia Maranhense; 7.) Rondônia; 8.) Acre; 9.) Juruá-Solimões; 10.) Roraima; 11.) Tapajós; 12.) Amapá; 13.) Juruena; 14.) Aripuanã; e 15.) Marajó (Brasil, 1974). A delimitação desses polos evidencia a concepção da Amazônia como um conjunto de espaços funcionais, definidos a partir de suas potencialidades econômicas,

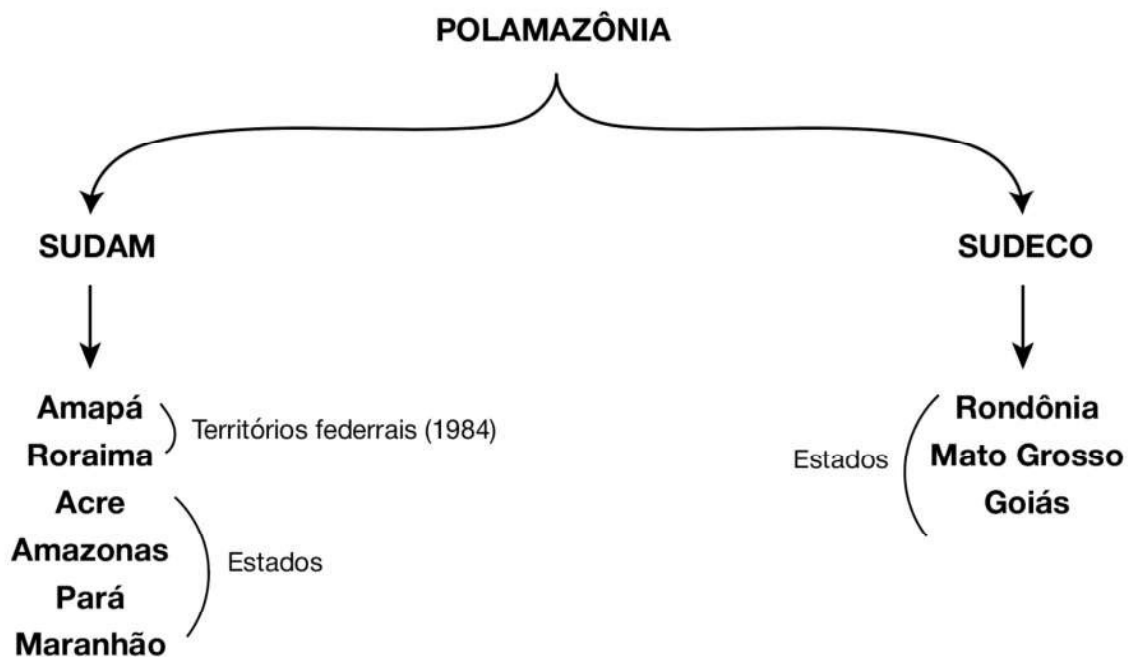
reafirmando uma tradição histórica de planejamento territorial orientado pela lógica da exploração e da integração forçada ao projeto nacional de desenvolvimento.



Figura 39 - Composição com recortes de propagandas e notícias sobre o Polamazônia, anos 1970. Fonte: Hemeroteca Digital Nacional e Biblioteca Mário Ypiranga Monteiro. Colagem elaborada pela Autora, 2026.

Informações provenientes de declarações do então Ministro do Interior, Mário Andreazza (1918-1988), publicadas na matéria intitulada “Polamazônia beneficiou, em cinco anos, 149 municípios” para o Jornal do Brasil (1984), elucidam a estrutura administrativa do Programa Polamazônia. Segundo o referido texto, cabia à SUDAM a administração dos polos localizados nos territórios do Amapá e de Roraima - que, à época, ainda possuíam status de territórios federais – bem como nos estados do Acre, Amazonas, Pará e Mara-

nhão. À SUDECO, por sua vez, competia a execução dos programas relativos aos polos situados nos estados de Rondônia, Mato Grosso e Goiás (Figura 40). Essa divisão administrativa encontra-se sistematizada no Esquema 3, apresentado a seguir.



Esquema 3 - Organograma com a estrutura das superintendências e estados em que elas administram o programa Polamazônia. Fonte: Autora, 2026, com base no Jornal do Brasil (29 de junho de 1984); Acervo ISA - Instituto Socioambiental.

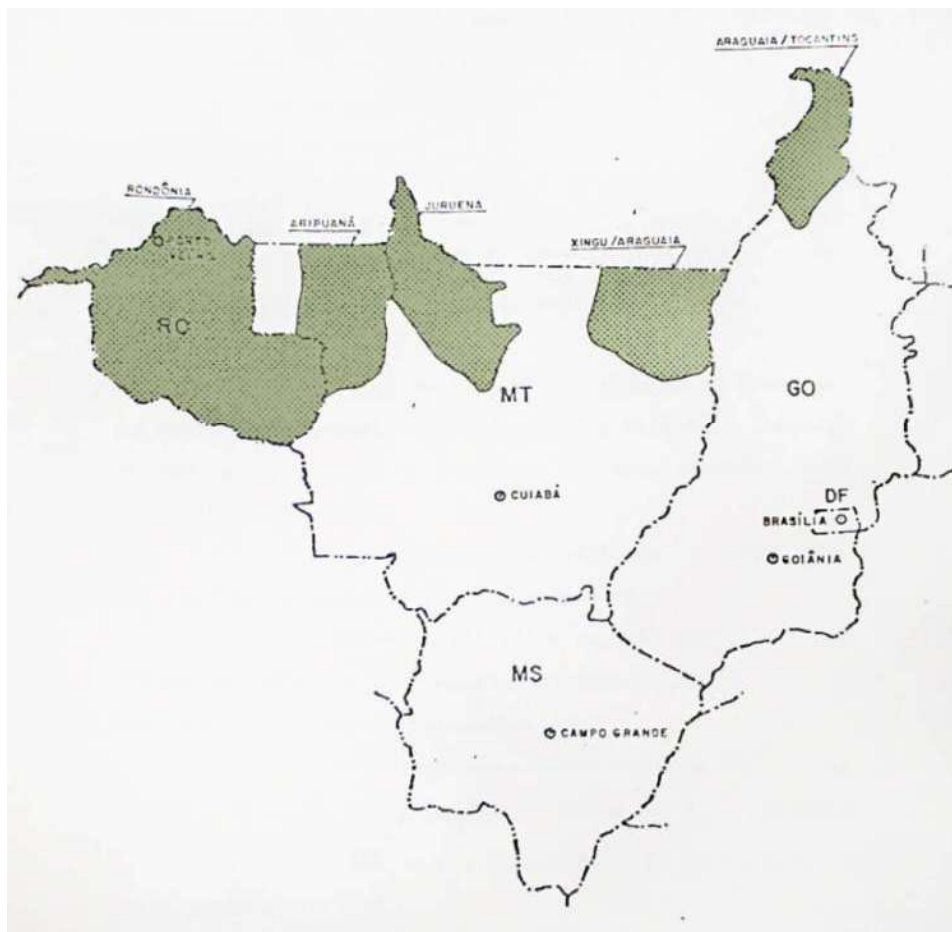


Figura 40: Polamazônia e suas cinco áreas-programa no Centro-Oeste. Fonte: Trevisan; Ramos, 2020, p. 44.

A implantação dos polos previstos pelo Programa Polamazônia esteve associada à criação de novos núcleos urbanos e à reestruturação de assentamentos existentes (Figura 41), como indicava a matéria para a *Revista Manchete*: “Polamazônia – As ilhas da esperança” (Silveira, 1976). Sob o discurso de eficiência econômica e racionalidade territorial, tais iniciativas buscavam legitimar a ocupação acelerada da Amazônia por meio de incentivos fiscais e grandes empreendimentos, como consta na mesma reportagem:

Vários projetos já implantados na região amazônica com recursos dos incentivos fiscais estão apresentando excelentes resultados de produção e gerando novos núcleos habitacionais, e desenvolvendo centros urbanos antes existentes que serão agora multiplicados pelo POLAMAZÔNIA. (Silveira, 1976, p.3).

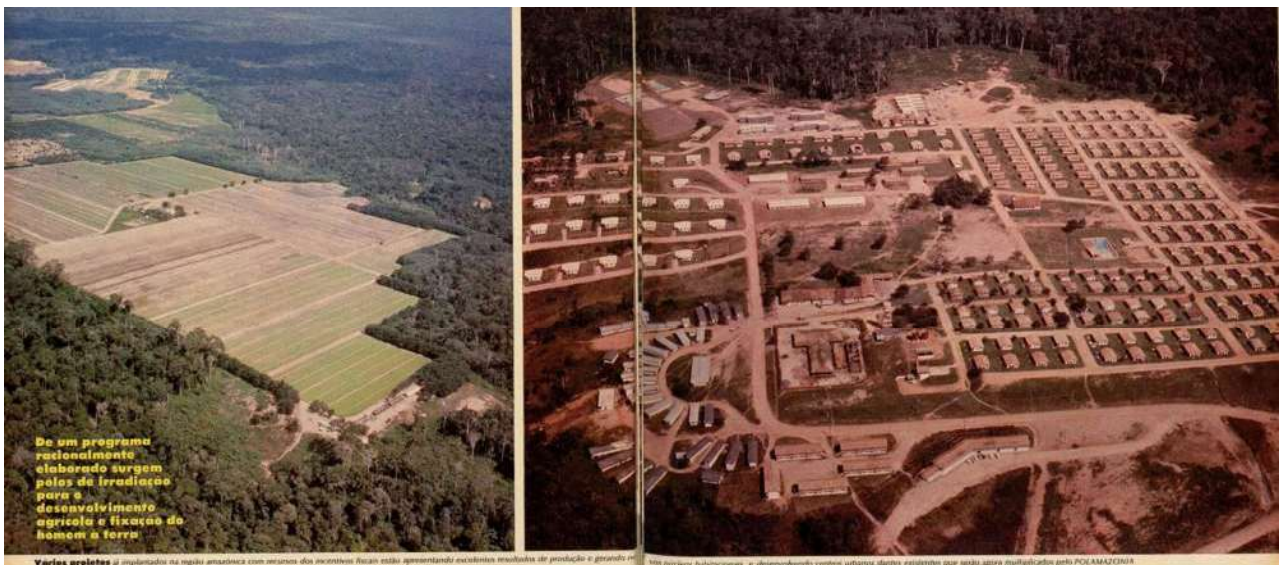


Figura 41 – Processo de avanço da agropecuária e da urbanização dirigida na floresta pelo Polamazônia. Fonte: Revista Manchete, 1976, p.3, edição 1256 - Polamazônia - As ilhas da esperança. Texto: Joel Silveira. Foto: Gil Pinheiro. Disponível para consulta: Hemeroteca Nacional Digital <<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

Essas cidades novas criadas não podem ser compreendidas como produtos do acaso ou de decisões meramente técnicas. Por conseguinte, “enganados estamos ao acreditar que os pais das cidades novas são seus projetistas (arquitetos, engenheiros, topógrafos etc.), coadjuvantes no processo de construção de uma nova cidade” (Trevisan, 2020, p.111). Os verdadeiros “genitores” das cidades novas são seus empreendedores, isto é, “aqueles agentes detentores do desejo, da intenção, da ideia inicial em criá-las”, de modo que as cidades novas “tornam-se crias não do acaso, mas de um querer; nascem em virtude” (*Ibdi.*). Assim, essas cidades emergem como materializações de projetos deliberados de ocupação territorial, nos quais o espaço amazônico reflete as intenções desses “agentes detentores de desejo”, sejam eles plenamente consolidados ou apenas tentativas de concretização de determinados ideários de desenvolvimento.

Dentre os inúmeros projetos de ocupação urbana desse contexto, tem-se o Projeto Tucumã (1981), no estado do Pará, abordado no livro *Arrabalde* e retomado por João Moreira Salles em depoimento concedido a esta pesquisa. Tucumã foi um empreendi-

mento da construtora Andrade Gutierrez, um dos principais agentes privados envolvidos nos projetos de interiorização da Amazônia no período. Concebido inicialmente como experiência alternativa de colonização para a Floresta, o projeto pretendia estabelecer uma comunidade de pequenos agricultores pautada por princípios de maior igualdade social e preservação ambiental, mas não resistiu às dinâmicas territoriais e políticas da região. Para Salles (2025), a crença de que seria possível manter a ordem dentro dos limites do projeto, enquanto a desordem permaneceria externa, revelou-se uma ilusão recorrente nas iniciativas de ocupação da Amazônia. Para o jornalista,

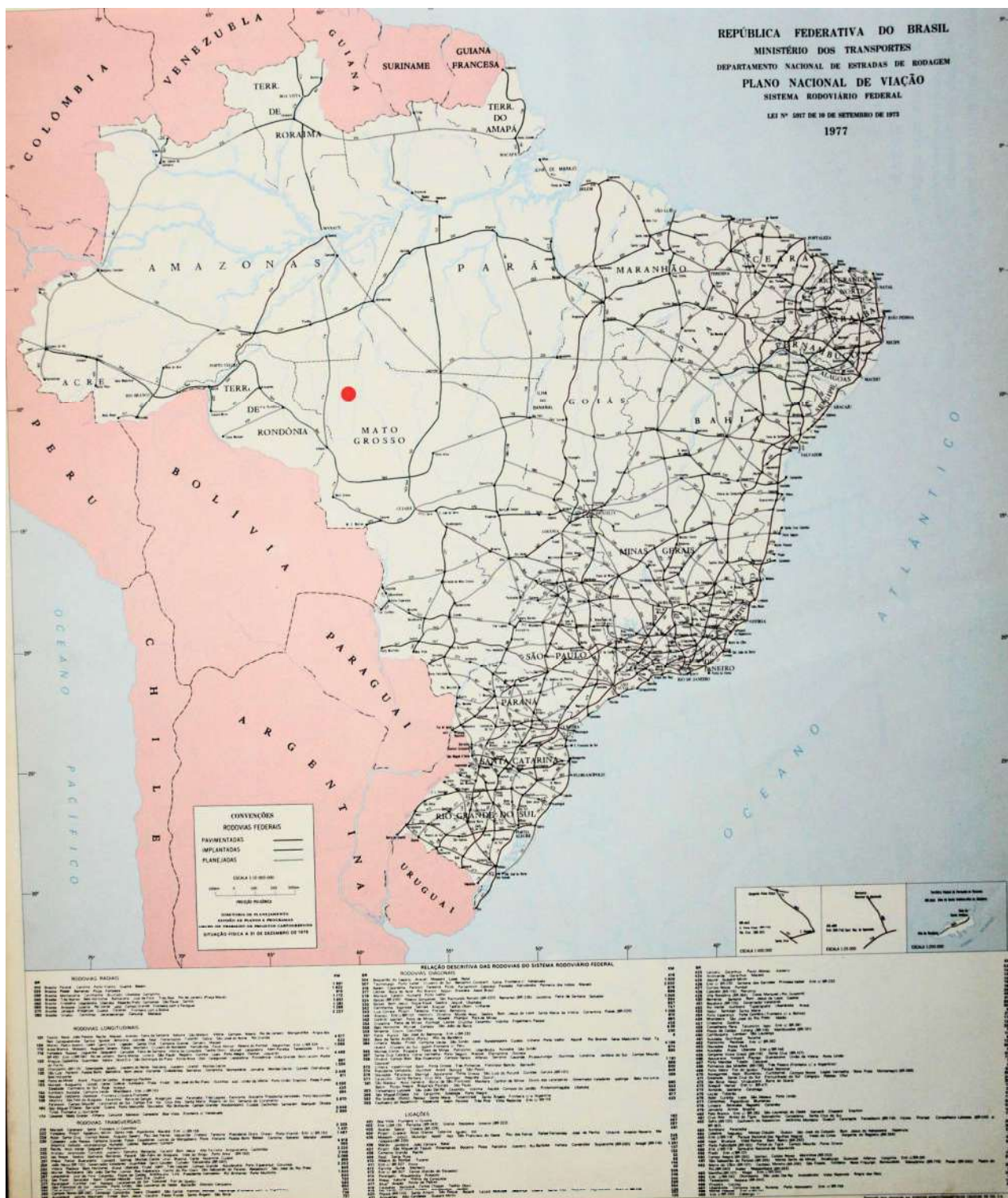
Tucumã foi concebida por dois jovens idealistas, movidos pelo desejo de criar um projeto de colonização capaz de se opor ao modelo tradicional de ocupação predatória da floresta. Pensavam numa distribuição mais justa da terra, que contemplasse sítios mais pobres e preservasse boa parte da mata em pé. No entanto, o velho modelo acabou se impondo: madeireiros derrubaram a floresta, garimpeiros roeram as barrancas dos rios e o projeto fracassou. Por quê? As razões são muitas: os idealizadores conheciam pouco a realidade amazônica, houve rachas dentro da administração do projeto, o Estado não cumpriu sua parte de prover segurança e ordenamento. Acima de todas essas razões contingentes, específicas a Tucumã, existe outra, mais geral, que se aplica a todas as iniciativas fracassadas na Amazônia: a ilusão de que será possível manter a ordem dentro do perímetro do projeto, deixando a desordem do lado de fora da cerca. Com poucas exceções, isso não dá certo. A desordem se impõe, porque as forças por trás dela são anárquicas, gananciosas, desesperadas, sem nada que as freie. No limite, pode-se dizer que, enquanto não houver ordem em todo lugar, haverá o potencial de a desordem se espalhar por todo lugar (Salles, 2025, entrevista).

Portanto, Tucumã foi uma tentativa de colonização distinta das experiências convencionais, mas que não conseguiu se sustentar ao longo do tempo. Nessa perspectiva pode-se questionar: quantos projetos, concebidos sob perspectivas utópicas ou alternativas, foram idealizados – ou chegaram a ser parcialmente implementados – na Amazônia brasileira, sem, contudo, lograr continuidade ou consolidação? É nesse cenário de ruídos entre planejamento, utopia e fracasso que se inserem o Projeto Aripuanã e a proposta da Cidade Científica de Humboldt, como será discutido e compreendido melhor a seguir.

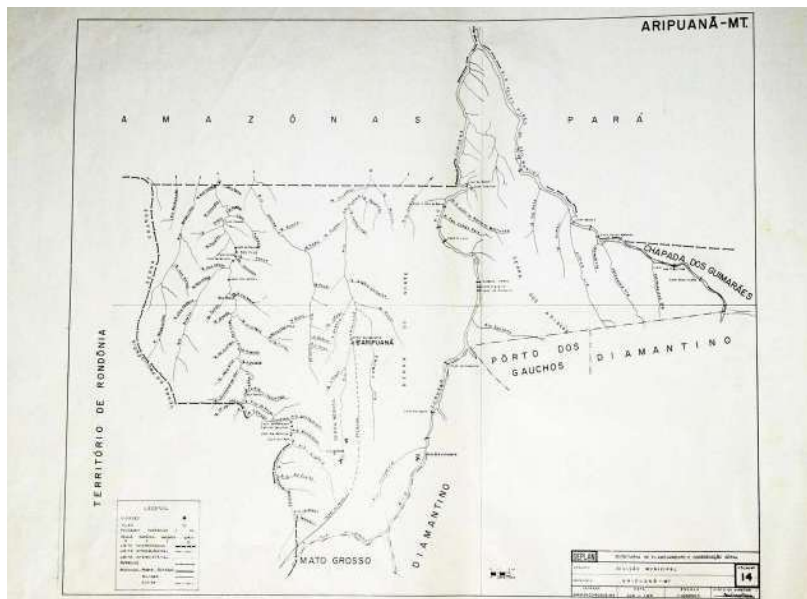
2.3 Amazônia mato grossense e Aripuanã: a terra esquecida

Na década de 1970, a porção com maior concentração da densa floresta amazônica no estado de Mato Grosso reproduzia, em escala regional, a condição da Amazônia Legal em relação ao restante do território nacional: tratava-se de uma área ainda pouco integrada às dinâmicas econômicas, políticas e infraestruturais do país. Tal cenário é evidenciado pelos mapas de rodovias federais de 1977. O primeiro (Figura 42), em escala nacional, permite observar que as regiões Centro-Oeste e, sobretudo, Norte, que concentram grande parte do território amazônico, apresentavam malha rodoviária federal significativamente menos densa quando comparadas às regiões Nordeste, Sul e Sudeste. Tal configuração revela uma contradição: apesar dos volumosos investimentos estatais e da centralidade atribuída aos projetos de integração nacional ao longo das décadas próximas à data do

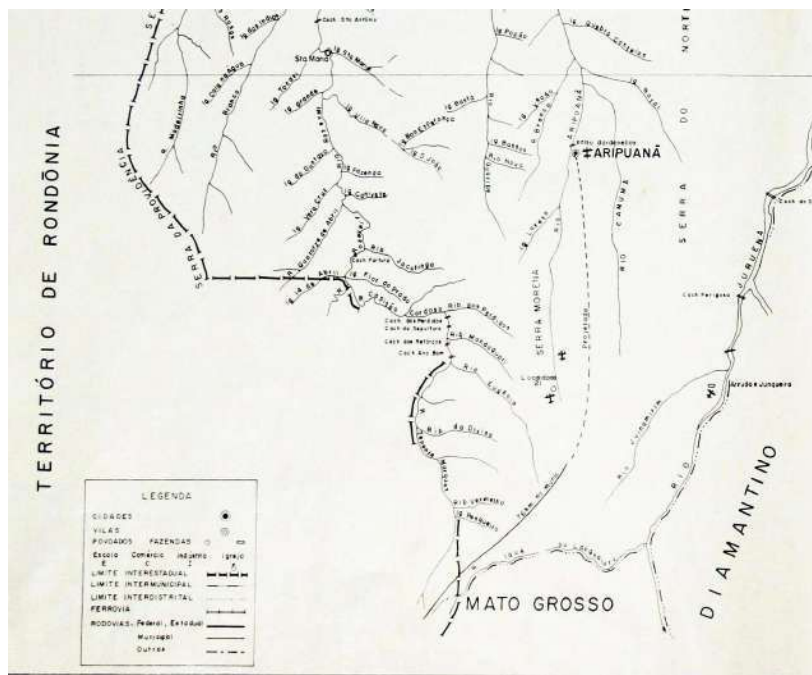
mapa, o sistema rodoviário ainda refletia baixos níveis de articulação territorial nessas regiões, especialmente no Norte e em porções do Centro-Oeste, indicando obstáculos à efetiva integração por vias terrestres.



Conforme evidenciado pelos mapas e corroborado pelo documento *Diagnóstico socioeconômico: microrregião Norte Matogrossense*, elaborado pelo Governo do Estado de Mato Grosso no final da década de 1970, o processo de desenvolvimento dessa região esteve, por um longo período, “cercado pela ausência de estradas de ligação com outras regiões do Estado” (Mato Grosso, 1979, p.8). É nesse contexto territorial de baixa integração física e logística que se situava o município de Aripuanã, onde foi implementado o Projeto Aripuanã-Humboldt e, conseqüentemente, a Cidade Científica de Humboldt, ainda na década de 1970. Como indicam os mapas a seguir (Figuras 44 e 45), Aripuanã não dispunha, à época, de acesso rodoviário efetivamente implantado, sendo a conexão viária representada no mapa apenas em traçado pontilhado, classificada como “projetado”.



44



45

Figura 44 – Delimitação municipal de Aripuanã, Mato Grosso, em 1971. Território a cobrir quase todo noroeste do estado do Mato Grosso. Figura 45 – Recorte com localização da antiga sede de Aripuanã, Mato Grosso, 1971. Fonte: SEPLAN - Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Disponível para consulta: Arquivo Público Mato Grosso, Cuiabá.

O Programa Aripuanã integrou o conjunto de iniciativas vinculadas ao Polo Aripuanã, o qual, conforme já mencionado, correspondia a um dos polos de desenvolvimento previstos no âmbito do Polamazônia. Tal inserção pode ser observada no mapa a seguir (Figura 46), que delimita a área de atuação da SUDECO no contexto do Polamazônia, abrangendo, à época, os estados de Goiás e Mato Grosso ainda não desmembrados, bem como Rondônia, então configurada como Território Federal. Nesse recorte espacial, o Polo Aripuanã é destacado na porção norte do estado do Mato Grosso, na Amazônia Legal.

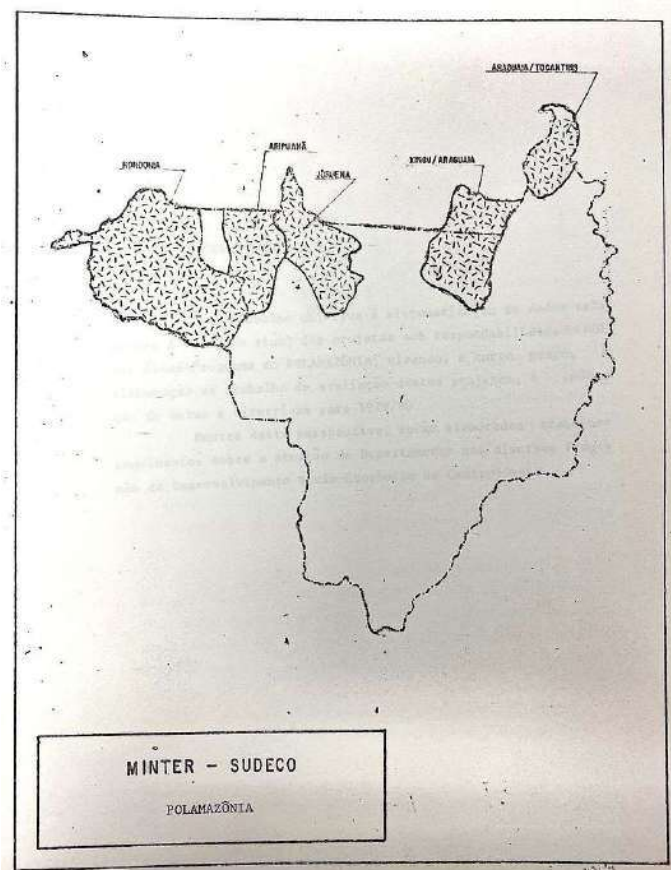


Figura 46 - Mapa com os polos do Polamazônia com administração da SUDECO, dentre eles: Aripuanã. Fonte: *Situação atual dos projetos do DDL/SUDECO no Polamazônia*. DDL/SUDECO -Departamento de Desenvolvimento Local - SUDECO. Disponível para consulta: Arquivo Nacional, sede de Brasília.

Definiu-se que o Projeto Aripuanã seria implantado no então município de Aripuanã, que, à época, abrangia uma extensa área territorial (145.510 km²)²⁸, correspondente ao que hoje constitui os municípios de Alta Floresta, Apiacás, Cotriguaçu, Juína, Juruena, Nova Bandeirante, Nova Monte Verde, Paranaíta, entre outras unidades municipais posteriormente desmembradas. Segundo dados do IBGE referentes ao período, o território de Aripuanã representava aproximadamente 13,36% da área total do estado de Mato Grosso, então ainda não subdividido, e menos de 1% da população vivia nele, apenas 0,71% (Figura 47). A escolha dessa área, marcada por baixa integração territorial, ampla disponibilidade fundiária e posição no interior da Amazônia mato-grossense, não foi aleatória. Coloca-se, assim, a questão: por que, em um contexto autoritário e militarizado, o Estado

28 Em termos comparativos, Portugal continental tem uma área de 89.000 km² e Uruguai 176.215 km².

brasileiro escolheu Aripuanã como território para a implantação de um projeto científico destinado a conhecer, ordenar e intervir na Amazônia, materializado no Projeto Aripuanã e na Cidade Científica de Humboldt?

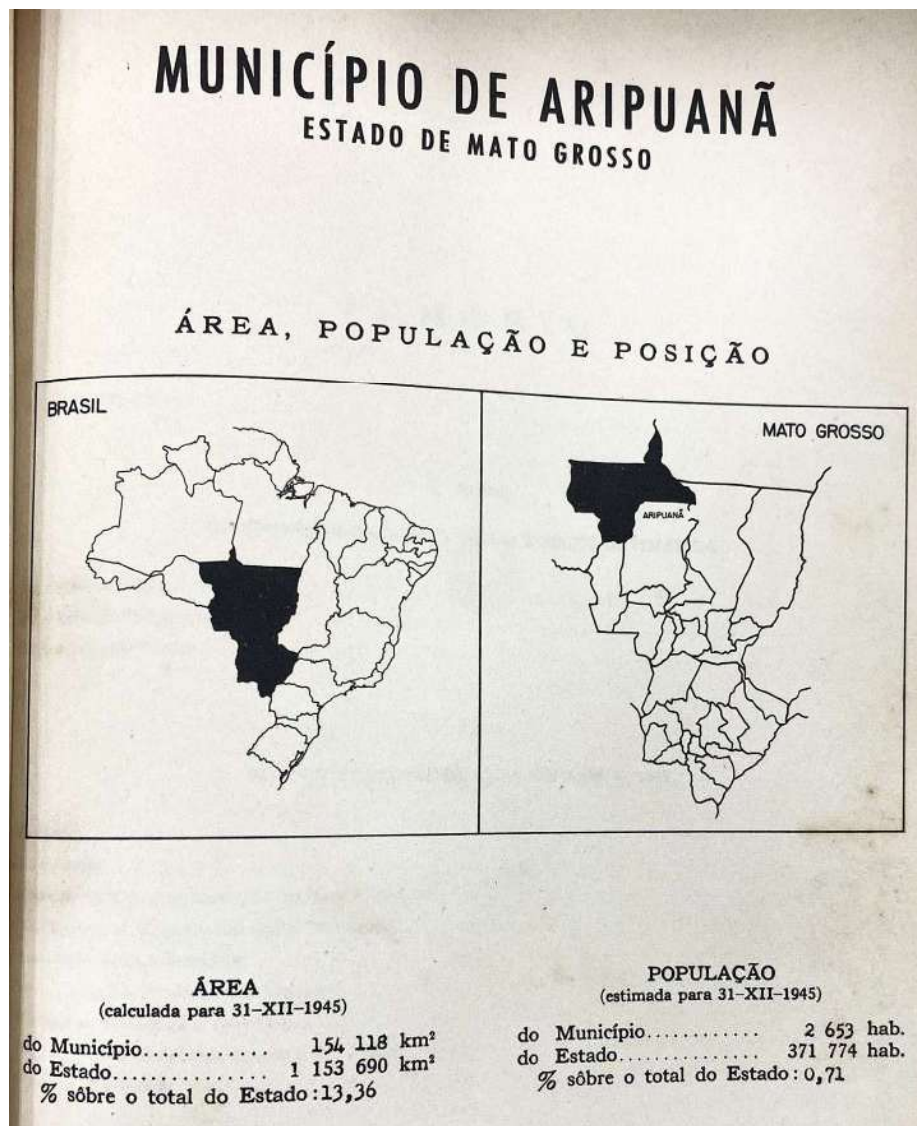


Figura 47 – Localização do município de Aripuanã, em 1945, o qual representava quase 14% do território e 1% da população do estado do Mato Grosso. Fonte: IBGE, Sinopse Estatística do município de Aripuanã - Estado do Mato Grosso, 1945. Disponível para consulta: Arquivo Público do Mato Grosso, Cuiabá.

Portanto, a definição da localização da Cidade Científica de Humboldt esteve vinculada a um conjunto de articulações políticas e decisões fundiárias, envolvendo o ordenamento e a destinação de terras públicas na região. Em consulta presencial realizada no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, foi identificado um mapa referente à área de Aripuanã que continha, manuscrito sobre a base cartográfica impressa, o nome “Filinto Müller”²⁹ (Figuras 48 e 49). Ao serem questionados sobre essa inscrição, os servidores res

29 Filinto Müller (1900-1973), político e militar mato-grossense, exerceu grande influência na política brasileira, especialmente nos anos de regime autoritário. Em 2017, foi publicada sua biografia intitulada “O homem mais perigoso do país: biografia de Filinto Müller”. Tanto a Revista Piauí quanto o jornal Folha de São Paulo destacam, em reportagens, o tom de crítica diante do fato de que, apesar de Müller ter sido reconhecido como torturador durante a ditadura militar, ainda existem 58 logradouros no Brasil que levam seu nome em homenagem.

ponsáveis pelo atendimento no arquivo não souberam esclarecer a razão de sua presença ou o contexto de sua inclusão no documento.

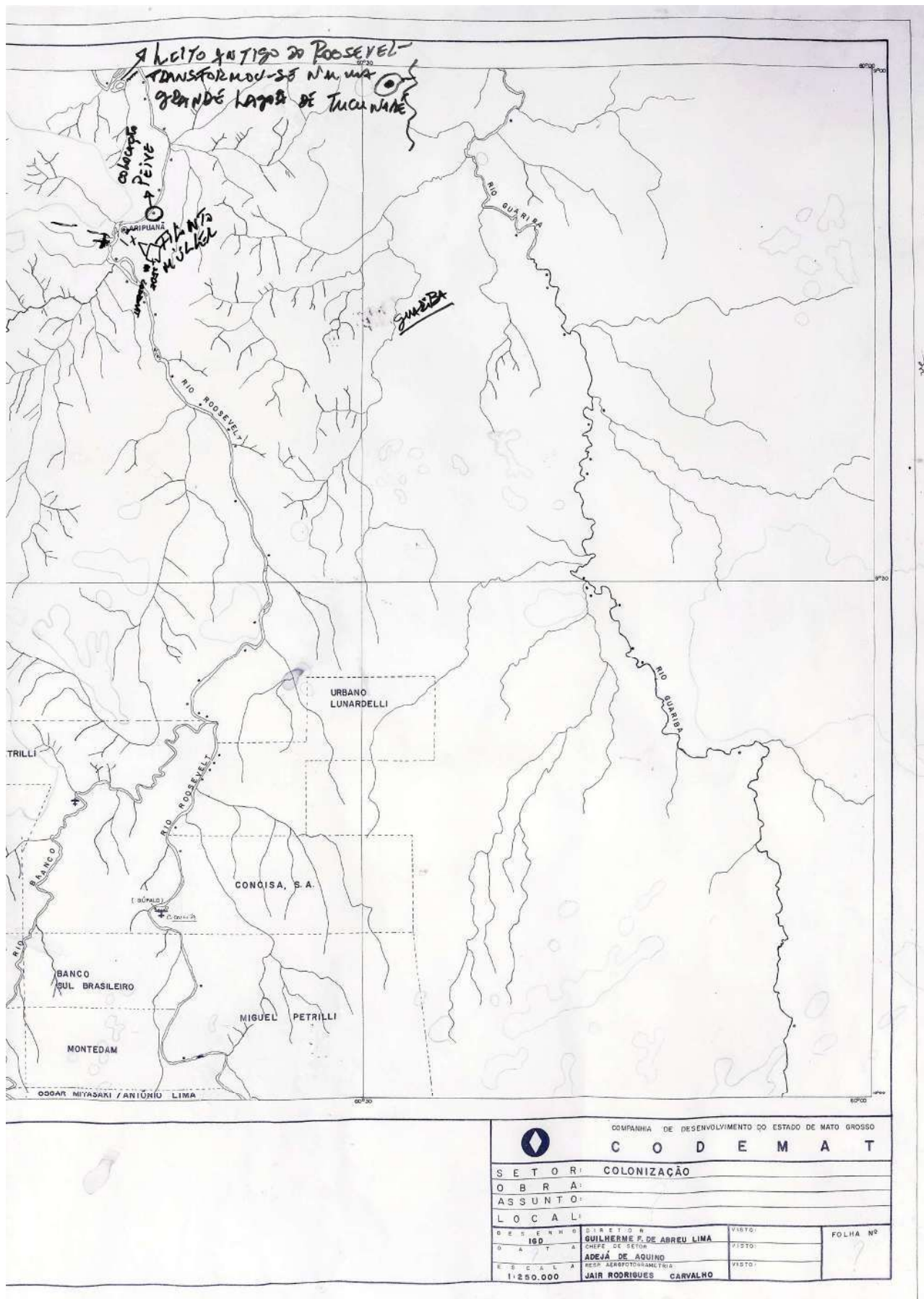


Figura 48 - Mapa com recorte da região norte do estado do Mato Grosso feito pela CODEMAT. Fonte: Arquivo Público do Mato Grosso, Cuiabá.

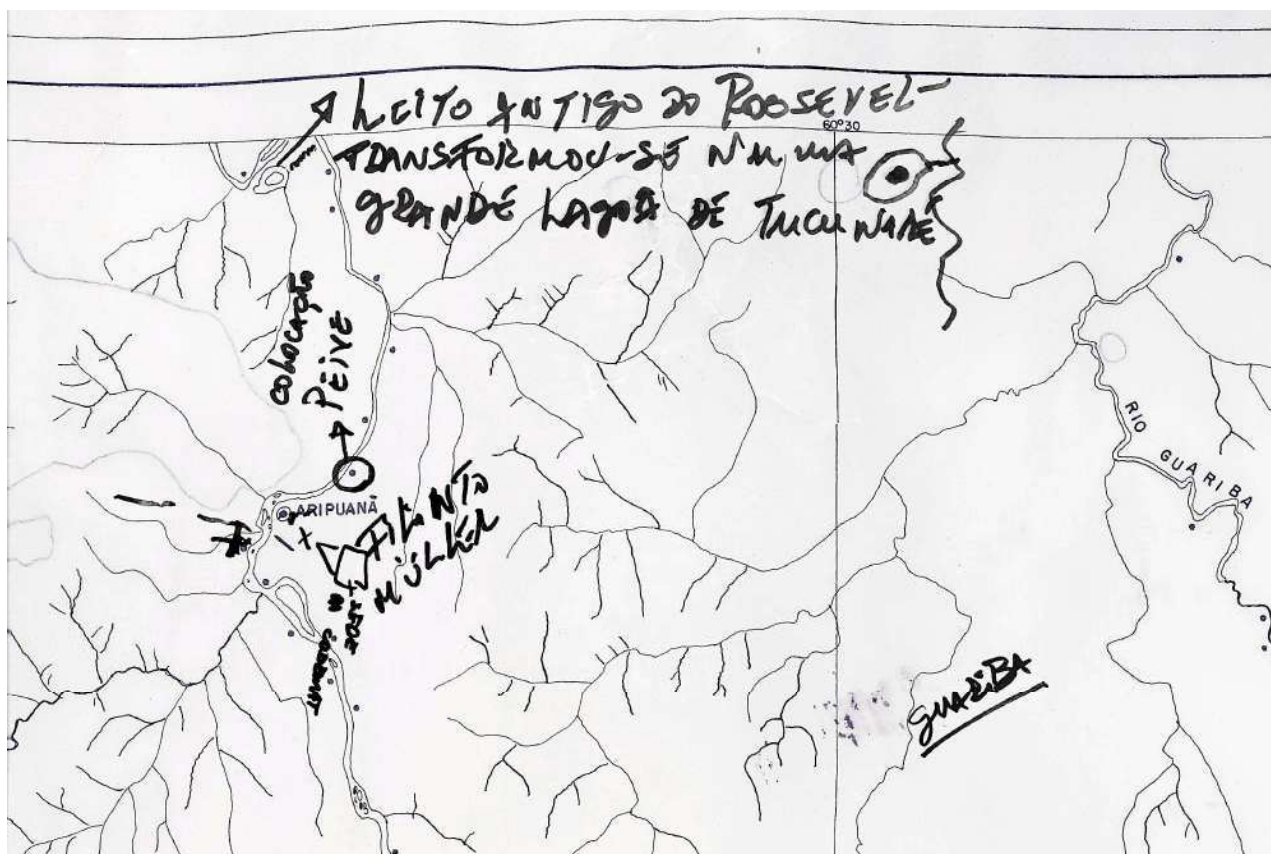


Figura 49 – Detalhe das anotações sobre o mapa da região norte do estado do Mato Grosso - CODEMAT. Localização da antiga sede do município, às margens do Rio Roosevelt. Fonte: Arquivo Público do Mato Grosso, Cuiabá.

Posteriormente, em consulta ao acervo documental da Biblioteca Nacional, foi possível estabelecer relação direta entre esse achado cartográfico e os registros oficiais do período. Entre os documentos analisados, destaca-se o Ofício nº GE/201/73, de 27 de fevereiro de 1973, encaminhado pelo então governador do estado de Mato Grosso, José Fragelli, ao presidente do Senado Federal, Filinto Müller. No referido ofício, o governador solicita a “competente autorização” do Congresso Nacional para que o estado de Mato Grosso pudesse alienar terras públicas estaduais, situadas no município de Aripuanã, à Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (CODEMAT). Entre as justificativas apresentadas, o documento menciona explicitamente o Projeto Aripuanã, com destaque para a implantação do denominado “Núcleo Pioneiro de Humboldt”, a Cidade Científica de Humboldt, concebido como a primeira etapa de execução desse projeto.

Essa solicitação foi posteriormente formalizada por meio da Resolução nº 3, de 6 de abril de 1973, publicada no Diário Oficial da União, que autorizou o governo do estado de Mato Grosso a transferir à CODEMAT as terras públicas estaduais localizadas no município de Aripuanã. Tal sequência documental evidencia o papel central das instâncias político-institucionais na viabilização territorial do Projeto Aripuanã e na implantação da Cidade Científica de Humboldt.

Até a década de 1960, a porção norte do estado de Mato Grosso permanecia re-

lativamente marginal às prioridades do planejamento estatal, situação evidenciada, entre outros aspectos, pela baixa integração territorial por meio do sistema rodoviário, conforme demonstrado nos mapas analisados anteriormente. Essa condição de isolamento e inviabilidade política é explicitada no livro *Aripuanã, a terra esquecida* (1967), de Pedro Valle, obra encaminhada pela Prefeitura de Aripuanã quando da solicitação de materiais para esta pesquisa sobre a Cidade Científica de Humboldt (Figura 50). No referido livro, é citada uma declaração do então governador de Mato Grosso, Pedro Pedrossian (1966–1971), na qual afirma que o Estado estaria “redescobrimo o Mato Grosso” e manifestando, simultaneamente, o desejo de “redescobrir a Amazônia” (1967, p.2).



Figura 50 - Capa do livro *Aripuanã, a terra esquecida*. Fonte: *Aripuanã, a terra esquecida*; 3. ed. Campo Grande, MT, Livraria Ruy Barbosa Soc. Gráfica Editorial Ltda., julho de 1967. 21 p.

A caracterização de Aripuanã como espaço distante e de difícil acesso é reforçada neste documento por Múcio Leão, da Academia Brasileira de Letras, ao descrevê-la como localizada “longe, muito longe, num lugar em que mesmo nossa imaginação tem dificuldade de chegar” (1967, p.3). Até 1966, a sede municipal situava-se às margens do rio Roo-

posteriormente, estabelecida em sua localização atual, nas proximidades da Cachoeira de Dardanelos, no Rio Aripuanã (Aripuanã, 2001, p. 2). O município, portanto, contou com três diferentes sedes ao longo de sua formação territorial. Foi nesse contexto, em uma área então referida como “terra esquecida”, que se escolheu implantar um grande projeto de pesquisas científicas na Amazônia: o Projeto Aripuanã-Humboldt.

O esquecimento se repete em outro contexto na atualidade: em documento fornecido pela prefeitura de Aripuanã sobre Dados Históricos da cidade publicado em 2001, menciona o projeto Aripuanã-Humboldt e traz que a maior parte da população que atualmente reside em Aripuanã desconhece o Projeto Aripuanã ou Cidade Laboratório Humboldt e muito menos conhece a sua importância histórica no processo de ocupação da região, ainda que esta não tenha ocorrido conforme previsto no Projeto (Aripuanã, 2001, p.5).

2.4 O Projeto Aripuanã-Humboldt

No texto *Modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva*, Bertha Becker (1991, p.48) observa que “historicamente, a posse e o controle do território sustentaram a construção do Estado e é este que passa a produzir o seu próprio espaço, social e político, racional e técnico, instrumentalizando o território”. Essa reflexão ilumina o contexto histórico em que se inscreve a experiência da Cidade Científica de Humboldt, concebida no interior das políticas de interiorização e integração nacional promovidas durante a Ditadura Militar brasileira. A fundação de novas cidades, entre elas Aripuanã e Humboldt, constituiu-se como mais uma tentativa de domínio estatal sobre o espaço, convertendo o território em instrumento político, técnico e simbólico de controle e de legitimação do poder. Assim, o projeto de Aripuanã-Humboldt integra o movimento histórico de produção do espaço pelo Estado, em que a urbanização atuava simultaneamente como ferramenta de afirmação territorial e como expressão material da utopia desenvolvimentista.

Como já indicado, a Cidade Científica de Humboldt constituiu um dos principais empreendimentos do Programa Aripuanã, articulado ao Polo Aripuanã, com o objetivo de promover o desenvolvimento da porção amazônica do norte do estado do Mato Grosso (Figura 52). A concepção desse projeto político ocorreu em 1972 e a denominação “cidade científica” decorre de sua finalidade central: a realização de pesquisas voltadas à formulação de uma ocupação considerada mais racional da Amazônia. Tal objetivo é reiterado tanto nos documentos oficiais consultados quanto nas declarações de seu idealizador, Pedro Paulo Lomba, que, em entrevista concedida ao Jornal do Brasil em 1975, por exemplo, afirmou que a Cidade Científica de Humboldt visava promover “uma revisão estratégica do desenvolvimento da Amazônia, com o uso de uma ponta de lança científica e tecnológica,

que se antecipasse à ocupação econômica e social, para evitar a predação ambiental” (Lomba, 1975, n.p.).

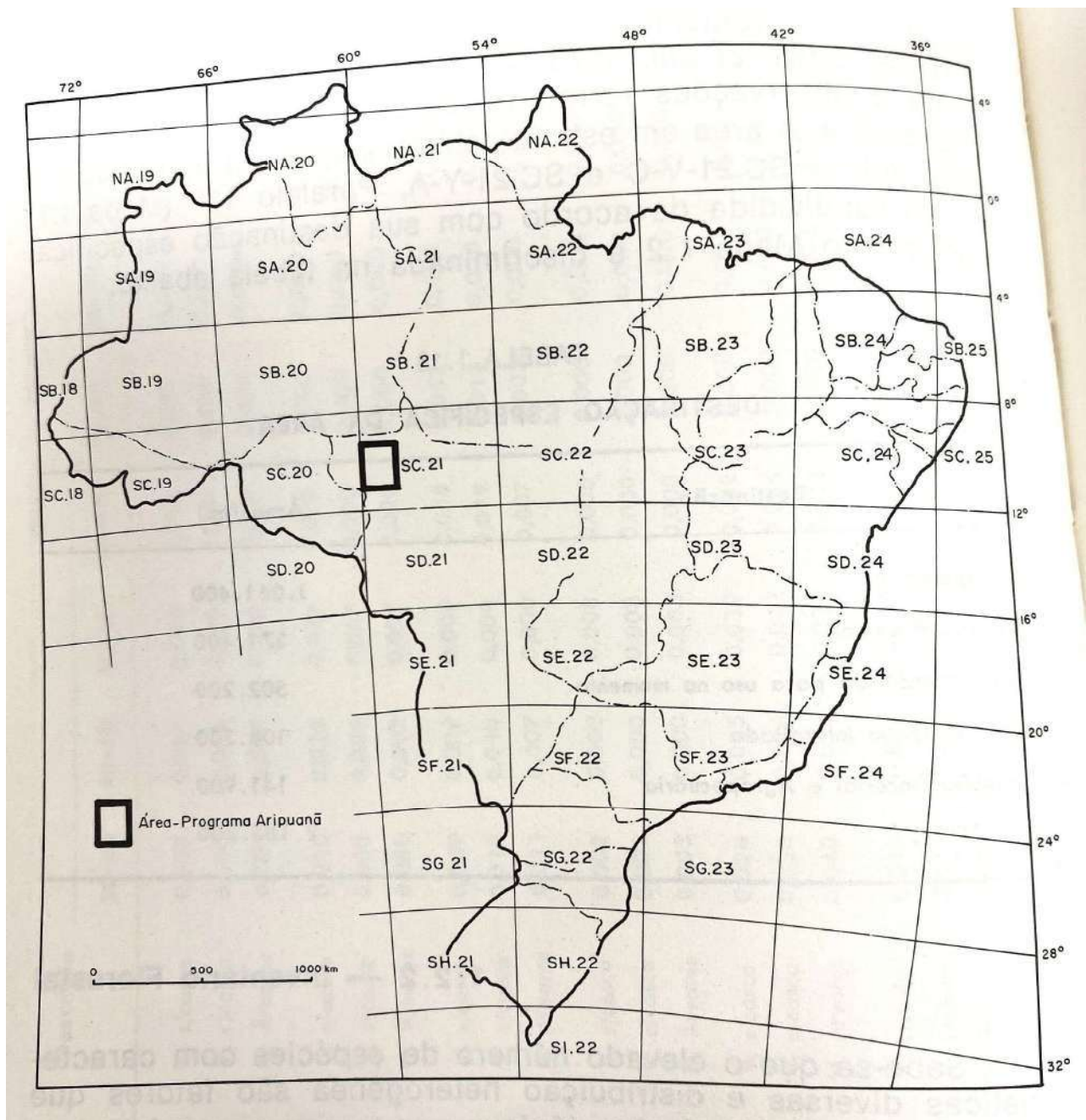


Figura 52 - Mapa com a indicação do Programa Aripuanã. Fonte: IPEA. Recursos Naturais da Área – Programa de Aripuanã, IPEA. Série Estudos para o planejamento nº14 (mapas em anexo), 1976. Disponível para consulta: Biblioteca do Senado Federal.

No livro *As Amazônias*, Bertha K. Becker, volume 1 (2015) dedica um capítulo integral ao Projeto Aripuanã, no qual destaca que, “considerando o desconhecimento da área e as diretrizes indicadas, devem-se desenvolver pesquisas em diversas escalas e com diferentes tempos de duração, em função do caráter do objetivo da investigação” (Becker, 2015, p.121). Nesse sentido, a Cidade Científica de Humboldt propunha a realização de estudos em múltiplas escalas (micro, meso e macro) e segundo diferentes horizontes temporais (curto, médio e longo prazo), como mostrado na Figura 53. Nessas subdivisões previam-se pesquisas relacionadas à energia solar, aos ecossistemas amazônicos, aos potenciais

florestais madeireiros, às reservas florestais e geológicas, à pecuária, à fiscalização do uso da terra, ao levantamento dos recursos da flora e da fauna, aos estudos hidrológicos, à navegabilidade e ao potencial hidrelétrico dos rios, bem como às pesquisas mineralógicas e biomédicas. Destacam-se, ainda, os estudos voltados à chamada “casa amazônica”, que incorporavam investigações sobre os modos de vida e as práticas culturais das populações indígenas e caboclas, conforme sistematizado por Becker (*Ibid.* p.122).

Quadro 1

Programa de pesquisas

<i>Escala</i>	<i>Tempo</i>	
	<i>Longo e médio termo</i>	<i>Médio e curto termo</i>
Macro	Energia solar	Ecossistema (global)
Meso		Ecossistema (análise dos subsistemas) Florestais (determinação do potencial madeireiro e das reservas florestais) Geológicas Pecuária Fiscalização da utilização da terra
Micro	Cultura nativa Ecossistema (pedológica e hidrológica) Florestal (inventário florístico)	Florestal (centro de tecnologia da madeira) (Levantamento de recursos da flora e fauna) Hidrológica (navegabilidade e potencial hidrelétrico) Mineralógica Biomédica Casa amazônica Pecuária Fiscalização da utilização

Figura 53 - Quadro resumo das pesquisas desenvolvidas no Projeto Aripuanã. Fonte: Becker, 2015, vol.1, p.122.

As pesquisas desenvolvidas no âmbito do Projeto Aripuanã envolveram profissionais de diferentes campos do conhecimento, como Engenharias, História, Sociologia, Economia, Agronomia, Geografia e Ciências Naturais, entre outros, evidenciando seu caráter multidisciplinar (Figura 54). Além disso, participaram pesquisadores de diversas nacionalidades, incluindo alemães, holandeses e suecos, conforme registrado em matéria produzida para a televisão alemã pelo fotógrafo e cineasta Jorge Bodanzky, em 1973, material audiovisual disponibilizado para esta pesquisa.

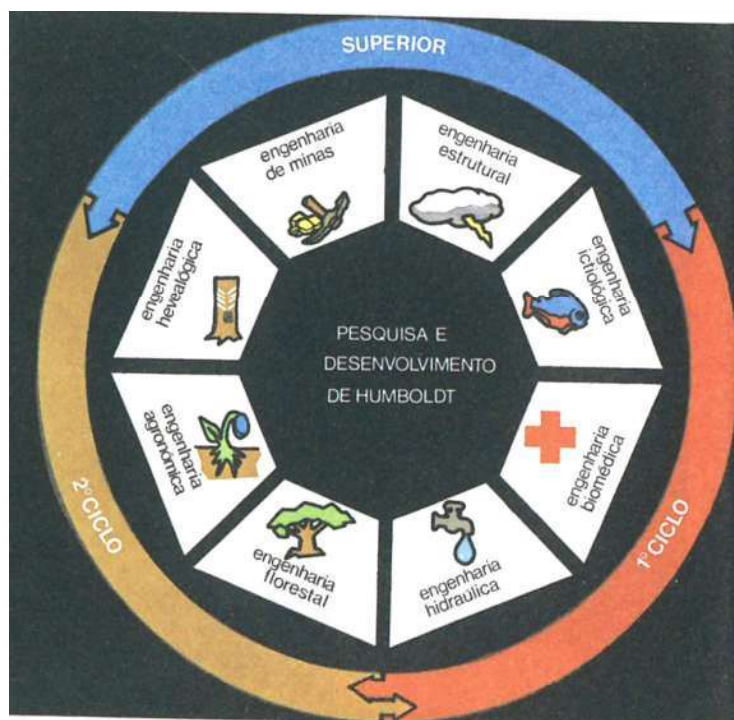


Figura 54 - Diagrama contendo os ciclos de pesquisas a serem desenvolvidas na Cidade Científica de Humboldt. Fonte: Revista Planejamento & Desenvolvimento, set.1974, p.38. Disponível para consulta: Biblioteca do Senado Federal, Brasília.

O lançamento do Projeto Aripuanã-Humboldt atraiu cientistas e técnicos, provenientes do Brasil e do exterior. Conforme registrado no documento Dados História de Aripuanã (Aripuanã, 2001, p. 11): “às vezes estava se falando cinco línguas diferentes ao redor de uma mesa em Aripuanã”, segundo relato do químico Ivo Cuiabano Scaft, um dos gestores vinculados à UFMT. Apesar de sua curta duração e das sucessivas crises enfrentadas, o projeto efetivamente desenvolveu e publicou pesquisas, contribuindo para o avanço do conhecimento sobre o solo, a fauna, a flora e doenças na região. Parte desses estudos foi divulgada na Acta Amazônica Vol. 6(4) : Suplemento - Manaus-AM, 1976, a exemplo:

- Contribuição ao conhecimento da flora do Aripuanã - Fanerógamas - Pedro L. Lisboa(1) Ghilean T. Prance (2) e Regina L. Lisboa (1). 1973 e 1975.
- Isolamento de Histoplasma capsulatum do solo de Humboldt - Mario A P Moraes(3) e Margarida M.R. Almeida (3). Novembro de 1975.
- Investigações epidemiológicas preliminares sobre Leptospirose em Humboldt - Zéa C.Lins (3) e Carlos A Santa Rosa (4). 1976.
- Preliminary Entomological and Parasitological studies in Humboldt - R.Lainson(1), R.D. Ward (1), J.J.Shaw (1) H.Fraiha e D.G.Young (5). 1974 a 1975
- As aves do Rio Aripuanã - Fernando C. Novaes (6). 1975.
- Sobre uma nova espécie Leporinus da Amazônia - A. Briski (7)
- Trema micrantha Blume na alimentação animal - Estudos preliminares e composição bromatológica. P. de Andrade (CNPq) e outros. 1976

- Observações preliminares sobre o Sagüi, *Ccallithrix humeralifer intermedius*. Antony Rylandy (1) , pesquisa: abril/maio de 1978. Acta Amazônica 9(3) : 589-602. 1979
- Aspecto da caça no alto Rio Aripuanã. Cristina Ayres e J.M. Ayres (1), pesquisa: Janeiro e abril de 1978. Acta amazônica 9(2): 287-298. 1979
- Estudos Ecológicos Preliminares em sistemas aquáticos em Aripuanã. J. G.Tundisi, AM P Martins Dias e T.Matsumura Tundisi (10), pesquisa: 1975. Acta Amazônica 9(2) : 311-315. 1979.
- Aspectos Ecológicos (alimentação e reprodução) dos peixes do igarapé do Porto, Aripuanã-MT. Maria Gercília Mota Soares (1), pesquisa: 1976. Acta Amazônica 9(2): 325-352.1979
- Inpaichthys Kerri n.g.n. sp., um novo peixe caracídeo do alto Rio Aripuanã. J.Géry (11) e W.J.Junk (11), pesquisa: 1976. Acta Amazônica 7(3): 417-422. 1977.

A produção científica gerada em Humboldt e publicada na Acta Amazônica Vol. 6(4): Suplemento - Manaus-AM, 1976, estava atrelada a pesquisadores vinculados à (*ibid.*):

- (1) - Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia - Manaus
- (2) - New York Botanical Garden
- (3) - Instituto Evandro Chagas - Belém
- (4) - Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo - São Paulo
- (5) - Department of Entomology & Nematology, University of Florida, Gainesville, Florida-U.S.A
- (6)- Museu Emílio Goeldi - Belém
- (7) - Museu de Zoologia da USP - São Paulo
- (8) - Técnicos da Divisão de Madeiras do ITP - São Paulo
- (9) - Técnico do Centro de Tecnologia de Madeiras - Convênio CNPq/ITP/CODEMAT - Cuiabá
- (10) - Departamento de Ciências Biológicas da Universidade de São Carlos - SP
- (11) - Centre National de la Recherche Scientifique, França

Paralelamente à implantação do Projeto Aripuanã-Humboldt, o Governo Estadual do Mato Grosso promoveu a venda de extensas áreas de terra a empresas privadas, incentivando projetos de colonização que aceleraram o processo de ocupação do norte do estado. Tal medida comprometeu o tempo e as condições necessárias à realização dos estudos científicos que fundamentavam a criação do próprio projeto, configurando um obstáculo à consolidação de suas atividades (Aripuanã, 2001, p. 11). Diante desse contexto, a UFMT retirou-se da condução da iniciativa, que foi sucessivamente transferida ao CNPq e, posteriormente, ao INPA, instituição que acabou desenvolvendo a maior parte das pesquisas remanescentes, ainda que de forma precária. Embora numerosos estudos

estivessem previstos, muitos não ultrapassaram a fase de levantamentos iniciais, seja pela redução do horizonte temporal imposta pela rápida expansão da frente de povoamento, seja pelas deficiências infraestruturais do Núcleo Humboldt. Ainda assim, em meados de 1976, persistiam expectativas quanto à possibilidade de o projeto se afirmar como um relevante centro de pesquisa, revelando a tensão entre a promessa científica original e as condições adversas que marcaram sua trajetória (*ibid.*).

O Projeto Aripuanã-Humboldt insere-se em um longo arco histórico de produção de conhecimento sobre a Amazônia, no qual referências científicas europeias, cooperação internacional e interesses geopolíticos se entrelaçam de maneira complexa e, por vezes, contraditória e obscuras. Por exemplo, a escolha do nome “Humboldt” remete esta pesquisa ao cientista alemão Alexander von Humboldt (1769-1859), referência fundamental nos estudos sobre a Natureza e a Geografia do século XVIII. Embora Humboldt tenha realizado expedições na Amazônia venezuelana e manifestado o desejo de adentrar a Amazônia brasileira, foi impedido de fazê-lo pela Coroa portuguesa, que o considerava potencialmente um espião a serviço da Coroa espanhola, conforme o historiador alemão Frank Holl afirma na matéria *Alexander von Humboldt, o famoso explorador alemão que foi proibido de entrar no Brasil por suspeita de ser espião* (Globo, 2019). Como mencionado na matéria, registros históricos indicam, inclusive, que Dom João, então príncipe regente do Brasil, determina que, caso Humboldt ingressasse no território brasileiro, deveria ser imediatamente enviado de volta a Lisboa. A denominação da cidade, portanto, evoca simbolicamente um dos grandes nomes da ciência moderna aplicada ao estudo da Amazônia, ainda que, de modo paradoxal, o próprio Humboldt jamais tenha conhecido a Amazônia brasileira.

Apesar da recorrência de matérias jornalísticas, inclusive publicadas em língua alemã, que mencionavam o interesse do governo da Alemanha em investir nas pesquisas desenvolvidas na Cidade Científica de Humboldt, não foram identificados, nos documentos oficiais do governo brasileiro consultados, registros formais de um acordo bilateral específico com esse fim. No entanto, uma matéria de 1975 localizada no acervo da Secretaria de Comunicação e Multimeios (SECOMM) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) relata a visita a Cuiabá do diretor do Departamento de Geografia Humana da Universidade de Frankfurt, Gerd Kohlhepp (1940-atual), interessado em conhecer as pesquisas realizadas sobre a Amazônia, em especial aquelas vinculadas ao Projeto Aripuanã (Figura 55). O texto menciona que “sua viagem faz parte do Acordo Geral entre os governos do Brasil e da República Federal da Alemanha sobre cooperação científica” (Secomm, 1975, n.p.).

Em depoimento concedido a esta pesquisa, o cineasta Jorge Bodanzky, que chegou a registrar a Cidade Científica de Humboldt em filmagens destinadas a uma emissora de televisão alemã, afirma que a relação entre Brasil e Alemanha se estabeleceu como uma

troca de interesses entre os dois governos. Segundo Bodanzky, a Alemanha teria se comprometido a financiar o Projeto Humboldt em contrapartida à participação de empresas alemãs na prospecção mineral no município de Aripuanã, destacando que “todo o projeto tem como pano de fundo a prospecção mineral” (Bodanzky, 2024, entrevista). A partir disso, ratifica-se as ambiguidades do projeto, no qual o discurso científico e ambiental coexistia com interesses econômicos estratégicos associados à exploração dos recursos naturais da região.

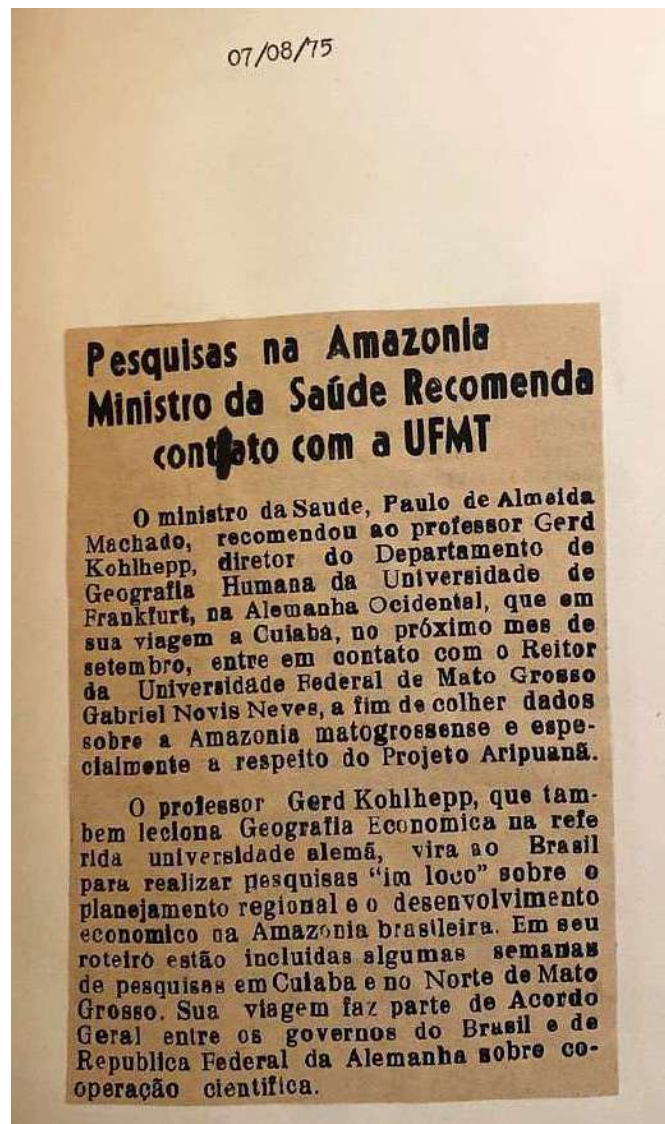


Figura 55 - Matéria de 1975 indicando aproximação e cooperação Brasil-Alemanha. Fonte: Acervo SECOMM - UFMT, Cuiabá.

O pequeno núcleo foi concebido e implantado na floresta como uma cidade-laboratório, composto por um programa de necessidades direcionado às atividades de investigação (Figura 56). Previu-se a construção de um aeroporto para conexão com outras localidades, de uma serraria destinada ao aproveitamento da madeira local para construção das edificações e de uma estação de rádio para comunicação. Também foram previstas áreas voltadas à pesquisa, compostas por laboratórios e campos experimentais destinados ao estudo da adaptabilidade de cultivos às condições ambientais regionais, além de

equipamentos urbanos de apoio à comunidade residente, como escola, hospital e espaços de lazer e esporte e uma área apontada como destinada a “comunidades indígenas”. Entretanto, conforme se observa através de imagens aéreas da Cidade, grande parte dessas infraestruturas permaneceu apenas no plano das intenções projetuais, não chegando a ser efetivamente concretizada. Em documento consultado do Acervo da Prefeitura de Aripuanã (2001), traz um resumo do que foi esse Projeto (Figura 57).

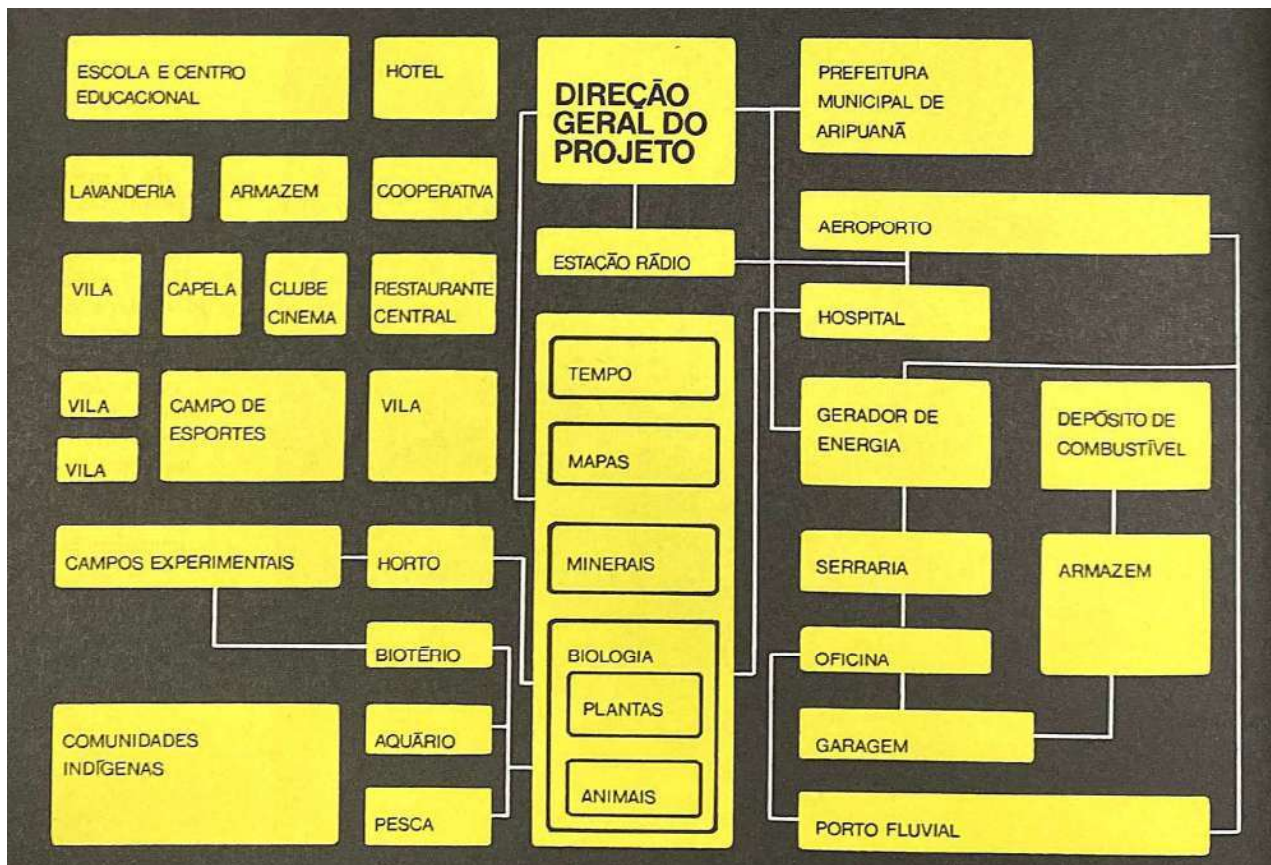


Figura 56 - Organograma com a distribuição de atividades previstas para a Cidade Científica de Humboldt. Fonte: *Revista Planejamento & Desenvolvimento*, set.1974, p.36. Disponível para consulta: Biblioteca do Senado Federal, Brasília.

RESUMO

Modelo Inspirado: Cidade de Akadengorodok - Sibéria

O se construiu: Alojamentos, hospital, refeitório - 6000m² e pista de pouso

Período de construção: Agosto a outubro de 1973

Fonte de Financiamento: Ministérios: do Interior, Educação e Planejamento

Transporte: Aérea a cargo da FAB - Ministério da Aeronáutica

Gestores do Projeto: UFMT - 1973 a 1975

CNPq - 01/04/1975 a 26/01/1976

INPA - 26/01/1976 a 1981

EMPA(EMPAER) E MUNICÍPIO - a partir de 1981

Figura 57 - Resumo publicado no documento Dados história de Aripuanã, 2001. Fonte: Acervo Prefeitura de Aripuanã, MT.

Assim, diante da concepção da Cidade Científica de Humboldt como um empreendimento que incorporava, em seu programa de necessidades, funções voltadas à pesqui-

sa, questiona-se: que tipos de investigações científicas eram, de fato, desenvolvidas em uma cidade concebida especificamente para a produção do conhecimento?

Ainda no que se refere à gênese da Cidade Científica de Humboldt, sua implantação na Amazônia mato-grossense esteve vinculada também à criação da UFMT, instituída pela Lei nº 5.647, de 10 de dezembro de 1970. Recém-criada, a UFMT, frequentemente denominada à época como “Universidade da Selva”, buscava atribuir concretude a essa designação, orientando com o Programa Aripuanã parte de sua atuação para a realização de pesquisas na floresta amazônica (Figura 58). Especificamente, o projeto da Cidade Científica foi idealizado e conduzido por um pesquisador vinculado à UFMT, Pedro Paulo Lomba, tornando-se amplamente comentado no meio acadêmico local como uma proposta utópica: uma cidade dedicada à ciência, implantada em plena floresta, acessível apenas por via aérea, dada sua inserção tão imersa no território amazônico.

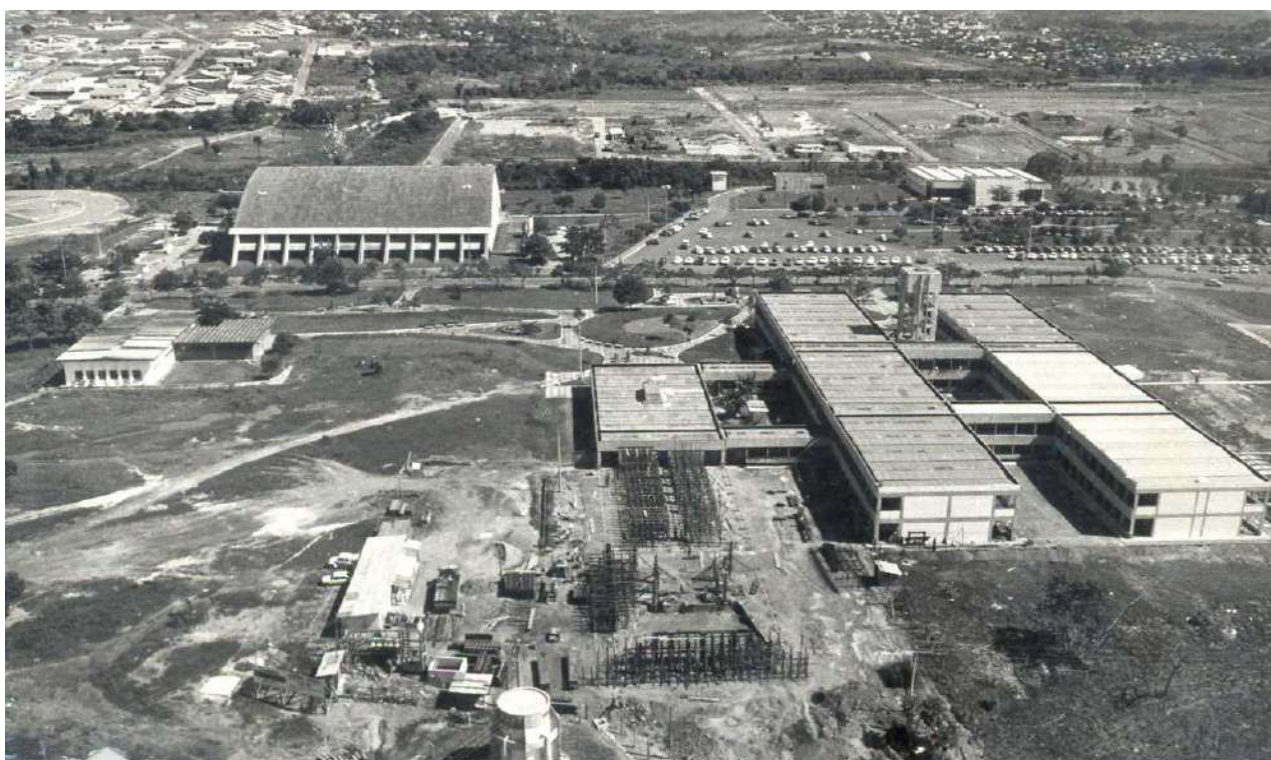


Figura 58 - Foto aérea da construção do Campus da UFMT, na década de 1970. Fonte: Acervo da SECOMM-UFMT, Cuiabá.

Durante a pesquisa de campo realizada na UFMT (agosto de 2025), em consultas presenciais e diálogos informais nos corredores da instituição, emergiram memórias vivas desse projeto no imaginário acadêmico. Em uma dessas ocasiões, ao ser questionada sobre o objeto da pesquisa e mencionar a Cidade Científica, o professor Fernando Tadeu Miranda, atualmente docente da Faculdade de Economia da Universidade, prontamente reconheceu o projeto, relatando que, à época de sua graduação, a Cidade Científica de Humboldt encontrava-se em fase de idealização e construção, sendo tema recorrente de debates e comentários no campus. Posteriormente, em depoimento concedido a esta pesquisa, Fernando Tadeu Miranda (2025) descreve a percepção do projeto no ambiente

acadêmico da UFMT, uma das instituições federais envolvidas em sua concepção:

O projeto científico da Cidade Científica de Humboldt, da Uni-Selva Amazônica, fez nascer na Universidade Federal de Mato Grosso, ainda que de forma tímida, a produção e a socialização do conhecimento científico, tecnológico e sustentável. A importância da Cidade Científica de Humboldt parece ter sido percebida pelos meus colegas do curso de Ciências Econômicas como um projeto inovador e voltado para o desenvolvimento interno da região e do país. Isso talvez porque o saudoso Prof. Edson de Souza Miranda lembrava em suas aulas a epopeia que foi a instalação desse projeto em Aripuanã, por meio do envolvimento da prefeitura, da Uni-Selva, do governo estadual e do governo federal. A sua não implementação definitiva é uma das muitas perguntas que permanecem sem resposta, apesar dos inúmeros esforços para dissecar o projeto. (Miranda, 2025, depoimento).

Para além dessa avaliação, o professor Fernando Tadeu Miranda (2025) situa a relação histórica da UFMT - e do próprio Estado brasileiro - com o norte de Mato Grosso. Segundo ele, na década de 1970, essa região era majoritariamente habitada por povos indígenas, enquanto os chamados “chegantes” concentravam-se em Cuiabá e em seu entorno. O desejo de colonizar o interior do estado, entretanto, remonta à fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1752, atravessa o período imperial e é retomado com a política da “Marcha para o Oeste”, no governo Getúlio Vargas. Os anos 1970 representariam o renascimento de um projeto histórico de ocupação territorial, impulsionado pelo chamado “milagre econômico”, marcado pelo crescimento do PIB sem correspondente distribuição de renda. Miranda (2025) observa, contudo, que esse projeto entrou em colapso antes mesmo de se consolidar, em um momento no qual o próprio modelo desenvolvimentista já começava a ser questionado por economistas como Edmar Bacha, Paul Singer e Maria da Conceição Tavares, entre outros.

A proposta de compreender o território para, a partir dele, planejar sua ocupação, como objetivava o Projeto Aripuanã-Humboldt para com a Amazônia, aproxima-se da reflexão de João Moreira Salles no livro Arrabalde (2022), quando o autor pontua que

[...] é mais provável que o modo como escolhemos ocupar a floresta tenha determinado essa ausência de representação. Exercemos uma espécie de colonialismo indiferente, ocupamos sem querer conhecer. É mais fácil destruir o que não está investido de curiosidade ou afeto. (Salles, 2022, p.78).

Sob essa perspectiva, a experiência de Aripuanã, e sobretudo de Humboldt, pode ser entendida como uma tentativa, ainda que breve, de romper com essa tradição de ocupação predatória, propondo uma relação de conhecimento e de experimentação científica que buscava, em seu discurso, respeitar e compreender a floresta antes de transformá-la.

2.5 Ciência, progresso e preservação: o discurso da sustentabilidade frente ao imperativo do crescimento econômico

A associação entre a tipologia de cidade científica e contextos políticos marcados pela militarização e pelo autoritarismo não constituía à época uma novidade no cenário

internacional. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), houve uma aproximação entre a ciência e a militarização. Esse estreitamento ficou explícito, por exemplo, com o projeto *Manhattan* (1942), voltado à elaboração da bomba atômica. Nesse projeto, o governo estadunidense investiu em um projeto de pesquisa coordenado pelo cientista Robert Oppenheimer e financiou a construção da cidade nova de *Los Alamos*, voltada à pesquisa e ao debate entre cientistas. A tipologia de cidade científica foi replicada em outros lugares do mundo, como a cidade soviética de *Akademgorodok* (Cidade Acadêmica), construída nas estepes siberianas, nos anos 1950, sob a coordenação do cientista Mikhail Alexeyevich Lavrentyev (Sorôkina, 2023). No Brasil, o caso original da Cidade Científica de Humboldt apresentou-se como um experimento inovador ao atrair para si a discussão da ecologia e da sustentabilidade – sinais de uma nova Era, de quebra de paradigmas. No entanto, tal ideia não prosperou, nem surtiu efeitos como suas irmãs correlatas. Sucumbiu frente às demandas econômicas de um país em desenvolvimento.

À época, muitas das cidades implantadas na Amazônia eram viabilizadas com o apoio logístico da aviação, uma vez que, como indicam os mapas analisados, diversas localidades não possuíam acesso por vias terrestres, sendo alcançadas exclusivamente por transporte aéreo. Nesse contexto, a Força Aérea Brasileira - FAB produziu ampla documentação fotográfica das pistas de pouso existentes na região, com o objetivo de registrar suas condições operacionais e o estado de infraestrutura das localidades atendidas. Esse esforço resultou, ainda que de forma indireta, em um importante acervo de imagens aéreas que documentam ocupações urbanas em processo inicial de formação, inseridas em meio à floresta amazônica.

No caso da Cidade Científica de Humboldt, o padrão não foi distinto. Diante da inexistência de ligação terrestre por estradas de rodagem, sua implementação inicial ocorreu por meio do transporte aéreo de peças pré-moldadas, equipamentos e mão de obra, realizados com o apoio de aeronaves da FAB, conforme registrado em documentos relativos à construção do empreendimento. Entretanto, em consulta presencial ao acervo da Força Aérea Brasileira, realizada no Rio de Janeiro (setembro de 2025), constatou-se a ausência de registros fotográficos específicos da Cidade Científica de Humboldt. A seguir, apresenta-se um compilado de imagens aéreas de pistas de pouso localizadas na Amazônia Legal (Figura 59), nas quais é possível identificar, além das incipientes ocupações urbanas, a recorrente proximidade com cursos d'água, elemento historicamente fundamental como vetor de ocupação e circulação na região amazônica.



Figura 59 - Montagem com fotos de Campo Abaeté, Cametá, Alcobaça, Baião, Remansão, Marabá - todas no estado do Pará (momento que as fotos foram tiradas). Fonte: Imagens do acervo da FAB, colagem de autoria própria.

Às margens da “maior queda d’água de toda a Amazônia” (Borba, 1974, p.73), com a cachoeira ainda “desconhecida e [fora dos registros oficiais] dos mapas geográficos brasileiros” (*Ibid.* p.68), foi implantada a Cidade Científica de Humboldt. A informação consta na reportagem intitulada “Amazônia do ano 2000”, publicada pela Revista Manchete em 1974, cuja narrativa adota tom de otimismo e de crença no surgimento de um novo futuro para a Amazônia a partir da criação da referida cidade. O sobretítulo da matéria reforça esse imaginário desenvolvimentista e utópico ao afirmar: “Em plena selva, a 2.300 quilômetros em linha reta do Rio, um grupo de pioneiros está construindo o protótipo de uma cidade do futuro” (*Ibid.*). Assim, a Cidade Científica de Humboldt era apresentada não apenas como um empreendimento urbano inovador, mas como símbolo de um projeto ci-

vilizatório e de modernização nacional, no qual no meio da floresta, só acessível de avião, estava-se construindo um cenário de experimentação e afirmação do poder estatal sobre o território (Figura 60).

A inauguração simbólica da cidade, marcada pelo lançamento de sua pedra fundamental em 1973, recebeu ampla cobertura da mídia nacional (Bertholini, 2020, p.133), sendo apresentada como “uma resposta concreta do Brasil às preocupações externas manifestadas na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente [1972], em Estocolmo” (Jornal do Brasil, 1973, s/p). Nessa perspectiva, o governo buscava projetar internacionalmente uma imagem de ocupação racional e ambientalmente responsável, ainda que o conceito de “sustentabilidade” permanecesse incipiente no vocabulário técnico e político do período. A cidade, voltada à pesquisa e ao estudo ambiental, simbolizava uma tentativa de conciliar as exigências de desenvolvimento com preocupações ecológicas, evidenciando as tensões entre o discurso ambiental internacional e a lógica desenvolvimentista do regime militar brasileiro.



Figura 60 - Colagem da Cidade Científica de Humboldt a partir de reportagens dos jornais O Estado de São Paulo, Opinião, O Globo e das revistas Manchete e Planejamento & Desenvolvimento. Fonte: Autora, 2025.

O exame de periódicos da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, referente ao período de 1970 a 1979, revela apenas 33 menções ao termo “sustentabilidade”, todas empregadas em sentido econômico, vinculadas à gestão de crises, controle de taxas e contenção inflacionária. Tal ausência de uma dimensão socioambiental reflete o contexto político-econômico da época e o fato de que o conceito contemporâneo de sustentabilidade ter sido consolidado apenas após a Conferência de Estocolmo (1972), cujo lema “Uma só Terra” inaugurou o debate internacional sobre as relações entre sociedade e meio ambiente (Garcia; Pruner, 2015, p.59). Na década seguinte, a criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) pela ONU, em 1983, sob a presidência de Gro Harlem Brundtland (1939-atual), culminaria na elaboração do Relatório Brundtland³⁰, pactuando o conceito de desenvolvimento sustentável (id., p.62).

A crítica formulada pela indígena Ailton Krenak, ao afirmar que “o corpo da Terra não aguenta mais cidades, pelo menos não essas que se configuram como uma continuidade das pólis do mundo antigo, com gente protegida por muros, e o resto do lado de fora” (Krenak, 2022, p.28), oferece uma chave interpretativa para a compreensão das cidades implantadas na Amazônia ao longo do século XX. Ainda que muitas dessas cidades não tenham sido materialmente cercadas por muros, sua organização espacial, social e simbólica frequentemente operou desconsiderando os contextos socioculturais, ambientais e territoriais preexistentes, relegando populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas e outros grupos tradicionais à condição de exterioridade.

A Cidade Científica de Humboldt buscou, ao menos em sua formulação, distanciar-se desse modelo hegemônico ao propor uma relação mais integrada entre ciência, território e floresta. Contudo, apesar dessa inflexão conceitual e de sua tentativa de romper com a lógica urbana predatória dominante, o projeto não se sustentou ao longo do tempo, tendo existido por menos de uma década, conforme indicam os documentos analisados nesta pesquisa. A experiência de Humboldt evidencia, assim, os limites e contradições de iniciativas que, mesmo pautadas por discursos inovadores e utópicos, permanecem inseridas em estruturas políticas e econômicas que dificultam a consolidação de modelos urbanos efetivamente comprometidos com a diversidade socioterritorial da Amazônia.

Durante a pesquisa em acervos documentais, identificou-se a matéria “Você já imaginou o Brasil sem a Amazônia?” (Figura 61), publicada pela *Revista Realidade* em 1971, cujo próprio título suscita uma reflexão aparentemente evidente: a de que tal cenário seria impensável, mas que, de modo paradoxal, aponta para a possibilidade de que essa ausência fosse concebida, à época, como cenário futuro possível. A reportagem observa que, “num mapa da América do Sul, o Brasil-sem-Amazônia é um país de contornos irreconhe-

30 Médica norueguesa, política e líder internacional em desenvolvimento sustentável e saúde pública.

cíveis” (1971, p.69), mas questiona, em seguida, o que a perda da Amazônia representaria em termos econômicos. A resposta apresentada é reveladora: segundo a reportagem, tal perda seria “insignificante”, uma vez que a Amazônia contribuía com menos de 4% da renda total brasileira, consumia e produzia apenas 1% da energia elétrica do país e apresentava densidade demográfica de 1,46 habitante por quilômetro quadrado, “quatorze vezes inferior à do chamado Brasil-sem-Amazônia”, conforme os dados do Censo de 1970 publicizados na matéria (*Revista Realidade*, 1971, ed. 67, p.69).



Figura 61 - Recorte da Revista Realidade de 1971 com matéria sobre a Amazônia. Fonte: Revista Realidade, n.67, p.97, 1971. Disponível: Arquivo Nacional, Hemeroteca Digital.

Esses números evidenciam uma contradição do discurso desenvolvimentista vigente: mesmo em meio à intensificação dos projetos de integração territorial, urbanização e à criação de cidades novas na Amazônia durante as décadas de 1960 e 1970, a região permanecia marginal na composição da renda nacional e pouco integrada demograficamente (Figura 62). A floresta era simultaneamente representada como um “vazio” econômico, com porcentagem quase irrelevante para o PIB nacional e, ao mesmo tempo, como um território repleto de potencialidades a serem exploradas. Tal dualidade sustentava a legitimação de políticas que viam a Amazônia menos como um espaço socialmente habitado e ecologicamente complexo e mais como território disponível à expansão do crescimento econômico.

As transformações institucionais ocorridas após a redemocratização do país reforçam a instabilidade dessas políticas regionais. Em 1990, em meio à crise econômica, o presidente Fernando Collor extinguiu a SUDECO e a SUDESUL, criando, em substituição, a Secretaria de Desenvolvimento Regional no âmbito da Presidência da República. Pos-

teriormente, em 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso extinguiu a SUDENE e a SUDAM, alegando o envolvimento dessas superintendências em esquemas de corrupção. Em 2003, durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ambas foram recriadas. Essa trajetória descontínua evidencia a ausência de um projeto de desenvolvimento regional consistente e de longo prazo para a Amazônia e o Centro-Oeste, mesmo após décadas de intervenções estatais.



Figura 62 - Destaque em matéria sobre as desigualdades regionais do Brasil à época, 1970. Fonte: Revista Realidade, julho de 1970, p.86. Disponível para consulta: Hemeroteca Nacional, Biblioteca Nacional.

Os dados mais recentes reforçam esse diagnóstico. Segundo o Censo de 2022, as desigualdades regionais persistem: o Sudeste concentra 51,9% do PIB nacional, seguido pelo Sul (17,2%) e pelo Nordeste (14,2%), enquanto o Centro-Oeste ocupa a penúltima posição (10,4%) e a região Norte permanece em último lugar, com apenas 6,3% do PIB brasileiro. Em depoimento concedido a esta pesquisa, João Moreira Salles problematiza de forma contundente os resultados desse modelo de ocupação, ao afirmar que é injustificável que, após intensos investimentos estatais em “desenvolvimento” desde a década de 1970, a Amazônia continue a apresentar um dos menores desempenhos econômicos do país:

Em 1975, apenas 0,5% da floresta havia sido derrubada. Cinquenta anos depois, numa estimativa conservadora, a Amazônia brasileira já perdeu 20% da sua cobertura vegetal. Derrubamos uma área equivalente à soma de Espanha e Itália — e qual foi o resultado? Uma região cuja renda média das famílias, se comparada à das demais regiões do Brasil, é hoje menor do que na época em que a floresta ainda estava de pé. Isso significa que o modelo de ocupação empobreceu a região. Concentramos riqueza e distribuimos miséria econômica e ambiental (Salles, 2025, entrevista).

Nesse cenário, desde a década de 1970 até os dias atuais, de intensa transformação da paisagem amazônica ratifica-se a afirmação de Celso Furtado (2024, p.28) em O mito do desenvolvimento econômico, segundo o qual “a criação de valor econômico provoca, na grande maioria dos casos, processos irreversíveis de degradação do mundo físico”. A trajetória de Aripuanã-Humboldt, portanto, materializa esse dilema: a ruína de um projeto científico na Amazônia que cedeu lugar às forças persistentes do capital e da exploração territorial e nos faz questionar se seria possível a união entre sustentabilidade e atividades extrativistas de alto impacto ambiental.

Considerações sobre este capítulo

Neste capítulo, analisaram-se os principais projetos políticos de interiorização do território nacional em escala macro, com destaque para o PIN, o I PND e o II PND. Em seguida, examinou-se o Programa Polamazônia, evidenciando sua articulação direta com esses projetos estruturantes. No âmbito do Polamazônia, a análise concentrou-se no Polo Aripuanã de desenvolvimento regional, a partir do qual foram abordados o Projeto Aripuanã e a Cidade Científica de Humboldt, concebida como um de seus desdobramentos centrais.

Em síntese, o capítulo reconstrói o encadeamento dos projetos políticos que culminaram na implantação da Cidade Científica de Humboldt. A breve história desse fato nos permite percorrer diferentes escalas e dimensões para melhor compreender processos de ocupação, ordenamento e urbanização do território brasileiro nos últimos 50 anos. Ao resgatar políticas, planos, projetos e ações de planejamento regional dos anos 1960 e 1970, podemos verificar as inúmeras tentativas do governo federal em ocupar e dominar biomas até então pouco integrados ao sul e a zonas costeiras do país. A partir dos Projetos e Programas especiais, verificou-se as reais intenções do Estado, distantes de uma visão preservacionista do meio ambiente, e, sim, próximas aos interesses e comandos regrados pela lógica da economia globalizada.

Priorizou-se, sim, pelo desenvolvimento de polos existentes e pela ocupação dos espaços “vazios”; pela integração nacional Norte-Sul (entre áreas menos desenvolvidas e mais desenvolvidas) e Leste-Oeste (reorientação dos fluxos migratórios do Nordeste visando à ocupação de terras e exploração de recursos naturais da Amazônia e do Planalto Central); e pelo aumento das exportações de minérios e produtos agrícolas não tradicionais. O episódio da Cidade Científica de Humboldt foi um mero desvio, despercebido do radar do Estado. Questões relacionadas à proteção do meio ambiente, da manutenção dos biomas e de seus povos originários e tradicionais não eram, nem nunca foram premissas dos militares.

Houve sim uma capacitação territorial com mega infraestruturas que favoreceram a ocupação de vasta área a partir de produções extensivas de agropecuária e a ampliação da rede urbana a partir de diversas cidades novas criadas por empresas colonizadoras de capital privado. Com isso, ratificou-se a forte vocação dos projetos em explorar os recursos naturais da região. Apesar da importância para uma maior integração nacional, havia nos discursos e nas ações implementadas o autoritarismo típico de regimes ditatoriais, os quais geraram a destruição de recursos naturais – com repercussão visível no presente: as mudanças climáticas e suas consequências catastróficas – e impactos sociais para atingir metas econômicas.

CAPÍTULO 3

A CIDADE CIENTÍFICA

DE HUMBOLDT



CAPÍTULO 3

A CIDADE CIENTÍFICA DE HUMBOLDT

Este capítulo propõe revelar a história da Cidade Científica de Humboldt. Da concepção, como um projeto utópico da segunda metade do século XX que buscava integrar ciência, sustentabilidade e desenvolvimento, ao seu desaparecimento, sua breve história pode revelar aspectos relacionados à ocupação do território, políticas públicas, motivações econômicas e conflitos socioambientais, entre outros. A empreitada desta cidade nova envolveu diversas instituições e atores, como políticos e acadêmicos, cujas divergências dificultaram a continuidade da iniciativa. As relações com o meio ambiente e os povos originários também geraram tensões e impactos diretos à Natureza.

Para retratar tal percurso, estruturou-se este capítulo em cinco partes, a saber: 1.) Da Utopia à Cidade, com informações sobre sua origem; 2.) Um novo futuro: o início da Cidade pela imprensa, com a perspectiva dos primeiros anos da cidade pela lente de jornalistas; 3.) A Cidade esboçada: o projeto não concretizado, com os primeiros indícios de sua não prosperidade; 4.) A Cidade em território indígena, com as tensões socioambientais causadas com o projeto; e 5.) A utopia em ruínas, com uma análise sobre as condições atuais encontradas.

3.1 Da Utopia à Cidade

A palavra utopia surge no livro de Thomas More (2016) em 1516. Refere-se ao nome de uma nação-ilha imaginária, um novo lugar-ideal. A palavra “u-topia” foi cunhada por Morus a partir da junção, no grego, da negação *ou* (não) à palavra *topos* (lugar), significando o “não lugar”, “o lugar que não existe”, e também podendo ser traduzida por eutopia, o lugar da felicidade. Passou a significar “promessa, esperança, simulação antecipadora, horizonte de nossos desejos” (Novaes, 2016). Muitas vezes é associada a sonho ou fuga do real, significando, de modo pejorativo, o que não pode ser concretizado, a fantasia irrealizável (Duarte, 2016). Assim, a história da Cidade Científica de Humboldt remete ao conceito de utopia: a condição de lugar que foi idealizado e projetado como um modelo de futuro potencial, diferente, mais sustentável. Mas que, na realidade, não prosperou, arruinou-se, permanecendo no mundo da imaginação.

O estado da arte sobre a Cidade Científica de Humboldt traz poucos registros ou estudos a respeito. Destaca-se a tese “A galinha chocou o ovo da Aripuanã na criação da Universidade Federal de Mato Grosso (1970-1980)”, de José Amilcar Bertholini de Castro, defendida em 2020, no Instituto de Geografia, História e Documentação da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). A pesquisa investigou o Projeto Aripuanã-Humboldt e a Cidade Científica, dedicando especial atenção à relação das universidades nesse contexto

de interiorização do país pelo regime militar, através dos arquivos encontrados no acervo da UFMT.

Já no artigo “Aripuanã: considerações preliminares”, publicado em 1976 no periódico *Acta Amazonica*, os autores Expedito Arnaud e Roberto Cortez traçaram considerações sobre as condições da Cidade Científica naquele momento. O texto é pautado por descrição do município de Aripuanã, pela relação com os povos originários, pelo projeto governamental, pelo núcleo projetado e sua interação com a sede do município nas proximidades. Cada um desses tópicos engendra dinâmicas particulares que podem ser aprofundadas em estudos posteriores, em especial no que diz respeito à tensão que Arnaud e Cortez reconheceram entre os indígenas da etnia Suruí e os seringueiros que ali habitavam. Na parte intitulada “O projeto Aripuanã”, os autores apresentam um histórico de políticas governamentais que levaram à construção do projeto e o descrevem como

[...] um convênio interministerial, firmado em 24/01/73, pelos Ministros do Planejamento e Coordenação Geral do Interior, da Educação e Cultura e o Governador de Mato Grosso [...]. As atividades de coordenação e execução dos trabalhos foram atribuídas a quatro organismos com responsabilidade direta no empreendimento: Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IPEA), Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso. (Arnaud; Cortez, 1976, p.16).

Ou seja, a origem da cidade revela a articulação governamental presente em diferentes esferas, com distintos interesses. Projeto que encontrou no discurso convincente do professor Pedro Paulo Lomba, conhecido como o idealizador do projeto (Figura 63), o espaço ideal para permitir o florescimento de uma ideia inusitada, voltada para cientistas, “diametralmente oposta à [integração] da Transamazônica e à filosofia de estradas” (Lomba *apud* Arnaud; Cortez, 1976, p.16). Mesmo para Lomba, a ideia de construir uma cidade voltada à pesquisa no meio da floresta parecia uma “loucura”, de difícil aceitação pelo governo, como demonstrado no seguinte trecho:

Quando, afinal, o governo de Mato Grosso voltou suas atenções para a região, não encontrou mais que 120 pessoas - quase todas nativas e sem nenhum conhecimento do mundo exterior. Por isso, talvez, o grito pioneiro de Pedro Paulo Lomba tenha soado como loucura. E é ele quem lembra uma entrevista com o ministro do Planejamento, em Brasília, quando expôs suas ideias de um projeto de estudos e pesquisas para a região. Ao voltar para casa, disse para sua mulher - atriz de televisão: “Samanta, eles estão mais loucos do que eu. Acreditaram em mim e o governo federal vai dar toda força ao projeto. Vamos construir uma cidade na selva!” Foi assim que surgiu o Projeto Aripuanã, subordinado à Universidade Federal de Mato Grosso e ao Ministério do Planejamento. Pouco depois das reuniões em Brasília, os primeiros Buffalos da FAB decolavam rumo a Aripuanã. Missão: transportar homens e equipamentos para a construção de Humboldt, a primeira cidade planejada da Amazônia. (Borba, 1974, p.70).

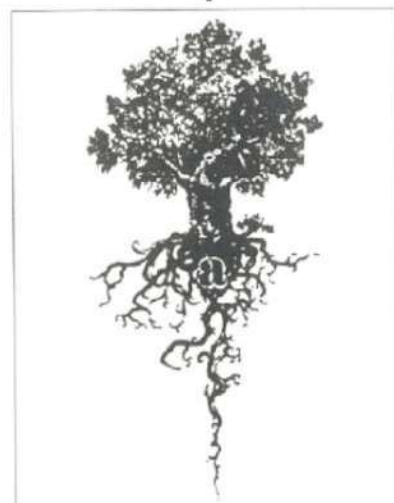
A fundação de cidades como instrumento para a efetivação das políticas desenvolvimentistas e de ocupação territorial, durante a Ditadura Militar no Brasil, está presente nos discursos oficiais veiculados pelos jornais da época, incluindo a promoção da Cidade

Científica. Exemplo desse estratagema é o trecho “a cidade é a maior e melhor máquina de desenvolvimento inventada pelo homem”, presente em reportagem da *Revista Planejamento & Desenvolvimento* (1974, p.42).



O economista Pedro Paulo Lomba, rodeado por índios cintas-largas, foi o idealizador do Projeto Aripuanã (acima). Ali se encontra uma fantástica queda-d'água até hoje não catalogada nos mapas oficiais (à direita).

1



2



3

Figura 63 - Pedro Paulo Lomba vestindo uma blusa com a logomarca do Projeto Aripuanã (uma árvore e a letra “A” em suas raízes) e abraçado a alguns indígenas da Aldeia Cinta-Larga que já habitavam a região. Fontes: 1.) Borba, 1974, p. 68; 2.) Revista Planejamento & Desenvolvimento, set.1974, p. 25; 3.) Bodanzky, trecho do vídeo Projeto Aripuanã. Montagem da autora, 2025.

Ainda no que se refere à aceitação, por parte do Estado, da proposta de implantação de uma cidade voltada à pesquisa científica, o Projeto Aripuanã-Humboldt insere-se

em um contexto mais amplo no qual o território mato-grossense passa a ser reposicionado discursivamente como solução estratégica para desafios nacionais. Identifica-se uma matéria jornalística do *Jornal do Brasil*, de 1975, que noticia a criação de um “escritório do Mato Grosso em Brasília” (p.18), concebido para atuar junto ao Governo Federal (Figura 64). Tal estrutura administrativa seria responsável, entre outras atribuições, pelo acompanhamento direto do Projeto Aripuanã e da Cidade Científica de Humboldt a partir da capital federal.



Figura 64 - Matéria jornalística sobre Mato Grosso e seu reposicionamento geopolítico. Fonte: Jornal do Brasil, 1975, edição 240, p.18.

Esta mesma matéria registra declarações do então governador do estado do Mato Grosso, José Garcia Neto³¹ (1922-2009), por ocasião da assinatura de convênio com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), destinado ao fomento de pesquisas científicas em todo o território do município de Aripuanã. Na ocasião, o governador afirma que o Mato Grosso e a região Centro-Oeste deixavam de ser compreendidos como “regiões-problema, como foram apresentadas no passado, e que, ao contrário, o estado [do Mato Grosso] se apresenta hoje [1975] como uma área de solução para problemas brasileiros” (*Jornal do Brasil*, 1975, p.18). Tal enunciação revela uma in-

31 José Garcia Neto foi um engenheiro e político brasileiro, governador de Mato Grosso de 1975 a 1978, nomeado pelo presidente Ernesto Geisel, com um mandato focado em desenvolvimento de infraestrutura, energia e industrialização.

flexão significativa no discurso oficial, na qual o território amazônico-mato-grossense é ressignificado não apenas como fronteira de expansão, mas como espaço estratégico de produção de conhecimento e de soluções para o projeto nacional de desenvolvimento.

Com a Cidade Científica de Humboldt, o objetivo do Estado, seguindo o projeto original de Pedro Paulo Lomba, era criar uma cidade para garantir o planejamento e desenvolvimento sustentável da região, incluindo a preservação do ecossistema daquele bioma (Menezes, 2010). Os estudos daquele território seriam voltados para entender e criar estratégias de como evitar impactos econômicos, sociais e, principalmente, ambientais danosos, com os projetos e mega infraestruturas de integração centro-norte assegurando a manutenção de reservas naturais importantes do país.

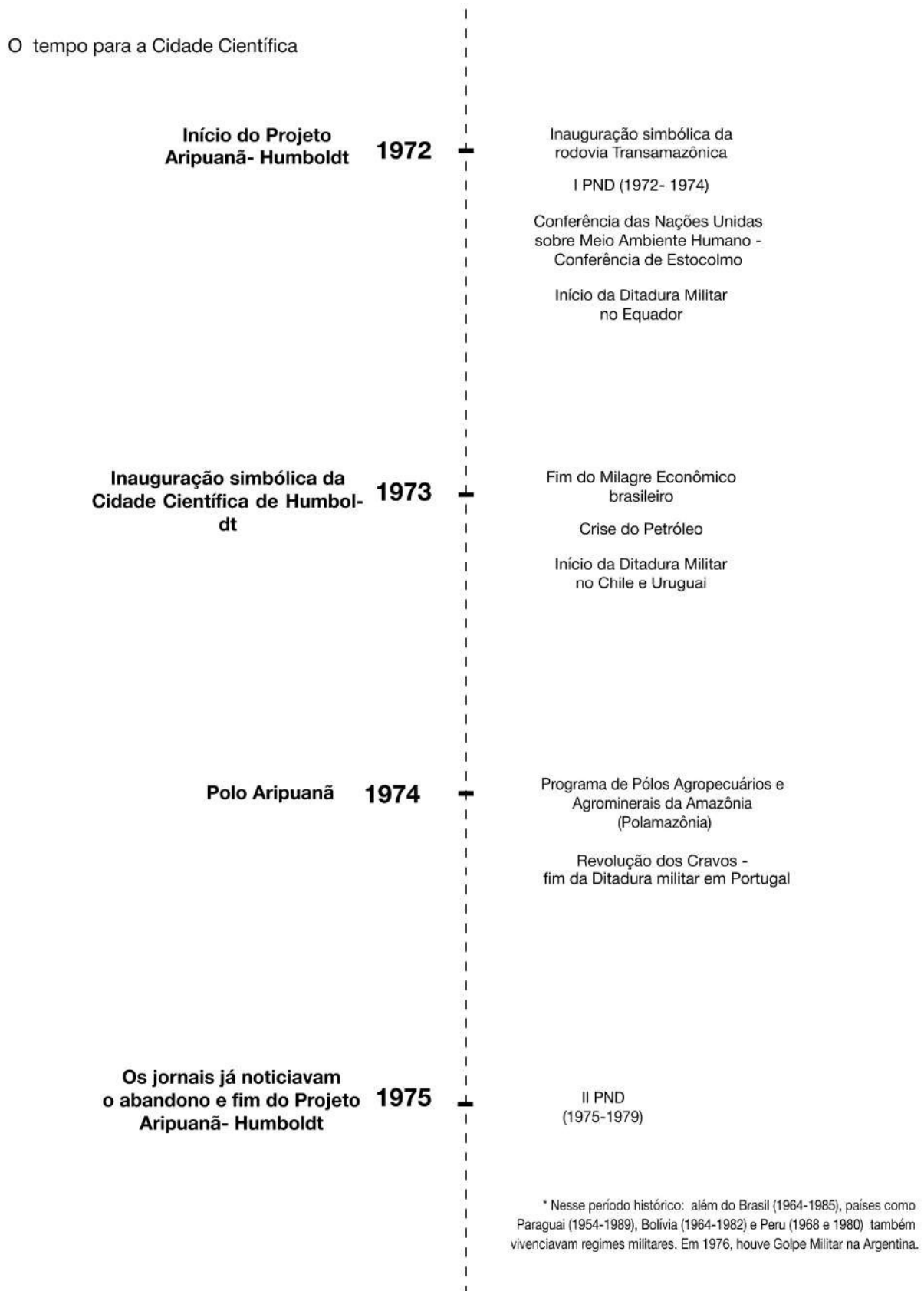
É importante destacar que, à época, posicionamentos políticos externos também influenciavam as ações e produções no Brasil.

A partir de uma consciência crítica fundada na prática do desenvolvimento, está por trás de grande parte dos movimentos políticos contemporâneos nos países em que mais avançou o processo de acumulação: as lutas contra a poluição, contra o desperdício de recursos não renováveis, a defesa do patrimônio cultural, a rejeição do consumismo. Esses movimentos têm em comum o fato de que pretendem explicitar um conjunto de fins, a partir de uma visão global da sociedade. (Furtado, 1978, p.59).

É nesse cenário de busca pelo desenvolvimento nacional, criação de uma imagem positiva à comunidade externa e busca por investimentos que Estados – sobretudo aqueles centrais, ditos “desenvolvidos” – colocam em pauta temáticas relacionadas à preservação do Meio Ambiente. Em 1971, por exemplo, o Conselho Internacional de Coordenação do Programa sobre o Homem e a Biosfera, que, reunido em Paris sob a coordenação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, indica que a exploração dos recursos naturais da América Latina deve ser objeto de intensa investigação científica e tecnológica (IBGE, 1973). Em junho de 1972, essa pauta é retomada na Conferência de Estocolmo, na qual o governo brasileiro foi alvo de inúmeras críticas sobre a forma de exploração indiscriminada da Amazônia. A Cidade Científica de Humboldt surge, portanto, “como uma resposta adequada à constante preocupação de conjugar-se desenvolvimento econômico com preservação e melhoria do meio-ambiente” (IBGE, 1973, p.77).

Para compreender a relação entre o surgimento e o breve período de existência da Cidade Científica de Humboldt é fundamental considerar o contexto político internacional da época: Guerra Fria e o mundo polarizado entre países capitalistas (EUA, países da Europa ocidental e Japão) e países comunistas (ex-URSS, China, Cuba, Coreia do Norte etc.). Neste cenário instável, muitos países, especialmente países geopoliticamente próximos ao Brasil – na América do Sul –, enfrentavam crises políticas, com regimes militares seja em

ascensão, crise ou declínio. Essas dinâmicas influenciaram diretamente a percepção de tempo e a sensação de incerteza no Brasil durante o período militar. Foi nesse cenário que a Cidade Científica surgiu e chegou ao seu fim (Esquema 4).



Esquema 4 - Breve linha cronológica da Cidade Científica. Nesse período histórico: além do Brasil (1964-1985), países como Paraguai (1954-1989), Bolívia (1964-1982) e Peru (1968 e 1980) também vivenciavam regimes militares. Em 1976, houve Golpe Militar na Argentina. Fonte: Autoria própria, 2025.

A trajetória do Projeto Aripuanã-Humboldt evidencia o percurso que vai da formulação utópica à materialidade parcial de uma experiência concreta. Se as utopias urbanas podem ser compreendidas como invenções que tomam o urbano como criação essencial, projetando espacialidades que ainda não existem e construindo “não lugares” como expressão crítica de seu tempo (Caúla, 2019, p. 44), a Cidade Científica de Humboldt inscreve-se nesse horizonte conceitual. Concebida como núcleo urbano voltado à ciência, à racionalidade técnica e à ocupação planejada da floresta, ela materializou, ainda que de forma incompleta, uma utopia estatal de modernização e integração territorial da Amazônia. Diferentemente das utopias restritas ao campo imaginativo, Humboldt chegou a ser parcialmente construída, tensionando o limite entre projeto idealizado e realidade histórica.

3.2 Um novo futuro: o início da Cidade pela imprensa

Por ser um projeto ambicioso, com um grande programa de necessidades associado a pesquisas científicas, e que para ser executado demandava altos investimentos, a Cidade Científica de Humboldt acabou se tornando notícia nacional e internacional em vários jornais e periódicos da época, sendo noticiada inicialmente de maneira positiva como “uma cidade do futuro” (Borba, 1974, p.68). De modo a trazer mais informações, apresenta-se, a partir deste tópico, a reconstrução de um histórico da Cidade, baseando-se em um extenso conjunto de matérias jornalísticas da época, que documentam sua trajetória desde a concepção como um projeto futurista até seu abandono.

A partir dessa cobertura jornalística, foi possível tecer o seguinte cenário da Cidade: Humboldt foi um pequeno núcleo, localizada no mesmo sítio de implantação da sede do município de Aripuanã³² (menos de 1km de distância entre os centros de Aripuanã que ainda estava em passos iniciais de seu desenho urbano e a Cidade Científica de Humboldt), em meio à Floresta Amazônica (Figuras 65 e 66), acessível mais facilmente por via aérea devido à densidade da vegetação que a cercava e à inexistência de estradas. Sua localização a partir de sobrevoos era possível pela presença de um elemento natural: a Cachoeira Dardanelos, com uma queda d’água, de aproximadamente 100 metros, que, até 1974, “era oficialmente desconhecida e não constava em nenhum dos mapas geográficos brasileiros” (Borba, 1974, p.68).

32 A administração municipal de Aripuanã foi transferida de forma definitiva para a atual sede, às margens do Rio Aripuanã, em 2 de dezembro de 1978. Àquela altura, o Projeto Humboldt já se encontrava em fase de declínio, vindo a ser oficialmente encerrado em 1981 (Aripuanã, 2001, p. 11). Até então, a administração municipal permanecia sediada na capital do estado, Cuiabá, o que evidencia a distância administrativa e institucional que marcou parte do processo de consolidação territorial do município.



Figura 65 – Localização do núcleo pioneiro da Cidade Científica de Humboldt, ao lado da Cachoeira Dardanelos. Fonte: Revista Planejamento & Desenvolvimento, v.2, n.15, set.1974, p.30.



Figura 66 - Vista aérea da Cidade Científica de Humboldt. Fonte: Nelson Pereira dos Santos (autor). Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/um-inedito-de-nelson-pereira/>

Era previsível que a construção da Cidade enfrentaria desafios. Como relata José Amílcar Berthonili:

O projeto teve dificuldades desde o princípio, no processo de desmatamento de 28 hectares para se fazer a instalação da cidade, com uma equipe de 25 trabalhadores, tiveram bastante dificuldade por conta do clima e das doenças endêmicas na região, como malária. (Berthonili, 2020, p.140).

Em 13 de setembro de 1973, os Ministros da Educação - Jarbas Passarinho -, do Interior - José Costa Cavalcanti -, e do Planejamento - João Paulo dos Reis Veloso -, em visita ao núcleo pioneiro da Cidade Científica de Humboldt, na companhia de autoridades eclesiásticas, militares e civis, participam da inauguração simbólica da Cidade e lançamento da pedra fundamental (Berthonili, 2020, p.134). A “pedra” fundamental era representada por um grande tronco de árvore cortado. Pelo que as fotos registram, esse monumento ficava em frente a edificações administrativas e próxima aos laboratórios (Figura 67).

A inauguração simbólica da Cidade Científica também gerou repercussão midiática, resultando em novas reportagens sobre o projeto. Entre elas há uma matéria transmitida pelo canal de televisão alemão Deutsche Welle com imagens registradas pelo cineasta brasileiro Jorge Bodanzky. O repórter alemão inicia narrando que “a maior reserva natural do mundo vive um momento dramático” se referindo à destruição da Floresta Amazônica, pauta que teve repercussão internacional. Além disso, o repórter destaca que a função principal da nova cidade era fomentar a pesquisa, entre outros propósitos, a fim de garantir a “sobrevivência coletiva do homem na vegetação tropical”³³ (*Deutsche Welle*, 1973).

Na reportagem televisiva, a entrevista com o arquiteto holandês Johan van Lengen³⁴(1930-2021), responsável pelo projeto, foi gravada na varanda de uma das edificações já construídas em Humboldt. Enquanto o arquiteto explica o funcionamento das estratégias para o conforto térmico das habitações, é possível ouvir nitidamente, ao fundo, o som de marteladas em madeira, indicando que a cidade estava em pleno processo de construção. Questionado pelo repórter, o arquiteto destacou que o modelo de construção desenvolvido poderia ser facilmente replicado em outras partes da Amazônia, além de ser projetado para se adaptar ao clima local. Um dos motivos seria a utilização de um material amplamente disponível na região: a madeira. Tratava-se de casas pré-fabricadas, cujos modelos iniciais

33 Reportagem sobre a Cidade Científica para a Televisão Alemã, Deutsche Welle, 1973. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=J8vNxJqz2SE&ab_channel=JorgeBodanzky.

34 Johan van Lengen (1930–2021) foi um arquiteto e urbanista holandês, nascido em Amsterdã, com atuação marcante no Brasil e em diversos países em desenvolvimento. Após breve passagem por Brasília, integrou, no Rio de Janeiro, a equipe do arquiteto Sérgio Bernardes. Na década de 1970, dedicou-se à pesquisa e difusão de soluções construtivas voltadas à habitação popular, ao saneamento e às energias renováveis, atuando junto à ONU e a órgãos governamentais da Índia, Tunísia, Honduras e México. Professor de Bioarquitetura e Tecnologia Intuitiva Natural, é autor do Manual do Arquiteto Descalço (1984), obra de referência em tecnologias apropriadas, e de Arquitetura dos Índios, resultado de extensa pesquisa sobre a arquitetura indígena brasileira. De volta ao Brasil, fundou o Instituto de Tecnologias Intuitivas e Bioarquitetura (TIBÁ), dedicado à promoção de uma arquitetura integrada à natureza. (Revista Projeto, 02/08/2021, link: <https://revistaprojeto.com.br/noticias/nota-de-pesar-arquiteto-e-urbanista-johan-van-lengen/>).

foram transportados até a Cidade por aviões Buffalo, da FAB, já com todas as peças prontas para a montagem das edificações. Esse método foi necessário porque em Aripuanã ainda não existia uma serraria para o processamento local da madeira. Na mesma reportagem em vídeo, são apresentados desenhos arquitetônicos detalhados de edificações da

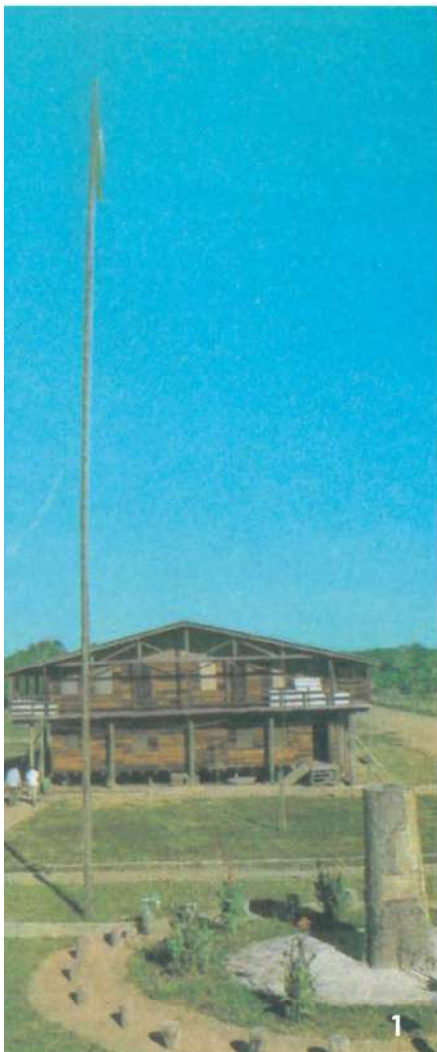


Figura 67 – Foto-montagem: Imagem 1: Vista da pedra fundamental na Cidade Científica. Imagem 2: Placa na pedra fundamental da Cidade Científica de Humboldt. Imagem 3: Criança ao lado da pedra fundamental da Cidade. Imagem 4: A pedra fundamental de Humboldt com edificação ao fundo. Fonte da Imagem 1: Revista Planejamento & Desenvolvimento, v.2, n.15, set.1974, p.29. Fonte da Imagem 2: id., p.32. Fonte da Imagem 3: Borba, 13 abr. 1974, p.73. Fonte da imagem 4: id., p.70.

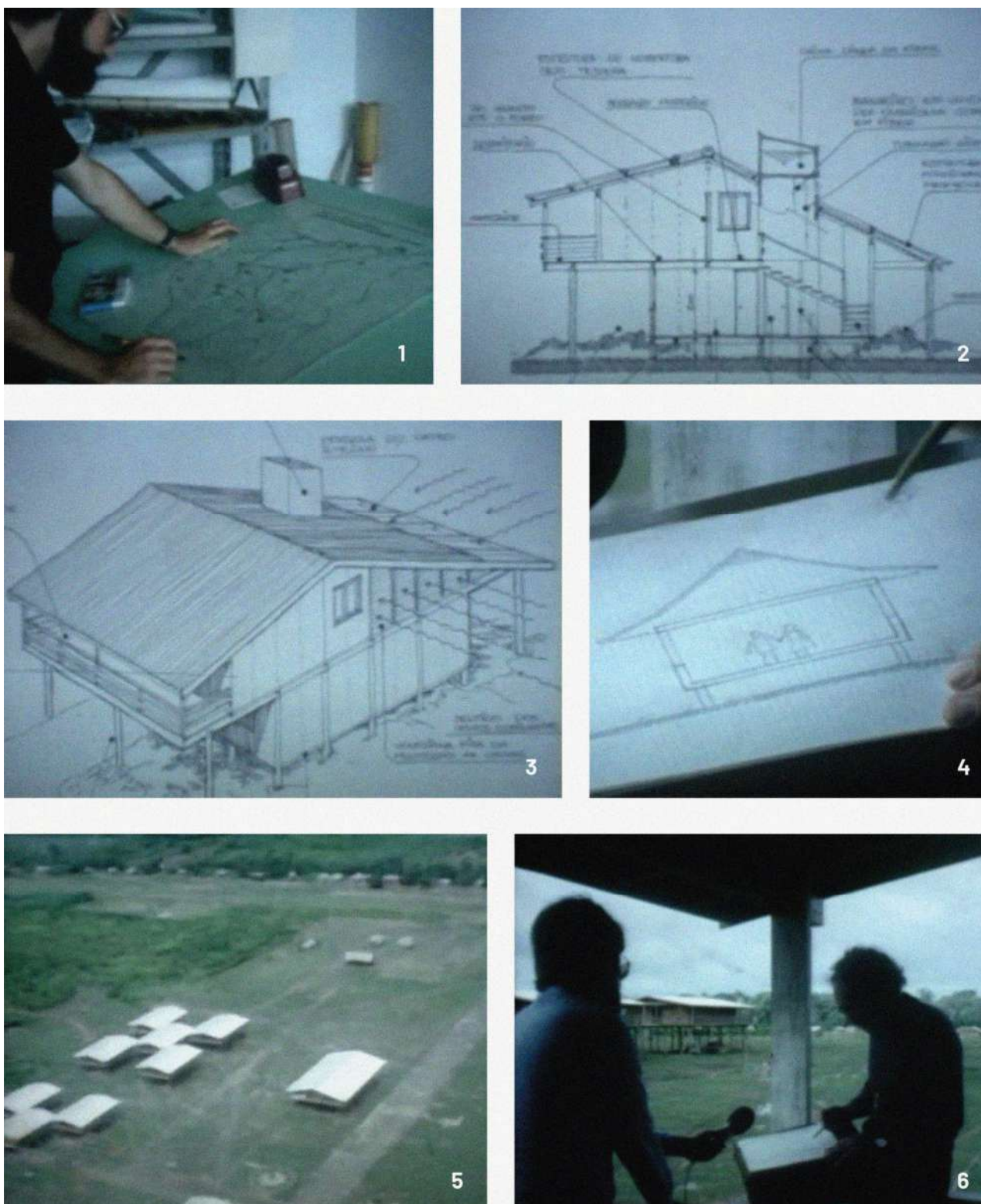


Figura 68 - Frames retirados da reportagem sobre a Cidade Científica para a Televisão Alemã, 1973. 1 - Mapa da Cidade em relação ao estado do Mato Grosso. 2 - Corte de uma construção. 3 - Perspectiva de uma construção com desenhos explicativos sobre estratégias de ventilação. 4 - Johan Van Lengen, arquiteto do projeto, explicando algumas decisões projetuais. 5 - Vista aérea da Cidade com a pedra fundamental (o círculo em frente a uma das edificações). 6 - Repórter alemão entrevistando o arquiteto sobre os projetos de arquitetura desenvolvidos, com a Cidade ao fundo, de cenário. Fonte: Canal do cineasta Jorge Bodanzky no YouTube https://www.youtube.com/watch?v=J8vNxJqz2SE&ab_channel=JorgeBodanzky.

Além das reportagens em vídeo, uma ampla cobertura impressa, em jornais e revistas da época, tinha como pauta o início desse empreendimento. A maior parte dessas matérias expressava tom de esperança, projetando um futuro promissor para a cidade

inovadora que estava a surgir. Esse otimismo pode ser observado em recortes de jornais que a descrevem como “um protótipo de uma cidade do futuro” (Borba, 1974, p.68) e afirmam que a Cidade “significa um avanço sem precedentes em toda a América Latina” (*Planejamento & Desenvolvimento*, 1974, p.25) e até mesmo a “obra que talvez seja a mais importante até hoje realizada na Amazônia (Borba, 1974, p.77) (Figura 69).



Figura 69 - Recortes de jornais e revistas sobre o início do projeto da Cidade. Fontes: Recortes 1, 2, 7 e 8 - Borba, 13 abr. 1974, p.68; Recorte 3 - Jornal do Brasil, 14 de setembro de 1973, edição 159; Recorte 4 - Jornal do Brasil, 25 de janeiro de 1973, edição 278; Recortes 5, 6 e 10 - Revista Planejamento & Desenvolvimento, set.1974, p.30.

Era de se supor que a Cidade Científica de Humboldt fosse alvo de diversas notícias relacionadas a descobertas científicas, dado que esse constituía o principal propósito de sua criação. Contudo, ao examinar as reportagens que predominavam sobre o tema, constata-se que, meses após sua inauguração, a pauta mais frequente era relacionada aos

minérios que estavam sendo descobertos na região. A Cidade era vinculada a inúmeras notícias, algumas até especulativas e denunciando um suposto sigilo mantido pelo governo em relação às riquezas identificadas no município de Aripuanã, onde se localizava a Cidade. Esse cenário é ilustrado por manchetes do *Jornal do Brasil*, tais como: “Minério estratégico desde 72 era mantido em sigilo” (1974, p.7) e “Governo mede jazida e não dá detalhes” (*ibid.* p.1) (Figura 70).



Figura 70 - Recortes de jornais e revistas sobre a Cidade Científica de Humboldt. Fontes: Recorte 1 - Jornal do Brasil, Caderno Nacional, p.12, 12 de julho de 1974 - edição 95; Recorte 2 - Jornal do Brasil, Caderno Nacional, p.7, 1 de agosto de 1974 - edição 115; Recorte 3 - Jornal O Estado do Mato Grosso, 1973; Recorte 4 - Jornal do Brasil, p.1, 1 de agosto de 1974 - edição 115; Recorte 5 - Jornal do Brasil, p.7, 2 de agosto de 1974 - edição 116; Recorte 6 - Jornal do Brasil, Informe JB, p.10, 25 de agosto de 1974 - edição 139; Recorte 7 - Jornal do Brasil, p.9, 2 fevereiro de 1976 - edição 298; Recorte 8 - Jornal do Brasil, p.1, 2 de agosto de 1974 - edição 116; Recorte 9 - Jornal do Brasil, p.20, agosto de 1975 - edição 137.

Para além do exposto, essas reportagens, com ênfase na descoberta de minérios, evidenciam que, em um curto período, a intenção original do projeto, pelo menos em seu discurso público, já havia sido modificada, refletindo não apenas mudanças em sua condução, mas também contradições na destinação dos recursos financeiros e na execução do cronograma. Esse contexto é apresentado nas manchetes: “Sudeco vai exigir que a UFMT preste contas do que gastou no Projeto Aripuanã” (Jornal do Brasil, 1975, p.20) e “Projeto Humboldt completa três anos mas não chegou à metade de seu cronograma” (Jornal do Brasil, 1976, p.9), as quais apontam para o seu declínio.

3.3 A Cidade esboçada: o projeto arquitetônico e urbanístico

Além da figura do empreendedor, o projetista é personagem importante para o entendimento das origens e, particularmente, das características espaciais de cidades novas (Trevisan, 2020, p.174). Na Cidade Científica esse cenário não foi diferente. Como já mencionado, a Cidade Científica teve seu projeto arquitetônico elaborado pelo arquiteto holandês Johan van Lengen, na década de 1970. À época, Van Lengen se dedicava à formulação de soluções construtivas ecológicas, economicamente viáveis e apropriadas para a habitação popular, trajetória que o tornaria posteriormente reconhecido internacionalmente, sobretudo pela obra *Manual do Arquiteto Descalço* (1984), hoje considerada um clássico da arquitetura sustentável.

Nesse livro, o autor enfatiza a importância de “observar a forma como as pessoas do local construíam suas casas antigamente” (Van Lengen, 2021, p.38), de modo a evitar “o erro de importar desenhos e materiais que não combinam com as condições locais”, ressaltando que “a casa deve estar de acordo com o clima, e não o clima com a casa” (Van Lengen, 2021, p.38). Tal posicionamento revela uma preocupação com a adaptação dos projetos ao contexto ambiental e climático. Entre as estratégias construtivas indicadas para o clima tropical úmido e também incorporadas ao projeto da Cidade Científica, destacam-se o uso predominante da madeira, a disposição das edificações de forma a favorecer a circulação dos ventos, a adoção de varandas contínuas para proteção contra chuvas intensas e incidência solar e a elevação do piso, a fim de evitar a umidade excessiva (Van Lengen, 2021, p.39).

Em outro trecho da obra, no tópico “Assentamentos na selva”, Van Lengen pontua que “desmatar a selva para fazer grandes clareiras pode destruir toda a localidade, e o que era uma área verde facilmente converte-se em deserto, e nunca voltará a ser o que era” (Van Lengen, 2021, p.95). Paralelamente a essa afirmação com crítica às práticas recorrentes de ocupação predatória na Amazônia Legal, há o contraste entre os princípios defendidos pelo arquiteto da Cidade Científica e as dinâmicas efetivamente implementadas em

grande parte dos projetos de ocupação da região.

Em reportagens da época, foram encontradas imagens dos projetos de arquitetura e urbanismo desenvolvidos para a Cidade Científica de Humboldt. Na fase em que esse material foi identificado, a pesquisa ainda apresentava caráter fragmentado, com informações escassas e nebulosas. Contudo, a partir dessa descoberta, abriu-se um cenário mais promissor para compreender até que ponto o planejamento e a execução da Cidade haviam avançado, bem como para refletir sobre a complexidade de sua proposta. Como destacado pela jornalista e escritora Ana Maria Machado em matéria no *Jornal do Brasil* (1975, n.p.), “uma experiência urbanística na selva pode parecer uma heresia. Imaginar que essa tentativa possa apontar soluções de convivência integrada com a natureza equivale a entrar no terreno da utopia” (Figura 71).

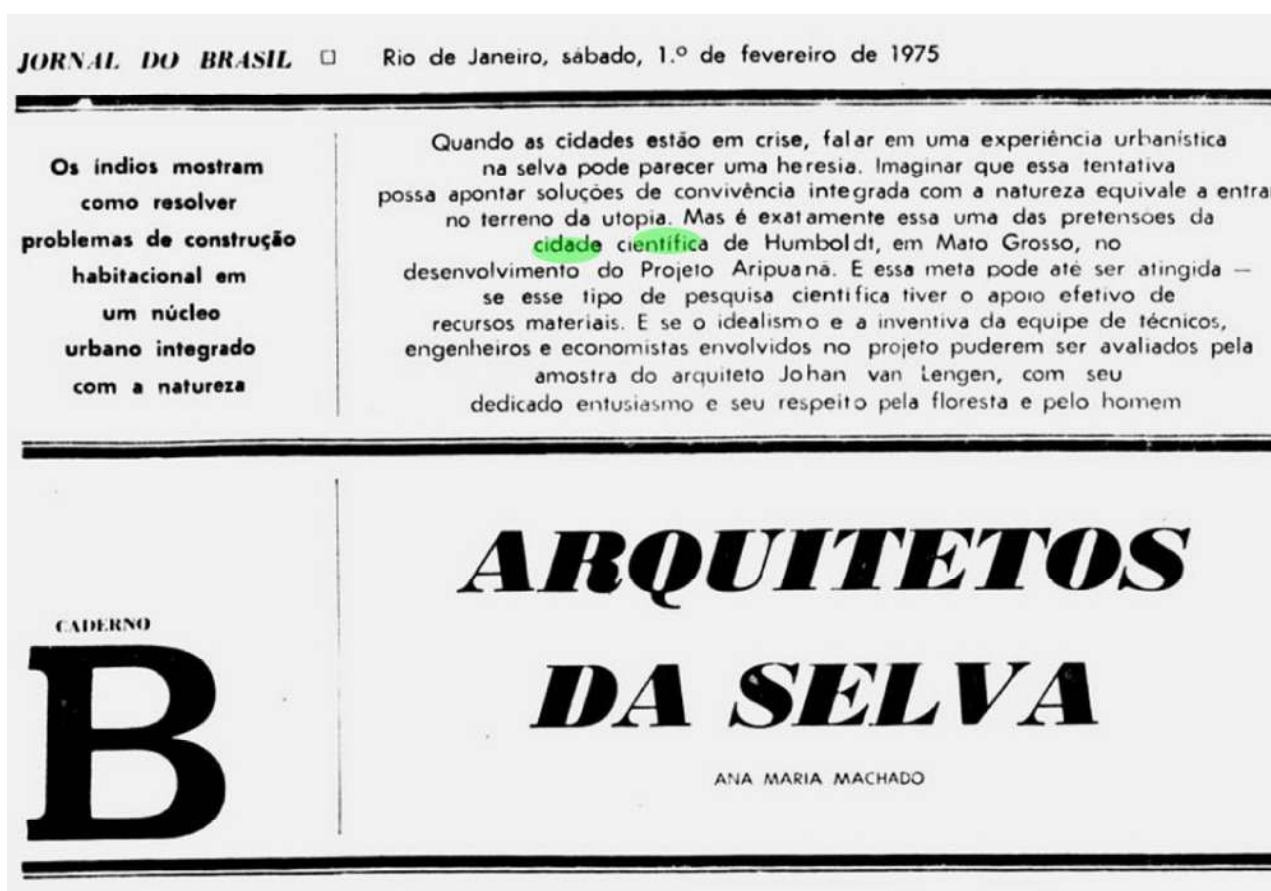


Figura 71 - Reportagem sobre o arquiteto Johan van Lengen e a Cidade Científica de Humboldt. Fonte: *Jornal do Brasil*, 01 de fevereiro de 1975. Edição 297. Disponível em: Hemeroteca Digital.

As construções da cidade foram feitas em madeira e eram elevadas do solo, como palafitas, a adequar-se às nuances topográficas. As edificações institucionais e ligadas à ciência (laboratórios) ganhavam destaque na paisagem por serem mais altas, se diferenciando das casas dos moradores, mais baixas e menos elaboradas (Figuras 72, 73 e 74).

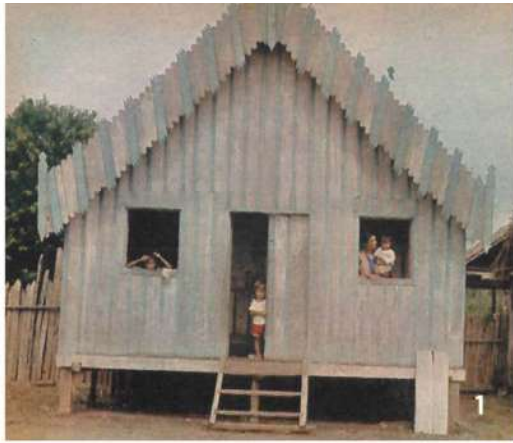


Figura 72 - Distintas edificações para moradias (fotos acima) e para laboratórios (foto abaixo), presentes em Humboldt. Fontes: 1 e 2: Borba, 13 abr. 1974, p.74; 3: Revista Planejamento & Desenvolvimento, v.2, n.15, set.1974, p.30.

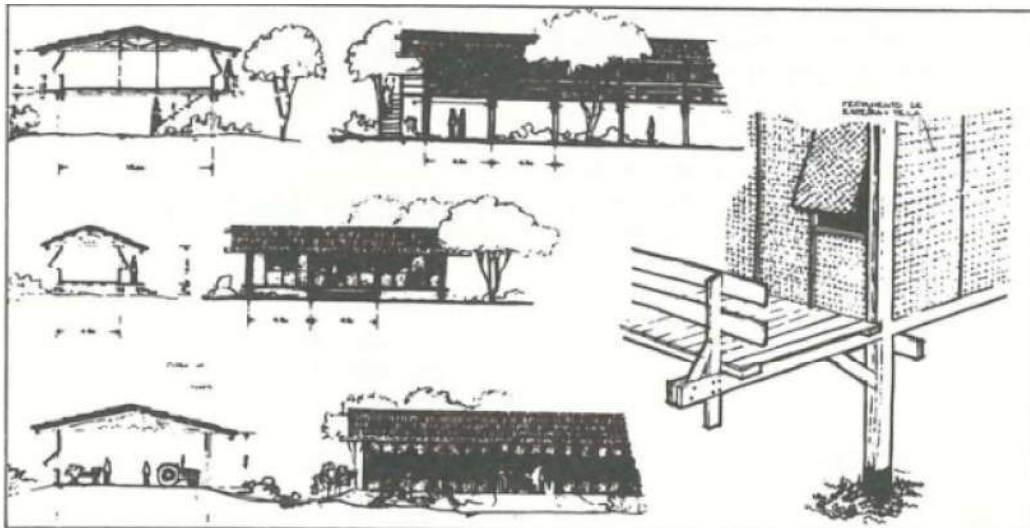


Figura 73- Detalhes construtivos das edificações presentes em Humboldt - cortes, fachadas e detalhe da estrutura em madeira. Fonte: Revista Planejamento & Desenvolvimento, v.2, n.15, set.1974, p.44.



Figura 74 - Vista aérea da Cidade Científica, com pista de pouso e implantação das primeiras edificações. Fonte: Revista Planejamento & Desenvolvimento, v.2, n.15, set.1974, p. 44.

O projeto da Cidade Científica mostra um amplo programa de necessidades. Entre os equipamentos planejados: um aeroporto, uma serralheria – fundamental para a construção das edificações –, além de um hotel, uma cooperativa, a vila, um mirante, uma escola e uma área destinada à prática de esportes. Além disso, a disposição do traçado regular da cidade (Figuras 75 e 76), obedecia a um zoneamento por funções, com área destinada ao centro cívico, além da presença dos elementos centrais para a consolidação da proposta enquanto cidade voltada à ciência: a presença dos laboratórios e de campos agrícolas experimentais. No esquema urbano disponibilizado observa-se a ligação do núcleo com a sede de Aripuanã por meio de estrada vicinal e a destinação de algumas áreas verdes em meio à área urbana pouco adensada.

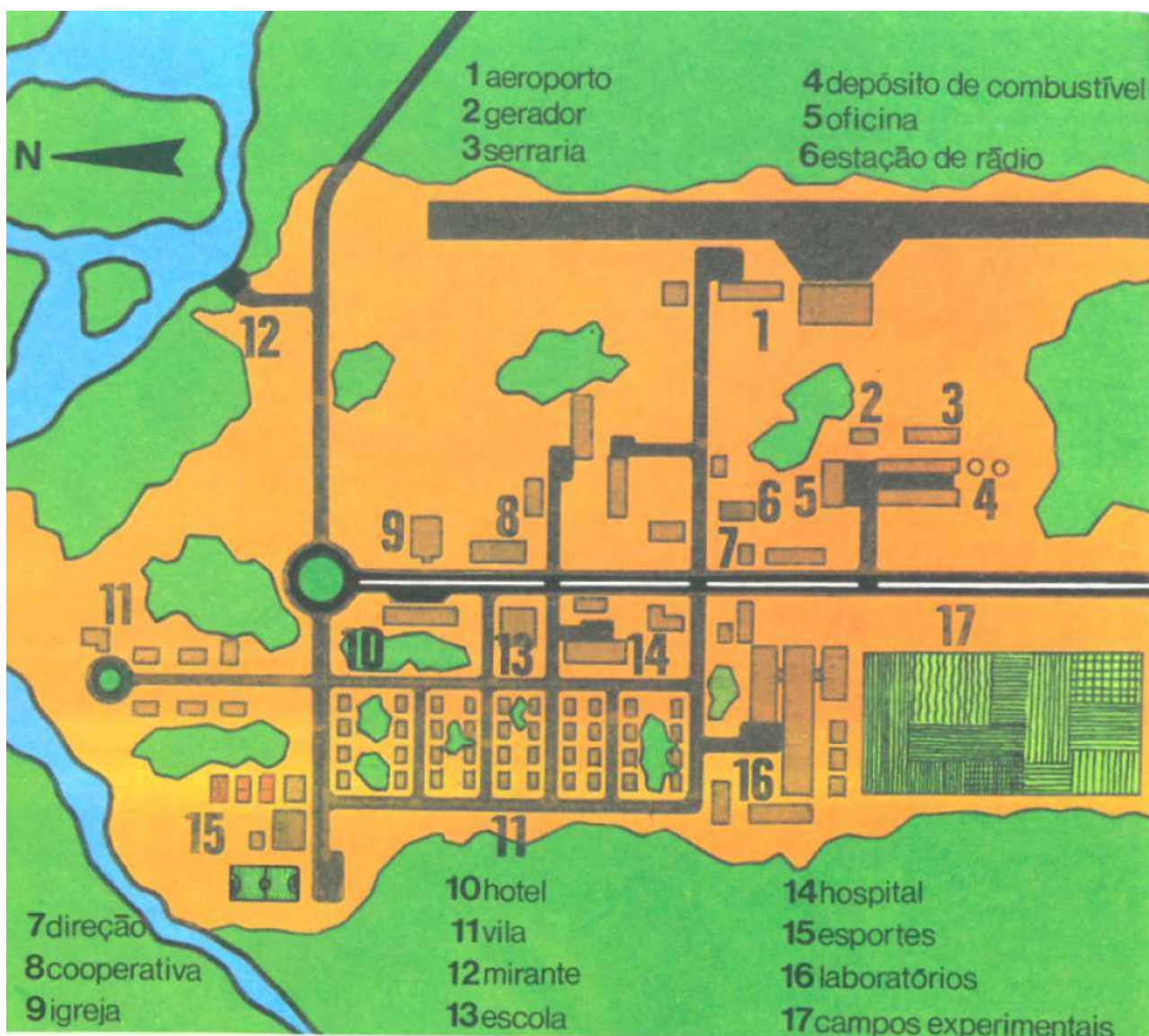


Figura 75 – Planta esquemática da Cidade Científica de Humboldt e sua setorização funcional. Fonte: Revista Planejamento & Desenvolvimento, v.2, n.15, set.1974, p.30.

No entanto, a comparação entre as fotografias da Cidade Científica de Humboldt e as plantas e desenhos do projeto revela que pouco do planejamento originalmente concebido foi construído, refletindo a efemeridade da cidade nova. A infraestrutura viária, por exemplo, limitou-se a uma via principal, que nunca chegou a ser pavimentada, a qual atravessava o núcleo urbano, podendo ser utilizada como pista de pouso para pequenas aeronaves. Além disso, foram abertas poucas vias secundárias, de menor dimensão e igualmente não pavimentadas. Dessa forma, observa-se que a implementação da cidade ocorreu apenas em estágio inicial, sem que todas as etapas previstas no esboço original fossem cumpridas. Esse cenário levanta questionamentos sobre a própria caracterização do empreendimento: teria, de fato, se consolidado como uma cidade, ou se limitado a uma infraestrutura isolada, anexada à Aripuanã, em meio à floresta amazônica?

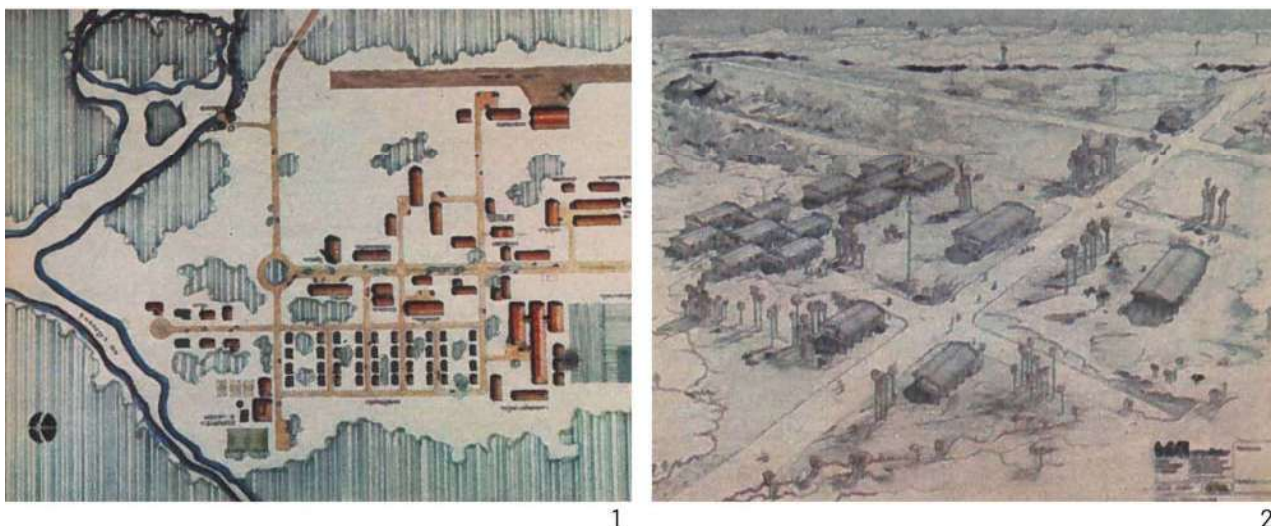


Figura 76 – Planta da Cidade Científica de Humboldt (1) e perspectiva do núcleo original (2). Fonte: Revista Manchete, 13 abr. 1974, p.73.

Outro aspecto relevante do projeto da Cidade de Humboldt, que não chegou a ser executado, foi o projeto de uma “barragem ecológica”. Em abril de 1974, na reportagem “A Amazônia do ano 2000”, publicada na Revista Manchete, o jornalista Marco Aurélio Borba, após visitar a cidade em 1974, menciona haver o projeto de uma “barragem ecológica” e apresenta a imagem abaixo como ilustração desse projeto (Figura 77).



Figura 77 – Relação do rio Aripuanã com a Cidade Científica e seu potencial como gerador de energia elétrica. Fonte: Revista Manchete, 13 abr. 1974, p.73.

Porém, meses antes, em dezembro de 1973, Pedro Paulo Lomba publicou no *Boletim Geográfico* o texto “Projeto Aripuanã: Raciocínio ocupacional para a região”, no qual discute a criação da Usina Hidrelétrica em Humboldt, ao invés da “barragem ecológica”. O autor destaca que a implementação da usina traria benefícios, “aumentando a rentabilidade da extração e do processamento do minério nacional e viabilizando o surgimento de uma

indústria eficiente” (Lomba, 1973, p.76). Contudo, ele ressalta que essa iniciativa integrou um conjunto mais amplo de ações planejadas, caracterizando-a como um dos “subprojetos que formam o conjunto do Projeto Aripuanã” (Lomba, 1973, p.76).

Portanto, no cenário, tinha-se o projeto para o aproveitamento do potencial hídrico da região, a ser transformado em uma “barragem ecológica”, alinhado ao discurso de conciliar sustentabilidade e ocupação da floresta; no entanto, prevaleceu o projeto da usina hidrelétrica. O contraste entre os planos e a efetiva transformação da paisagem pode ser observado na imagem a seguir (Figura 78), que apresenta o potencial hídrico da Cachoeira Dardanelos em 1974, ao lado de fotografia mais recente, evidenciando as modificações resultantes da construção da hidrelétrica, entre 2007 e 2011, e seus impactos sobre a dinâmica fluvial – diminuição da vazão do rio Aripuanã.



Figura 78 - Vazão do rio Aripuanã, antes (1) e depois (2) da UHE Dardanelos (2011). Fontes: Recorte 1: Revista Manchete, 13 abr. 1974, p.73; Recorte 2: Marcos Vergueiro/Secom-MT.

Atualmente o rio Aripuanã encontra-se parcialmente desviado e canalizado, o que prejudica significativamente a vazão da Cachoeira Dardanelos. Essa transformação ocorreu com o início das atividades da Usina Hidrelétrica Dardanelos em 2011, operacionalizada pela empresa privada Neoenergia. A análise das transformações nesse território permite compreender quais interesses prevaleceram ao longo dos anos, resultando não apenas na reconfiguração do curso do rio, mas também na própria extinção da Cidade Científica.

Em anúncio de 2018 (Figura 79), comemorativo pelos sete anos de operação da UHE Dardanelos, evidencia-se a cachoeira com uma vazão significativamente inferior à registrada na década de 1970 e, simultaneamente, promove-se a hidrelétrica como um exemplo de “desenvolvimento sustentável”. Esse material demonstra como, décadas de-

pois, o discurso da sustentabilidade continua a ser mobilizado, ainda que esteja cada vez mais inserido na lógica capitalista – distante do significado original. Tal apropriação reforça a contradição entre a retórica da preservação ambiental e as práticas efetivas de exploração dos recursos naturais, nas quais grandes empreendimentos infraestruturais, como esse, são justificados com discursos de sustentabilidade e energia limpa, por exemplo, sem expor os impactos socioambientais locais.



Figura 79 - Propaganda comemorativa da empresa Neoenergia sobre a Usina Hidrelétrica Dardanelos. Fonte: <https://www.facebook.com/neoenergia/posts/nossa-usina-hidrel%C3%A9trica-de-dardanelos-completa-hoje-sete-anos-de-opera%C3%A7%C3%A3o-comer/1331063453693326/>.

Durante as consultas em acervos documentais, especificamente na mapoteca do Acervo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro, foi identificado um mapa (Figura 81) datado de 1977 que representa a totalidade da região Centro-Oeste e no qual consta a indicação de “Humboldt” (Figura 80). Tal registro cartográfico constitui mais uma evidência de que, embora inexistente na atualidade, a Cidade Científica de Humboldt integrou, em determinado momento, os instrumentos oficiais de planejamento territorial do Estado brasileiro.

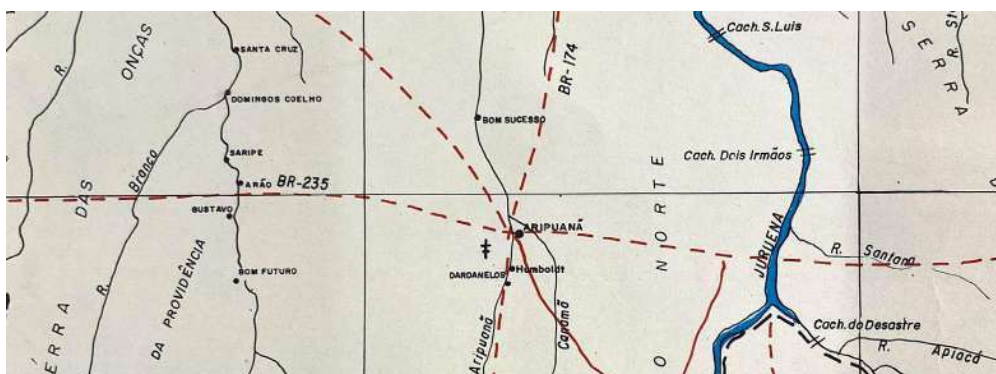


Figura 80 - Extrato do mapa rodoviário do centro-oeste brasileiro, evidenciando a localização de Humboldt, próximo à sede de Aripuanã. Fonte: Acervo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro.

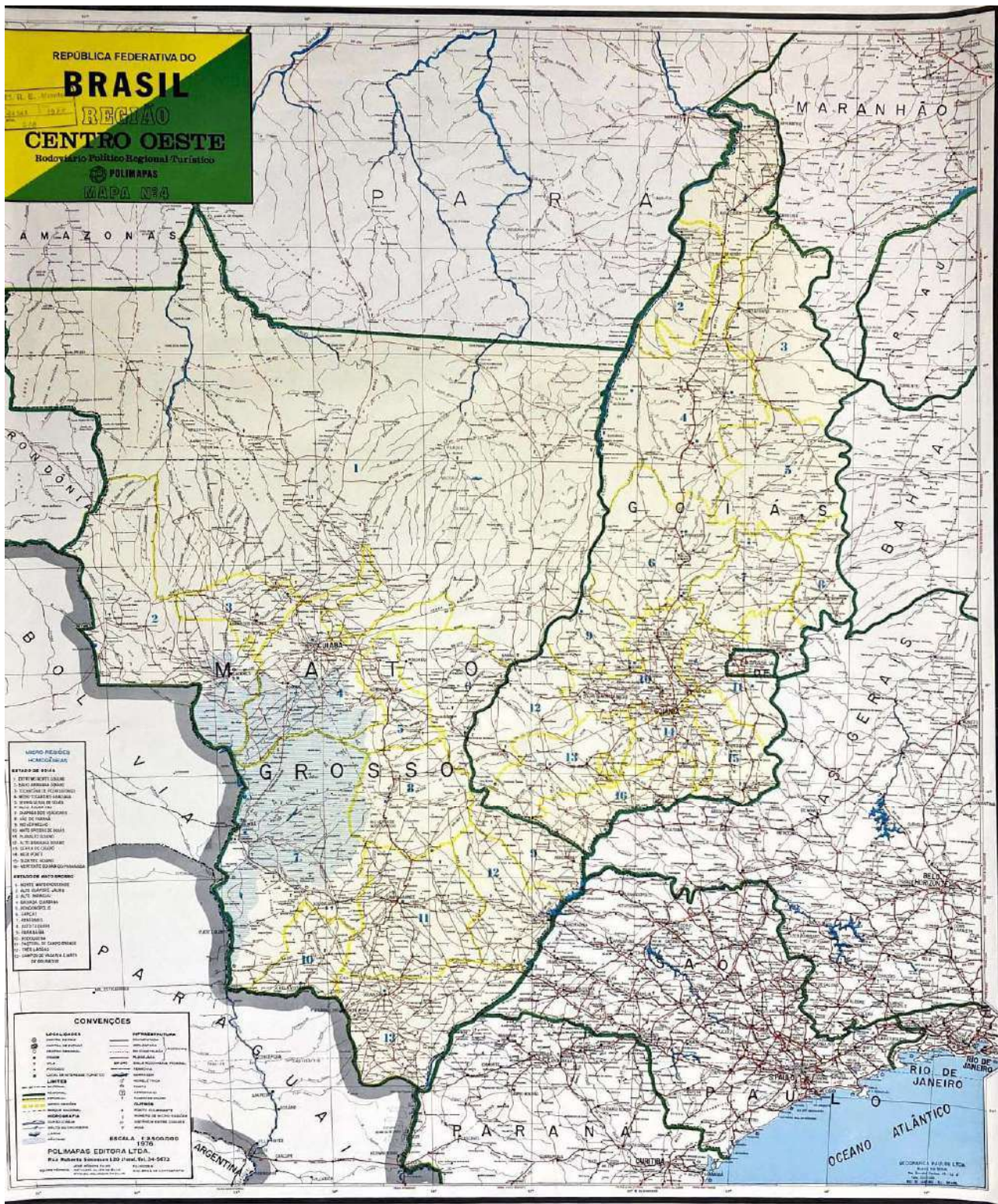


Figura 81 - Mapa rodoviário do centro-oeste brasileiro, 1977. Fonte: Acervo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro.

Em contraste, na consulta realizada ao Arquivo Nacional, em Brasília, foi localizado um mapa da SUDECO, datado de 1987, no qual a denominação “Humboldt” já não aparece (Figuras 82, 83 e 84). Nesse documento observa-se, segundo as convenções cartográficas adotadas, a indicação de uma “hidrelétrica em construção” na área correspondente - empreendimento que, embora assinalado como em execução naquele período, somente seria efetivamente construído a partir de 2007. Tal substituição cartográfica evidencia o

apagamento progressivo da Cidade Científica dos registros oficiais, ao mesmo tempo em que sinaliza a redefinição das prioridades estatais para a região.



Figura 82 - Mapa de área de atuação da SUDECO, 1987. Fonte: Arquivo Nacional, em Brasília.

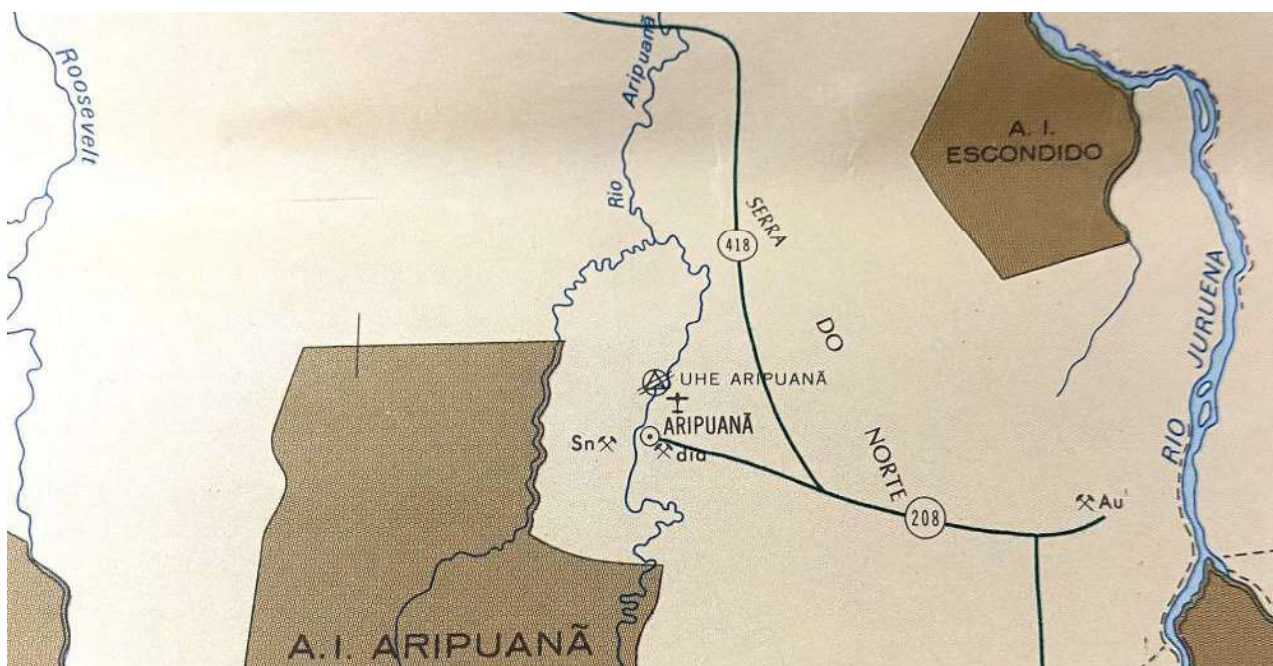


Figura 83 – Extrato do mapa de área de atuação da SUDECO, evidenciando a cidade de Aripuanã, 1987, sem a indicação de Humboldt. Fonte: Arquivo Nacional, em Brasília.

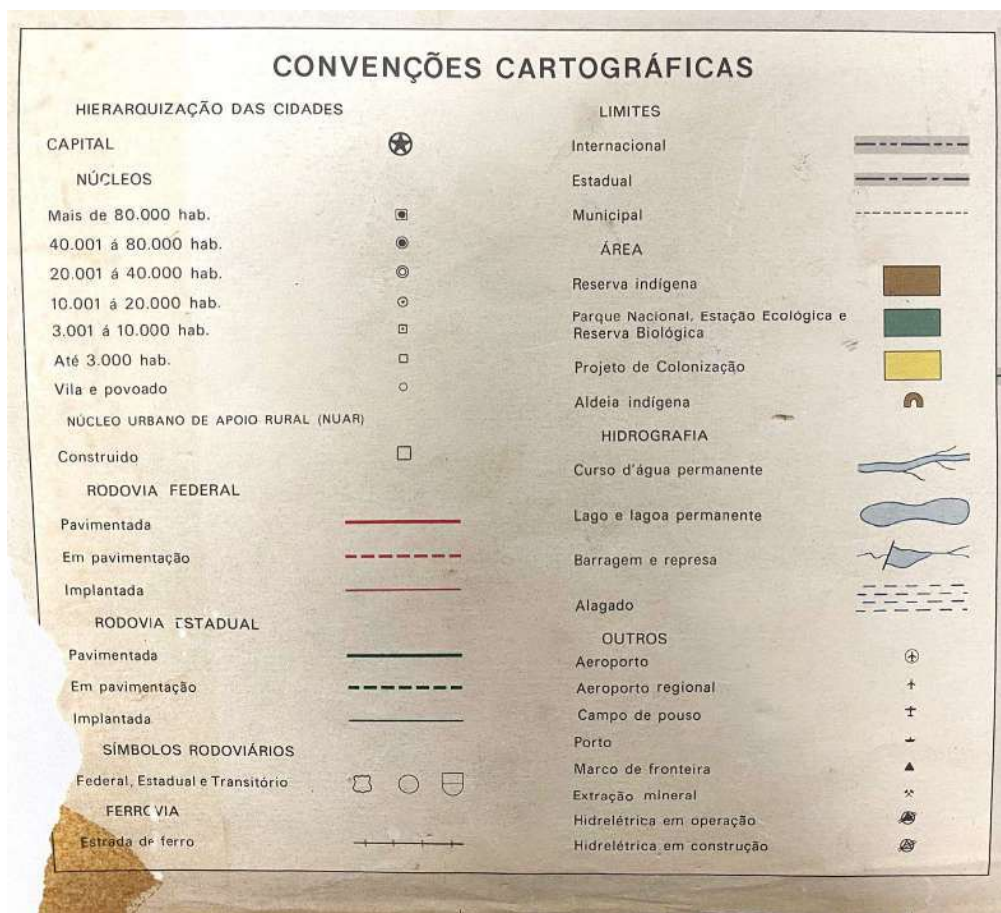


Figura 84 - Legenda do mapa de área de atuação da SUDECO, 1987. Fonte: Arquivo Nacional, em Brasília.

À luz do exposto, a Cidade Científica de Humboldt configura-se como uma cidade sobretudo esboçada — concebida em desenhos, reportagens e documentos oficiais mais do que plenamente materializada no território. O projeto arquitetônico e urbanístico, alinhado a princípios de adequação climática e respeito às especificidades ambientais defendidos por Johan van Lengen, apresentava-se como uma proposta singular no contexto das políticas de ocupação da Amazônia, tensionando, ao menos em discurso, a lógica predatória predominante. Contudo, a execução parcial do plano, a não concretização de parte significativa do programa urbano e a posterior substituição simbólica e material da cidade pelo empreendimento hidrelétrico evidenciam a fragilidade dessa experiência. Entre o traçado regular projetado e a infraestrutura efetivamente implantada, consolidou-se um hiato que revela os limites da utopia técnica quando confrontada com disputas políticas, econômicas e territoriais. Assim, mais do que uma cidade que não existe mais, Humboldt permanece como vestígio de um projeto interrompido, cuja existência oscilou entre a promessa de inovação socioambiental e a reconfiguração pragmática do território segundo outras prioridades estatais.

3.4 A Cidade em território indígena

Para compreender a relação da Cidade Científica de Humboldt com os povos indígenas que já habitavam a região, sobretudo da etnia Cinta-Larga, torna-se fundamental

retomar a tragédia conhecida como o “Massacre do Paralelo 11”³⁵, ocorrida em período próximo à fundação do projeto, em 1963, no qual foram mortos mais de 3.500 indígenas daquela etnia (ISA, 2006). Trata-se de um episódio não muito discutido tanto à época quanto posteriormente. Em pesquisa realizada na Hemeroteca Digital Nacional, com recorte na década de 1960, período em que o massacre ocorreu, identificou-se apenas uma única menção ao evento, publicada pelo jornal *O Estado de Mato Grosso*. As demais ocorrências do termo “paralelo” encontradas nas buscas referiam-se à Guerra do Vietnã (1955-1975), em alusão ao Paralelo 17, ou à localização de propriedades rurais, evidenciando o silenciamento sobre este episódio da memória pública e dos registros jornalísticos nacionais.

A única matéria encontrada que aborda diretamente o tema é intitulada “Cassiterita³⁶ ameaça os Cintas-Largas”, publicada em *O Estado de Mato Grosso* em 1º de abril de 1973, acusando a contaminação por um minério e não os prováveis autores do crime. Nela, o sertanista Apoená Meirelles afirma que o principal problema enfrentado pelos indígenas Cinta-Larga no Parque Aripuanã residia no fato de ocuparem “um território riquíssimo em cassiterita”, circunstância que estaria “provocando uma corrida incontável de companhias de mineração e de colonização” (1973, p.12). A reportagem menciona ainda que a “chacina ocorrida no Paralelo 11, em 1963, por seringueiros contra os Cinta-Larga” permanecia impune, destacando que nenhum dos envolvidos havia sido responsabilizado até então – fato particularmente significativo, considerando que a matéria foi publicada dez anos após o massacre. Tal silêncio institucional e midiático revela não apenas a violência sofrida pelos povos indígenas, mas também a naturalização da impunidade em contextos de disputa territorial associados à exploração mineral e à expansão econômica na Amazônia.

Apesar do contexto, marcado por episódio próximo de extrema violência, Pedro Paulo Lomba, idealizador do Projeto Aripuanã-Humboldt, declarou à Revista Manchete que “a grande solução está na dinamização das relações com as comunidades indígenas”, afirmando que a política do projeto seria a de “acolher e orientar, técnica e humanamente, todo o interesse demonstrado pelos índios, no sentido da integração” (1974, p.77). Segundo a mesma reportagem, uma das preocupações do Projeto Aripuanã-Humboldt consistiria em promover uma aproximação considerada natural com os indígenas Cinta-Larga da

35 O Massacre do Paralelo 11 foi um brutal ataque em novembro de 1963, ocorrido no estado de Mato Grosso, onde homens contratados por uma empresa exploradora de borracha massacraram milhares (estimativas variam, mas muitas indicam 3.500) do povo indígena Cinta-Larga, destruindo sua aldeia e deixando pouquíssimos sobreviventes, sendo um dos episódios de genocídio contínuo dos povos indígenas no Brasil por exploração de recursos naturais. Em 2022, o Ministério Público Federal pediu reparação histórica ao povo indígena Cinta-Larga em função do Massacre Paralelo 11, acarretando o pagamento de indenização de, no mínimo, R\$ 1 milhão, pelos danos causados aos Cinta Larga, e a publicação de matérias e de acervo que contém a história do que esse povo sofreu nos anos 1960.

36 É um mineral valorizado por sua composição de estanho (cerca de 78,6%), apresentando brilho adamantino, alta densidade, e sendo essencial para a produção de embalagens, soldas e eletrônicos.

região (*Ibid.* p.74).

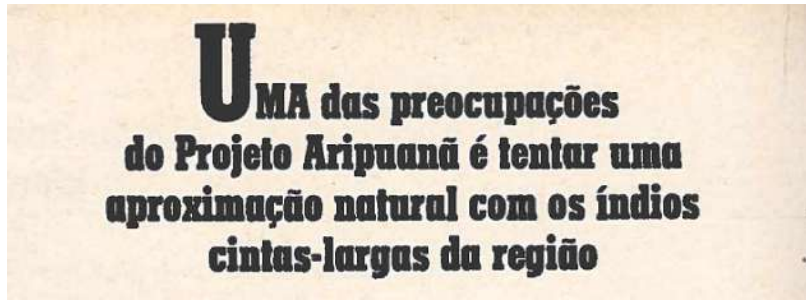


Figura 85 - Recorte de matéria sobre o Projeto Aripuanã na Revista Manchete, 1974. Fonte: Revista Manchete, n. 1147, 13 abr. 1974, p.74.

No entanto, em depoimento concedido a esta pesquisa, o cineasta Jorge Bodanzky oferece um relato que tensiona diretamente esse discurso integrador. Segundo ele, os Cinta-Larga flechavam os aviões que sobrevoavam suas tabas, devido a um possível estranhamento (Figura 86). Bodanzky relata também que os indígenas, ao observarem o trajeto das aeronaves, identificaram a presença dos “brancos” na região e se deslocaram até um seringal, em busca de objetos como machados, panelas e facões. Diante dessa aproximação, os seringueiros teriam se escondido na floresta, enquanto os Cinta-Larga entraram nas casas e levaram os bens desejados, gerando tensão entre os trabalhadores e a comunidade indígena, até então isolada e sem contato sistemático com o restante da sociedade. Embora o conflito não tenha se concretizado em violência direta, o desfecho foi igualmente trágico: o líder indígena dessa expedição retornou à aldeia levando consigo o vírus da gripe, doença para a qual sua comunidade não possuía imunidade, resultando na contaminação, adoecimento e morte da maioria de seus membros. Como enfatiza o cineasta, esse episódio revela que o Projeto Aripuanã-Humboldt desconsiderou, na prática, a presença e a vulnerabilidade dos povos indígenas da região (Figura 87).



Figura 86 - Taba próxima à Cidade de Humboldt, com indígenas na cobertura da oca, observando a passagem de avião. Fonte: Borba, 13 abr. 1974, p.68.



Figura 87 – Planta esquemática da região onde se inseriu a Cidade de Humboldt, no Parque Indígena de Aripuanã, e a proximidade com a taba dos indígenas Cinta Largas. Fonte: *Revista Planejamento & Desenvolvimento*, set.1974, p.38.

Esse contraste ratifica uma das tensões que atravessam esta pesquisa: a distância entre os discursos oficiais, que anunciavam integração e respeito por parte do Projeto Aripuanã-Humboldt, e as experiências concretas vividas pelos povos indígenas, marcadas por violência, negligência e morte. A coexistência dessas narrativas antagônicas revela um cenário paradoxal, no qual propostas supostamente tecnicistas e humanistas, embasadas pela Ciência, se desenvolvem em paralelo a processos de expropriação, silenciamento e destruição de modos de vida. Tanto o “Massacre do Paralelo 11” quanto os episódios associados à implantação da Cidade Científica de Humboldt indicam que, apesar da retórica integradora, não houve, historicamente, uma política efetiva de reconhecimento e proteção dos povos indígenas que habitavam o território.

3.5 A utopia em ruínas

A narrativa de inovação e progresso que cercou Humboldt, amplamente reproduzida nos periódicos da década de 1970, evidencia como a mídia atuou como mediadora e legitimadora da utopia autoritária do regime, transformando o empreendimento em vitrine de um país em marcha rumo à modernização. Contudo, o rápido abandono da cidade e o silêncio subsequente que se abateu sobre suas ruínas revelam a fragilidade dessa promessa de ciência e civilização na selva. Ao converter-se em vestígio de uma modernidade inconclusa, Humboldt tornou-se metáfora do próprio projeto desenvolvimentista brasileiro: grandioso em sua ambição simbólica, mas incapaz de sustentar, material e eticamente, o equilíbrio entre conhecimento, poder e território.

Portanto, ao se compreender a narrativa da Cidade, percebe-se que a construção

da história de Humboldt relega a poucas linhas a vocação científica que lhe deu nome. Depara-se mais com um projeto que está vinculado a uma vertente de integração regional dominante, seguindo a lógica de aproveitamento econômico da Amazônia e reconhecendo o território como mero produto a ser explorado e consumido (Corboz, 2001). Neste sentido, o Projeto Aripuanã-Humboldt e a Cidade Científica encontravam-se em posições antagônicas. De um lado, o desenvolvimentismo que guiava a agenda econômica do país, às sombras do “Milagre Econômico” e como tentativa de posicionar o país como nação desenvolvida. De outro, a ideia da Ciência e da Ecologia como condutores da ação, a partir da reeducação dos costumes e do revisionismo das práticas extrativistas de modo a minimizar o impacto da ação antrópica na Natureza. Venceu a primeira, restando à segunda minguar e assistir a cidade sucumbindo à ruína após sua breve existência.

Dois anos após a inauguração, já apresentava sinais de abandono pela falta de cientistas³⁷ em sua vida cotidiana e por outros problemas que culminaram com o seu fim. Fontes consultadas ao longo desta investigação indicam, inclusive, que grande parte dos pesquisadores vinculados ao projeto não chegaram a residir na cidade, mas não foram encontrados documentos oficiais do governo que apresentassem essa situação. Para Lomba, Humboldt foi destruída também por notícias falsas – ou “calúnia”, como se referiu em entrevista a Marco Aurélio Borba no *Jornal Opinião* (1975, p.6). Além disso, Lomba pontuou, nessa mesma entrevista, que a cidade da ciência foi vencida por “interesses estrangeiros e por grupos empenhados na devastação das florestas” (*Ibdi.*). A Figura 88 apresenta recortes de jornais que documentam o processo de declínio desse projeto de cidade.

O documento intitulado *Dados história de Aripuanã* (2001) indica que o encerramento do Projeto Humboldt resultou de um conjunto de fatores estruturais, financeiros e político-administrativos. Entre os aspectos estruturais, destacam-se as adversas condições de permanência na “Cidade Laboratório”, marcadas pela presença constante de insetos, excesso de umidade, calor intenso, isolamento geográfico, escassez de mantimentos, dificuldades de comunicação, insuficiência de equipamentos e precariedade no abastecimento de água que compunham o cotidiano dos pesquisadores (Aripuanã, 2001, p. 8).

No plano administrativo, o projeto enfrentou crise logo após sua implantação, caracterizada por dificuldades financeiras “ocasionadas, de um lado, pelos atrasos na liberação de recursos e, de outro, pela inexperiência administrativa das lideranças do Projeto Humboldt” (*Ibid.* p. 9). Em dezembro de 1974, a gestão foi transferida para a SUDECO, em meio a uma conjuntura descrita como de “grande crise político-administrativa” (*Ibid.*

37 Os documentos consultados mencionam a existência de uma “falta de cientistas”, porém não apresentam dados quantitativos que permitam dimensionar o número de pesquisadores que efetivamente chegaram a residir na Cidade Científica de Humboldt.

p.8). Soma-se a esse cenário o conflito com a Administração Municipal de Aripuanã, que resistiu à perda de controle sobre a área urbana da Vila de Dardanelos e seu entorno, bem como à tentativa do projeto de gerir o processo migratório local (*Ibid.* p.9).

AMAZÔNIA

A verdadeira história de Humboldt

Pedro Paulo Lomba fala sobre Humboldt, o projeto vencido pelos interesses estrangeiros e por grupos empenhados na devastação das florestas

Entrevista a Marco Aurélio Borba

Quando, em setembro de 1972, o senador Edou Velloso anunciou, na cidade paulista de Santa Maria, que o governo federal decidira criar o Projeto Aripuanã, para "um convênio do IPÊA com a Universidade Federal de Mato Grosso, permitir a operação de um centro de planejamento econômico, tecnológico e científico numa região virgem da Amazônia", todos acreditaram que, pela primeira vez desde a criação do DNPA, em 1952, alguém se preocupava com a integração da Amazônia sob formas científicas e não meramente coloniais.

puaná, antes da abertura dessas estradas amazônicas que não estão dando certo, poderio localizar as zonas mais ricas em recursos naturais; depois, após a abertura a sua estrada através delas, evitando a destruição inútil das zonas de baixo potencial, lotar as terras marginais e vendê-las aos empresários.

gativa, que marcará toda uma geração no poder. A resposta do ecossistema amazônico a essa tentativa será chocante". Então, nosso projeto para Humboldt, depois de implantada a base científica, consistia em ocupá-la periodicamente com cientistas e tecnólogos de diferentes áreas do conheci-

e ainda é - o Projeto Humboldt, que começou com a implantação, decisivamente apoiada pelas Forças Armadas, em 1971, de um núcleo pioneiro isolado, em Aripuanã, e que um senador mato-grossense, muito intuitivo, chamou de *Stylab* brasileiro.

Nessa campanha, usaram todos os meios, a calma, e delatou e a mentira. Mas isto custou-lhes caro, e ainda mais ao país. Enquanto me pressionavam administrativamente - e eu não me conformava com os erros coloniais cometidos pelo Sudoeste, que em 1974 avaliou uma reserva madeireira em 4 bilhões de dólares e que, em

Um projeto que acabou esquecido



Pedro Lomba já não acredita mais no projeto

Técnico explica as razões do malogro

O professor Pedro Paulo Lomba, quando visitou o vasto município de Aripuanã, pela primeira vez, no início de 1972, encontrou, além dos índios cinta-larga, cabeça-seca, suruí, e gavião, apenas cerca de 5 mil civilizados que viviam espalhados por aquelas terras. Mas, acima de tudo, Pedro Paulo Lomba pensava que havia encontrado o local ideal para a implantação de um projeto sobre a colonização racional da Amazônia.

E, em julho daquele mesmo ano, o professor entregou ao ministro do Planejamento, Reis Velloso, em Campo Grande, um estudo sumário sobre a filosofia de ocupação da Amazônia, sugerindo a formação de uma cidade científica que realizasse o levantamento dos recursos naturais da região. Segundo a nova concepção, o tropiço das estradas deveria obedecer a diretrizes estabelecidas por programas científico-tecnológicos, para evitar danos econômicos e sociais, além da destruição inútil das reservas naturais.

formação do minério de estanho e o surgimento de novas indústrias. Além disso, segundo o projeto, seria instalado um "colar de fazendas de alta produtividade". E, mais tarde, quando a Embraet concedesse um canal exclusivo do sistema de tropiçuzos da Amazônia, seria constituído o Polígono de Conhecimento da Amazônia, um órgão federal que deveria congregiar todos os centros de pesquisa e formação de recursos humanos da Amazônia Legal.

Na Cidade Científica de Humboldt, a primeira das três cidades, funcionaria um centro de informática, um centro educacional e uma escola de administração, encarregados da formação de técnicos especializados para atuar naquela área. E, dessa maneira, o Ministério do Planejamento passaria a abrir um novo órgão, o Centro de Planejamento Amazônico, que seria encarregado da elaboração de um plano de expansão para a civilização industrial na Floresta Equatorial.

Em imprensa de 1972

Nota do CNPq admite falhas

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) admite ontem, em nota oficial, que a transferência da coordenação e do patrimônio do Projeto Aripuanã das instituições anteriormente responsáveis "preveio o demora na reativação do mesmo", e adiantou que está negociando apoio científico no Brasil e no exterior para maior suporte ao projeto.

Ex, na íntegra, a nota oficial distribuída ontem à imprensa pelo CNPq:

"O Projeto Aripuanã tem como objetivo básico a utilização da pesquisa como instrumento para incorporação ao desenvolvimento da região.

Para a consecução de tal objetivo foram definidas as seguintes metas iniciais: 1) reconhecimento científico da área; 2) promoção e inovação científico-tecnológica; 3) preservação do ecossistema; 4) desenvolvimento social; 5) ocupação da área de Humboldt; 6) disseminação da informação científica e tecnológica.

Recentemente, em abril de 1975, o Projeto passou a responsabilidade do CNPq que imediatamente iniciou o levantamento da situação no local, inclusive no que se refere ao pessoal.

A transferência da coordenação e do patrimônio de responsabilidade das instituições anteriormente responsáveis pelo projeto proveu o demora na reativação do mesmo.

A recente conclusão do levantamento contábil e a transferência dos recursos na semana passada para o CNPq permitirão a este órgão assumir a responsabilidade empagática do pessoal até o momento vinculado ao projeto através de vários organismos.

O CNPq está negociando apoio científico no Brasil e no Exterior para maior suporte ao projeto".

mento Economico e Social Rangel Reis — que um Projeto definido pelo seu criador Pedro Paulo Lomba (que se autodefine como "o parteiro" de Humboldt) como "a fortaleza da selva ou resultado final da grande batalha travada na floresta alta de Aripuanã e nos gabinetes climatizados de Brasília", chegasse a tamanho grau de decadência, ironizado nas ruas de Curitiba como "grande farsa" e nos gabinetes oficiais do Governo de Mato Grosso como "como cidade rombo" (de Humboldt, seu nome original), conforme expressão do Sr Ruy Santana, assessor de divulgação do atual Governador José Garcia Neto.

Gerente-geral nega fracasso de Aripuanã

As conclusões do Projeto Aripuanã, na Amazônia, estão guardadas em 100 caixas-arquivos, o que resultaria, se publicado, em 10 volumes de 180 páginas cada, representando um manual atualizado para pessoas e empresas que quisessem penetrar e se fixar produtivamente na floresta amazônica.

A revelação foi feita ontem no Rio pelo gerente-geral do Projeto, em 1973, professor Pedro Paulo Lomba, da Universidade de Mato Grosso. Acrescentou que a cidade científica de Humboldt está sendo estruturada pelo CNPq "e suas instalações podem ser utilizadas a qualquer momento". (Pág. 18)

Figura 88 – Reportagens sobre o colapso da Cidade Científica de Humboldt. Fontes: Recorte 1: Jornal Opinião, 19 de setembro de 1975; Recortes 2 e 3: Jornal O Estado de S. Paulo, 25 de julho de 1975; Recorte 4: Jornal do Brasil, 1975; Recorte 5: Jornal do Brasil, p.1, Rio, 28 de julho de 1975 – edição 111.

O mesmo documento - *Dados história de Aripuanã* (2001) - registra ainda o posicionamento de Gabriel Novis Neves, reitor da UFMT à época, que atribui a interrupção do Projeto Aripuanã sobretudo a fatores de ordem econômica. Segundo ele, a crise do petróleo de 1973 teria elevado significativamente os custos de continuidade das obras conforme originalmente previstas. Acrescenta-se a esse contexto a venda de milhares de hectares de terras em Aripuanã a empresas colonizadoras, realizada pelo então governador José Fragelli, medida que enfrentou forte oposição da UFMT (Ibid. p. 9).

Refletir sobre o “acabar” da Cidade Científica de Humboldt exige distinguir a ruína física da ruína da ideia. Uma cidade não acaba apenas quando a última viga cede ao avanço da floresta, mas quando o nexo de interesses que a sustentava decide que sua “validade” expirou. Se considerarmos que Humboldt nasceu de uma imposição vertical, sem raízes na dinâmica social local e dependente do fôlego estatal, podemos questionar se ela chegou a ser “cidade” ou se foi, desde o primeiro traço, um simulacro com prazo de validade determinado pela conveniência política. O seu fim por desinteresse e desprezo institucional sugere que o projeto não sucumbiu a uma inviabilidade técnica, mas a um descarte estratégico: uma vez que o território foi “marcado” e o polo estabelecido, a utopia científica tornou-se um acessório dispensável, revelando que a “cidade” era, talvez, apenas o rótulo de uma ocupação que nunca pretendeu ser perene, mas apenas um marco de posse em uma política contra o “vazio”.

Das manchetes de 1975, que sinalizavam o fim da Cidade Científica de Humboldt, até as ruínas atuais, restou apenas uma única edificação do projeto, nas proximidades da cidade de Aripuanã (Figura 89).

Em 2016, vistoria técnica realizada pela Secretaria Estadual de Cultura do Mato Grosso avaliou a possibilidade de seu tombamento como patrimônio histórico (Figura 90). De acordo com matéria publicada naquele ano no sítio eletrônico da Prefeitura de Aripuanã, servidores da Secretaria estiveram no local com o objetivo de iniciar o processo de reconhecimento da chamada “Casa Humboldt” como bem cultural do estado. Durante a inspeção, o historiador e servidor público Luciwaldo Ávila destacou a urgência da preservação da estrutura: “Ficamos impressionados com a necessidade de salvaguardar esse bem, que está em franco processo de deterioração por causa do tempo” (Aripuanã, 2016, sítio eletrônico). Contudo, conforme informações mais recentes (junho de 2025), obtidas junto à Secretaria Municipal de Cultura, o processo de tombamento foi interrompido sob a alegação de que a construção se encontrava em estágio avançado de deterioração. Ainda assim, estudos estariam sendo conduzidos para avaliar a viabilidade de restauração ou, alternativamente, a criação de uma réplica que preserve sua memória.



Figura 89 - Cidade de Aripuanã e sobreposição do plano urbanístico da Cidade Científica de Humboldt. Fonte: Google Earth, com intervenções da autora, 2025.



Figura 90 – Técnicos da Secretaria Estadual de Cultura do Mato Grosso em frente à ruína da única edificação em madeira remanescente da Cidade Científica de Humboldt, em 2016. Fonte: <https://www.aripuana.mt.gov.br/imprensa/noticia/n-a/432>.

A imagem de uma casa-palafita de madeira visivelmente instável por ação do tempo e respectiva falta de manutenção condensa, também, a materialidade dessa utopia interrompida. E convida à reflexão sobre a dialética entre ruína e projeto, natureza e urbano, modernidade e colapso. Tal captura, possível a partir da sobreposição de dados do “Relatório de Vistoria Técnica da Secretaria de Cultura do Estado de Mato Grosso” e de plataformas instrumentais como *Google Street View*, possibilitou encontrar e visualizar o estágio atual de conservação da histórica edificação (Figura 91). Essa ruína corresponde ao que restou da Cidade Científica de Humboldt, cuja pedra fundamental - um tronco de árvore cortado - simboliza o gesto inaugural e destrutivo de sua fundação (Figura 92).



91



92

Figura 91 – Ruína remanescente da Cidade Científica, julho de 2024. Fonte: Google Street View. Figura 92 - A pedra fundamental da Cidade Científica de Humboldt (em primeiro plano) com edificação, hoje arruinada, ao fundo. Fonte: Revista Manchete, n. 1, 147, 13 de abril de 1974.

A leitura da edificação remanescente, resguardada pela pedra fundamental e isolada em meio ao campo aberto de vegetação suprimida, exige compreender os discursos que a constituíram. Esses discursos operavam em múltiplas escalas: nas diretrizes internacionais de desenvolvimento, nas formulações políticas do Estado brasileiro e nas narrativas midiáticas que, durante a Ditadura Militar, projetavam a Amazônia como fronteira do progresso.

O cineasta Jorge Bodanzky, em depoimento (2024), discorre sobre as transformações na dinâmica territorial da região onde estava localizada a Cidade Científica de Humboldt, ocorridas desde sua criação:

A cidade de Aripuanã hoje é grande, é um centro de soja, riquíssimo, e não tem mais nada de floresta que você vê nas imagens que eu fiz. As imagens têm mais de 50 anos. A cachoeira de Dardanelos do Rio Aripuanã está lá ainda. Fizeram uma Hidroelétrica, desviaram parte da água. Ela perdeu a exuberância que tinha. (Bodanzky, 2024, depoimento).

O entorno do que antes era a Cidade Científica de Humboldt agora é ocupado por plantações e por um bairro da cidade de Aripuanã. Essa mudança discrepante no território é perceptível quando são comparadas imagens de satélite de mesma escala (*Google Earth*) entre os anos de 1984 e 2020 (Figura 93). Para além disso, ao ampliar as imagens de satélite do município de Aripuanã, observa-se que a área circunvizinha é atualmente explorada de diversas formas, com destaque para a indústria madeireira e área de cultivo extensivo, que ocupa grande parte da paisagem (Figura 94). O que era para ser uma cidade voltada à sustentabilidade e preservação do meio ambiente a partir de práticas regeneradoras e de menor impacto, que gerasse uma confluência entre a ocupação urbana racional e a preservação da biodiversidade da floresta amazônica, passou a ser área dominada por atividades econômicas extrativistas de grande impacto ambiental.



Figura 93 - Antes (1984, acima) e depois (2020, abaixo) na mesma escala de cada região de Aripuanã, com núcleo urbano ao centro. Fonte: Google Earth, com intervenções da autora, 2025.



Figura 94 – Sede do município de Aripuanã hoje, com dois extratos: (1) indústria madeireira e (2) plantação extensiva. Fonte: Google Earth, com intervenções da autora, 2025.

A antropóloga Anna Tsing, no livro *Viver nas Ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno* (2019), levanta questionamentos acerca do que fizeram com os espaços de floresta que foram destruídos e depois viraram ruínas. Tsing reflete como o ecossistema da floresta renasce em meio a essas ruínas após o abandono do ser humano – no caso do

livro, a uma jazida de minério –, e questiona: “O que crescia naquelas ruínas?” (Tsing, 2019, p.154).

No caso da Cidade Científica cresceu uma UHE, de Dardanelos, e expandiu-se a cidade de Aripuanã; avolumou-se o agronegócio e a indústria madeireira. Paradoxalmente, o que continua crescendo, também, é o mesmo discurso da década de 1970: da possibilidade de união entre sustentabilidade e atividades extrativistas de alto impacto ambiental. Um exemplo disso é uma matéria publicada em 2019 na *Revista Brasil Mineral*, a qual traz como manchete: “Para a Nexa³⁸, Aripuanã será modelo de mineração sustentável” (Figura 95). A reportagem aborda a proposta de criação de um novo projeto urbano em Aripuanã ligado à extração de minério, mostrando, mais uma vez, a história se repetindo, no mesmo local.



Figura 95 - Reportagem sobre “mineração sustentável” em Aripuanã. Fonte: *Revista Brasil Mineral*, 2019, p.8.

A ruína de Humboldt, portanto, transcende a dimensão material de suas edificações ou o fracasso de uma utopia científica. Ela estende-se aos próprios ideais de planejamento territorial e à invisibilização dos povos originários e tradicionais que, historicamente, habitaram e coexistiram com a floresta (indígenas, ribeirinhos e comunidades locais), e cujas presenças foram silenciadas pelo avanço dos projetos desenvolvimentistas. O arruinamento da cidade é apenas uma das faces de um processo mais amplo de degradação ambiental, social e cultural, no qual tanto a floresta quanto seus habitantes foram convertidos em obstáculos ao progresso. Como observa Leonardi (2013, p.21) em *Historiadores e os rios – Natureza e ruína na Amazônia brasileira*,

38 A Nexa Resources é uma das cinco maiores mineradoras de zinco do mundo, com mais de 60 anos de atuação nos segmentos de mineração e metalurgia. Parte do grupo Votorantim S.A., a empresa opera minas e fundições no Brasil e no Peru, produzindo zinco, cobre e chumbo, além de subprodutos como ácido sulfúrico e cements de cobre.

[...] o arruinamento tem múltiplas origens e diferentes faces, ou formas, que variaram enormemente, no passado das diversas povoações arruinadas, mas todas essas formas singulares situam-se no polo oposto daquilo que a historiografia regional mais tradicional chamava, às vezes de maneira ufanista, de ‘progresso’ ou de efeito ‘civilizador’, ao se referir à ação dos colonizadores sobre os índios, os caboclos ribeirinhos e a floresta. (Leonardi, 2013, p.21).

Sob essa perspectiva, a ruína de Humboldt simboliza mais do que o esgotamento de um projeto urbano. Ela expressa a persistência de um paradigma histórico que, em nome do desenvolvimento, continua a produzir ausências de memórias, de culturas e da própria floresta. A cidade que nasceu como promessa de modernidade científica ressurgiu, hoje, como vestígio de uma modernidade inconclusa, cuja herança material e simbólica nos obriga a repensar as relações entre conhecimento, poder e natureza na história da Amazônia brasileira.

Imaginar que a modesta casa de madeira sobrevivente entre as árvores possa representar o vestígio de um ambicioso projeto político – que mobilizou múltiplos atores, instituições e ideologias em torno da pretensão de redefinir o destino da Amazônia – parece, à primeira vista, matéria de ficção. Contudo, esse remanescente material guarda em si o destino da própria Cidade Científica de Humboldt: uma cidade que não resistiu ao tempo, às disputas de poder e ao esquecimento institucional. Sua deterioração física expressa, de forma contundente, o apagamento gradual de uma história marcada por ambições de modernização e lucro, pela retórica incipiente da sustentabilidade e pelas contradições inerentes ao desenvolvimentismo autoritário do período da Ditadura Militar brasileira.

Entre as árvores que hoje encobrem suas ruínas, subsiste uma história quase silenciosa, preservada apenas na memória de alguns e em registros fragmentados dispersos por arquivos e acervos. Ao deslocar o olhar dessa casa isolada e confrontá-la com as múltiplas camadas de sua historicidade, atravessando documentos, imagens e testemunhos da época, torna-se possível (re)construir uma narrativa sobre Humboldt que ultrapassa a materialidade do lugar, desvelando os sentidos simbólicos e políticos de sua existência efêmera.

Desse modo, a casa de madeira não é apenas o que restou de Humboldt, mas um artefato de memória e um signo das utopias esquecidas que moldaram o projeto de urbanização amazônica no século XX. Mais que ruína, ela se converte em alegoria da relação ambígua entre progresso e destruição, entre ciência e poder, entre memória e esquecimento – uma relação que continua a definir o modo como o território amazônico é pensado, ocupado e narrado.

Assim, a trajetória da Cidade Científica de Humboldt pode ser relacionada à afirmação de Karl Marx de que “a história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa” (Marx, 2011, p.15). A tragédia manifesta-se na idealização de uma cidade

voltada para pesquisas de como explorar o meio ambiente de maneira sustentável, porém com a ressalva de sua existência ter sido breve e descontinuada antes de alcançar seus objetivos. Já a farsa ocorre quando o discurso da sustentabilidade ressurge, desta vez associado a atividades de alto impacto e degradação ambiental, como a atividade mineradora e de extração de madeira.

Se a cidade é “a projeção da sociedade sobre um local” (Lefebvre, 2001, p.56), a Cidade Científica de Humboldt tentou ser a projeção de um futuro de cidade baseado em ideais mais sustentáveis, evidenciando o potencial transformador da ciência e da pesquisa atrelados ao desenvolvimento econômico para um país. No entanto, o que de fato prevaleceu foi o reflexo da ideologia autocrática e dos processos desenvolvimentistas vigentes: prioridade na exploração acelerada dos recursos naturais, independente das consequências socioambientais.

Assim, a utopia se desfez e cedeu lugar à lógica capitalista predatória.

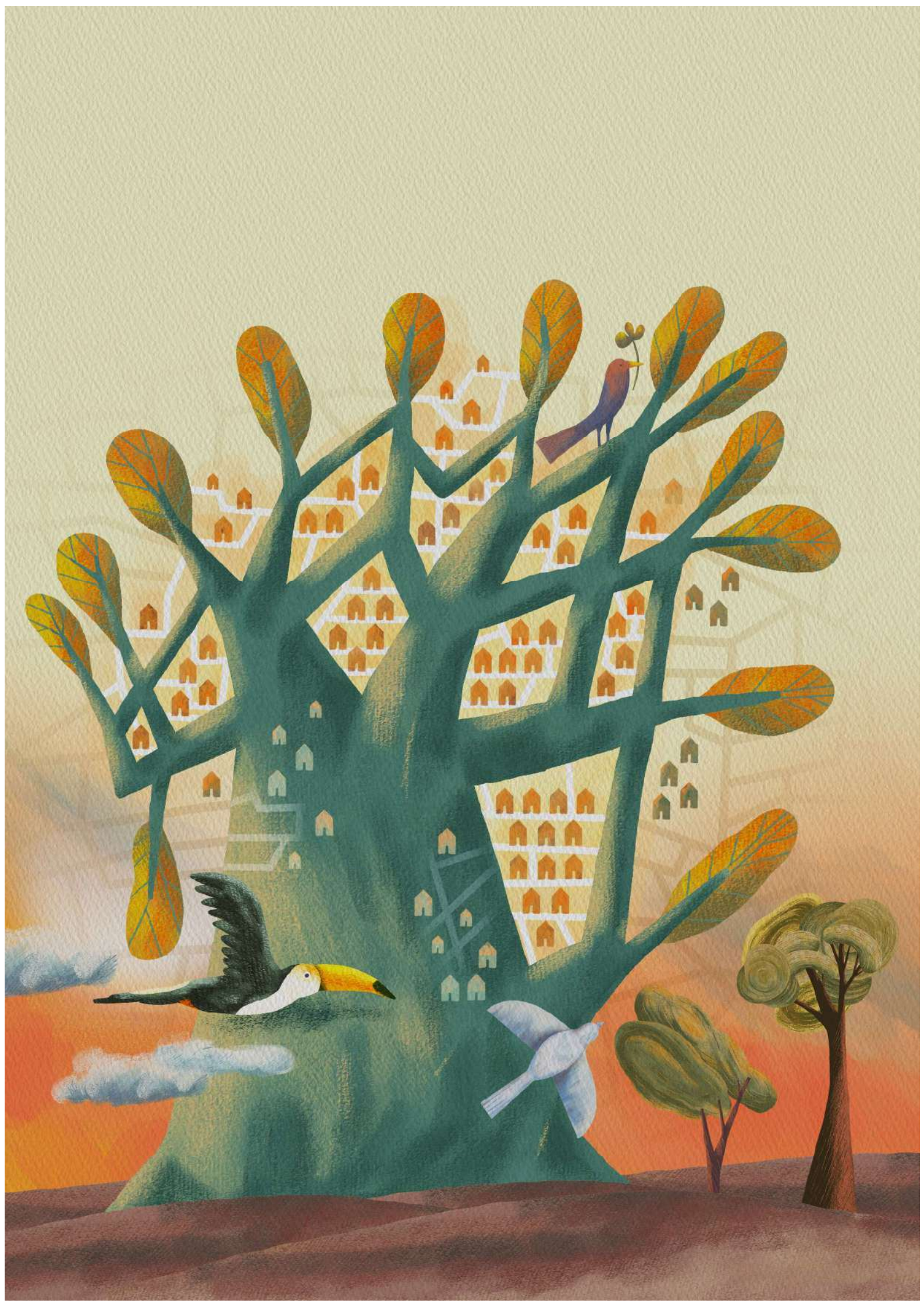


Ilustração anterior desenvolvida pelo artista Irineu Santiago para esta pesquisa de mestrado, 2026.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou o processo de ocupação e urbanização na Amazônia no contexto da Ditadura Militar brasileira, tomando como eixo central o Projeto Aripuanã e a Cidade Científica de Humboldt, inseridos no conjunto mais amplo de políticas de interiorização e desenvolvimento promovidas pelo Estado entre as décadas de 1960 e 1970. Ao longo do trabalho, buscou-se compreender a relação entre o modelo desenvolvimentista adotado pelo regime e sua materialização territorial, evidenciando como planos e programas concebidos em escala macro, como os PNDs e o Polamazônia, produziram impactos duradouros e contraditórios na região da Amazônia Legal.

Reconhece-se que tais políticas resultaram em benefícios de infraestrutura e integração territorial para parte da população local, com a presença institucional do Estado em áreas antes pouco assistidas. Contudo, a crítica desta pesquisa não se dirige à ideia de desenvolvimento econômico da região, mas aos meios pelos quais essa ocupação foi conduzida. Os discursos oficiais e midiáticos que a sustentaram eram frequentemente marcados por visões preconceituosas, que representavam a Amazônia como vazio demográfico, espaço atrasado ou território a ser conquistado, desconsiderando os modos de vida, os saberes e a presença histórica dos povos que ali já viviam.

Além desses aspectos, a ocupação promovida pelo regime militar resultou em ampla devastação ambiental, concentração fundiária e aprofundamento de desigualdades sociais, revelando os limites de um modelo que priorizou o crescimento econômico e a exploração dos recursos naturais em detrimento da preservação ambiental e da justiça social. A curta duração da Cidade Científica de Humboldt – que existiu por menos de uma década – e a inexistência, até os dias atuais, de uma cidade amazônica estruturada prioritariamente para a pesquisa científica e ambiental do bioma local reforçam esse diagnóstico. Tal descontinuidade evidencia o lugar secundário atribuído pelo Estado brasileiro ao conhecimento científico voltado à compreensão e à proteção da Amazônia, mesmo diante de sua centralidade estratégica para o país e para o mundo.

Ao mesmo tempo, o caso da Cidade Científica de Humboldt destaca-se entre as demais cidades novas implantadas no período por suas singularidades. Concebida como experiência inovadora, articulando ciência, ambientalismo e planejamento territorial, ela se situou na tensão entre a utopia de uma ocupação racional e sustentável da floresta e as forças hegemônicas do desenvolvimentismo econômico. Paradoxalmente, foram essas mesmas ideias – ciência, inovação e preocupação ambiental – que, ao confrontarem interesses econômicos imediatos e estruturas institucionais frágeis, também contribuíram para a inviabilização e a decadência do projeto.

A Cidade Científica de Humboldt deve ser compreendida como parte de um conjunto mais amplo de estratégias de ordenamento territorial e de modernização autoritária, implementadas durante a Ditadura Militar (1964-1985). Nesse período, o Estado brasileiro assumiu papel central na transformação do espaço nacional, promovendo políticas de interiorização e de integração da Amazônia ao território econômico do país. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), lançados entre 1972 e 1979, consolidaram um discurso de progresso técnico e expansão produtiva, baseado na construção de grandes infraestruturas (rodovias, portos, usinas hidrelétricas, polos agropecuários e cidades novas) destinadas a articular a região amazônica ao mercado global.

A Amazônia foi simultaneamente representada como fronteira de desenvolvimento e como vazio demográfico, imagens que legitimaram políticas de ocupação intensiva e exploração de seus recursos, com respaldo, por vezes, dos meios de comunicação de massa. Como observava Celso Furtado (1978), a retórica do crescimento ilimitado, sustentada pelo paradigma do desenvolvimento, encobria a perpetuação de um modelo econômico dependente e concentrador, no qual o capital estrangeiro desempenhava papel central. A chamada Utopia Autoritária brasileira conciliava o discurso nacionalista de soberania com práticas de subordinação ao capital internacional, exemplificadas pela presença de empresas estrangeiras em megaprojetos agropecuários, como a Fazenda Volkswagen, implantada no Pará em 1973.

A criação da Cidade Científica de Humboldt, no âmbito do Projeto Aripuanã-Humboldt e do Programa Polamazônia, insere-se nesse contexto de tensões políticas, econômicas e científicas. Seu objetivo declarado, de estabelecer um centro de pesquisa dedicado ao estudo de formas sustentáveis de ocupação e uso racional dos recursos amazônicos, representava uma tentativa de conciliar o impulso colonizador com um discurso de modernidade científica e ambiental. Essa retórica respondia também a pressões internacionais emergentes, como as discussões sobre os limites do crescimento, a criação do Programa Homem e Biosfera (MAB) da UNESCO, em 1971, e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em 1972. Humboldt foi, assim, projetada como símbolo de uma conciliação entre desenvolvimento e conservação a partir dos países centrais; conciliação que se revelaria ilusória diante da exploração mineral e madeireira que avançava em países em desenvolvimento.

A conjuntura geopolítica da Guerra Fria reforçou essa ambiguidade. O Brasil, como potência regional e aliado estratégico dos Estados Unidos, buscava afirmar sua soberania sobre a Amazônia em meio a temores de “internacionalização” da floresta, ao mesmo tempo em que dependia de financiamentos externos para viabilizar seus grandes projetos de infraestrutura. Essa tensão entre autonomia e dependência, entre discurso e prática,

constitui um elemento central para compreender o breve ciclo de vida da Cidade Científica e sua posterior ruína. De fato, a Humboldt se tornou uma “cortina de fumaça” perante as reais ações que guiaram e se perpetuaram naquele território.

Do ponto de vista simbólico, Humboldt materializa o imaginário desenvolvimentista do período: a crença de que a ciência, a técnica e a racionalidade planejadora poderiam domesticar a natureza tropical – como almejado por seu projetista holandês – e transformá-la em ativo econômico. Esse discurso modernizador se refletia em representações gráficas e midiáticas que apresentavam a Amazônia como espaço de futuro, uma “terra sem história” à espera de incorporação à nação. É precisamente essa dimensão discursiva que permite a leitura do território amazônico como um palimpsesto: um espaço no qual sucessivas inscrições (coloniais, militares, científicas e econômicas) se sobrepõem, sem que as anteriores sejam completamente apagadas. A ruína de Humboldt evidencia uma dessas camadas: o registro material de uma utopia estatal que, ao fracassar, revelou o próprio mecanismo de destruição que a sustentava.

De maneira crítica, Anna Tsing (2019) sugere que o fracasso é constitutivo do capitalismo – um sistema que produz incessantemente suas próprias ruínas e, nelas, gera novos modos de vida e resistência. Humboldt, agora extinta, funciona como um laboratório para refletir sobre o Capitaloceno³⁹, período marcado pela expansão das lógicas do capital e pela erosão das fronteiras entre o humano e o não humano.

Ao analisar suas ruínas, este estudo reconhece nelas não apenas vestígios de um passado autoritário, mas também possibilidades de reinscrever narrativas históricas que assumem caráter interpretativo e político, longe da pretensão de neutralidade. A ruína de Humboldt, assim, não é apenas o testemunho de um projeto interrompido, mas espaço de reflexão sobre as formas de coexistência entre o humano e o não humano, entre o urbano e a floresta.

Sob a perspectiva contemporânea, o presente revisita questões e políticas de como ocupar racionalmente a terra. A realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP 30) em Belém, no Pará, recolocou a Amazônia no centro do debate global, reunindo países, instituições e movimentos sociais em torno da urgência de enfrentar os efeitos do aquecimento global e da crise climática. Esse contexto reforça a necessidade de revisitar criticamente as experiências passadas, como a analisada nesta pesquisa, não apenas como registro histórico, mas como fonte de aprendizado

39 O termo Capitaloceno foi cunhado em 2009 por Andreas Malm (1976-), professor de Ecologia Humana na Universidade de Lund (Suécia), como contraponto crítico ao conceito de Antropoceno – originalmente proposto pelo biólogo norte-americano Eugene F. Stoermer, na década de 1980, e posteriormente difundido pelo químico holandês Paul Crutzen, em 2000. A noção de Capitaloceno desloca o foco da responsabilidade ambiental da humanidade em geral para o sistema capitalista e suas dinâmicas de expansão, identificando nele o principal agente da atual crise socioecológica.

para o planejamento territorial e ambiental contemporâneo.

Compreender Humboldt é, portanto, compreender um processo de longa duração: a sobreposição de projetos de conquista, modernização e dominação que moldaram o imaginário da Amazônia no século XX – vide o caso de Fordlândia, no Pará, nas décadas de 1920 e 1930, hoje em ruínas. A análise de seus vestígios ilumina as relações entre urbanismo, ideologia e natureza, questionando a persistência das mesmas lógicas desenvolvimentistas que, sob novas roupagens, continuam a tensionar o futuro da floresta e a memória das utopias que moldaram o território brasileiro.

Para que essa história não se repita, é preciso expor tais fatos e assegurar que programas, planos e ações de planejamento urbano-regional sejam mais adequados às realidades locais e condizentes com o equilíbrio das vidas que naquele ambiente vivem e sobrevivem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER von Humboldt: o famoso explorador alemão que foi proibido de entrar no Brasil por suspeita de ser espião. G1, [S. l.], 10 maio 2019. Ciência e Saúde. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/05/10/alexander-von-humboldt-o-famoso-explorador-alemao-que-foi-proibido-de-entrar-no-brasil-por-suspeita-de-ser-espiao.ghtml>. Acesso em: 17 jan. 2026.

BAUDRILLARD, Jean. Simulacros e simulação. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970. Institui o Programa de Integração Nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jun. 1970.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.451, de 9 de julho de 1942. Dispõe sobre a criação do Banco de Crédito da Borracha. In: CÂMARA DOS DEPUTADOS. Brasília, DF. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4451-9-julho-1942-414643-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.878, de 4 de outubro de 1943. Autoriza a instituição da Fundação Brasil Central e dispõe sobre o seu funcionamento. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 6 out. 1943.

BRASIL. I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974). Brasília, DF: Presidência da República, 1971.

BRASIL. II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). Brasília, DF: Imprensa Oficial, 1974.

BRASIL. Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a respectiva Superintendência (SPVEA) e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1953. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-norma-pl.html>. Acesso em: 2 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959. Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências. Brasília, DF, 1959. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L3692.htm. Acesso em: 7 dez. 2025.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 2 dez. 2025.

BRASIL. Lei nº 5.122, de 28 de setembro de 1966. Dispõe sobre a transformação do Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia S. A. In: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Brasília, DF, 1966. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l5122.htm. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1966. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5173.htm. Acesso em: 2 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 5.365, de 1º de dezembro de 1967. Dispõe sobre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5365-1-dezembro-1967-359109-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 2 mar. 2026.

BRASIL. Polamazônia - Programa de pólos agropecuários e agrominerais da Amazônia. Boletim Informativo do SERFHAU, Rio de Janeiro, v. 8, n. 79, out. 1974.

BRASIL. Portaria nº 77, de 3 de junho de 1943. In: OLIVEIRA, A. de P. Roncador-Xingu roteiro de uma expedição. Goiânia: UFGO, 1976. p. 175-176.

BURKE, Peter. Testemunha ocular: história e imagem. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru: EDUSC, 2004.

CAÚLA, Adriana. Trilogia das utopias urbanas. Salvador: EDUFBA, 2019.

- CHAUÍ, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia? São Paulo: Brasiliense, 2008.
- CORBOZ, André. Le territoire comme palimpseste [1983]. In: Le Territoire comme palimpseste et outros essais. Besançon: Ed. de l'Imprimeur, 2001. p. 209-229.
- FICO, Carlos. História do Brasil contemporâneo. São Paulo: Contexto, 2015.
- FICO, Carlos. Utopia autoritária brasileira: como os militares ameaçam a democracia brasileira desde o nascimento da República até hoje. Rio de Janeiro: Crítica, 2025.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2012.
- FURTADO, Celso. Criatividade e dependência na civilização industrial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo: Ubu Editora, 2024.
- GARCIA, Marcos Leite; PRUNER, Dirajaia Esse. O caminho para o conceito de sustentabilidade. In: Anais do III Encontro de Internacionalização do CONPEDI. Madrid, 2015. p. 54-75.
- GASPAR, Oscar Ramos. A Cidade Científica perdida no meio da mata. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 25 jul. 1975.
- GEISEL, Ernesto. Discursos, v. V, 1978. Brasília: Assessoria de Imprensa da Presidência da República, 1979.
- GRANDIN, Greg. Fordlândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva. Tradução de Nivaldo Montingelli Júnior. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.
- HUMBOLDT: numa clareira da selva, a Brasília da ciência. O Globo, Rio de Janeiro, 23 fev. 1973.
- IBGE. A Cidade-laboratório de Humboldt - notas preliminares mas razoavelmente definitivas. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, p. 77-82, nov./dez. 1973.
- JORNAL DO BRASIL. Núcleo Pioneiro da Cidade Científica de Humboldt sai este ano. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, ed. 00278, 25 jan. 1973.
- KRENAK, Ailton. Futuro ancestral. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEONARDI, Victor Paes de Barros. Historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira. 2. ed. Brasília: EdUnB, 2013.
- LOMBA, Pedro Paulo. Novo diretor de Aripuanã afirma que todo o acervo do projeto está desaparecido. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 21 ago. 1975. Disponível em: Acervo ISA - Instituto Socioambiental.
- MANTEGA, Guido. O Governo Geisel, o II PND e os Economistas. São Paulo: EAESP-FGV, 1997. (Relatório de Pesquisa, n. 3).
- MARÍAS, Javier. Sobre a dificuldade de contar. Serrote, São Paulo: Instituto Moreira Salles, n. 34, mar. 2020. Disponível em: <https://revistaserrote.com.br/2020/03/serrote-34/>. Acesso em: 23 dez. 2024.
- MARX, Karl. O 18 de brumário de Luís Bonaparte. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte. [S. l.]: 1852.

- MENEZES, Alfredo. Projeto Aripuanã. [S. l.]: Alfredo Menezes, 2010. Disponível em: http://www.alfredomenezes.com/index.php?paginas_ler&artigos&cat=&id=2897. Acesso em: 1 set. 2023.
- MINISTÉRIO DO INTERIOR (Minter). Programas Especiais de Desenvolvimento Regional na Amazônia e Centro-Oeste. Brasília: Minter, 1980.
- MIRAFETAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, v. 18, n. 3, p. 363-377, set./dez. 2016.
- MONTEIRO NETO, Aristides et al. Desenvolvimento regional no Brasil: realidade atual e perspectivas. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, Brasília: Ipea, n. 15, p. 9-17, jul./dez. 2016.
- MORE, Thomas. Utopia: sobre a melhor condição de uma república e sobre a nova ilha Utopia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- MOREIRA, Akilaz Correa; ANDRADE, Rafael Ademir Oliveira de; CAETANO, Renato Fernandes. “DEUS É PAI, TUPA, SOU BERADÊRO”: a construção de uma identidade amazônica-rondoniense-resistente. *Diálogos: Economia e Sociedade*, Porto Velho, v. 8, n. 2, p. 19-27, jan./dez. 2024.
- MORTIMER, Junia Caimbra; COSTA, Eduardo Augusto. Corpo vivo, arquivo vivo. O arquivo como questão historiográfica na arquitetura e no urbanismo. In: TREVISAN, Ricardo et al. (orgs.). *Acervos e Arquivos de Arquitetura e Urbanismo*. Brasília: UnB, 2025. p. 145-167.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- MUMFORD, Lewis. *Storia dell’utopia*. Bolonha: Calderini Bologna, 1969.
- MUSEU DA FOTOGRAFIA DOCUMENTAL. *A Marcha para o Oeste*. [S. l., 2020]. Disponível em: <http://www.mfds.mus.br/pt/a-marcha-para-o-oeste/>. Acesso em: mar. 2020.
- NOVAES, Adauto. *O novo espírito utópico*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.
- OLIVEIRA, Acary de Passos. *Roncador-Xingu roteiro de uma expedição*. Goiânia: UFGO, 1976.
- PARÁ (Estado). *Álbum Operação Amazônia*. Belém: [S. n.], 1967.
- PERPÉTUO, Thiago Pereira. Revisitando o processo de tombamento de Brasília. In: RIBEIRO, Sandra Bernardes; PERPÉTUO, Thiago Pereira (orgs.). *Patrimônio em transformação: atualidades e permanências na preservação de bens culturais em Brasília*. Brasília: Iphan-DF, 2016. p. 52-75.
- PLANEJAMENTO & DESENVOLVIMENTO. *Aripuanã*. v. 2, n. 15, p. 25-44, set. 1974.
- REALIDADE. *Amazônia*. *Revista Realidade*, São Paulo: Abril, n. 67, p. 219, 1971. Disponível em: Arquivo Nacional, Hemeroteca Digital.
- RODA VIVA RETRÔ. Orlando Villas-Bôas | 1993. [Vídeo]. São Paulo: TV Cultura Digital, 11 dez. 2017. 1h 29min 03s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Cti2U7teJww>. Acesso em: 24 out. 2025.
- SALLES, João Moreira. *Arrabalde: em busca da Amazônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, Quilombos: modos e significações*. Brasília: INCTI/UnB, 2015.
- SANTOS, Carlos Nelson F. dos. *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói: Eduff; São Paulo: Projeto Editores Associados, 1988.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SECOMM/UFMT. *Pesquisas na Amazônia: Ministro da Saúde recomenda contato com a UFMT*. Cuiabá, 7

ago. 1975. [Documento arquivado na Secretaria de Comunicação e Multimeios da UFMT].

SERRA, Nara Eliana Miller. Exclusão social ribeirinha: um estudo de caso na comunidade de Nazaré. Presença: Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente, Porto Velho, v. 7, n. 26, p. 12-16, maio 2003.

SILVA, Larissa Rebello da. A migração dos trabalhadores gaúchos para a Amazônia Legal (1970-1985). Klepsidra: Revista virtual de história, n. 24, p. 100, 2005. Disponível em: www.klepsidra.net. Acesso em: 21 fev. 2026.

SILVEIRA, Joel. Polamazônia: as ilhas da esperança. Revista Manchete, Rio de Janeiro, n. 1256, p. 3, 1976.

SILVEIRA, Jessica. A Rio-92, os movimentos ecologistas e a Política Nacional do Meio Ambiente. Revista Hydra, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 7-36, 2021.

SORÔKINA, Anna. Construída nos anos 1950, cidade de cientistas na floresta siberiana ainda faz grandes descobertas. Russia Beyond, 2023. Disponível em: <https://br.rbth.com/estilo-de-vida/87564-construida-nos-anos-1950-cidade-cientistas-floresta-siberiana-grandes-descobertas>. Acesso em: 29 abr. 2024.

SPVEA. Perspectiva do primeiro plano quinquenal e concepção preliminar da valorização econômica da Amazônia. Belém: SPVEA, 1954.

SPVEA. Rodovia da Unidade Nacional. Belém: SPVEA, 1958.

STANLEY, Jason. A política do amigo e do inimigo. Serrote, São Paulo: Instituto Moreira Salles, n. 34, mar. 2020. Disponível em: <https://revistaserrote.com.br/2020/03/serrote-34/>. Acesso em: 23 dez. 2024.

SUDAM. Álbum Operação Amazônia. Belém: SUDAM/MECOR, 1967. v. 2.

SUDAM. Amazônia modelo de integração. Belém: Divisão de Documentação, 1973.

SUDAM. O novo sistema de ação do governo federal na Amazônia: legislação básica. Rio de Janeiro: Spencer, 1967.

SUDAM. Operação Amazônia (Discursos). Belém: SUDAM, 1968.

SUDAM. Operação Amazônia – Relatório Ministerial. Belém: SUDAM/MECOR, 1966.

SUDAM. Plano Nacional de Desenvolvimento; Programa de Ação do Governo para a Amazônia. Belém: SUDAM, 1976.

SUDAM. Relatório: I Encontro de Avaliação do Polamazônia. Belém, PA: SUDAM; SUDECO; Grupo Especial do POLAMAZÔNIA, 1976.

SUDAM. Sistematização da produção bibliográfica do programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia: POLAMAZÔNIA. Belém: SUDAM, 2023. Disponível em: <http://repositorio.sudam.gov.br:8080/sudam/biblioteca/catalogos-bibliograficos/catalogo-do-polamazonia.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2026.

SUDECO. Nordestinos ocupam vales úmidos do centro-oeste. Revista Realidade, São Paulo, n. 52, p. 266-267, jul. 1970.

TOLEDO, Ana Helena Pompeu de; CAVALCANTI, Marly (orgs.). Planejamento urbano em debate. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

TREVISAN, Ricardo. Cidades Novas. Brasília: EdUnB, 2020.

TREVISAN, Ricardo; RAMOS, Edna Maria Marques da Luz. Sudeco e Liquilândia: o planejar uma cidade nova. Paranoá, v. 13, n. 25, p. 38-55, 2020.

TREVISAN, Ricardo. Cidade Novas. [Aula expositiva]. Brasília: Universidade de Brasília, 25 mar. 2024.

TREVISAN, Ricardo. Urbanização territorial: Estado e economia na Amazônia brasileira e em Portugal dos anos 1970. Baru - Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos, Goiânia, v. 10, n. 2, p. 1-26, 2024.

TSING, Anna. Viver nas Ruínas: paisagens multiespécies no antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

VALLE, Pedro. Aripuanã, a terra esquecida... 3. ed. Campo Grande: Ruy Barbosa, jul. 1967.

WHITE, Hayden. Meta-história. São Paulo: EDUSP, 1992.

APÊNDICES

1. Depoimento de Jorge Bodanzky
2. Depoimento João Moreira Salles
3. Depoimento Fernando Tadeu de Miranda Borges
4. Autorização do uso de imagens do acervo da FAB

Depoimento Jorge Bodanzky para a pesquisa

Depoimento realizado no formato on-line via Google Meet

Data do relato: 25/04/2024

O cineasta brasileiro Jorge Bodanzky foi o único que prestou depoimento para esta pesquisa que efetivamente conheceu a Cidade Científica de Humboldt *in loco*, tendo visitado o local em 1973, quando realizou filmagens para reportagens jornalísticas sobre a região. Durante o desenvolvimento desta investigação, o cineasta disponibilizou arquivos fotográficos e audiovisuais, além de conceder um depoimento oral que contribuiu significativamente para a reconstrução histórica do projeto. Atualmente, Bodanzky encontra-se em processo de finalização do filme *Um olhar inquieto*, obra que, entre outros temas, retoma aspectos da história da Cidade Científica de Humboldt e de suas implicações no contexto amazônico da década de 1970.

Jorge Bodanzky: De artes para futuramente fazer arquitetura, mas aí veio o golpe militar, a Universidade fechou e eu acabei conseguindo uma bolsa para fora, para a Alemanha e não continuei. A Universidade reabriu no ano seguinte, mas nos moldes tradicionais. Eu tenho um filme chamado Utopia Distopia, não sei se você viu, que conta a minha trajetória na UnB, dá uma olhada, tá no Now. Depois você vê.

Amora: Vou ver! A minha pesquisa, inclusive, eu vou abordar sobre utopia também.

Jorge Bodanzky: Pois é, eu estudei em Brasília no início da Universidade e entrei em 1964, sou da 2ª turma, fiquei de 1964 a 1965, até fechar com o Golpe (militar) que fechou a Universidade na época. Mas isso tudo eu conto no final, aí você vê depois.

Amora: Então, eu fiz uma pesquisa na graduação sobre a urbanização da Amazônia e estudei mais o II PND - Plano Nacional de Desenvolvimento e, a partir disso, cheguei nos projetos especiais e um dos projetos especiais que eu estudei

foi o Aripuanã - Humboldt. Achei a história de uma cidade que não existe mais muito curiosa e depois decidi continuar com essa pesquisa no mestrado.

Eu estava com muita dificuldade de achar dados e tudo e eu fiquei muito feliz quando vi o seu vídeo, me ajudou muito a entender como era Cidade e eu queria conversar com você também. Eu fui em algumas bibliotecas e acervos e eu consegui a planta baixa da Cidade

Jorge Bodanzky: Ah, que legal!

Amora: Pois é, pelo que eu vi nas imagens, a Cidade não foi executada exatamente como estava no projeto.

Jorge Bodanzky: Desculpe, mas qual foi o vídeo que você viu meu?

Amora: Eu vi aquele que você sobrevoa a Cidade. No primeiro recorte é Aripuanã, pelo que eu entendi, aí depois você vai para a Cidade Científica e aí finaliza, você voltando, quando uns indígenas atiram no avião também.

Jorge Bodanzky: Tentam flechar o avião.

Amora: Isso! E aí eu queria que você contasse um pouco da sua relação com a cidade, para eu entender como se chegou até a cidade. Como foi isso?

Jorge Bodanzky: Olha... É, deixa eu te falar, é uma história um pouco mais complexa. Inclusive eu estou filmando o que estou fazendo nesse momento que estou terminando. Não é exatamente sobre a Universidade de Humboldt, mas é sobre justamente a partir dessa imagem do sobrevoo, eu reconto essa história toda. E, filmei 2 professores que pesquisam, isso. Tem uma pesquisa extensa na Universidade Federal do Mato Grosso, de Cuiabá. Eu estou tentando achar aqui o nome desses professores, mas eu vou achar.

Amora: Por favor! Eles são da área de arquitetura e urbanismo? Não, né?

Jorge Bodanzky: Não, não é. É de outra área, mas é o único lugar onde se pesquisou isso. Também tinha um pouquíssimo material, se basearam muito nas minhas imagens. Enfim, não sei como está a descrição de onde você achou esse filme, mas eu fiz esse trabalho em 1973. Na época, eu era *cameraman* e acompanhei um correspondente da TV alemã que foi convidado pelo Governo Brasileiro para uma inauguração simbólica desse projeto, Humboldt. Você deve ver no vídeo, no super 8,¹ um búfalo², né? As pessoas desembarcando e tal. Foi um convite para simbolicamente inaugurar esse projeto Humboldt, que estava ainda no início da construção, naqueles barracos que você vê no sobrevoo. Nos filmes dá pra identificar. E eu consegui recentemente, porque o Instituto Moreira Salles está fazendo uma mostra de todos os meus filmes. Eu consegui, através de uma pesquisa na Alemanha, recuperar essa reportagem que o correspondente fez sobre o Projeto Aripuanã que é muito interessante, mas está em alemão. Eu vou te passar o link dessa reportagem. Eu pretendo legendar em português, mas eu não tenho tempo agora para cuidar disso. Quem sabe você até consiga alguém para legendar uma reportagem. É uma reportagem de 10 minutos, mas é muito interessante. Eu vou te passar esse link, tá?

Amora: Muito obrigada. Vou ver se eu consigo

Jorge Bodanzky: E paralelamente a reportagem, que eu na época se fazia em 16 mm, esse material ia para Alemanha, para TV alemã, era revelado, e ficava lá. Eu não tinha nada aqui. Então eu carregava comigo na época uma Câmera Super 8, só que Super 8 era mudo, mas eu fazia um registro pessoal para mim. E esse sobrevoo estava fora da pauta. A pauta aqui que a gente tinha para TV alemã era o projeto Humboldt. Mas o piloto mostrou isso como uma curiosidade para a gente. E

¹ Super-8 (ou Super 8 mm) é um formato cinematográfico desenvolvido nos anos 1960 e lançado no mercado em 1965 pela Kodak.

² Jorge Bodanzky refere-se ao avião tipo Buffalo da Força Aérea Brasileira.

na época não se sabia quais eram os indígenas que estavam nessas tabas³. Depois se pesquisou muito e se chegou à conclusão que eram os Cinta Largas. O projeto que eu estou trabalhando agora, eu fui atrás desses Cinta Largas que aparecem na viagem. Eu acho, né? Essa saga... e no meio disso eu conto a história de Aripuanã, entrevistando longamente esses professores da Universidade Federal do Mato Grosso que contam o que eles pesquisaram em Aripuanã. Eu vou te passar tudo isso. E um outro personagem muito importante nessa história toda, que tem muita informação, é uma antropóloga chamada Ines Hargreaves. Eu vou te passar o contato dela. Ela mora em um sítio que é complicado o acesso à internet, mas ela atende.

Amora: Eu vi que você tinha um projeto com ela, e aí veio a pandemia, não é?

Jorge Bodanzky: Isso, veio a pandemia, foi essa confusão toda. Ela era para ir com a gente, depois ela ficou doente, não conseguiu ir, mas ela é uma fonte muito importante. Eu vou te passar o contato dela. Chama-se Ines Hargreaves. Ela mora próximo a Brasília, num sítio. Nem sempre ela consegue acesso a internet, mas escreve para ela que 3 dias depois ela responde.

Amora: Muito obrigada! uma dúvida também. Eu vi que teve esse convite do Governo Brasileiro para a Alemanha, né? E em alguns lugares eu vi que tem alguma relação da cidade até com o nome Humboldt com Alemanha. Só que eu não entendi direito qual era a sua relação com a Alemanha. Se a Alemanha chegou a investir, se foi capital privado ou foi o governo da Alemanha. Eu não entendi.

Jorge Bodanzky: É complexa... é muito complexo essa história. Quem vai te dar isso com detalhes é a Ines Hargreaves, porque ela é Aripuanã, fez a antropologia na UnB, então, ela já é uma senhora com mais idade, mas está totalmente lúcida ainda em tudo. A relação com a Alemanha foi uma troca de favores dos governos alemão e brasileiro. A Alemanha se comprometeu a financiar o projeto Humboldt

³ Palavra do tupi-guarani que significa aldeia

em troca de participação de empresas alemãs na prospecção mineral do município de Aripuanã. Todo o projeto tem como pano de fundo a prospecção mineral, né? Que o governo, a ditadura militar na época, sabia da existência desses minérios e a coisa mais recente em relação a isso: é a visita do Elon Musk para o Brasil, quando ele veio visitar o Bolsonaro e ele (Musk) ofereceu esses satélites na Amazônia com interesse. Isto não foi dito, mas o interesse dele é a província mineral⁴ de Aripuanã que é muito rica nesses minerais que se usa para bateria de carro.

Então, tem uma outra história paralela, muito complexa e muito interessante que são os acordos secretos entre Brasil e Alemanha da época da Ditadura Militar que tinham como guarda-chuva para aparecer uma coisa bonitinha para os estrangeiros verem, o Projeto Universidade de Humboldt. Tanto é que não fizeram nada! Houve aquela inauguração... e o projeto foi totalmente abandonado, não deixou nada, nada, nada, não é?

Amora: Você se refere como Universidade de Humboldt, eles realmente se referem como Universidade Humboldt? Porque nos documentos que eu vejo é a Cidade Científica de Humboldt e tem a ligação com a UFMT, né? Com criação da UFMT. Mas na minha concepção, eu estou estudando como arquiteta e urbanista, estou investigando se realmente foi uma cidade ou se foi só uma infraestrutura na Amazônia. Eu também queria saber qual foi sua percepção daquele espaço como uma cidade para você?

Jorge Bodanzky: Interessante porque foi contratado um arquiteto urbanista holandês, que está nessa reportagem que eu fiz pra Alemanha com o nome dele e tudo, e ele fez um projeto parecido com um projeto na União Soviética! Tinha 2 projetos de cidades científicas: esse da União Soviética e o da Cidade de Humboldt. Que era para ter sido uma cidade sim. É interessante a concepção urbanística dele, ele explica nesse filme alemão, por que que ele fez em cima de

⁴ É uma região com uma grande variedade de minerais, como ferro, ouro, cobre, manganês, níquel, platina, entre outros.

palafitas. Tudo tem uma razão de ser nessa história, né? E o Pedro Paulo Lomba, né? Ele que dirigia isso na época, mas já morreu há muito tempo. foi ele quem coordenou esse projeto, mas deixou um pouquíssima documentação a respeito, né?

Amora: Pois é... Você entrou em contato com o Pedro Paulo Lomba na época, certo? E quais outras figuras que se acha que, além dele, foram importantes para esse Projeto de Aripuanã?

Jorge Bodanzky: Olha, nessa reportagem da TV alemã, aparece o Pedro Paulo Lomba. Mas é uma entrevista curta que foi feita e aparece no entorno, as outras pessoas que trabalhavam no projeto. Mas eu não sei o nome, porque os nomes não foram anotados e na legenda só entrou o nome do Pedro Paulo Lomba. Não me lembro dos outros, mas esses professores da Universidade (UFMT) sabem, eles tem toda essa documentação. Mas eu acho que com esses professores da Universidade Federal e com a Ines Hargreaves, você vai ter muita informação. Acho que quase tudo que existe, eles têm conhecimento disso.

Amora: Sim. É muita coisa, né?

Jorge Bodanzky: E tem um jornalista da TV alemã, da Deutsche Welle, que pesquisou os documentos pelo lado da Alemanha, porque no Brasil eles estão secretos, mas do lado da Alemanha já foi aberto. E aí consta que houve corrupção entre os generais brasileiros com as empresas alemãs para ter esse favor de poder pesquisar província mineral na Amazônia.

Amora: E, em relação à cidade, você identificou algo específico que você considerou “isto marca como a cidade científica”?

Jorge Bodanzky: Não. Porque estava em construção, não é? Eram palafitas e com uma construção que não me pareceu nada de especial. É, eu acho que o que tinha

mais especial era o que ele (o arquiteto da Cidade) diz na entrevista: era o modo de construção, utilizando a madeira local para não ter que transportar, porque na época não tinha estrada, tudo tinha que ir de avião. Então, o arquiteto bolou uma coisa que se pudesse usar o máximo as condições locais, né? E também o tipo de construção que não exigia nenhuma especialização. Era muito simples. Um desses barracos, quer dizer, não sei se pode chamar de barraco, existe ainda em Aripuanã. Eu filmei, isso está no meu filme, você pode ver lá no meu filme.

Amora: Eu tentei localizar a cidade pelo Google Earth e eu não consegui entender onde é que está.

Jorge Bodanzky: A Cidade, o projeto dentro de Aripuanã. Hoje esse barracão que restou está dentro da Cidade de Aripuanã. A cidade de Aripuanã hoje é grande, é um centro de soja riquíssimo e não tem mais nada de floresta que você nas imagens eu que fiz. As imagens têm mais de 50 anos. A cachoeira de Dardanelos do Rio Aripuanã está lá ainda. Fizeram uma Hidroelétrica, desviaram parte da água. Ela perdeu a exuberância que ela tinha.

Amora: Eu vi a Hidrelétrica enorme.

Jorge Bodanzky: Aquilo (Cidade Científica) era tão perdido no Mato que a referência para os pilotos era a fumaça da Cachoeira. O vapor de água provocado pela Cachoeira era o ponto de referência, não tinha mais nada no entorno, aquilo era um seringal, com 4 ou 5 casas.

Amora: Então, isso que eu também queria entender. Porque eu li alguns conteúdos sobre o Projeto, mas falava-se que tinha seringueiros. Quais eram as pessoas que habitavam a cidade, seringueiros e cientistas?

Jorge Bodanzky: Não, não tinha cientista nenhum. Era um seringal pequeno, perdido na floresta e foi o local que eles escolheram para fazer a Cidade Humboldt.

Então, o pessoal que veio construir a cidade não tem nada a ver com os seringueiros, mas eles usaram a mão de obra dos seringueiros. Então, nas imagens que você vê no super 8, você vê um monte de gente no entorno do avião: eram os habitantes locais.

Amora: Eram das comunidades tradicionais? Eram indígenas?

Jorge Bodanzky: Não, não. Não eram indígenas, eram seringueiros. Aquilo era um seringal. Os índios que tinham lá eram os Cinta Largas.

Amora: Você sabe como foi essa relação dos indígenas com o Projeto? Porque eu vi uma foto do Pedro Paulo Lomba abraçado com os indígenas.

Jorge Bodanzky: Foi trágica! Porque os índios, pelo que eu pude comprovar depois, eles observaram da onde veio o avião e para onde ele foi. Eles sabiam que o branco estava lá, então, eles foram ao encontro do branco, porque eles queriam machados, panelas, facões... Quando eles chegaram nesse seringal, o pessoal se assustou e se escondeu na floresta. E eles (Cinta Largas) entraram nas casas e levaram tudo o que eles queriam. E com isso, criou um clima muito tenso, né? Entre os seringueiros e a comunidade indígena que era isolada na época e não tinha contato com o branco. Aí eles (Cinta Largas) foram mais uma vez e conseguiram apaziguar a situação. Não houve um conflito, quase teve um conflito, mas não chegou a acontecer. E o líder dessa expedição indígena, que é o que eu encontrei, que ainda está vivo, voltou para a aldeia e trouxe a gripe. Com isso eles morreram quase todos, sobraram pouquíssimos indivíduos e ele (o líder dessa expedição indígena) conta essa história. A qual se arrepende muito, mas ele não tinha conhecimento na época da doença, né?

Aí ele se recuperaram nesse meio tempo. Hoje voltaram a ser uma aldeia já com um certo número de indígenas e tem o território demarcado. Estão organizados. Eu encontrei com as lideranças indígenas lá em Aripuanã. Eles têm lá casa da Funai e

tudo, mas eles não têm diretamente nada a ver com o Projeto Aripuanã. O Projeto Aripuanã não levou em consideração a existência dos indígenas.

Amora: Ah, bom saber isso. Porque tem uma foto que é o Pedro Paulo Lomba e os indígenas do lado, como se eles tivessem dialogado para construir uma cidade mais sustentável na Amazônia?

Jorge Bodanzky: Não. Eu acho que esse diálogo foi desastroso, não funcionou.

Amora: Sobre essa ideia de cidade sustentável que alguns documentos trazem: O que que você percebeu? Tinha algo realmente que eles falavam sobre sustentabilidade? Ou ficou só no papel? Também fiquei curiosa que você falou que não tinha cientista na Cidade Científica... Pedro Paulo Lomba não chegou nem a morar lá?

Jorge Bodanzky: Ninguém chegou a morar lá, né? Aquilo estava em início de construção e o projeto foi abandonado... Pelo que eu sei.

Amora: Outra dúvida, você pretende ainda ir em Aripuanã?

Jorge Bodanzky: Não agora, eu estive lá o ano passado para fazer o filme. Mas Aripuanã hoje não tem nada a ver com esse Projeto, ninguém sabe, entende? Tem essa casa que está lá... só as pessoas mais antigas sabem e tem uma referência disso. Tem esta casa abandonada, tem gente que invadiu, que mora lá, entende? Está precaríssimo está para cair. Daqui a pouco aquilo vai se perder.

Amora: É só uma curiosidade também, mas eu vi que quando os ministros, como o do Interior, foram lançar a Pedra fundamental da Cidade a Pedra fundamental era um tronco de árvore, né?

Jorge Bodanzky: Sim , era um tronco de árvore cortado. Está na minha filmagem com a super 8.

Amora: Eu achei a matéria muito boa na Manchete da época sobre a Cidade. Foi nessa matéria da manchete que eu achei a planta baixa, se você tiver interesse, eu posso te mandar a matéria.

Jorge Bodanzky: Pode mandar! Acho que minha editora tem, ela pesquisou tudo por conta do filme também, mas pode mandar! Por via das dúvidas, manda

Amora: Só mais uma outra dúvida: você conhece algumas outras cidades brasileiras que tiveram esse intuito de ser uma cidade científica na Amazônia? Eu estava pesquisando e tem uma chamada Darsópolis, mas ela não chegou a ser feita.

Jorge Bodanzky: Não, não tenho conhecimento. Têm as agrovilas na construção da Transamazônica, que chegaram a ser feitas e que algumas existem até hoje. Foram feitas nos anos 1970 também.

Amora: Acho que é isso, por enquanto! Muito obrigada!

Jorge Bodanzky: Mas estuda, a gente vai conversando, né?

Amora: Sim, minha pesquisa ainda está no início!

Jorge Bodanzky: Você teve sorte de achar uma pesquisa muito original, que ainda está muito pouco pesquisada, né?

Amora: Por um lado, até já pensei em desistir, porque eu pensei que eu não ia achar nada, ninguém estava me respondendo. O Pedro Paulo Lomba morreu. E aí depois eu fui ficando mais tranquilo, mas o que me deixou mais tranquilo foi achar

seu vídeo de super 8, disponível no YouTube. Eu fiquei... “gente, esse material incrível!”. Seu material vai me ajudar muito!

Jorge Bodanzky: Bom... tá OK? Então eu te passo os links que a gente vai falando, está bom?

Amora: Muito obrigada, Jorge! Vamos sim.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Convidamos o Senhor a participar voluntariamente do projeto de pesquisa “Urbanização da Amazônia na ditadura militar: a cidade científica esquecida”, sob a responsabilidade da mestrande Amora de Andrade Machado (matrícula UnB: 241105624). O projeto aborda a urbanização na Amazônia Legal durante a ditadura militar no país, concentrando-se no recorte temporal da década de 1970 e tendo por recorte temático o estudo da Cidade Científica de Humboldt, localizada na região amazônica do Mato Grosso. Assim, o estudo se ramifica em duas escalas: a do planejamento regional, abordando os Planos de Desenvolvimento do governo militarizado para a região, e a escala do urbanismo, voltada para o estudo do objeto, a Cidade Científica.

O Senhor receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e os dados provenientes de sua participação, tais como: questionário, entrevistas, possíveis materiais gravados por meio de entrevistas, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

O Senhor pode se recusar a responder (ou participar de qualquer procedimento) qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo para o senhor. Sua participação é voluntária, isto é, não há pagamento por sua colaboração.

Se o Senhor tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor telefone para: Amora de Andrade Machado, pelo número (86) 99478-5958. Informamos que o contato com a pesquisadora pode também ser feito a qualquer hora pelo e-mail: amora.b.andrade@gmail.com.

Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o Senhor.

Documento assinado digitalmente
JORGE ROBERTO BODANZKY
Data: 26/04/2024 11:49:46 -0300
verifique em <https://validar.it.gov.br>

Jorge Roberto Bodanzky
Participante de Pesquisa

Depoimento Fernando Tadeu de Miranda Borges para a pesquisa

Depoimento realizado no formato on-line, via e-mail

Data do relato: 21/09/2025

Durante o período de pesquisa na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em Cuiabá, tive a oportunidade de conhecer o professor Fernando Tadeu, atualmente professor titular da Faculdade de Economia dessa instituição. Em uma breve conversa nos corredores da universidade, ao mencionar que minha investigação tratava da “Cidade Científica de...”, ele prontamente completou: *“de Humboldt! Sim, conheço esse projeto! Quando cursei minha graduação na UFMT, ele estava sendo idealizado e construído. Comentava-se muito, à época, sobre essa cidade no meio da selva — mas até hoje não entendo por que ela foi encerrada.”*

Diante do interesse demonstrado, solicitei-lhe uma entrevista, à qual ele se dispôs a conceder. O contato ocorreu posteriormente, por meio de correio eletrônico. O encontro pessoalmente aconteceu no último dia da minha pesquisa de campo em Cuiabá, pouco antes do meu deslocamento para o aeroporto.

Amora: Durante sua graduação na UFMT, a partir de 1977, o senhor tomou conhecimento da Cidade Científica de Humboldt e de sua vinculação à UFMT. Gostaria de saber como esse projeto era percebido no ambiente acadêmico naquele período: ele era discutido como uma iniciativa promissora e inovadora para o futuro da região ou prevalecia a percepção de que se tratava de uma proposta utópica, de difícil concretização?

Fernando Tadeu: O projeto Científico da Cidade Científica de Humboldt da Uni-Selva Amazônica fez nascer na Universidade Federal de Mato Grosso, ainda que de forma tímida, a produção e a socialização do conhecimento científico, tecnológico e sustentável (o primeiro periódico: “Essa Onça, Jornal Selvagem”, de 1973, publicou o projeto de Pedro Paulo Lomba, intitulado, “notas preliminares (mas razoavelmente definitivas) sobre Humboldt). A importância da Cidade Científica de Humboldt parece ter sido percebida pelos meus colegas do curso de Ciências

Econômicas como um projeto inovador e voltado para o desenvolvimento interno da região e do país, isso talvez porque o saudoso Prof. Edson de Souza Miranda lembrava em suas aulas a epopeia que foi a instalação desse projeto em Aripuanã através do envolvimento da prefeitura com a uni-selva, o governo estadual e governo federal (a minha imaginação ficava encantada). A sua não implementação definitiva é uma das muitas perguntas ainda hoje sem resposta, apesar de inúmeros esforços realizados em dissecar o projeto. Falta sobre a Cidade Científica de Humboldt uma pesquisa de fôlego e que ultrapasse o pensamento cartesiano.

Amora: Em nossa conversa presencial, o senhor mencionou Pedro Paulo Lomba. Gostaria de saber como ele era percebido no contexto da UFMT e em Cuiabá: tratava-se de uma figura reconhecida como força política relevante nas questões amazônicas?

Fernando Tadeu: Infelizmente não conheci Pedro Paulo Lomba, uma grande lacuna na minha vida, conheci quase todos os personagens da Uni-Selva, tenho 44 anos no exercício do magistério e se contar o tempo de estudante somam 48 anos. Na minha imaginação, construída por quem conviveu com o Pedro Paulo Lomba, passei a vê-lo como um pesquisador inteligente, fora da caixa, compreendido e incompreendido, e que teve apoio do reitor fundador da UFMT, dr. Gabriel Novis Neves. Era também visto por muitos, segundo ouvia dizer, como alguém diferente, inteligente, capaz, ousado e irreverente. O trabalho de Pedro Paulo Lomba foi bastante alardeado no meio que eu convivi, plantou em mim a importância da pesquisa, inclusive foi quem teve, parece, a genial ideia de divulgar a frase do cacique Xavante Ceremecê, “ninguém ensina o que não sabe”, e é essa a frase que me tem guiado ainda hoje neste castelo de papelão, coberto por algumas poucas esperanças, mas não perdi e nunca espero perder a esperança. No contexto da Universidade Federal de Mato Grosso, portanto, Pedro Paulo Lomba, me pareceu respeitado e admirado, éramos um grupo de apaixonados pelo projeto da Uni-Selva Amazônica e éramos mais amazônicos do que no tempo presente. Continuo

apaixonado pela Universidade Federal de Mato Grosso e ainda leciono na graduação e na pós-graduação.

Amora: Considerando o contexto da década de 1970, como o senhor avaliaria a relação da UFMT com o norte do estado, especialmente com a região inserida na Amazônia Legal (cujo acesso por via terrestre era bastante limitado)?

Fernando Tadeu: Na década de 1970, no norte do Estado de Mato Grosso, viviam apenas indígenas, que são os povos originários desta Terra. Os “chegantes”, que somos nós, estavam em Cuiabá e seus arredores. No entanto o desejo de colonizar Mato Grosso vem desde a fundação da sua primeira capital, Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1752, passa pelo Império e foi retomado com a marcha para o oeste do governo Getúlio Vargas, de modo que em 1970 foi o renascimento de um projeto adormecido, e impulsionado pelo “milagre brasileiro”, devido ao crescimento do PIB (o bolo cresceu e não foi dividido). Foi nessa década que o projeto desmoronou, quando nem havia começado, e o milagre econômico questionado por grandes economistas como Edmar Bacha, Paul Singer, Maria da Conceição Tavares e muitos outros. Minha formação foi na área da economia política e da história econômica.

Amora: Por fim, gostaria de saber como os povos indígenas eram percebidos na UFMT, então conhecida como “Universidade da Selva”, durante a década de 1970, especialmente em um período ainda tão próximo à tragédia do Massacre do Paralelo 11. Havia um olhar de respeito e interesse acadêmico voltado para o estudo de suas culturas, ou prevaleciam perspectivas distanciadas e pouco sensíveis às suas realidades?

Fernando Tadeu: Muito respeito, fazíamos as disciplinas de antropologia, filosofia, sociologia, história econômica, sistemas econômicos comparados (matéria estranha em minha imaginação) e política e programação econômica (não era ainda economia política, uma das mais antigas disciplinas do curso de economia, desde

a chegada da família real ao Brasil). As reportagens de mal tratos aos indígenas nos revoltavam, por isso que na década de 1970, mais precisamente em 1979, criamos o Centro Acadêmico de Economia (1979), e na oportunidade lutamos pelo retorno da democracia ao nosso país. Tínhamos muito artesanato indígena em casa e visitávamos com frequência o museu Rondon (museu indígena) onde tinha uma oca maravilhosa, próxima ao local onde criamos o Centro Acadêmico de Economia. Somente fiquei em Cuiabá para trabalhar como professor por conta do envolvimento com os projetos da Uni-Selva, pela possibilidade de poder respirar e transformar alguma coisa, ainda que em plena ditadura, através da luta, e fiquei também na Uni-Selva pelo seu respeito à diversidade (era homossexual adormecido e sentia que a UFMT respeitava e respeita os homossexuais). Se não fosse professor da Uni-Selva, teria ido embora de Cuiabá, mas quis o destino que ficasse fincado em Mato Grosso. Isso não quer dizer que fui dono do meu próprio destino e que acredite no “eu”, pois somos a soma embaralhada de muitos retalhados e confusos “eus”.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Convidamos o Senhor a participar voluntariamente do projeto de pesquisa “A utopia urbana esquecida na Amazônia: Cidade Científica de Humboldt – MT (1972-1979)”, sob a responsabilidade da mestranda Amora de Andrade Machado (matrícula UnB: 241105624). O projeto aborda a urbanização na Amazônia Legal durante a ditadura militar no país, concentrando-se no recorte temporal da década de 1970 e tendo por recorte temático o estudo da Cidade Científica de Humboldt, localizada na região amazônica do Mato Grosso. Assim, o estudo se ramifica em duas escalas: a do planejamento regional, abordando os Planos de Desenvolvimento do governo militarizado para a região, e a escala do urbanismo, voltada para o estudo do objeto, a Cidade Científica.

O Senhor receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e os dados provenientes de sua participação, tais como: questionário, entrevistas, possíveis materiais gravados por meio de entrevistas, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

O Senhor pode se recusar a responder (ou participar de qualquer procedimento) qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo para o senhor. Sua participação é voluntária, isto é, não há pagamento por sua colaboração.

Se o Senhor tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor telefone para: Amora de Andrade Machado, pelo número (86) 99478-5958. Informamos que o contato com a pesquisadora pode também ser feito a qualquer hora pelo e-mail: amora.b.andrade@gmail.com.

Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o Senhor.

Documento assinado digitalmente



FERNANDO TADEU DE MIRANDA BORGES

Data: 21/09/2025 14:59:48-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fernando Tadeu de Miranda Borges

Participante de Pesquisa

Documento assinado digitalmente



AMORA DE ANDRADE MACHADO

Data: 31/08/2025 22:56:54-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Amora de Andrade Machado

Pesquisadora Responsável

Brasília, 1 de setembro de 2025.

Depoimento João Moreira Salles para a pesquisa

Depoimento realizado no formato on-line, via e-mail

Data do relato: 08/11/2025

O presente depoimento integra a pesquisa de mestrado intitulada “A utopia urbana esquecida na Amazônia: A Cidade Científica de Humboldt (MT) e urbanização da Floresta na Ditadura Militar brasileira”, desenvolvida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU-UnB), sob orientação do Prof. Dr. Ricardo Trevisan. A pesquisa investiga a urbanização da Amazônia brasileira durante a Ditadura Militar (1964-1985), com enfoque no estudo da Cidade Científica de Humboldt, um projeto político-científico implantado no norte do estado do Mato Grosso, em 1973, para pesquisas científicas sobre como ocupar e explorar a Amazônia de maneira mais racional. Essa utopia urbana enfrentou desafios operacionais e práticos, levando ao seu abandono precoce, culminando no seu esvaziamento e desaparecimento em menos de uma década.

O diálogo com João Moreira Salles, autor do livro *Arrabalde: em busca da Amazônia* (2022), busca contribuir para o debate sobre as narrativas históricas e contemporâneas que envolvem a ocupação e a representação da Amazônia, desde os discursos de modernização e progresso até as formas atuais de destruição e apagamento.

Depoimento:

Amora: Quando você pesquisou sobre a Amazônia para escrever *Arrabalde*, conhecia ou ouvia falar sobre a Cidade Científica de Humboldt (MT)? Se sim, o que sabia ou ouvia falar?

João Moreira Salles: Eu não conhecia o episódio da tentativa de construir uma cidade científica na Amazônia.

Amora: Você argumenta no livro que o modo de ocupação da Amazônia se configura como um “colonialismo indiferente”, no qual se destrói o que não está

“investido de curiosidade ou afeto” (Salles, 2022, p.78). A Cidade Científica de Humboldt (1973), idealizada para estudar a ocupação não predatória, parece ser uma exceção a essa regra - uma vez que estava investida de curiosidade, afeto e da intenção de estudar a região. Por que, em seu entendimento, um projeto explicitamente voltado ao conhecimento e à racionalidade não prosperou, sucumbindo à lógica mais imediata de devastação e exploração? O fracasso de projetos como Humboldt, que teve uma existência efêmera, restrita a menos de uma década, pode reforçar a ideia de que o Estado e o capital não tinham, de fato, interesse em conhecer a Amazônia, mas apenas em conquistá-la?

João Moreira Salles: Infelizmente, não conheço os detalhes do projeto e, por isso, não saberia apontar as causas do seu insucesso. O que posso dizer é que a Amazônia é pródiga em ruínas de grandes empreendimentos, alguns deles bem-intencionados — inclusive na área de ciência, como o Centro de Biotecnologia da Amazônia, em Manaus, que passou mais de vinte anos num limbo institucional: sem personalidade jurídica clara, sem modelo de gestão estável, sem orçamento definido. As promessas iniciais nunca foram cumpridas. Em busca de uma segunda chance, nos últimos tempos o projeto foi rebatizado como Centro de Bionegócios da Amazônia. Por enquanto, não dá sinais encorajadores de que conseguirá se reinventar.

Amora: O Projeto Tucumã, concebido como uma experiência de criação de uma comunidade igualitária de pequenos agricultores na Amazônia, acabou não prosperando conforme o idealizado, como relata o livro Arrabalde. A falência dessas utopias - a científica, de Humboldt, e a socialista, de Tucumã - seria uma evidência de que o projeto desenvolvimentista buscou, na verdade, impor à região um modo de produção e uma paisagem cultural alheios à sua realidade ecológica e social, resultando inevitavelmente em destruição?

João Moreira Salles: Tucumã foi concebida por dois jovens idealistas, movidos pelo desejo de criar um projeto de colonização capaz de se opor ao modelo tradicional de ocupação predatória da floresta. Pensavam numa distribuição mais justa da terra, que contemplasse sitiantes mais pobres e preservasse boa parte da mata em pé. No entanto, o velho modelo acabou se impondo: madeireiros

derrubaram a floresta, garimpeiros roeram as barrancas dos rios e o projeto fracassou. Por quê? As razões são muitas: os idealizadores conheciam pouco a realidade amazônica, houve rachas dentro da administração do projeto, o Estado não cumpriu sua parte de prover segurança e ordenamento. Acima de todas essas razões contingentes, específicas a Tucumã, existe outra, mais geral, que se aplica a todas as iniciativas fracassadas na Amazônia: a ilusão de que será possível manter a ordem dentro do perímetro do projeto, deixando a desordem do lado de fora da cerca. Com poucas exceções, isso não dá certo. A desordem se impõe, porque as forças por trás dela são anárquicas, gananciosas, desesperadas, sem nada que as freie. No limite, pode-se dizer que, enquanto não houver ordem em todo lugar, haverá o potencial de a desordem se espalhar por todo lugar.

Amora: É possível, em sua avaliação, compatibilizar os projetos de exploração dos recursos naturais com os discursos contemporâneos de sustentabilidade, ou esses conceitos permanecem em conflito?

João Moreira Salles: Sempre haverá um conflito entre a exploração dos recursos naturais e a proteção da floresta. O problema é a escala dessa perturbação. Ela pode ser quase absoluta, como nos modelos patrocinados, desde sempre, pelo Estado brasileiro — representados pela monocultura e pela pecuária extensiva —, ou reduzida, como nos sistemas agroflorestais, na restauração florestal, na exploração madeireira em regime de rodízio, como previsto nas concessões florestais. Os povos originários não só exploram a floresta como, ao longo de milênios, modificaram-na substancialmente, a ponto de alguns pesquisadores a considerarem uma floresta-jardim. Ou seja, apesar da exploração, a mata continua lá, de pé. A questão, portanto, é a pegada que se deixa, que pode ser leve ou pesada. Até hoje, optamos pela pesada. Nada impede que seja mais leve. Países nórdicos, como a Finlândia, têm uma economia florestal que não significa o fim da floresta.

Amora: Como justificar que, apesar de todos esses intensos investimentos estatais em “desenvolvimento” na década de 1970, a Amazônia representa hoje um dos menores PIBs do país?

João Moreira Salles: É injustificável. Em 1975, apenas 0,5% da floresta havia sido derrubada. Cinquenta anos depois, numa estimativa conservadora, a Amazônia brasileira já perdeu 20% da sua cobertura vegetal. Derrubamos uma área equivalente à soma de Espanha e Itália — e qual foi o resultado? Uma região cuja renda média das famílias, se comparada à das demais regiões do Brasil, é hoje menor do que na época em que a floresta ainda estava de pé. Isso significa que o modelo de ocupação empobreceu a região. Concentramos riqueza e distribuimos miséria econômica e ambiental.

Amora: Você distingue a ação do Estado daquela dos madeireiros e pecuaristas, que se aproveitaram da ausência estatal para operar à margem do país formal. No entanto, a dinâmica de “riqueza privada e devastação pública” (Salles, 2022, p.97) que marcou a ocupação da Amazônia nas décadas de 1970 e 1980 parece se perpetuar até hoje, com as pressões por novas frentes de exploração de recursos naturais de alto impacto ambiental e a violência contra defensores da floresta, como Dom Phillips e Bruno Pereira, por exemplo. Diante disso, ainda predomina a lógica utilitarista, que reduz o território a um produto, sobre qualquer força política capaz de compreender e preservar a Amazônia?

João Moreira Salles: A resposta mais simples é: sim. A mais complexa precisa levar em conta o fracasso do campo que defende a floresta em pé em formular alternativas econômicas capazes de se contrapor ao modelo predatório vigente. Enquanto isso não acontecer, as forças da destruição continuarão a ter uma imensa vantagem competitiva sobre os defensores da floresta. Basta ver como vota o eleitor da região Norte: a cada eleição, ele se afasta mais dos candidatos ligados à pauta ambiental.



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Convidamos o Senhor a participar voluntariamente do projeto de pesquisa “A utopia urbana esquecida na Amazônia: A Cidade Científica de Humboldt (MT) e urbanização da Floresta na Ditadura Militar brasileira”, sob a responsabilidade da mestranda Amora de Andrade Machado (matrícula UnB: 241105624). O projeto aborda a urbanização na Amazônia Legal durante a ditadura militar no país, concentrando-se no recorte temporal da década de 1970 e tendo por recorte temático o estudo da Cidade Científica de Humboldt, localizada na região amazônica do Mato Grosso. Assim, o estudo se ramifica em duas escalas: a do planejamento regional, abordando os Planos de Desenvolvimento do governo militarizado para a região, e a escala do urbanismo, voltada para o estudo do objeto, a Cidade Científica.

O Senhor receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e os dados provenientes de sua participação, tais como: questionário, entrevistas, possíveis materiais gravados por meio de entrevistas, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

O Senhor pode se recusar a responder (ou participar de qualquer procedimento) qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo para o senhor. Sua participação é voluntária, isto é, não há pagamento por sua colaboração.

Se o Senhor tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor telefone para: Amora de Andrade Machado, pelo número (86) 99478-5958. Informamos que o contato com a pesquisadora pode também ser feito a qualquer hora pelo e-mail: amora.b.andrade@gmail.com.

Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o Senhor.

João Moreira Salles
Participante de Pesquisa

Documento assinado digitalmente
 AMORA DE ANDRADE MACHADO
Data: 03/11/2025 16:13:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Amora de Andrade Machado
Pesquisadora Responsável

Brasília, 3 de novembro de 2025.



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
MUSEU AEROESPACIAL
SUBSEÇÃO DE ARQUIVO HISTÓRICO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM/DOCUMENTOS
Nº 19/2025/ARQ

1. PARTES

O MUSEU AEROESPACIAL (MUSAL), Organização Militar do Comando da Aeronáutica, doravante denominado **CEDENTE**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.429/0145-94, localizado na Avenida Marechal Fontenelle, 2000, Campo dos Afonsos, Rio de Janeiro - RJ autoriza o uso de cópia digital do acervo, conforme descrito abaixo, da Subseção de Arquivo Histórico para Amora de Andrade Machado, doravante denominado **CESSIONÁRIO**, inscrito no CPF sob número 056701983-79, na qualidade de pessoa física, endereço CLN 216, Bloco D, Brasília – DF, CEP 70875-540.

2. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A presente autorização será regida pelo disposto na Lei de Direitos Autorais de nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, modificada pela Lei nº 12.853, de 14 de agosto de 2013 e da Lei de Arquivos nº 8.159 de 08 de janeiro de 1991 e de acordo com a ICA 902-1 “Preservação do Patrimônio Cultural do Comando da Aeronáutica”.

3. DA CESSÃO DE DIREITOS

3.1 A cessão ora realizada permitirá que o **CESSIONÁRIO** utilize na melhor forma de direito a reprodução das fotografias 023, 024, 025, 144, 145, 146, 147, 148, 149 e 150 do álbum 0294; 097, 098 e 113 do álbum 0259; 001 do álbum 0304; 011 e 012 do álbum 0037, destinadas exclusivamente a compor a dissertação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UNB): A utopia urbana esquecida na Amazônia: cidade científica de Humboldt – MT, orientada pelo professor Dr. Ricardo Trevisan, sem que haja modificação das

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM/DOCUMENTOS Nº 19/2025/ARQ

mesmas, e desde que citada a fonte "Museu Aeroespacial - Força Aérea Brasileira.

3.2 O CESSIONÁRIO deverá se abster de praticar quaisquer atos que possam prejudicar o bom conceito da CEDENTE e a reputação ou honra de seus representantes. Deverá zelar, ainda, pela boa qualidade e bom conceito moral das reproduções da CEDENTE, não devendo repassá-las a terceiros.

3.3 A presente cessão é gratuita e por prazo que durar a referida edição.

4. DO FORO

Fica eleito, o Foro do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias resultantes do presente termo, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem às partes assim justas e contratadas, assinam o presente termo, em duas vias de igual teor, na presença de duas testemunhas, abaixo qualificadas.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 2025.



Brigadeiro do Ar R/1 MAURICIO CARVALHO SAMPAIO
MUSAL (CEDENTE)

Documento assinado digitalmente

gov.br

AMORA DE ANDRADE MACHADO

Data: 03/10/2025 13:31:14-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

AMORA DE ANDRADE MACHADO (CESSIONÁRIO)



Testemunha 1

Nome: ALDAIR XAVIER DA SILVA

RG: 427677

CPF: 859040157-04

Testemunha 2

Nome: MURCO ANTONIO AMADO DOS SANTOS

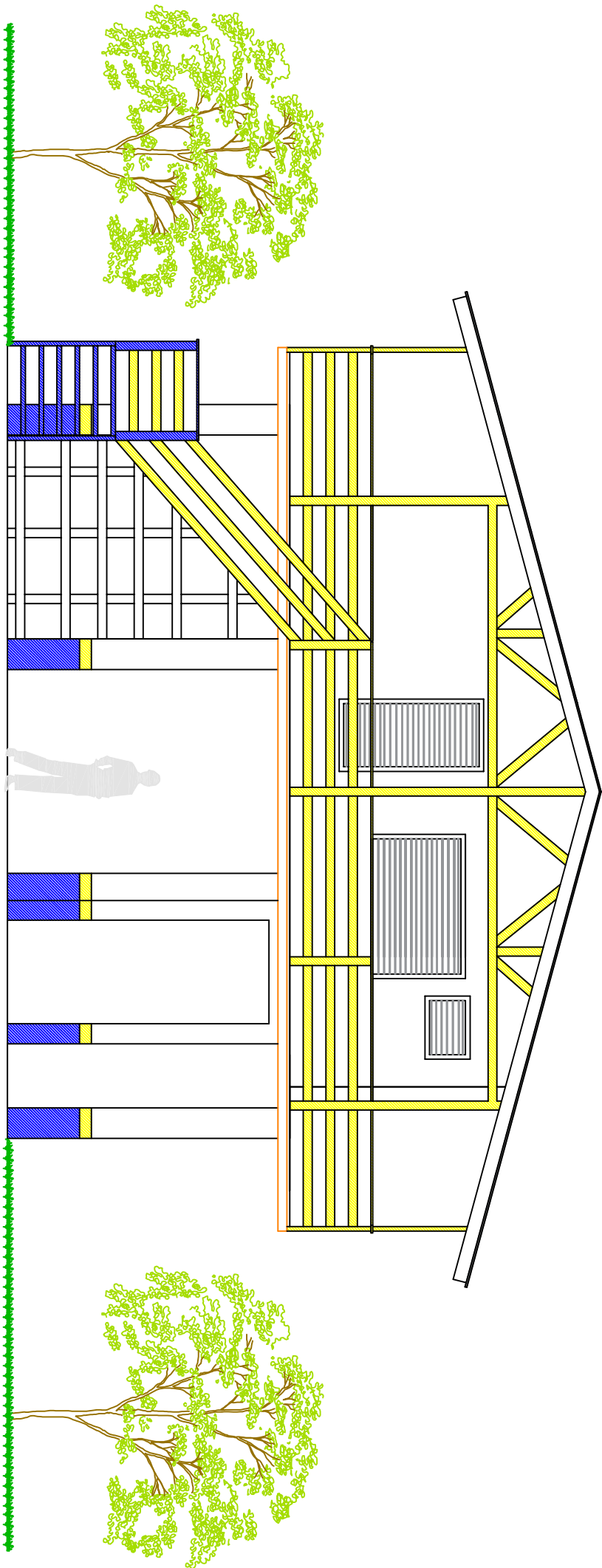
RG: 427909

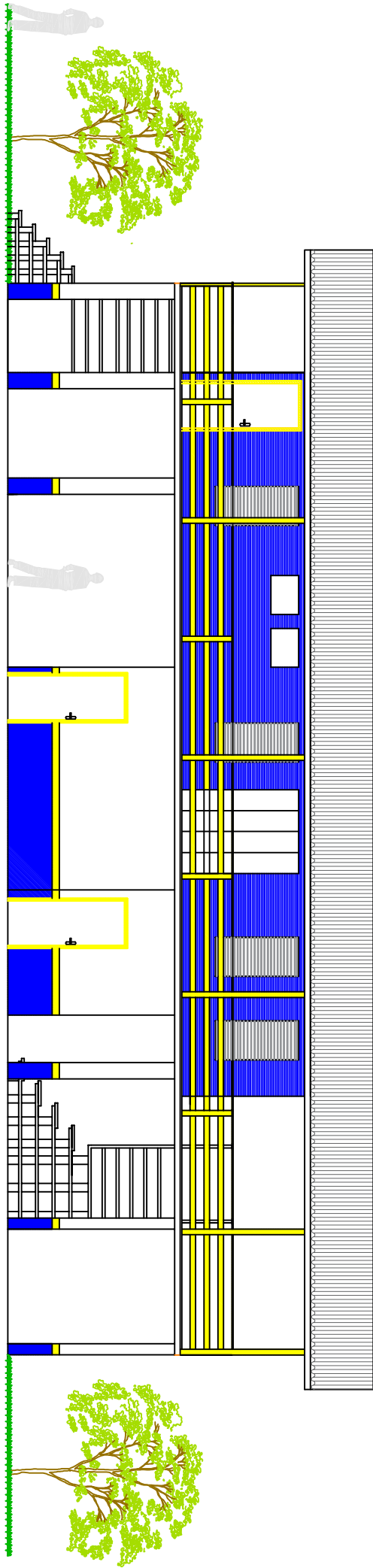
CPF: 962650867-15

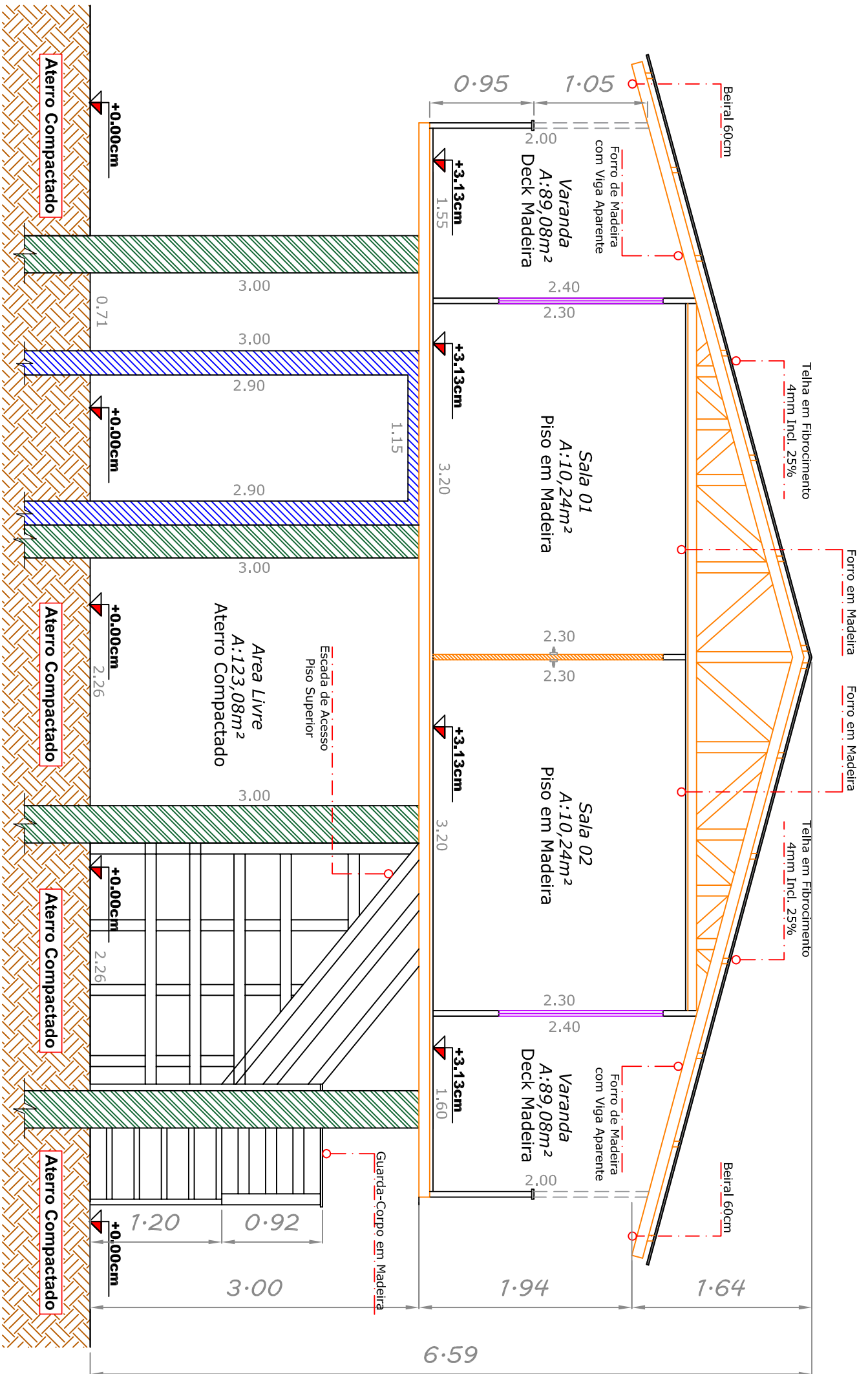
ANEXOS

Segue respectivamente esses arquivos enviados pela Prefeitura de Aripuanã para esta pesquisa

- 1.Planta baixa térreo
- 2.Planta baixa 1° pavimento
- 3.Fachada frontal
- 4.Fachada lateral
- 5.Corte 1
- 6.Corte 2
- 7.Arquivos de fotos enviado pela Prefeitura de Aripuanã









1



2



3

1 - construção de represa no rio para mandar agua pra vila. 2 - Avião Bufalo que trazia pessoas e mercadorias para o projeto. 3 - Portal entrada projeto Humboldt.



Sede do projeto Humboldt



Construção de represa para o Projeto Humboldt